

Resolução nº 02/2026 – Laranjeiras do Sul – Pró-Reitoria Acadêmica

“Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real – Campus Laranjeiras do Sul”.

O Centro Universitário Campo Real, mantido pela UB Campo Real Educacional S/A, por intermédio da Pró-Reitoria Acadêmica, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, Campus Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Universitário Campo Real, 20 de fevereiro de 2026.



Profª Patricia M. Melhem Rosas
Pró-Reitora Acadêmica



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENADORA: PROFA. ME. ANA BELA DOS
SANTOS**

2026

EXPEDIENTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

Rua Santana, nº 721, Bairro Centro

CEP. 85.301-200

Laranjeiras do Sul – PR

Tel.: (42) 3622-5353

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CAMPO REAL

Presidente da Mantenedora

Prof. Dr. Wilson Ramos Filho

REITORIA

Prof. Me. Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Profa. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas

PRÓ-REITORIA EXTENSÃO

Prof. Dra. Moana Rodrigues França

PRÓ-REITORIA ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Ayres Siqueira Silva

Direção de Campus

Anderson José Furmann

Coordenação de Curso

Prof. Ma. Ana Bela dos Santos

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof. Me. Ana Bela dos Santos

Prof. Dra. Debora Rickli Fiuza

Prof. Me. Guilherme Almeida de Lima

Prof. Esp. Laryssa Karas

Prof. Me. Sandro Roberto Mazurechen

Procuradora e Pesquisadora Institucional

Profa. Dra. Elizania Caldas Faria

Redação Final – Prof. Dra. Elizania Caldas Faria

Projeto aprovado em fevereiro de 2026

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real foi concebido em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de Outubro de 2023, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia. Este documento reflete o compromisso institucional com uma formação de excelência, integrando princípios, objetivos, perfil do egresso, estrutura docente, infraestrutura física e pedagógica, além de estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia estabelecem os fundamentos legais, éticos e pedagógicos que orientam a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a formação do psicólogo no Brasil. O documento consolida uma concepção de formação comprometida com o rigor científico, a responsabilidade social e a atuação ética, reafirmando a Psicologia como ciência e profissão voltada à promoção da dignidade humana e da qualidade de vida.

A construção do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Campo Real parte de princípios que asseguram a centralidade do conhecimento científico em Psicologia, o respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, bem como o compromisso com a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa. O PPC não se reduz à organização de disciplinas, mas configura-se como um projeto formativo integrado, capaz de articular ensino, iniciação à pesquisa e extensão, de maneira coerente com as demandas sociais contemporâneas e com as especificidades regionais da instituição. Dessa forma, o curso visa promover uma formação crítica, reflexiva e contextualizada, reconhecendo a complexidade dos fenômenos psicológicos e suas múltiplas determinações históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas.

A formação em Psicologia possui caráter generalista, estruturando-se a partir de um núcleo comum de competências e de ênfases curriculares. O núcleo comum assegura uma identidade profissional básica, oferecendo fundamentos epistemológicos, teórico-metodológicos e técnicos indispensáveis ao exercício da profissão. Já as ênfases curriculares representam oportunidades de aprofundamento em determinados processos de trabalho do psicólogo, como processos clínicos, educativos, de avaliação psicológica, de gestão de pessoas, de promoção da saúde,

de mediação de conflitos, entre outros. O PPC prevê ênfases e permite que o estudante escolha uma ou mais, evitando a fragmentação da formação e garantindo coerência entre teoria e prática.

A organização curricular está estruturada em eixos que contemplam fundamentos epistemológicos e históricos, fundamentos teórico-metodológicos, fenômenos e processos psicológicos, procedimentos de investigação e prática profissional, interfaces com campos afins e práticas profissionais. Essa estrutura busca assegurar uma formação sólida e integrada, promovendo o desenvolvimento progressivo das competências científicas e profissionais ao longo do curso. A carga horária mínima estabelecida é de 4.000 horas, com duração mínima de cinco anos, com a destinação de 20% da carga horária total para estágios supervisionados, distribuídos ao longo da formação.

Os estágios supervisionados constituem elemento central na consolidação das competências do futuro psicólogo. Ocorrerão de forma presencial, sob orientação de docentes psicólogos, e dividir-se em estágios do núcleo comum e estágios vinculados às ênfases curriculares. O Trabalho de Conclusão de Curso também é requisito obrigatório, devendo estar alinhado aos objetivos formativos do núcleo comum ou das ênfases.

No que se refere aos requisitos para a formação do psicólogo, o curso buscará dar condições ao egresso de desenvolvimento de competências científicas e profissionais articuladas. As competências científicas envolvem a capacidade de diferenciar conhecimento científico de outras formas de saber, formular problemas, utilizar métodos adequados de investigação, analisar criticamente informações e compreender a ciência como base para a ação profissional e para o diálogo com a sociedade. Já as competências profissionais abrangem a atuação ética, o uso de práticas fundamentadas em evidências, a realização de avaliação psicológica e intervenções, a comunicação eficaz, o trabalho em equipe multiprofissional e o respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e religiosa.

A formação também exige postura reflexiva e compromisso com a educação permanente, incentivando o profissional a avaliar continuamente sua prática, reconhecer seus limites e buscar aprimoramento constante. A atuação ética aparece como eixo transversal, orientando todas as dimensões do exercício profissional, inclusive na resolução de dilemas e na responsabilidade social do psicólogo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais reafirmam que a formação em Psicologia deve produzir um profissional cientificamente fundamentado, eticamente comprometido, socialmente sensível e tecnicamente qualificado para atuar em diferentes contextos institucionais e sociais, como saúde, educação, organizações, justiça e políticas públicas. O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Campo Real, nesse sentido, traduz esses princípios em uma proposta formativa coerente, integrada e comprometida com as necessidades da sociedade local e regional, garantindo que o egresso esteja preparado para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão com competência, criticidade e responsabilidade social.

Este PPC é resultado de um processo participativo e colaborativo, construído com a contribuição direta do corpo docente, técnico-administrativo e gestores institucionais, reafirmando o compromisso da Campo Real com a formação de profissionais éticos, competentes, inovadores, resilientes e preparados para os desafios de uma sociedade dinâmica e em constante transformação.

SUMÁRIO

1	DA MANTENEDORA E DA MANTIDA	13
1.1	Histórico da Mantenedora e da Mantida	13
1.2	O Centro Universitário Campo Real	20
1.3	Missão e Visão Institucional	22
1.4	Responsabilidade Social da IES e do Curso de Psicologia	23
1.5	Perfil da Saúde na Região Cantuquiriguaçu	26
2	DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	32
2.1	Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real – Informações didático-administrativas	32
2.1.1	Justificativa de oferta do curso de Psicologia em Laranjeiras do Sul	32
2.1.2	Quantitativo anual de vagas do curso e quantitativo de turmas	36
2.1.3	Formas de Acesso ao Curso	37
2.1.4	Número de vagas: relatório de adequação do número de vagas e insumos quantitativos e qualitativos	37
2.2	Políticas Institucionais no âmbito do curso e diretrizes pedagógicas gerais da Instituição	44
2.3	Organização Acadêmica da Instituição	50
2.4	Objetivos do Curso de Psicologia	54
2.4.1	Objetivo Geral	55
2.4.2	Objetivos Específicos	56
2.5	Perfil Profissional do Egresso	56
2.5.1	Competências e habilidades do egresso	58
2.5.2	Aptidões do egresso	60
2.6	Estrutura curricular do curso de psicologia	64
2.6.1	Matriz Curricular	66
2.6.2	Estrutura Curricular integrada e articulada	66
2.6.3	Conteúdos curriculares do curso de Psicologia.	68
2.6.4	Núcleo de formação comum	73
2.6.5	Núcleo de Formação Ênfase	75
2.6.6	Habilidades e Competências Profissionais específicas da	76

	Ênfase Psicologia e Práticas Institucionais	
2.6.7	Habilidades e Competências Profissionais Específicas da Ênfase Psicologia e Processos Clínicos	77
2.6.8	Integração curricular e Interdisciplinaridade	78
2.6.9	Oportunidades diferenciadas de integralização curricular	79
2.6.10	Curricularização da extensão no curso de Psicologia da Campo Real	79
2.7	Metodologia	81
2.7.1	Flexibilidade dos componentes curriculares	86
2.7.2	Aulas teóricas	87
2.7.3	Aulas Práticas	88
2.7.4	Aulas de Práticas de campo	89
2.7.5	Exemplos de metodologias ativas e instrumento didáticos empregados na prática de ensino do Curso	91
2.7.6	Acessibilidade Metodológica	92
2.8	Estágio Curricular Supervisionado	93
2.8.1	Informações sobre o regimento de estágio do curso de Psicologia	97
2.9	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	108
2.9.1	Orientação dos Projetos de Pesquisa	112
2.9.2	Modelo para o trabalho de conclusão de curso	115
2.9.3	Regimento do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Psicologia	118
2.10	Atividades Complementares	121
2.11	Apoio ao discente	126
2.11.1	Apoio para participação em eventos	129
2.11.2	Programa de Orientação Acadêmica	130
2.11.3	Atendimento ao aluno pela Coordenação do Curso	132
2.11.4	Apoio pedagógico	133
2.11.5	Mecanismos de Nivelamento	134
2.11.6	Programa Institucional de bolsas e incentivos	135
2.11.7	Programa de Iniciação Científica	138

2.11.8	Incentivos à Iniciação Científica	140
2.11.9	Programas de Extensão	141
2.11.10	Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica	144
2.11.11	Ações Inovadoras no apoio ao discente	145
2.11.12	Acompanhamento do Egresso	146
2.12	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	150
2.12.1	Autoavaliação realizada pela CPA	152
2.12.2	Procedimento da autoavaliação institucional	153
2.12.3	Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação	155
2.12.4	Participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa	156
2.12.5	Divulgação dos resultados	159
2.12.6	A autoavaliação do curso	161
2.12.7	Avaliação por comissão externa para fins de autorização do curso	162
2.12.8	Formas de utilização dos resultados das avaliações	164
2.12.9	Plano de ação da coordenação e do NDE	165
2.13	Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem	166
2.14	Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	172
2.14.1	Simulado Preparatório de Carreiras	176
2.14.2	Desafio Integrador	177
3	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA	179
3.1	Justificativa	180
3.2	Informações Gerais do Curso de Licenciatura em Psicologia	184
3.3	Eixos estruturantes	184
3.4	Perfil do egresso	186

3.5	Objetivo geral	186
3.6	Objetivos específicos	187
3.7	Formação do docente de Psicologia e dos conteúdos	187
3.8	Formação, prática de ensino e estágio curricular	188
3.9	Matriz Curricular	190
4	DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE	197
4.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE	198
4.2	Coordenação do Curso de Psicologia	201
4.2.1	Atuação do Coordenador de Curso - Plano de ação compartilhado	202
4.2.2	Regime de trabalho da Coordenação do curso	205
4.2.3	Participação efetiva da coordenação de curso e órgãos colegiados acadêmicos da IES	208
4.2.4	Experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	209
4.3	Do colegiado de curso	210
4.3.1	Institucionalização e atuação do colegiado de curso	210
4.3.2	Titulação e regime de trabalho do corpo docente	214
4.3.3	Experiência profissional do corpo docente	216
4.3.4	Experiência no exercício da docência superior	218
4.3.5	Atuação do colegiado de curso	221
4.3.6	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente	223
4.3.7	Política de qualificação docente e técnico administrativo da Instituição	225
4.3.8	Política de contratação docente	226
5	DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO	228
5.1	Política de infraestrutura da Instituição	231
5.2	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	232
5.3	Espaço de trabalho para o coordenador	233
5.4	Sala coletiva de professores	233

5.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	234
5.6	Biblioteca	235
5.6.1	Acervo	238
5.6.2	Política Institucional de atualização do acervo	240
5.6.3	Critérios de Seleção	240
5.6.4	Seleção qualitativa	241
5.6.5	Seleção quantitativa	241
5.6.6	Doações	242
5.6.7	Intercâmbio de publicações periódicas	242
5.6.8	Desbastamento	243
5.6.9	Avaliação das Coleções	243
5.6.10	Revisão da política de desenvolvimento de Coleções	244
5.6.11	Bibliografia básica e complementar por unidade curricular	244
5.6.12	Periódicos especializados	245
5.7	Repositório Oficial de Trabalhos de Conclusão de Curso	246
5.8	Estrutura física para o curso de Psicologia	247
5.8.1	Salas de aula	248
5.8.2	Auditórios	249
5.8.3	Sala Conecta Real	249
5.8.4	CAU – Central de Atendimento Unificado	249
5.8.5	Sala da CPA	250
5.8.6	Sala de Marketing	250
5.8.7	NTI – Núcleo de Tecnologia e Informação	250
5.8.9	Sala da Direção	251
5.8.10	Sala de Reuniões e NDE	251
5.8.11	Último Piso	251
5.9	Laboratórios	252
5.9.1	Laboratório de Microscopia e Fitopatologia	253
5.9.2	Laboratório de análises químicas, bioquímicas e biológicas	253
5.9.3	Laboratório de Tecnologia Farmacêutica	253
5.9.4	Laboratório de Desenho Técnico	254

5.9.5	Laboratório de Anatomia e Fisiologia Humana	254
5.9.6	Laboratório de Habilidades	254
5.9.7	Apoio técnico, sala de preparo e esterilização	255
5.9.8	Laboratório de Processos Grupais	255
5.9.9	Laboratório de Psicodiagnóstico	255
5.9.10	Laboratório de Observação Psicológica	255
5.9.11	Debriefing 1	256
5.10	Condições de acessibilidade	256
5.10.1	Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	257
5.10.2	Declaração e termo de compromisso	261
5.10.3	Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações	262
5.10.4	Recursos para pessoas com deficiência de natureza física	264
5.10.5	Adaptabilidade para portadores de deficiência visual	265
5.10.6	Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva	266
5.10.7	Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista	267
	Anexos – Ementário, Bibliografia Básica e Complementar do Curso	270
	Referências	312

1 DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

MANTENEDORA		CNPJ	E-MAIL
UB – CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A		03.291.761/0001-38 03.291.761/0003-08	camporeal@camporeal.edu.br
<p>ENDEREÇO da Mantenedora: Rua Barão de Capanema, nº 721, Bairro Santa Cruz.</p> <p>ENDEREÇO da Mantida: Rua Comendador Norberto, 1299 – Bairro Santa Cruz, Guarapuava - PR</p> <p>Endereço do Campus de oferta do curso: Rua Santana, 721, Bairro Centro, Laranjeiras do Sul – PR</p>			
CIDADE	UF	CEP	(DDD) FONE
Laranjeiras do Sul	PR	85301-200	(042)3622-5353
NOME DO DIRIGENTE			CPF
EDSON AIRES DA SILVA			427.501.139-20

1.1 Histórico da Mantenedora e da Mantida

Campo Real foi o nome dado aos campos de Guarapuava, quando por ordem de D. João VI, chegaram os primeiros colonizadores. Este imperador foi o responsável pela criação da primeira escola de nível superior no país, assim, o nome é uma forma de recuperação da História de Guarapuava e da História do Ensino Superior no Brasil. O símbolo escolhido - a estrela solitária – tem referência aos valores elevados e nos remete à excelência em educação e ao espírito empreendedor.

O Centro Universitário Campo Real, quando Faculdade Campo Real, com limite territorial de atuação circunscrito ao Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, resultou da unificação, sob ato nº 601 de 27 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial da União, das Faculdades: • de Direito de Guarapuava credenciada pela portaria nº 1.311, de 23 de agosto de 2000, • de Ciências Sociais Aplicadas do Cescareli credenciada pela portaria 464, de 15 de março de 2001 e • de Ciências Biológicas e da Saúde do Cescareli credenciada pela portaria 1.176, de 05 de dezembro de 2007. Compunham uma Instituição de Ensino Superior particular, que era mantida pelo Complexo de Ensino Superior Campo Real Ltda. – CESCARELI.

Em 21 de setembro de 2009, a Instituição passou a ser mantida pela UB - Campo Real Educacional S.A., sociedade mercantil por ações, registrada junto ao

Ministério da Fazenda sob número 03.291.761/0001-38, com sede e foro na cidade de Guarapuava. O Centro Universitário foi credenciado através da Portaria Ministerial nº 718 de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2018, Mas a sua história vem sendo traçada há mais de 24 anos, desde a implantação da Faculdade de Direito de Guarapuava, em outubro de 2000.

A Instituição nasceu de um desejo de cidadãos em contribuir para que o município se tornasse um centro universitário que propiciasse aos estudantes de Guarapuava, de regiões vizinhas e de outras localidades brasileiras, uma formação educacional capaz de responder às exigências do mercado, visando, acima de tudo, o benefício da sociedade. Identificou-se na região a necessidade de ampliação das opções de ensino, que até então contava com apenas uma universidade estadual.

Naquele momento, os estudantes dirigiam-se até a capital do estado, cerca de 260 km distante, a fim de buscarem formação em cursos de graduação específicos, ficando dessa forma, restrito o acesso à maioria da população, pelo acréscimo de custos à formação superior.

Nos seus anos de atividades ininterruptas, a Instituição vem evoluindo tanto em qualidade de ensino, quanto em autorização de cursos, que se reflete no crescimento do corpo discente, na sua infraestrutura física e de pessoal. O desenvolvimento institucional e de cursos presenciais pode ser sintetizado pela imagem a seguir:



O Curso de Bacharelado em Direito foi autorizado por meio da Portaria Ministerial nº 1.311 de 23 de agosto de 2000, reconhecido por meio da Portaria

Ministerial nº 258 de 19/06/2006 e, no ano de 2001, foram autorizados cinco novos cursos, descritos a seguir:

- **Curso de Administração** com as habilitações em: Gestão de negócios, Agronegócios, Administração Pública e Comércio Exterior, autorizado por meio da Portaria nº 480 de 15 de março de 2001, reconhecido por meio da Portaria nº 3.515 de 13 de outubro de 2005 e em 2011, já sem as habilitações e com a denominação de Bacharelado em Administração, houve a renovação do reconhecimento por meio da Portaria nº 303 de 02 de agosto de 2011. Em 31 de Dezembro de 2013 foi publicada a Portaria Ministerial nº 737, de 30 de Dezembro de 2013, que renovou o reconhecimento do Curso de Administração.
- **Secretariado Executivo**, autorizado por meio da Portaria nº 464 de 15 de março de 2001 e reconhecido por meio da Portaria nº 4.011 de 21 de novembro de 2005. Não houve renovação do reconhecimento por ter sido extinto o curso em 2009;
- **Letras-Espanhol**, Licenciatura, vinculado ao Instituto Superior de Educação foi autorizado por meio da Portaria nº 591 de 28 de março de 2001 e reconhecido por meio da Portaria nº 3.740 de 24 de outubro de 2005. Não houve a renovação do reconhecimento por ter sido extinto o curso em 2009;
- **Publicidade e Propaganda**, autorizado por meio da Portaria nº 1.330 de 04 de julho de 2001, reconhecido por meio da Portaria nº 223 de 07 de junho de 2006 e renovação do reconhecimento se deu por meio da Portaria nº 25 de 12 de março de 2012. Em 19 de Dezembro de 2013 foi publicada a Portaria nº 703, de 18 de Dezembro de 2013, que renovou o reconhecimento do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.
- **Curso de Ciências Econômicas** autorizado por meio da Portaria nº 1.650 de 25 de julho de 2001 e extinto antes do reconhecimento.

No ano de 2002, foi autorizado o curso de Jornalismo por meio da Portaria nº 2.376 de 22 de agosto de 2002 e extinto antes do reconhecimento.

Em 2007, houve a implantação de três curso da área da Saúde:

- **Psicologia**, autorizado por meio da Portaria nº 1.048 de 20 de dezembro de 2007, reconhecido por meio da Portaria nº 175 de 18 de abril de 2013, com renovação dada pela Portaria nº 703, de 18 de Dezembro de 2013.
- **Enfermagem**, por meio da Portaria nº 1.049 de 20 de dezembro de 2007 e reconhecido por meio da Portaria nº 134 de 27 de julho de 2012.

- **Nutrição**, autorizado por meio da Portaria nº 1.050 de 20 de dezembro de 2007 e reconhecido por meio da Portaria nº 188 de 01 de outubro de 2012.

Em 2008, dois novos cursos foram autorizados:

- O curso de **Educação Física** por meio da Portaria nº 294 de 11 de abril de 2008 e extinto logo em seguida e
- O curso de **Engenharia de Produção** por meio da Portaria nº 1.012 de 04 de dezembro de 2008 que está em fase de extinção por ausência de demanda.

Em 2009, dois novos cursos foram autorizados:

- O curso de **Engenharia Agrônômica**, autorizado por meio da Portaria nº101 de 28 de janeiro de 2009 cujo pedido de reconhecimento foi deferido através da portaria nº 298 de 14 de abril de 2015.
- O curso de **Biomedicina**, por meio da Portaria nº 410 de 24 de março de 2009, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 216, de 28 de Março de 2014.

Em 2013 foi autorizado o funcionamento do Curso de **Medicina Veterinária**, pela Portaria 632, de 28 de Novembro de 2013 que foi reconhecido em 19 de Novembro de 2020, pela Portaria Ministerial nº 460.

Em 2014 foi autorizado o funcionamento do Curso de **Arquitetura e Urbanismo** pela Portaria Ministerial nº 332 de 27 de maio de 2014. O Curso foi reconhecido pela portaria Ministerial nº 534 de 01 de junho de 2021.

Em 2015 foram autorizados os cursos de:

- **Engenharia Civil** – autorizado pela Portaria Ministerial nº 701 de 01 de Outubro de 2015 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 700 de 20 de junho de 2022.
- **Engenharia Elétrica** – autorizado pela Portaria Ministerial nº 702 de 01 de Outubro de 2015 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 699 de 20 de junho de 2022.
- **Engenharia Mecânica** - autorizado pela Portaria Ministerial nº 704 de 02 de Outubro de 2015 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 693 de 13 de junho de 2022.

Em 2017:

- **Medicina** – o curso foi autorizado pelo Ministério da Educação através da seletiva específica do Programa Mais Médicos, por meio da portaria MEC nº 1.217 de 28 de novembro de 2017, tramitou processo de reconhecimento do curso so nº 202206210, protocolado em 22 de julho de 2022 e foi reconhecido pela portaria nº

517, de 19 de setembro de 2024.

Em 2018:

- **Ciências Contábeis** – o curso foi aberto pela prerrogativa de autonomia de Centro Universitário, comunicado no processo e-mec nº 201822828, de 20 de outubro de 2018. Recebeu visita para o reconhecimento em maio de 2023 e foi reconhecido pela portaria SERES/MEC nº 309, de 5 de Julho de 2024.
- **Fisioterapia** – o curso foi aberto pela prerrogativa de autonomia de Centro Universitário, comunicado no processo e-mec nº 201822830, de 20 de outubro de 2018. O processo de reconhecimento está em trâmite no sistema e-mec sob nº 202206355, recebeu visita de reconhecimento no mês de agosto de 2023 e está em cumprimento de protocolo de compromisso.

Em 2019, 2020 e 2021:

- **Engenharia de Software** - o curso foi aberto pela prerrogativa de autonomia de Centro Universitário, comunicado no processo e-mec nº 201938011, de 12 de fevereiro de 2020. O processo de reconhecimento tramitou junto ao e-mec sob nº 202219445 e foi reconhecido pela portaria nº 171, de 14 de março de 2025.
- **Odontologia** – o curso foi autorizado através da portaria MEC nº 407 de 2 de fevereiro de 2022, com início de funcionamento em fevereiro de 2022. Processo de reconhecimento em protocolado em 24 de setembro de 2024, sob nº 202419126 aguardando emissão de portaria de reconhecimento.
- **Convênio com a Unibrasil para Pólo Educacional** – a Campo Real realizou convênio com a Coligada da Unibrasil para sedimento de Pólo Educacional nas cidades de Irati e Laranjeiras do Sul. O convênio esteve em vigor até a publicação do novo marco regulatório do EAD e será formalmente encerrado com a finalização das turmas em andamento.
- **Credenciamento de Campus Irati** – a instituição recebeu credenciamento de campus no final do ano de 2023, através da portaria nº 1990 de 10 de novembro de 2023, processo de nº 202008278. Junto do pedido de credenciamento foram autorizados os cursos de Administração, Biomedicina, Engenharia Civil, Direito e Enfermagem, na modalidade presencial, através da portaria nº 444 de 17 de novembro de 2023.
- **Credenciamento de Campus Laranjeiras do Sul** – em 04 de novembro de 2020 a IES solicitou, mediante processo e-mec nº 202023384, credenciamento de

campus fora de sede na cidade de Laranjeiras do Sul. O pedido de credenciamento se deu juntamente com os pedidos de autorização dos cursos de Administração, Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária. O credenciamento foi deferido por meio da portaria nº 823, de 16 de agosto de 2024 e os cursos autorizados pela portaria nº 465 de 9 de setembro de 2024.

- **Credenciamento da Instituição para oferta de Cursos em EAD** – a Instituição foi credenciada pela portaria MEC nº 523 de 14 de julho de 2021 para oferta de ensino a distância. A partir do ano de 2022 a IES cadastrou 4 polos educacionais para a oferta de cursos EAD nas cidades de Irati, Laranjeiras, Pitanga e Ivaiporã.

Podemos sintetizar essa implantação na seguinte imagem:



- **Oferta de novos cursos presenciais em Irati:** no ano de 2026 a IES passou a ofertar os cursos presenciais de Farmácia (1725842) conforme processo e-mec nº 202529483 de 11/12/2025, Medicina Veterinária (1715390) conforme processo e-mec nº 202522249 de 08/09/2025, Engenharia Agrônômica (1715393) conforme processo e-mec nº 202522252 de 08/09/2025 e Fisioterapia (1715356) conforme processo e-mec nº 202522212 de 08/09/2025, abertos na autonomia de Centro Universitário.
- **Oferta de cursos em EAD** – a IES oferta atualmente os seguintes cursos na modalidade EAD, todos abertos na prerrogativa da autonomia:

CÓDIGO DO CURSO	CURSO	POLO EDUCACIONAL
1620775	ADMINISTRAÇÃO	Irati
1596107	AGRONOMIA	Irati
1624243	ARQUITETURA E URBANISMO	Irati
1597224	BIOMEDICINA	Irati
1624061	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Irati
1624190	ENGENHARIA CIVIL	Irati
1624277	ENGENHARIA DE SOFTWARE	Irati
1624613	ESTÉTICA E COSMÉTICA	Irati
1624611	FARMÁCIA	Irati
1624612	FISIOTERAPIA	Irati
1620776	MEDICINA VETERINÁRIA	Irati
1596107	AGRONOMIA	Ivaiporã
1597224	BIOMEDICINA	Ivaiporã
1624061	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Ivaiporã
1624190	ENGENHARIA CIVIL	Ivaiporã
1624612	FISIOTERAPIA	Ivaiporã
1620776	MEDICINA VETERINÁRIA	Ivaiporã
1620775	ADMINISTRAÇÃO	Laranjeiras do Sul
1596107	AGRONOMIA	Laranjeiras do Sul
1624243	ARQUITETURA E URBANISMO	Laranjeiras do Sul
1597224	BIOMEDICINA	Laranjeiras do Sul
1624061	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Laranjeiras do Sul
1624190	ENGENHARIA CIVIL	Laranjeiras do Sul
1624277	ENGENHARIA DE SOFTWARE	Laranjeiras do Sul
1624613	ESTÉTICA E COSMÉTICA	Laranjeiras do Sul
1624611	FARMÁCIA	Laranjeiras do Sul
1624612	FISIOTERAPIA	Laranjeiras do Sul
1620776	MEDICINA VETERINÁRIA	Laranjeiras do Sul
1597224	BIOMEDICINA	Pitanga
1624061	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Pitanga
1624190	ENGENHARIA CIVIL	Pitanga
1624613	ESTÉTICA E COSMÉTICA	Pitanga
1624611	FARMÁCIA	Pitanga
1624612	FISIOTERAPIA	Pitanga

No ano de 2025, com a edição do novo marco regulatório do ensino à distância, a Instituição deixou de ofertar os cursos estritamente à distância e passou a ofertar cursos semipresenciais nos campus de Laranjeiras do Sul e Irati:

Código do Curso	Curso	Campus
1709048	Farmácia	Laranjeiras do Sul
1709047	Biomedicina	Laranjeiras do Sul
1709049	Fisioterapia	Laranjeiras do Sul
1735078	Engenharia de Software	Irati

Em relação às avaliações de curso, CPC, CC e ENADE, os cursos do Centro Universitário Campo Real possuem os seguintes conceitos:

CURSO	ANO	CPC Faixa
ADMINISTRAÇÃO	2022	4
ARQUITETURA E URBANISMO	2021	4
BIOMEDICINA	2023	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2022	3
COMUNICAÇÃO SOCIAL	2022	4
DIREITO	2022	4
ENFERMAGEM	2021	4
ENGENHARIA AGRÔNOMICA	2021	4
ENGENHARIA CIVIL	2023	4
ENGENHARIA DE SOFTWARE	2023	SC
ENGENHARIA ELÉTRICA	2023	4
ENGENHARIA MECÂNICA	2023	4
FARMÁCIA	2023	SC
FISIOTERAPIA	2023	SC
MEDICINA	2023	4
MEDICINA VETERINÁRIA	2023	4
NUTRIÇÃO	2023	4
ODONTOLOGIA	2023	SC
PSICOLOGIA	2022	3
Centro Universitário	2023	IGC 4

1.2 O Centro Universitário Campo Real

O Centro Universitário Campo Real, localizado em Guarapuava, Paraná, é uma instituição de ensino superior que oferece uma variedade de cursos de graduação, pós-graduação e outras modalidades de ensino. A instituição visa proporcionar uma educação de qualidade, colaborando para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus alunos e atualmente oferta os seguintes cursos superiores presenciais:

1. Administração
2. Arquitetura e Urbanismo
3. Biomedicina
4. Ciências Contábeis
5. Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
6. Direito
7. Enfermagem
8. Engenharia Agrônoma
9. Engenharia Civil
10. Engenharia de Software
11. Engenharia Elétrica
12. Engenharia Mecânica

13. Farmácia
14. Fisioterapia
15. Medicina
16. Medicina Veterinária
17. Nutrição
18. Odontologia
19. Psicologia

A Instituição, por sua experiência, entendeu que estes cursos são relevantes para o desenvolvimento, para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das pessoas do município e da região, visando proporcionar educação superior que contribua para o desenvolvimento econômico e social da região. Para tanto visa formar profissionais qualificados que possam atender às demandas locais e impulsionar setores econômicos regionais. A crescente necessidade de profissionais com formação técnica e científica específica para atender às exigências do mercado de trabalho motiva a oferta diversificada de cursos, sendo que a oferta de cursos localmente elimina a necessidade de deslocamento para outras cidades, tornando a educação superior mais acessível aos moradores de Guarapuava e arredores.

Entendendo como inserção todas as atividades resultantes dos esforços da Instituição em benefício da sociedade, tem-se que a melhor forma de se verificar a ocorrência desta inserção é através dos resultados atingidos. Ao longo de décadas a cidade de Guarapuava se caracterizou pela exportação de estudantes universitários, e conseqüentemente de mão-de-obra qualificada, para grandes centros. Este fluxo migratório defasava a competitividade do município na atração de novas empresas.

Com a implantação da Faculdade Campo Real e o desenvolvimento constante das instituições de ensino superior, nos últimos 25 anos, a cidade mudou de status perante o cenário estadual, passando a ser importadora de acadêmicos e produtora de mão-de-obra especializada. As Instituições de Ensino Superior proveem à região potencial para atração de investimentos, pois empresas procuram se instalar em cidades que fornecem mão-de-obra especializada para suas atividades, uma vez que não querem arcar com o custo de “importar” um profissional, fato que implica em salários fora da realidade do mercado, adaptação cultural para toda família, emprego para o cônjuge, escola para os filhos, sem contar que mesmo após todo este trabalho o profissional pode desistir e voltar para sua terra natal.

O Centro Universitário Campo Real tem como principais mecanismos de

inserção regional o ensino de graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão e a prestação de serviços à sociedade, constantemente alinhados às demandas regionais e preocupados com o desenvolvimento local. A consolidação dos programas de graduação e pós-graduação por meio de investimentos na infraestrutura, em pessoas e recursos financeiros, bem como na ampliação do programa de financiamento institucional da graduação tem contribuído de maneira efetiva para fortalecer continuamente as ações institucionais. A Instituição tem contribuído constantemente com as iniciativas de iniciação à pesquisa e inovação da cidade e da região, os diversos campos do conhecimento como engenharia, tecnologia e saúde beneficiam a pesquisa acadêmica aplicada às necessidades locais. Através do estabelecimento de parcerias com empresas e governo locais, promove a inovação e contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Além de formar novos profissionais, a oferta de cursos de pós-graduação e extensão pela instituição possibilita a capacitação contínua daqueles já inseridos no mercado de trabalho, promovendo tanto o crescimento individual quanto coletivo.

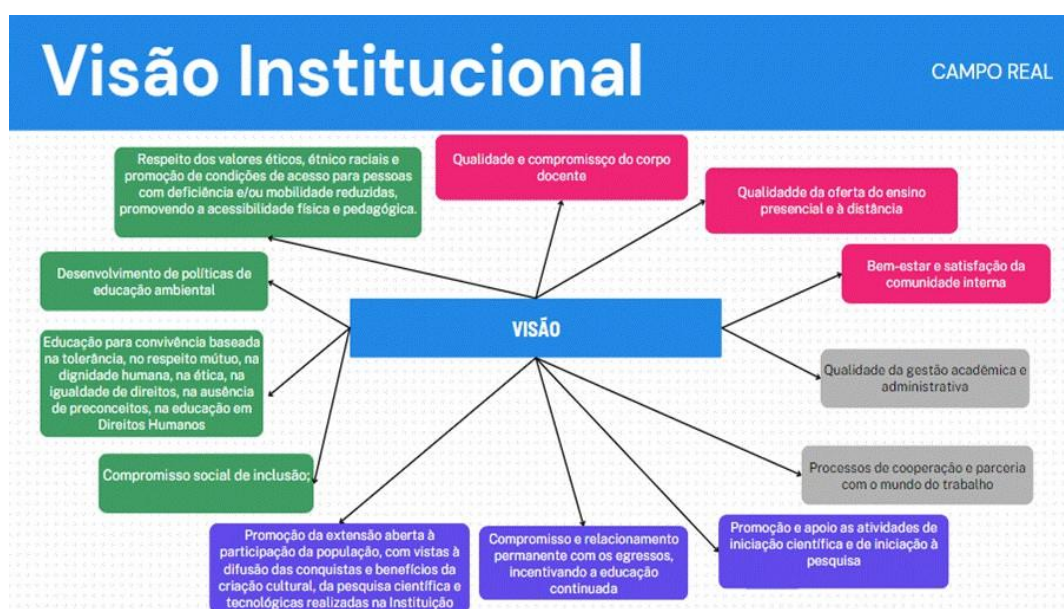
Ademais, a Instituição realiza diversos convênios com empresas e instituições públicas e privadas para fomentar estágios, extensão e projetos de iniciação científica. Na vigência do PDI 2024-2029, essas iniciativas deverão ser estendidas para o maior número possível de instituições e organizações, reforçando sua inserção regional, nacional e internacional por meio de estratégias e projetos estratégicos. A Extensão Universitária é também elemento fundamental no processo de inserção regional da Campo Real. A Extensão socializa e desenvolve a produção de conhecimentos, buscando a interação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região.

1.3 Missão e Visão Institucional e do Curso de Psicologia

O Centro Universitário Campo Real foi criado com a missão, ainda atual, de formar pela excelência no Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.



A visão institucional é trabalhar para ser reconhecida como uma Instituição de Ensino Superior de referência local, regional e nacional pela/o:



1.4 Responsabilidade Social da IES

O Centro Universitário Campo Real tem sua primeira responsabilidade social expressa em sua missão institucional *formar pela excelência no Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais*. Essa é a primeira responsabilidade da Instituição para com a sociedade em que se insere. Formar profissionais capacitados, éticos, com valores humanos, preocupados com a inovação para atendimento das demandas locais e regionais e aptos a resolverem os desafios globais.

O Centro Universitário Campo Real pauta-se na escolha dos cursos que

oferece pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a sociedade apresente, e venha a apresentar, aos profissionais a serem formados, mas, prioritariamente considera a real necessidade que a sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

Objetiva a formação de profissionais técnica, e politicamente, competentes para atuar nas diversas áreas em que propõe seus cursos, com compreensão ampla, consistente e crítica dos saberes que compõem as suas profissões. Busca formá-los com visão humanística e consciência da importância do papel social, político, cultural e econômico que lhes caberá desempenhar em sua comunidade.

Diante do processo de reestruturação produtiva e de redefinição das relações de trabalho, importa à IES formar profissionais que sejam, também, agentes de transformação, que compreendam a precedência da dignidade humana sobre a produtividade, o consumo ou o lucro.

Os cursos oferecidos visam ainda formar um profissional que alie à compreensão dos fundamentos científicos uma visão global da sociedade moderna em seu contexto atual e suas perspectivas de futuro. O perfil desejado é, portanto, de um profissional atento às novas tecnologias que existem ou venham a existir em suas áreas de atuação e que sejam aplicáveis em nossa região, estando estes capacitados, também, para atuar em regiões onde possam desenvolver sua profissão após a graduação tendo o preparo ético e intelectual e o incentivo da IES para trabalhar com o título obtido, bem como, de aperfeiçoar-se em cursos de Pós graduação, não deixando nada a desejar se comparados a profissionais de outras instituições.

O Centro Universitário Campo Real, consciente de que a ética constitui a base da responsabilidade social, exerce a gestão educacional para tornar-se parte da construção de uma sociedade sustentável e justa. O estabelecimento de padrões éticos de relacionamento com docentes, discentes, funcionários, fornecedores, parceiros, comunidade, poder público e com o meio ambiente é meta prioritária e está expressa nos princípios e valores da instituição.

Assim, desenvolve as seguintes políticas de Responsabilidade Social e a partir de seus marcos legais:

- Fomento ao respeito às responsabilidades legais, transparência administrativa e conduta ética;
- Produção de informação sobre Responsabilidade Social,

comprometendo a instituição perante a comunidade com este tema;

- Implantação e manutenção de políticas de Inclusão Social;
- Conscientização no ambiente de trabalho sobre a Responsabilidade Social, entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;
- Incentivo ao uso de materiais recicláveis e/ou reciclados no ambiente de trabalho, despertando assim sua conscientização ambiental, sendo estes elementos humanos que irão difundir conhecimentos para essa consciência ambiental;
- Intercâmbio com entidades nacionais e internacionais expressivas no tema Responsabilidade Social e
- Respeitar e primar pelo bem-estar animal em todas as suas vertentes relacionadas ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

O Centro Universitário Campo Real, através do exercício de sua responsabilidade social, busca constituir-se um polo gerador de conhecimento e de oportunidades de trabalho e qualificação acadêmica e profissional, pautada na tríade de formação de uma IES preocupada não somente com a formação de seu profissional, bem como, com o caráter deste, por isso desenvolve trabalhos contínuos vinculados ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Isto se dá, através dos projetos pedagógicos, que formalizam uma orientação e propiciam aos acadêmicos, o desenvolvimento de atitudes com relação à responsabilidade social. Para isso, organiza e desenvolve projetos, tanto de forma autônoma, quanto em forma de parceria com ONG's e com órgãos públicos e privados, visando implementar as políticas contidas nos documentos oficiais vigentes.

Já as questões ambientais ligadas ao desenvolvimento social estão relacionadas às mais diversas áreas, sendo muito importante a oportunidade multidisciplinar de momentos que proporcionem reflexão e um olhar especial a esta causa. Diante disso, a Instituição, por meio do Projeto Consciência Limpa, promove ações, entre elas a Mostra de Ações em Defesa do Meio Ambiente, com ampla adesão de ONGs, Instituições de Ensino e Empresas locais. Relacionado à questão cultural, são realizadas exposições de Arte promovidas pelo Projeto Arte em Campo – projeto este institucionalizado, que promove diversas exposições com obras de artistas locais e apresentações culturais, com o intuito de incentivar e divulgar a arte e cultura de Guarapuava e região.

Na área do ensino, a Campo Real tem ampliado a oferta de cursos e programas que respondem às demandas locais por profissionais qualificados, favorecendo a empregabilidade e o desenvolvimento regional. A valorização de princípios éticos e valores humanos aparece nas ações de formação integral dos estudantes, com atividades práticas que conectam teoria e realidade local — por exemplo, estágios e parcerias com empresas, órgãos públicos e organizações sociais da região.

No campo da iniciação à pesquisa e extensão, há projetos aplicados que atendem diretamente comunidades rurais e urbanas: pesquisas que melhoram práticas agrícolas, iniciativas de saúde preventiva em unidades básicas, e oficinas técnicas para microempreendedores. Essas ações traduzem o compromisso institucional de transformar conhecimento em soluções locais, gerando impacto social e econômico em Laranjeiras do Sul e municípios vizinhos.

A atuação em saúde, educação e cultura tem sido outro foco relevante: mutirões, campanhas de orientação e exames, atividades culturais abertas à comunidade ampliam o acesso a serviços e promovem inclusão social. Além disso, programas de assistência estudantil e bolsas sinalizam a preocupação com equidade e permanência de alunos de baixa renda.

Parcerias institucionais e cooperação com poder público, empresas locais e organizações do terceiro setor reforçam a presença da Campo na agenda de desenvolvimento regional. Projetos de sustentabilidade ambiental e ações de responsabilidade socioambiental, frequentemente realizados pela instituição, mostram compromisso com o território e com as gerações futuras.

Em suma, por meio de formação profissional de qualidade, pesquisas aplicadas, extensão comunitária, ações de saúde, educação e cultura, além de políticas de inclusão e parcerias estratégicas, o Centro Universitário Campo Real demonstra, um cumprimento efetivo de sua responsabilidade social em Laranjeiras do Sul e região do Paraná.

1.5 Perfil da Saúde na Região Cantuquiriguaçu

O perfil de saúde de uma população é resultado da interação entre fatores demográficos, socioeconômicos, ambientais e da estrutura de serviços disponíveis.

No caso do município de Laranjeiras do Sul, a análise dos indicadores de saúde demonstra uma realidade marcada por avanços importantes na cobertura da atenção básica, mas também por desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas e ao acesso a serviços de infraestrutura e saúde especializados.

O município de Laranjeiras do Sul possui aproximadamente 32 mil habitantes, distribuídos em uma área territorial de cerca de 673 km², com densidade populacional de aproximadamente 48,3 habitantes por km². A população é majoritariamente urbana, com cerca de 26.473 habitantes na área urbana e 6.077 na área rural. Parte significativa da população reside em áreas rurais ou em municípios vizinhos de pequeno porte, o que reforça o papel de Laranjeiras do Sul como polo regional de serviços públicos, incluindo saúde, educação e assistência social.

A cidade integra o território Cantuquiriguaçu, uma região composta por municípios predominantemente de pequeno porte, com características socioeconômicas marcadas por menor dinamismo econômico e indicadores sociais inferiores à média estadual. Essa condição regional impacta diretamente a organização da rede de saúde e a demanda por serviços especializados.

Os determinantes sociais exercem influência direta sobre o estado de saúde da população. Laranjeiras do Sul apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de aproximadamente 0,753, classificado como médio-alto, porém ainda inferior ao de regiões mais desenvolvidas do Paraná.

No território Cantuquiriguaçu, diversos municípios apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos, especialmente no componente renda. A limitação de oportunidades econômicas, associada à desigualdade social e à dispersão territorial da população, influencia o acesso a serviços públicos e impacta a ocorrência de agravos à saúde. Além disso, cerca de 70% dos municípios da região apresentam indicadores de longevidade abaixo do índice sintético, evidenciando desigualdades estruturais que impactam a saúde da população.

Aspectos como escolaridade, renda familiar, acesso à infraestrutura urbana e oportunidades de trabalho constituem fatores determinantes para o perfil epidemiológico regional, contribuindo para a prevalência tanto de doenças crônicas quanto de problemas relacionados à saúde mental e ao sofrimento psicossocial. A rede de atenção à saúde do município é organizada principalmente por meio da atenção primária à saúde, estruturada pela estratégia saúde da família. Laranjeiras do

Sul possui diversas unidades básicas de saúde que garantem cobertura praticamente integral da população.

A atenção básica desempenha papel fundamental na prevenção de doenças, acompanhamento de grupos vulneráveis e encaminhamento de casos para níveis de maior complexidade da rede de atenção à saúde. A ampla cobertura da atenção primária é um elemento fundamental do sistema local de saúde, pois contribui para a prevenção de doenças, acompanhamento de grupos vulneráveis e redução de internações por causas evitáveis.

Além disso, o município possui serviços hospitalares e ambulatorios que atendem não apenas a população local, mas também pacientes provenientes de municípios vizinhos da região, reforçando sua função como centro regional de atendimento. O município conta com 10 unidades de saúde de atenção básica, garantindo 100% de cobertura da população por equipes de atenção básica, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Os indicadores demográficos e epidemiológicos ajudam a compreender o padrão de saúde da população. Dados recentes apontam que, no município, são registrados anualmente centenas de nascimentos e óbitos, com taxas de natalidade e mortalidade semelhantes às médias estaduais:

- **Taxa bruta de natalidade:** 15,95 nascimentos por mil habitantes
 - **Taxa de mortalidade geral:** 8,75 óbitos por mil habitantes
 - **Taxa de mortalidade infantil:** 7,78 óbitos por mil nascidos vivos
 - **Taxa de mortalidade em menores de cinco anos:** 9,73 por mil nascidos vivos

Esses indicadores mostram que, em alguns aspectos, o município apresenta desempenho semelhante ou até melhor que a média estadual, especialmente em mortalidade infantil, embora persistam desafios em determinados períodos ou indicadores específicos. A mortalidade infantil, indicador sensível da qualidade da assistência à saúde e das condições socioeconômicas, apresenta valores relativamente baixos quando comparados a outras regiões do país, embora ainda demande atenção constante das políticas públicas.

Em 2022, foram registrados 514 nascidos vivos e 282 óbitos no município, incluindo quatro mortes de crianças menores de um ano. Os dados também revelam a ocorrência de gravidez na adolescência, com registros de nascimentos de mães

entre 10 e 14 anos e 15 a 19 anos, configurando um importante desafio para as políticas públicas de saúde e assistência psicossocial.

A análise dos indicadores de saúde de Laranjeiras do Sul demonstra que o município possui uma estrutura relativamente consolidada de atenção básica e apresenta avanços importantes na organização dos serviços de saúde. A cobertura universal da atenção primária e os investimentos em qualificação profissional são pontos positivos que contribuem para a melhoria das condições de saúde da população. Entretanto, o contexto regional do território Cantuquiriguaçu ainda apresenta desafios estruturais relacionados às desigualdades socioeconômicas, ao acesso a saneamento básico e **à necessidade de ampliação da rede de serviços especializados**, incluindo-se aqui os cuidados com a saúde mental dos indivíduos.

A saúde mental tem sido reconhecida como um dos principais desafios contemporâneos das políticas públicas de saúde. Segundo estimativas do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 30% da população apresenta algum tipo de sofrimento psíquico ao longo da vida, enquanto cerca de 10% a 12% da população necessita de acompanhamento especializado contínuo para transtornos mentais.

De acordo com o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, transtornos mentais e comportamentais representam parcela significativa da carga global de doenças, afetando diretamente a qualidade de vida, a produtividade e as relações sociais da população. Na região de Laranjeiras do Sul e do território Cantuquiriguaçu, diversos fatores contribuem para o aumento da demanda por serviços de saúde mental, entre eles:

- vulnerabilidade socioeconômica
- desigualdades sociais e territoriais
- dificuldades de acesso a serviços especializados
- problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas
- violência doméstica e comunitária
- sofrimento psíquico associado ao desemprego e à precarização do trabalho

No Brasil, o crescimento da demanda por atendimento psicológico está associado a fatores como mudanças sociais, aumento da vulnerabilidade socioeconômica, urbanização acelerada, violência, desemprego e transformações nas relações familiares e comunitárias. No contexto regional de Laranjeiras do Sul e

do território Cantuquiriguaçu, essas questões tornam-se ainda mais relevantes devido às características socioeconômicas da região e à limitação da oferta de serviços especializados.

Dados do Conselho Federal de Psicologia indicam que o Brasil possui atualmente aproximadamente 574 mil psicólogos registrados, distribuídos de forma desigual entre os estados e regiões do país. No estado do Paraná, existem cerca de 33.890 psicólogos registrados, vinculados ao Conselho Regional da 8ª Região. Apesar do número elevado de profissionais no país, a distribuição territorial apresenta forte concentração em grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, enquanto municípios de médio e pequeno porte, especialmente no interior, apresentam menor disponibilidade de profissionais.

Em termos proporcionais, o Brasil possui aproximadamente 2 psicólogos para cada 1.000 habitantes, considerando profissionais registrados. Entretanto, quando se considera apenas os profissionais inseridos na rede pública de saúde, a proporção é significativamente menor, chegando a cerca de 0,18 psicólogo por mil habitantes no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, estudos indicam que 9 em cada 10 municípios brasileiros possuem menos de um psicólogo por mil habitantes na rede pública, o que evidencia a limitação da oferta de atendimento psicológico no sistema público.

A organização da assistência em saúde mental no Brasil ocorre por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços como:

- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- unidades básicas de saúde
- hospitais gerais
- serviços de urgência e emergência
- dispositivos de atenção psicossocial comunitária

Nos municípios de pequeno e médio porte, como ocorre em grande parte da região Cantuquiriguaçu, a atenção primária à saúde assume papel fundamental na identificação precoce de transtornos mentais e no encaminhamento para serviços especializados. Entretanto, a oferta de serviços especializados de saúde mental na região ainda é limitada, o que gera sobrecarga nos equipamentos existentes e amplia a necessidade de profissionais especializados, especialmente psicólogos.

Entre os problemas mais frequentes identificados nos serviços de saúde

destacam-se:

- transtornos de ansiedade
- depressão
- transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas
- sofrimento psíquico associado a violência e vulnerabilidade social
- transtornos relacionados ao desenvolvimento infantil

Além disso, estudos nacionais apontam crescimento significativo dos casos de depressão, ansiedade e ideação suicida, especialmente entre jovens e adolescentes, fenômeno intensificado por fatores sociais, econômicos e pelas transformações nas relações sociais contemporâneas.

Regiões interioranas, como o território Cantuquiriguaçu, apresentam menor disponibilidade de profissionais, o que dificulta o acesso da população aos serviços de atenção psicológica. Além disso, o psicólogo exerce funções essenciais em diversas políticas públicas, como:

- Sistema Único de Saúde (SUS)
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- educação básica e superior
- sistema de justiça
- políticas de atenção à infância e adolescência

A ampliação dessas políticas públicas nos últimos anos aumentou significativamente a demanda por psicólogos, especialmente em municípios de médio porte que atuam como polos regionais. Diante desse cenário, a ampliação da formação de profissionais psicólogos na própria região torna-se estratégica para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e a melhoria no perfil da saúde na região.

2 DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real – Informações didático-administrativas.

2.1.1 Justificativa de oferta do curso em Laranjeiras do Sul

O município de Laranjeiras do Sul, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, possui papel de centralidade regional, exercendo influência sobre diversos municípios da região da Cantuquiriguaçu. Essa centralidade regional amplia significativamente a demanda potencial por serviços educacionais e de saúde, incluindo a formação em Psicologia. Laranjeiras do Sul é um polo municipal do Centro-Oeste do Paraná, com uma população municipal da ordem de 32.227 habitantes, de acordo com dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A área territorial do município é de aproximadamente 673,6 km², com densidade demográfica em torno de 48 habitantes por km².

A microrregião possui municípios vizinhos com população dispersa e forte presença do setor agropecuário e do pequeno comércio; muitos jovens migram para grandes centros para estudar. Além da população local, Laranjeiras desempenha função de polo regional para municípios vizinhos como: Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Marquinho, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Quedas do Iguaçu, cuja região administrativa apresenta aproximadamente 122 mil habitantes, distribuídos em cerca de dez municípios.

A região apresenta características socioeconômicas associadas a predominância da atividade agropecuária, crescimento da cadeia agroindustrial, municípios de pequeno e médio porte e demanda crescente por políticas públicas de saúde e assistência social. Nesse contexto, destaca-se a expansão de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e às políticas educacionais e psicologia escolar.

A presença desses equipamentos institucionais evidencia a necessidade crescente de profissionais de Psicologia para atuação clínica, social, educacional e

institucional. Segundo dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Brasil possui aproximadamente 574.130 psicólogas e psicólogos registrados. Em termos proporcionais, o Brasil possui aproximadamente 2 psicólogos para cada 1.000 habitantes, considerando profissionais registrados. Entretanto, quando se considera apenas os profissionais inseridos na rede pública de saúde, a proporção é significativamente menor, chegando a cerca de 0,18 psicólogo por mil habitantes no Sistema Único de Saúde (SUS).

No estado do Paraná, vinculado ao CRP-08, existem aproximadamente 33,8 mil profissionais registrados. Apesar do número expressivo de profissionais no estado, a distribuição territorial é altamente concentrada em grandes centros urbanos. A região tem oferta limitada de cursos de graduação presenciais em áreas de saúde mental; a formação em Psicologia mais próxima costuma estar em centros regionais maiores, como por exemplo Cascavel, Guarapuava e Toledo, o que acentua a evasão estudantil local e a dificuldade de reposição de profissionais na própria cidade. Essa concentração geográfica gera dois fenômenos importantes:

- **Deslocamento de estudantes** de municípios menores para grandes centros universitários.
- **Dificuldade de fixação profissional** nas regiões de origem.

Assim, a inexistência de curso de Psicologia em Laranjeiras do Sul dificulta a formação e permanência de profissionais qualificados na região da Cantuquiriguaçu. O Brasil, e o Paraná, registram demandas crescentes em saúde mental (ansiedade, depressão, uso de substâncias, violência doméstica, transtornos na infância e adolescência). O SUS/Ministério da Saúde e relatórios da OMS destacam alta prevalência de transtornos mentais comuns e lacunas de atendimento, sobretudo em áreas interioranas e periféricas. Assim, a implantação de um curso de Psicologia em Laranjeiras do Sul apresenta relevância estratégica considerando a demanda regional, a presença de rede pública de saúde e assistência social e o crescimento da demanda por atendimentos psicológicos.

A ampliação da demanda por profissionais psicólogos está diretamente relacionada à expansão das políticas públicas que incluem atendimento psicológico como componente essencial. Entre as principais políticas públicas que demandam psicólogos destacam-se:

- Unidades Básicas de Saúde (UBS)

- Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF)
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- hospitais gerais
- ambulatórios especializados
- serviços de urgência e emergência

A atuação desses profissionais é fundamental para o tratamento de transtornos mentais, acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, atendimento de famílias e promoção da saúde mental comunitária. A política de saúde mental brasileira organiza-se por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços comunitários que incluem:

- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- unidades de acolhimento
- equipes de saúde da família
- leitos em hospitais gerais
- serviços de atenção a álcool e outras drogas

Nessa rede, o psicólogo desempenha papel central na avaliação, acompanhamento terapêutico e intervenção psicossocial. Outro campo de atuação fundamental é o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Nesse sistema, psicólogos atuam em equipamentos como:

- CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
- CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)
- serviços de proteção à infância e adolescência
- programas de enfrentamento à violência doméstica

Desta forma, a criação do curso de psicologia em Laranjeiras do Sul contribuiria sobremaneira com a democratização do acesso ao ensino superior, a redução do deslocamento de estudantes para grandes centros e o fortalecimento do desenvolvimento regional. O curso permitiria ainda a formação de profissionais destinados a atuar no SUS, no SUAS, em escolas públicas e privadas, em serviços comunitários e em organizações sociais, aumentando a oferta de profissionais para escolas, UBS/CAPS, hospitais, saúde do trabalhador e atendimento privado, reduzindo filas de atendimento de pacientes e o deslocamento para centros maiores.

Formar profissionais locais propicia a permanência na região, suprimindo necessidades locais de assistência e educação, isso gera um fortalecimento

intersetorial (educação, saúde, assistência social, segurança) e fornece profissionais que podem atuar em programas escolares (apoio psicopedagógico, prevenção de violência), assistência social (acolhimento, famílias), segurança pública (atendimento a vítimas), e empresas privadas de saúde ocupacional, por exemplo.

O investimento em saúde mental gera reflexos e retorno social e econômico na população da região, seja por redução de afastamentos do trabalho, melhoria da produtividade ou pela diminuição de custos com saúde de larga escala. Além disso, a oferta de vagas educacionais para estudantes da região gera demanda por serviços (moradia estudantil, alimentação, transporte), emprego docente e técnico, e movimenta a economia local.

Um curso de ensino superior local possibilita formação voltada às especificidades regionais - saúde rural, populações rurais e indígenas, agronegócio, demandas escolares – preparando profissionais mais sensíveis aos determinantes locais. A produção científica aplicada, como pesquisas sobre fenômenos regionais: suicídio, estresse no trabalho, consumo de álcool e outras drogas, pode embasar políticas públicas municipais e regionais. Há ainda a possibilidade de ampliação da oferta de atendimento psicológico acessível; redução do tempo e custos de deslocamento para tratamento; maior integração entre serviços (saúde, educação e assistência social), programas preventivos em escolas e comunidades que reduzem evasão escolar, violência e agravamento de transtornos emocionais.

A presença desses profissionais é essencial para o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Nos últimos anos também houve crescimento da demanda por psicólogos na educação básica, especialmente após a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Essa legislação ampliou significativamente a necessidade de profissionais de psicologia em municípios brasileiros.

Ou seja, instaurar um curso de Psicologia em Laranjeiras do Sul é estrategicamente relevante pois amplia acesso a serviços de saúde mental, fixa jovens e profissionais na região, fortalece políticas públicas locais, gera impacto econômico e social positivo e forma profissionais preparados para as demandas específicas do meio rural e regional. Com planejamento curricular alinhado ao SUS e parcerias locais, o curso pode transformar a capacidade de cuidado em saúde mental da cidade e sua microrregião.

2.1.2 Quantitativo anual de vagas do curso e quantitativo de turmas

Vagas anuais	Turmas por semestre	Alunos por turma	Alunos por aula prática	Turmas totais
80	1	40	20	5 a 10

2.1.3 Formas de Acesso ao Curso

O acesso ao curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real se dá por diferentes maneiras, sendo a principal delas a realização do vestibular, em que o aluno participa dos processos seletivos, realizados duas vezes ao ano, com datas previstas no calendário acadêmico. O processo seletivo consta de uma prova constituída de questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais e de uma redação. A prova respeita o nível e complexidade dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio e está de acordo com as diretrizes do ENEM. O aluno poderá realizar nas datas previstas ou por agendamento (vestibular agendado).

Nesses processos seletivos são ofertadas 80 vagas anuais. Os alunos que obtiverem a aprovação no processo seletivo ao qual participaram (inverno ou verão), garantem o seu ingresso no curso nas turmas que se iniciam anualmente em fevereiro.

Outra forma de acesso ao curso se dá por meio de transferências internas e externas, mediante estudo de aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem do aluno e sua matrícula no período correspondente no curso de destino. Há ainda, a possibilidade do ingresso para a obtenção de novo título de graduação, onde os alunos podem se matricular no curso de escolha mediante a comprovação documental (diploma de graduação) de um ou mais títulos de graduação nesta ou em outra IES devidamente credenciada pelo Ministério da Educação. Para esse aluno, é realizado um estudo de aproveitamento de disciplinas.

Os alunos que participam do ENEM e se inscrevem para a obtenção de bolsa ProUni nos cursos desta IES, se contemplados, têm o seu ingresso assegurado apenas com a nota obtida no ENEM, não precisando passar por novo

processo seletivo. No regimento interno do Centro Universitário Campo Real, o Capítulo II trata do processo seletivo de ingresso aos cursos superiores e o capítulo V trata das transferências e aproveitamento de estudos.

2.1.4 Número de vagas: relatório de adequação do número de vagas e insumos quantitativos e qualitativos

O acesso ao ensino superior no Brasil tem se tornado progressivamente mais amplo nas últimas décadas, em razão da criação de políticas públicas, programas de financiamento estudantil, bolsas e diferentes modalidades de ingresso que facilitaram o ingresso de novos estudantes nas instituições de ensino superior. Ainda assim, observa-se que a maior parte das vagas ofertadas permanece concentrada em grandes centros urbanos ou em cidades consideradas polos regionais. Essa concentração impõe desafios significativos para estudantes provenientes de municípios menores ou de regiões interioranas, que muitas vezes precisam se deslocar diariamente por longas distâncias para cursar uma graduação. Além do aumento dos custos com transporte e manutenção, esse deslocamento impacta diretamente na permanência desses estudantes no mercado de trabalho local, uma vez que muitos precisam reduzir sua carga horária laboral ou até mesmo abandonar seus empregos para conciliar os estudos com o tempo de viagem. Soma-se a isso o desgaste físico e os riscos inerentes às viagens diárias entre municípios.

Diante desse cenário, o Centro Universitário Campo Real tem desenvolvido estudos estratégicos de expansão acadêmica, com a implantação e fortalecimento de campi em regiões que apresentam demanda educacional reprimida. Nesse contexto, destaca-se o Campus de Laranjeiras do Sul, que já se encontra em pleno funcionamento, ofertando os cursos presenciais de Administração, Agronomia e Medicina Veterinária, atendendo estudantes de diversos municípios da região.

Importante ressaltar que o campus passou por processo de avaliação institucional junto ao Ministério da Educação (MEC), tendo obtido conceito 5, a nota máxima atribuída pelo órgão avaliador, o que demonstra o alto padrão de qualidade acadêmica, de infraestrutura e de gestão educacional da instituição. A partir da consolidação das atividades acadêmicas no município e da análise das demandas regionais, identificou-se a necessidade de ampliar a oferta de cursos de graduação,

especialmente na área das ciências humanas e da saúde, com a implantação do curso de Psicologia no campus de Laranjeiras do Sul.

A região da Cantuquiriguaçu apresenta importantes desafios relacionados ao desenvolvimento humano, à saúde mental e ao fortalecimento das políticas públicas de assistência social e educação. Diversos municípios da região apresentam indicadores de desenvolvimento humano abaixo da média estadual e enfrentam limitações estruturais na oferta de serviços especializados em saúde mental.

Nesse contexto, observa-se uma carência significativa de profissionais da Psicologia, tanto para atuação em serviços públicos — como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas, conselhos tutelares e serviços da assistência social — quanto para o atendimento clínico privado. A formação de psicólogos na própria região contribui diretamente para ampliar a capacidade de atendimento, fortalecer as redes de cuidado em saúde mental e apoiar intervenções voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida da população.

Assim, a implantação do curso de Psicologia no Campus de Laranjeiras do Sul do Centro Universitário Campo Real representa uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento regional. Além de ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes da Cantuquiriguaçu e de municípios vizinhos, o curso contribuirá para a formação de profissionais qualificados, preparados para atuar nos diferentes contextos sociais, educacionais e de saúde, promovendo cuidado, inclusão e desenvolvimento humano.

Conforme já mencionado, os dados do Conselho Federal de Psicologia demonstram que o Brasil possui aproximadamente 574.130 psicólogas e psicólogos registrados. Em termos proporcionais, o Brasil possui aproximadamente 2 psicólogos para cada 1.000 habitantes, considerando profissionais registrados, sendo que, se considerado apenas os profissionais inseridos na rede pública de saúde, a proporção é significativamente menor, chegando a cerca de 0,18 psicólogo por mil habitantes no Sistema Único de Saúde. O estado do Paraná, vinculado ao CRP-08, apresenta aproximadamente 33,8 mil profissionais registrados. Apesar do número expressivo de profissionais no estado, a distribuição territorial é altamente concentrada em grandes centros urbanos.

Dados levantados junto à rede municipal de saúde de Laranjeiras do Sul evidenciam de forma clara a crescente demanda por serviços de atendimento

psicológico, especialmente no âmbito da Atenção Básica e da Rede de Atenção Psicossocial. De acordo com informações do sistema municipal de saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município registraram 2.432 atendimentos psicológicos em 2024, número que aumentou significativamente para 3.321 atendimentos em 2025, demonstrando um crescimento expressivo na procura por acompanhamento psicológico na rede pública.

Dados de atendimentos de consultas em Laranjeiras do Sul

PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA				
ATENDIMENTOS DE CONSULTA	Atendimentos realizados por Unidade de Atendimento		Atendimentos realizados por Unidade de Saúde de	
	2024	2025	2024	2025
Quantidade de psicólogos	3 psicólogos (40h/sem)	3 psicólogos (40h/sem) 2 psicólogos (20h/sem) - iniciaram em ago/25	3 psicólogos (40h/sem)	3 psicólogos (40h/sem) 2 psicólogos (20h/sem) - iniciaram em ago/25
USF Dr Carlos Felipe de Sio	998	864	493	552
USF Agua Verde	300	820	319	814
UBS Presidente Vargas	32	339	487	552
UBS Cristo Rei	321	372	348	442
UBS Monte Castelo	165	182	153	189
UBS Jardim Iguazú	167	203	195	203
Centro de Saúde Leste	449	402	283	358
UBS São Miguel		139	153	203
Sem vínculo	0	0	1	8
TOTAL DE ATENDIMENTOS	2432	3321	2432	3321
Atividades em grupo realizadas	39	30		
Usuários atendidos em grupo	92	42		
Ações de matriciamento	22	24		

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Laranjeiras do Sul (2025)

Nota-se o aumento na demanda ocorre mesmo com a presença de três psicólogos com carga horária de 40 horas semanais e dois profissionais com carga de 20 horas semanais, evidenciando que a oferta de profissionais ainda é limitada frente às necessidades da população. Entre as unidades de saúde com maior volume de atendimentos destacam-se:

- USF Água Verde, que passou de 300 atendimentos em 2024 para 820 em 2025
 - USF Dr. Carlos Felipe de Sio, com 998 atendimentos em 2024 e 864 em 2025
 - Centro de Saúde Leste, com 449 atendimentos em 2024 e 402 em 2025
- Esses números demonstram que os serviços psicológicos têm sido cada vez

mais demandados nas diferentes regiões do município, refletindo a necessidade de ampliação da rede de profissionais especializados em saúde mental.

Dados de atendimentos de consultas em Laranjeiras do Sul

PSICOLOGIA NO CAPS (1 psicólogo 40h/sem)	2024	2025
Atendimentos de consulta	395	425
Usuários atendidos em grupos (RAS)	498	637
Ações de matriciamento	2	1

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Laranjeiras do Sul (2025)

Percebe-se que, além dos atendimentos individuais, também são realizadas atividades em grupo e ações de matriciamento, que integram o trabalho multiprofissional da rede de saúde. Em 2024 foram registradas 39 atividades em grupo, atendendo 92 usuários, além de 22 ações de matriciamento, que consistem em apoio técnico aos demais profissionais da rede de saúde.

No âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, contando com apenas um psicólogo com carga horária de 40 horas semanais, registrou 395 atendimentos individuais em 2024 e 425 atendimentos em 2025, além de 498 usuários atendidos em atividades em grupo em 2024 e 637 em 2025.

Outro indicador relevante refere-se à lista de espera para atendimento psicológico na Atenção Básica, que demonstra a existência de uma demanda reprimida significativa. Até abril de 2025, havia 318 pessoas aguardando atendimento psicológico, com tempo médio de espera de aproximadamente 11 meses.

Com a implantação de novos protocolos de triagem a partir de maio de 2025, parte dessa demanda passou por processo de classificação e reorganização da fila de atendimento. Ainda assim, 95 usuários permanecem em espera após triagem, com tempo médio estimado de 138 dias (aproximadamente 4,6 meses).

Esses dados evidenciam que, mesmo com esforços de reorganização da rede de atendimento, ainda existe uma pressão significativa sobre os serviços de saúde mental do município, o que reforça a necessidade de ampliação da formação de profissionais da área.

Nesse contexto, a implantação do curso de Psicologia no Campus de Laranjeiras do Sul assume papel estratégico para o fortalecimento da rede regional de

saúde mental. A formação de novos profissionais permitirá ampliar o número de psicólogos atuando nos serviços públicos e privados da região, contribuindo para a redução das filas de espera, para o fortalecimento das equipes multiprofissionais e para a ampliação do acesso da população aos serviços de atenção psicossocial.

Além disso, a implantação da clínica-escola de Psicologia, vinculada ao curso, poderá oferecer atendimento psicológico supervisionado à comunidade, ampliando significativamente a capacidade de atendimento da rede local e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Hoje, a lista de espera tem sido considerável, conforme se vê na tabela 4 a seguir:

Dados de atendimentos de consultas em Laranjeiras do Sul

LISTA DE ESPERA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA	Até abril/2025 (lista de espera em planilhas sob gestão dos psicólogos)		A partir de maio/2025 (protocolo implantado/listas de espera no sistema)			
	Geral	tempo de espera do primeiro da	Para triagem	tempo de espera (sistema IDS)	Pós triagem	tempo médio de espera
USF Dr Carlos Felipe de Sio	69	7 meses	0	média de 76 dias (2,5 meses)	46	média de 138 dias (4,6 meses)
USF Agua Verde	88	23 meses	7		13	
UBS Presidente Vargas	42	10 meses	35		13	
UBS Cristo Rei	37	9 meses	17		16	
UBS Monte Castelo	34	10 meses	22		4	
UBS Jardim Iguaçú	41	12 meses	27		3	
Centro de Saúde Leste	7	1 mês	13		0	
UBS São Miguel			6		0	
TOTAL	318	média de 11 meses	127		95	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Laranjeiras do Sul (2025)

Dessa forma, os dados apresentados evidenciam a necessidade concreta de ampliação da formação de psicólogos no município, reforçando a relevância da implantação do curso de Psicologia como instrumento de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e de desenvolvimento social da região de Laranjeiras do Sul. A ampliação da oferta acadêmica no campus fortalecerá o papel da instituição como agente de transformação social, reduzindo barreiras de acesso à educação superior, estimulando a permanência de jovens talentos na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Cantuquiriguaçu

O curso oferecerá 80 vagas a cada ano letivo. A infraestrutura da IES atende adequadamente essa demanda, sendo que as turmas com aulas teóricas possuem,

no máximo, 40 alunos e as aulas práticas, no máximo 20 alunos. O número de vagas está dimensionado de acordo com a demanda observada ao longo do tempo de existência da IES por outros cursos da área da saúde, e considerando a expectativa da comunidade acadêmica.

Para fundamentação do relatório de adequação de vagas do curso são utilizados estudos periódicos quantitativos e qualitativos, bem como pesquisas com a comunidade acadêmica. Esses estudos visam demonstrar e comprovar a adequação das vagas ofertadas à dimensão do corpo docente do curso (incluindo a tutoria na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura física e tecnológica ofertadas. A periodicidade anual desses estudos e pesquisas é fundamental para garantir a atualização e relevância das informações.

Os seguintes estudos periódicos são utilizados para a elaboração do relatório de adequação das vagas do curso:

- **Censo da Educação Superior (INEP/MEC):** levantamento estatístico anual realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que reúne informações detalhadas sobre as instituições de ensino superior, cursos, docentes, estudantes e infraestrutura acadêmica no Brasil. Seu objetivo é produzir dados oficiais que permitam acompanhar, avaliar e planejar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação superior no país.
- **Indicadores de Qualidade da Educação Superior (INEP/MEC):** instrumentos de avaliação elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que têm como objetivo mensurar e acompanhar a qualidade dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior no Brasil. Esses indicadores são construídos a partir de diferentes fontes de dados, como o desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), informações do corpo docente, infraestrutura e características do processo formativo. Entre os principais indicadores estão o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o próprio conceito do ENADE, que permitem avaliar diferentes aspectos da qualidade acadêmica. Esses dados são utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) para subsidiar processos de regulação,

supervisão e avaliação das instituições e cursos, além de orientar ações de melhoria na gestão e na qualidade da educação superior.

- **Relatórios de Avaliação Institucional e de Curso (SINAES/INEP):** os relatórios de avaliação institucional compreendem as avaliações institucionais internas (autoavaliação e as externas, feitas pelo Ministério da Educação após a realização das visitas in loco). Os relatórios de avaliação externa são documentos técnicos elaborados pelas comissões de avaliadores durante os processos de avaliação externa in loco, realizados no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esses relatórios apresentam a análise detalhada das condições de funcionamento das instituições de ensino superior ou de seus cursos de graduação, considerando critérios e indicadores definidos nos instrumentos oficiais de avaliação utilizados pelo INEP. Nos relatórios de avaliação institucional, são analisados aspectos relacionados à organização e gestão da instituição, políticas acadêmicas, planejamento institucional, infraestrutura e políticas de ensino, pesquisa e extensão. Já os relatórios de avaliação de curso examinam especificamente as condições de oferta de um curso de graduação, considerando dimensões como organização didático-pedagógica, qualificação do corpo docente e infraestrutura disponível. Esses documentos subsidiam as decisões do Ministério da Educação (MEC) nos processos regulatórios, como autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, além de servirem como referência para a melhoria da qualidade da gestão acadêmica e institucional.

Além de documentos oficiais e governamentais, o Curso se utiliza de pesquisas acadêmicas para comprovar a adequação das vagas com a dimensão do corpo docente e à infraestrutura da Instituição, disponibilizado para o curso:

- **Pesquisas de Satisfação com a Comunidade Acadêmica:** são realizadas semestralmente pesquisas de satisfação com alunos, professores e tutores (na modalidade EAD) sobre a qualidade do ensino, a disponibilidade de recursos, o suporte oferecido e a percepção sobre a adequação do número de vagas, por meio da avaliação institucional organizada pela CPA instituída na IES.
- **Estudos de Evasão e Retenção:** são analisadas as taxas de

evasão e retenção do curso, identificando os principais motivos para o abandono ou a permanência dos alunos. Com essa análise é possível se verificar os motivos que mantêm os alunos no curso e intensificar as potencialidades, bem como, corrigir as fragilidades.

- **Análise do Desempenho Acadêmico:** a análise do desempenho acadêmico dos alunos em diferentes disciplinas e atividades, consegue identificar se a adequação das vagas, do corpo docente e da infraestrutura impactam positivamente os resultados obtidos pelos acadêmicos.

Todos os estudos e pesquisas utilizados no relatório de adequação são observados e aplicados com rigor metodológico, utilizando técnicas de coleta e análise de dados adequadas. Além disso, os resultados são apresentados de forma clara e objetiva, com gráficos, tabelas e outros recursos visuais que facilitam a compreensão dos dados. A documentação oficial e as metodologias das pesquisas são referenciadas no relatório, garantindo a transparência e a credibilidade das informações.

Caso haja o preenchimento da totalidade das vagas impõe-se a abertura de duas turmas para aulas teóricas, subdivididas em quatro turmas para aulas práticas, considerando que os períodos coincidirão em atividades práticas que demandam o uso simultâneo do mesmo espaço.

2.2 Políticas Institucionais no âmbito do curso e diretrizes pedagógicas gerais da instituição

O PPC do curso de Psicologia foi construído em consonância com as políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Pedagógico Institucional (PPI), tais como a missão e visão institucionais, os objetivos do curso, concepção e política de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, além de estar em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. As políticas institucionais ocorrem conforme articulação entre a gestão institucional e gestão do curso.

O regimento da IES possui estrutura organizacional composta por Conselho Superior (CONSU), Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), Reitoria, Pró-reitoria Acadêmica, Pró-reitoria de Pós-graduação, Iniciação a

Pesquisa e Extensão, Pró-reitora de Planejamento e Administração, Direção de Campus, Coordenação de Curso, Colegiados de Curso, Coordenação Acadêmica e Núcleo Docente Estruturante (NDE). As atribuições e competências são definidas no Regimento Interno (RI) e suas decisões podem, conforme natureza, assumir forma de resoluções, portarias e instrumentações normativas.

O colegiado do curso de Psicologia, composto por todos os docentes do Curso e um representante discente, é responsável pela decisão das questões acadêmico-pedagógicas do curso e pelo encaminhamento, para apreciação aos colegiados superiores, conforme questões de suas competências. A gestão do curso é dividida com a Coordenação de Curso e com o NDE, conforme atribuição específica de cada um desses órgãos. A construção, organização e consolidação do PPC é desenvolvida pelo NDE submetida à apreciação do Colegiado de Curso, CONSEPE e CONSU.

O Centro Universitário Campo Real elegeu como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino e que se orienta no desenvolvimento de valores humanistas, princípios éticos, de uma visão crítica da sociedade e do homem enquanto sujeito psicossocialmente constituído na integralidade das relações. Assim, concepções pedagógicas estão alicerçadas na valorização da pessoa e na busca e manutenção da excelência do ensino, da iniciação à pesquisa, da extensão e da inovação.

Além disso, o Centro Universitário Campo Real concebe que sua pedagogia e suas ações educativas estão parametrizadas pela educação por competências, com as quais se procura desenvolver, junto aos acadêmicos e docentes, o conhecimento e a atuação na complexidade de possíveis resoluções para problemas a serem analisados.

A proposta de ensino valoriza a prática docente reflexiva com a compreensão ampla e consistente da organização, do trabalho pedagógico, desde o planejamento, organização curricular, execução e avaliação. Nesse sentido, o educador articula ensino, iniciação à pesquisa e extensão na produção do conhecimento e na prática educativa para atuar de forma ética, profissional e com responsabilidade social.

O conteúdo a ser progressivamente dominado pelo aluno é aquele socialmente considerado necessário para a vida cidadã e para a atuação

profissional numa determinada época, numa determinada sociedade. Inserido neste conteúdo está a prática de iniciação científica, conduzida pela orientação docente, e voltada à complementação do conhecimento teórico de sala de aula. Trata-se, portanto, de um conteúdo em constante transformação e que não se resume a simples informações, mas antes demanda uma postura aberta, crítica e reflexiva. É importante ressaltar que, muito além de gerar os saberes necessários para a inserção no mundo atual, o acesso ao conhecimento é uma possibilidade de favorecer o desenvolvimento integral do indivíduo, mantendo-o, inclusive, em constante contato com as inovações diárias da profissão escolhida.

Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação autônoma e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à vida cidadã e à profissionalização. Para isso, a ação pedagógica visa aproximar o aluno dos conteúdos necessários à sua formação através de professores capacitados em articular ensino, iniciação à pesquisa e extensão, além de fornecer acesso à tecnologia e equipamentos que facilitem a aprendizagem, por considerar-se que o estudante deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, em lugar de dominar enorme massa de conteúdos, sem reflexão sobre eles.

Nesse sentido se insere a discussão sobre a prática como estruturante para o processo de ensino-aprendizagem: no processo de construção de conhecimento, a prática necessita ser reconhecida como atividade a partir da qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano. Lida-se com a realidade e dela se retiram os elementos que conferem significado e direção às aprendizagens.

A concepção educacional ainda contempla como pressupostos:

- a) O estabelecimento de vínculo permanente entre teoria e prática, através, principalmente, de atividades práticas, extensionistas e de iniciação científica;
- b) O desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares que possibilitem aos educandos referenciais que promovam o conhecimento integrado e significativo, por meio de ações específicas dos cursos, disciplinas integradas, atividades extensionistas e de iniciação científica;
- c) A preparação de profissionais capacitados para interpretar

criticamente o mundo do trabalho e enfrentar as suas novas relações oriundas das novas tecnologias, considerando o estudo de conteúdos que propiciem uma visão crítica e o fomento à participação de atividades práticas, extensionistas e complementares;

d) O desenvolvimento de padrões novos de gestão, que contemplem a participação e o compromisso social;

e) A valorização do saber acumulado através da experiência de vida de cada educando, conhecendo-o e tornando-o referência para as diretrizes da IES, além da busca de referenciais em vários campos do conhecimento;

f) O conhecimento que valorize a redução das diferenças, da discriminação, da exclusão social, da pobreza, da violência, do analfabetismo, da fome, da desigualdade de gênero e propicie a inclusão;

g) Processo de formação em múltiplos cenários de aprendizagem com a diversificação de estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação.

A aquisição e construção coletiva do conhecimento se dá através da mediação, que não ocorre só na sala de aula, mas tem neste espaço seu locus privilegiado. Compreende-se, assim, que o papel do professor é justamente o de mediar, intencionalmente, a relação entre os aprendizes e o objeto a ser apreendido. O perfil do educador deve ser caracterizado pela competência pedagógica e ética, que consiste na capacidade e na condição de construir e realizar a gestão de experiências significativas de aprendizagem, a partir de uma pedagogia interdisciplinar e proposições didáticas problematizadoras e investigativas acerca da realidade.

Tem, portanto, uma especificidade a ser respeitada: trata-se de um profissional a serviço da orientação e condução do processo de aprendizagem, a partir de uma metodologia que favoreça a construção de sujeitos autônomos. Sua ação implica na compreensão de que a aprendizagem não se esgota no domínio de conteúdos a partir da estrita racionalidade, mas numa educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade.

A construção coletiva do conhecimento é um movimento que leva o pensamento a transitar continuamente entre a prática social e as teorias que a explicam. É um movimento de ascensão do senso comum e das primeiras e

precárias percepções sobre o real, à uma compreensão da rica e complexa teia que compõe.

O processo de ensino e de aprendizagem inicia-se pelo planejamento reflexivo referenciado pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), dos referenciais e objetivos do Centro Universitário Campo Real e do seu PDI, e da legislação do MEC. Nesse processo, visa-se contemplar as habilidades e competências necessárias à formação de um profissional capaz de intervir na realidade, ser competente e conectado ao mundo presente, alicerçado no passado e com vistas a prospectar um futuro mais humano e sustentável. A formulação do planejamento é sistematizada e materializada nos Planos de Ensino.

Com o objetivo de aprimorar e inovar os espaços de ensino com tecnologias que contribuam para a construção do conhecimento, são disponibilizados aos acadêmicos e docentes ferramentas digitais, wireless em todos os espaços institucionais, projetor multimídia e telas nas salas de aula, recursos audiovisuais além de equipamentos para videoconferências. Também é disponibilizado o portal do aluno através do sistema acadêmico, bem como as ferramentas Google Acadêmico® e convênios com a Microsoft®.

Nesse movimento, a iniciação à pesquisa e elaboração pessoal também são essenciais e devem orientar a aprendizagem estabelecendo relação com a prática social e balizada pelas discussões coletivas orientadas pelo docente durante as aulas. A ação extensionista necessita ir além da prestação de serviços, da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Deve estar voltada aos problemas sociais e procura encontrar soluções que também realimentam o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade.

Outro aspecto importante da aprendizagem é que uma relação dinâmica e reflexiva, ela deve ser respaldada por uma concepção de avaliação que a tome não como um momento final de verificação de resultados, mas como um dos elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem. A avaliação se situará como um instrumento fundamental para fornecer informações sobre como está se realizando o processo ensino-aprendizagem como um todo. Assim, é concebida como ferramenta e via para a construção do conhecimento e das competências

em foco, é realizada de forma gradativa e processual, com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem. Ocorre como um processo contínuo, sendo realizada através de instrumentos diversificados. Os dados, por ela coletados, servirão como elementos de reflexão para os professores, alunos e instituição. Trata-se de uma estratégia a favor da constante melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Portanto, as diretrizes pedagógicas do Centro Universitário Campo Real encerram as seguintes premissas fundamentais:

- a) A IES deve garantir a aprendizagem mais adequada aos alunos;
- b) A aprendizagem implica, ao mesmo tempo, no domínio dos conteúdos considerados essenciais e no desenvolvimento de competências e habilidades;
- c) Educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade;
- d) A avaliação se inscreve como momento de aprendizagem, se baseia na expectativa qualitativa e se realiza mediante processos abertos, transparentes e abrangentes;
- e) A educação deve abranger a inclusão das pessoas com deficiência, a educação ambiental e em direitos humanos e as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena.

A formação dos profissionais deve envolver não apenas competência técnica, mas também, princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e responsabilidade social que concede o caráter humano à práxis, ao trabalho e ao agir profissional.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem se ampliará para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- a) Aulas regulares;
- b) Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- c) Práticas de laboratório;
- d) Estímulo à iniciação científica;
- e) Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- f) Estágio supervisionado;

- g) Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- h) Ações específicas visando a Responsabilidade Social;
- i) Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

2.3 Organização acadêmica da Instituição

Em uma Instituição de Ensino Superior, na qual todos os setores devem trabalhar de forma integrada e com o objetivo maior de executar a missão definida, é de fundamental importância que se estabeleça uma organização. Dentro da IES as atividades a serem executadas precisam ser planejadas e para isso é elaborado um organograma, um diagrama usado para representar relações hierárquicas dentro de uma unidade; que vai auxiliar na partilha dos setores funcionais e dos cargos.

Na elaboração do organograma do Centro Universitário Campo Real, levou-se em conta que se trata de uma representação atual e, por conseguinte, mudar. Para isto ele é flexível e de fácil interpretação. Além de facilitar os tratos da IES e sua estrutura, reconhece possíveis problemas e também traz oportunidades de melhorias, através de sua análise.

Os órgãos são distribuídos em:

I Órgãos da Administração Superior

- a) Órgãos Colegiados da Administração Superior
 - 1. Conselho Superior - CONSU
 - 2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
- b) Órgão Executivo da Administração Superior
 - 1. Reitoria
 - 1.1 Pró-Reitoria Acadêmica
 - 1.2 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão
 - 1.3 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

II - Órgãos da Administração Básica

- a) Órgãos Colegiados da Administração Básica

1. Núcleo Docente Estruturante
2. Colegiados dos Cursos
- b) Órgãos Executivos da Administração Básica
 1. Coordenações de Graduação;
 2. Coordenações de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão.
3. Coordenação do Núcleo de Ensino à Distância

A estrutura administrativa descrita anteriormente é apresentada no organograma da figura abaixo:



A estrutura organizacional do Centro Universitário Campo Real é composta por órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, em dois níveis hierárquicos: administração superior e administração básica. São órgãos da administração superior deliberativos o CONSU e o CONSEPE. São órgãos executivos, a reitoria e as pró-reitorias. Os colegiados de curso, os NDE's e as coordenações dos cursos são órgãos da administração básica. Há ainda órgãos de apoio, tais como, secretaria acadêmica, coordenação financeira, biblioteca, pessoal técnico-administrativo, ouvidoria e procuradoria institucional. A existência deste fluxograma não impede a criação e/ou modificação dos cargos, funções e atribuições em razão de necessidades específicas pelas demandas da Instituição.

A Pró-Reitoria Acadêmica é responsável pela coordenação das atividades pedagógicas e pela gestão acadêmica dos cursos de graduação do Centro Universitário Campo Real. Atua no planejamento, supervisão e acompanhamento

dos processos educacionais, promovendo estudos e implementando ações que visam o aprimoramento contínuo da política educacional da Instituição. Entre suas atribuições, destaca-se o desenvolvimento de projetos voltados à qualificação do ensino de graduação e à promoção de transformações sociais por meio da produção e disseminação do conhecimento.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão é o órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, monitoramento e avaliação das atividades de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, bem como das ações de iniciação científica e extensão universitária. Suas atribuições estão alinhadas aos objetivos institucionais do Centro Universitário Campo Real e às diretrizes das políticas públicas nacionais, promovendo a integração entre conhecimento científico, formação continuada e compromisso social.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração é responsável por coordenar e viabilizar ações que assegurem a eficiência da gestão administrativa e o uso racional dos recursos institucionais. Comprometida com a excelência operacional, tem como principal função oferecer à alta administração do Centro Universitário Campo Real os meios e competências necessários para o desenvolvimento das atividades gerenciais, promovendo a integração entre os setores administrativos e a comunidade acadêmica. Atua no monitoramento da qualidade dos serviços prestados, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

O Diretor de Campus é responsável pela gestão local das atividades do Campus, devidamente ligado aos órgãos da Reitoria e da Pró-Reitoria do Centro Universitário. É função designada pela Reitoria da Instituição e que tem por atribuições a realização de todas as atividades de direção e funcionamento do campus.

Cada Colegiado de curso é constituído pela totalidade dos docentes do curso e 1 (um) representante do corpo discente, e tem como atribuições principais: aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso respectivo; elaborar os projetos de ensino, Iniciação à Pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo CONSEPE e/ou pelo Conselho Superior; acompanhar o andamento do curso nas disciplinas e atividades de ensino que o

integram, propondo as alterações que julgar necessárias; promover a integração dos planos de ensino das várias disciplinas, elaboradas pelos docentes, para a organização do programa didático do curso; propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências em matéria de sua competência; exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento da IES.

Os Núcleos Docentes Estruturantes são órgãos responsáveis pela concepção e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do Centro Universitário e tem por finalidade a sua implementação, desenvolvimento e consolidação. A composição e funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes serão definidos em regulamentos próprios.

As Coordenações dos Cursos do Centro Universitário são exercidas pelos Coordenadores de Curso, que são órgãos de acompanhamento e gestão das atividades acadêmicas e têm como atribuições: exercer a gestão acadêmico-pedagógica do Curso; aprovar os planos de ensino, elaborados pelos professores das disciplinas do Curso; distribuir encargos de ensino, Iniciação a Pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades; pronunciar-se sobre o aproveitamento de estudos de adaptação de alunos transferidos e diplomados; propor a admissão de monitores; elaborar o currículo pleno dos cursos de graduação, bem como suas modificações em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante - NDE submetendo-os ao Colegiado de curso e aos Conselhos necessários; propor normas de funcionamento dos estágios curriculares e encaminhá-los ao Consepe para apreciação; Integrar o Núcleo Docente Estruturante do Curso que coordena; fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos planos de ensino e horários; elaborar o plano administrativo e acadêmico com a proposta anual de despesas do curso, encaminhando-os à Pró-Reitoria Acadêmica; exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento da IES.

2.4 Objetivos do curso de Psicologia

O Brasil, em razão de sua vasta extensão territorial e notável diversidade

cultural, social, econômica e geográfica, é caracterizado por sua dimensão continental e pela profunda heterogeneidade interna entre suas diferentes regiões. Nesse contexto, torna-se imperativo que se estimule e incentive, de forma contínua e estratégica, em todas as localidades do país, a realização de trabalhos voltados ao ensino e à investigação científica. Essas ações são fundamentais para promover o desenvolvimento técnico-científico nacional, especialmente em áreas prioritárias como a da saúde.

O Centro Universitário Campo Real assume o compromisso de fomentar o desenvolvimento de competências e habilidades técnico-instrumentais essenciais à formação de profissionais aptos a responder, com eficácia, aos complexos desafios da contemporaneidade. Nesse cenário, a Psicologia apresenta uma vasta capilaridade de atuação, consolidando-se na interface entre as ciências humanas, sociais e da saúde para intervir em setores como educação, jurídico, ambiental e assistência social. Contudo, é na saúde pública e no desenvolvimento social que se concentram as maiores lacunas assistenciais da região central do Paraná — um reflexo das desigualdades socioeconômicas estruturais do território brasileiro —, o que exige um projeto formativo rigoroso e sensível às especificidades regionais para mitigar tais disparidades.

O curso de Psicologia na cidade de Iaranjeiras do Sul, que é polo de uma região muito maior, será responsável por colocar no mercado de trabalho, profissionais psicólogos que devem estar aptos, no seu âmbito profissional a compreender as relações humanas, comunitárias, institucionais e da saúde, sendo capazes de atuar de forma ética, com vistas à promoção da saúde e transformação social, nas áreas de pesquisa, extensão, ensino e prestação de serviços.

O compromisso social do curso estará fundamentado na compreensão da natureza dos fenômenos psicológicos e do nível da intervenção. Além disso, irá sustentar a perspectiva interdisciplinar do conhecimento, a partir de uma conduta crítica, incorporando conceitos filosóficos concernentes à existência humana e à saúde, contemplando a dimensão biopsicossocial do indivíduo, para então intervir de forma significativa na sociedade na qual está inserido.

De acordo com o PNE, Lei nº 13.005/2014, nenhum país pode aspirar ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepõe os recursos materiais como fator de

desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior.

Nessa perspectiva, a Instituição de Ensino Superior (IES) empenha-se em fomentar o desenvolvimento humano, social e comunitário de Laranjeiras e sua área de abrangência por meio da oferta da graduação em Psicologia. O curso propõe-se a internalizar as demandas desse território, fundamentando sua práxis na análise de determinantes sociais, culturais, comunitários e educacionais da região central do Paraná. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é estruturado de modo a convergir as expectativas discentes às imperativas necessidades do mercado de trabalho e da sociedade civil, assegurando que o egresso possua competência técnica e sensibilidade social. Tal formação é continuamente balizada pelas contingências históricas, econômicas e tecnológicas em âmbitos local, regional e nacional, garantindo a contemporaneidade e a relevância social da atuação profissional frente aos desafios do Estado.

Nessa perspectiva, visando equalizar as demandas do mundo do trabalho a uma sólida formação humanística e social, tornou-se imperativa a elaboração de uma matriz curricular atualizada e sensível às exigências contemporâneas da profissão. Tal estrutura fundamenta-se na articulação entre teoria e prática por meio de uma flexibilidade curricular cautelosa e de um enfoque interdisciplinar, os quais fomentam a produção de conhecimento científico e tecnológico. Ao priorizar o desenvolvimento do senso crítico e a incorporação de práticas exitosas, o currículo propõe-se a instrumentalizar o egresso para uma atuação ética e resolutiva, capaz de intervir com propriedade nos complexos cenários da realidade social.

Considerando o supracitado, este projeto estabelece o conjunto de objetivos gerais e específicos a serem atingidos na formação do perfil de seus graduandos.

2.4.1 Objetivo Geral

O objetivo central reside na formação de psicólogos dotados de autonomia teórica e metodológica, aptos a compreender o sujeito em sua integralidade. Tal formação pressupõe profissionais comprometidos com o aprimoramento contínuo, pautados por uma práxis ética voltada à transformação social e à promoção da saúde nos diversos contextos de atuação.

2.4.2 Objetivos Específicos

I. Formar profissionais críticos, reflexivos e socialmente comprometidos, capazes de construir e contextualizar saberes e práticas, promovendo e divulgando o conhecimento de forma sistematizada para as comunidades.

II. Possibilitar ao estudante construir competências e habilidades específicas da Psicologia, habilitando-o para as atividades que visam o desenvolvimento humano, a afirmação da cidadania e a promoção da saúde nos mais diversos contextos.

III. Formar psicólogos competentes para atuar em diferentes contextos e práticas da profissão, eticamente comprometidos com a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

IV. Instrumentalizar o aluno para a aplicação dos conhecimentos teóricos estudados no desenvolvimento das atividades profissionais do Psicólogo nas mais variadas áreas de atuação.

V. Atuar na prevenção de situações de agravos à dignidade humana e de exclusão social, bem como em todas as possibilidades de reabilitação da saúde e das condições da vida humana.

VI. Desenvolver habilidades e competências para compor e desempenhar em equipes multidisciplinares de Saúde.

Ainda, objetiva-se que o discente se configure como desenvolvido e adaptável as competências e habilidades contemporâneas, realizando constante atualização do conhecimento, para tornar-se um profissional preparado para as exigências futuras de mercado.

2.5 Perfil Profissional do Egresso

A formação do egresso compreende as competências profissionais, incluindo os fundamentos de área e permanência necessários ao desempenho profissional do graduado, pautando-se pelos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente.

O egresso do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, ao

concluir seu itinerário formativo, deve consolidar-se como um profissional dotado de consciência crítica sobre suas atribuições e responsabilidades sociais, fundamentado em sólidos conhecimentos gerais e específicos da área. A formação prioriza a indissociabilidade entre teoria e prática, visando uma atuação de excelência balizada pelo rigor científico e pela construção de atitudes ético-humanistas. Para tal, o currículo fomenta um conjunto de habilidades e competências transversais que viabilizam uma inserção qualificada no mundo do trabalho, harmonizando as expectativas sociais e as demandas regionais às possibilidades institucionais de formação. Este perfil profissional busca, primordialmente, responder com propriedade às necessidades locais e nacionais, integrando a técnica à sensibilidade social exigida pela profissão.

Visando assegurar a identidade institucional e a observância rigorosa das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Psicologia delinea um perfil de egresso alicerçado na pluralidade e no caráter híbrido do saber psicológico. A proposta formativa objetiva a graduação de profissionais generalistas, dotados de visão crítica, reflexiva e ética, aptos a atuar como agentes de transformação social. Tal perfil contempla a natureza multifacetada da ciência psicológica e respeita as diversas matrizes epistemológicas e metodológicas de intervenção. Assim, o profissional é instrumentalizado para uma atuação integrada entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços psicológicos, respondendo com competência às complexas demandas da contemporaneidade.

Desta forma, os profissionais devem “aprender a aprender” e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais. O Psicólogo deve estar apto, no seu âmbito profissional, a desenvolver ações voltadas à área de humanas, sociais e da saúde, desenvolvendo as habilidades da observação, da interpretação e da análise de dados e informações de forma sistêmica, bem como dos conhecimentos essenciais da Psicologia, para identificação e busca de alternativas para a compreensão dos fenômenos.

O eventual aprofundamento em um determinado campo de atuação é optativo, respeitada a sua orientação profissional, as características regionais e as possibilidades técnicas e financeiras da unidade de ensino, porém sua formação generalista será respeitada possibilitando a este partir de um ponto seguro aprofundar-se quando necessário em qualquer especialidade que sua profissão do psicólogo venha exigir.

Desta forma, o psicólogo deverá ser um profissional avançado em relação ao seu tempo, devendo estar apto para enfrentar as necessidades de uma sociedade, interna e externa, cada vez integrada aos desafios do 3º milênio. Ainda, deverá receber formação humanística, com diferenciado compromisso social e postura ética, com capacitação para observar, investigar, analisar e interpretar, de modo crítico, a realidade em que atua.

Espera-se que o egresso do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real seja capaz de atuar, eticamente, nas áreas de pesquisa, extensão, ensino e prestação de serviços psicológicos, articulando os conhecimentos das ciências humanas, sociais e da saúde.

Esse profissional deverá levar em consideração as questões concernentes à Psicologia enquanto ciência e profissão, tais como: a constituição multirreferencial do saber psicológico, a relação da Psicologia com outras ciências, o respeito pela ética e pelos valores humanos e, por fim, a multideterminação do sujeito social, procurando relacionar suas dimensões biológica, social e histórico-cultural.

2.5.1 Competências e habilidades do egresso

Consoante o perfil de egresso delimitado, as competências e habilidades estruturantes da formação em Psicologia são sistematizadas a seguir, refletindo a convergência entre os eixos formativos e as diretrizes normativas vigentes:

- I. Atuar em equipes multidisciplinares, buscando responder aos desafios contemporâneos do mercado de trabalho e da sociedade como um todo;
- II. Atuar em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo, terapêutico, organizacional e educacional, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- III. Avaliar problemas de ordem cognitiva, afetiva e comportamental em

diferentes contextos;

IV. Elaborar de projetos de intervenção, pautados no respeito às características da população atendida;

V. Identificar demandas de ordem psicológica;

VI. Identificar problemas e elaborar propostas com metodologias de investigação científica no campo da Psicologia e sua interface com outras ciências;

VII. Elaborar diagnósticos em nível individual, grupal ou institucional e formular planos de intervenção em quaisquer desses níveis;

VIII. Buscar e usar do conhecimento científico para atuação profissional, assim como produzir conhecimento a partir da prática profissional;

IX. Promover a investigação, coordenação e manejo de processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos diferentes grupos humanos;

X. Escolher e utilizar instrumentos de avaliação próprios da ciência psicológica, levando em conta suas características psicométricas e o poder de generalização;

XI. Conhecer acerca de procedimentos diversos e complexos de coleta e de análise de dados que impulsionam a produção do conhecimento científico.

Em observância à Resolução CNE/CES nº 1/2023, que estabelece as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Bacharelado e Formação de Professores em Psicologia, e em consonância com as recomendações da Resolução CNS nº 597/2018 da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT/CNS), os objetivos gerais da formação estruturam-se sobre os seguintes compromissos fundamentais:

I. Reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminada do fenômeno psicológico;

II. Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos, sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos e ambientais;

III. Compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos,

culturais, territoriais e políticos do país, abrangendo sua diversidade regional e reconhecendo sua inserção na América Latina;

IV. Compreensão de diferentes contextos, considerando a desigualdade estrutural do Brasil (questões étnico-raciais, de classe, do patriarcado e de gênero), bem como as dimensões geracionais, da diversidade sexual, dos direitos das pessoas com deficiência, as necessidades sociais e os princípios da ética profissional, tendo em vista a defesa e a promoção da cidadania, assim como das condições de vida digna dos indivíduos, grupos, organizações, comunidades e movimentos sociais;

V. Respeito à ética nas relações profissionais e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VI. Reconhecimento da necessidade de aprimoramento e educação permanentes;

VII. Defesa e promoção de políticas públicas, compreendidas como dispositivos promotores de direitos e de emancipação humana.

2.5.2 Aptidões do egresso

O Psicólogo deve estar apto, no seu âmbito profissional, a desenvolver ações voltadas à área de humanas, sociais e da saúde, desenvolvendo as habilidades da observação, da interpretação e da análise de dados e informações de forma sistêmica, bem como dos conhecimentos essenciais da Psicologia, para identificação e busca de alternativas para a compreensão dos fenômenos.

O eventual aprofundamento em um determinado campo de atuação é optativo, respeitada a sua orientação profissional, as características regionais e as possibilidades técnicas e financeiras da unidade de ensino, porém sua formação generalista será respeitada possibilitando a este partir de um ponto seguro aprofundar-se quando necessário em qualquer especialidade que a profissão do psicólogo venha exigir.

O ensino do Centro Universitário Campo Real deverá comprometer o acadêmico com o desenvolvimento e a busca do avanço tecnológico, associado ao saber, ao respeito e a promoção de saúde, buscando fixar este padrão na aprendizagem que deverá ser fortemente subsidiada por atividades complementares de Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão, estimulando o espírito de iniciativa e de

raciocínio lógico.

Desta forma, o psicólogo deverá ser um profissional avançado em relação ao seu tempo, devendo estar apto para enfrentar as necessidades de uma sociedade, interna e externa, cada vez integrada aos desafios do terceiro milênio. Ainda, deverá receber formação humanística, com diferenciado compromisso social e postura ética, com capacitação para observar, investigar, analisar e interpretar, de modo crítico, a realidade em que atua.

Em estrita observância à legislação vigente e fundamentado na Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de outubro de 2023, o curso de Psicologia da Campo Real estrutura seu itinerário formativo para assegurar ao egresso o domínio técnico-científico e o compromisso ético-político necessários ao pleno exercício profissional. Tal ordenamento substitui as normativas anteriores (Parecer CNE/CES nº 338/2009 e Resolução nº 5/2011), consolidando uma formação por competências e habilidades que instrumentaliza o psicólogo para o desenvolvimento de ações resolutivas e o alcance de resultados pautados na promoção da saúde, no respeito aos direitos humanos e na transformação da realidade social.

De acordo com a legislação supracitada, o Curso de Graduação em Psicologia do centro Universitário Campo Real, auxiliará o acadêmico a desenvolver habilidades e competências para o desempenho e atuação profissional, estruturados em fundamentos epistemológicos, históricos, teóricos, metodológicos, procedimentos de investigação, fenômenos e processos psicológicos, interfaces com campos afins do conhecimento e práticas profissionais, garantindo assim o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.

As competências desenvolvidas serão:

- I. Investigar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;
- II. Examinar o contexto laboral em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre agentes sociais;
- III. Diagnosticar necessidades de natureza psicológica para o planejamento de intervenções coerentes com a população-alvo;
- IV. Problematizar questões de investigação científica, articulando decisões

metodológicas à coleta e análise de dados em pesquisa;

V. Selecionar instrumentos e procedimentos de coleta de informação em Psicologia, pautando-se por critérios de pertinência;

VI. Mensurar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diferentes contextos;

VII. Executar avaliações de processos psicológicos em indivíduos, grupos e organizações;

VIII. Gerenciar processos grupais, respeitando as singularidades e a diversidade sociocultural dos membros;

IX. Intervir de modo inter e multiprofissional sempre que a complexidade dos fenômenos assim o exigir;

X. Estabelecer vínculos interpessoais que favoreçam o desenvolvimento da atuação profissional e o acolhimento do outro;

XI. Operar em diferentes níveis de atenção, do preventivo ao terapêutico, considerando as especificidades de cada situação;

XII. Prover orientação, aconselhamento psicológico e processos psicoterápicos;

XIII. Redigir relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e demais comunicações profissionais ou de divulgação;

XIV. Expor trabalhos e debater ideias em ambientes públicos e acadêmicos;

XV. Produzir conhecimento a partir da prática, fundamentando-se na busca e no uso constante do saber científico.

Todas as competências desenvolvidas pelo acadêmico de psicologia desta IES deverão ser sustentadas nas seguintes habilidades:

I. Mapear informações bibliográficas em indexadores, periódicos, obras de referência e bases de dados especializadas, utilizando suportes convencionais e digitais;

II. Decodificar comunicações científicas e relatórios técnicos no campo da Psicologia, assegurando a correta interpretação dos dados apresentados;

III. Aplicar o método experimental, técnicas de observação e demais procedimentos de investigação científica pertinentes ao objeto de estudo;

IV. Estruturar diferentes modalidades de entrevistas, adequando sua execução às finalidades específicas e à diversidade dos contextos de atuação;

V. Correlacionar contextos socioculturais a processos psicológicos e comportamentais, visando a interpretação integral dos fenômenos observados;

VI. Depreender significados de manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso à subjetividade e aos estados psíquicos;

VII. Instrumentalizar recursos matemáticos, estatísticos e tecnológicos para a análise, síntese e apresentação de dados no exercício das atividades profissionais.

Outras habilidades e competências desenvolvidas pelo curso de Psicologia desta IES referem-se à formação de professores de psicologia, o qual será complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos com conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, em todos os níveis educacionais, formal e informal (abrigo, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros). O acadêmico de Psicologia formado para professor de Psicologia deverá ser comprometido com as transformações político-sociais, praticando educação inclusiva e comprometendo-se com os valores da solidariedade e da cidadania, expressando desta forma, novos contextos de pensamentos e ação.

Dessa forma, o acadêmico deverá desenvolver habilidades e competências para docência voltadas a relação do professor-aluno e a perspectivas do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

As competências e habilidades serão desenvolvidas junto aos conteúdos curriculares que compõem matriz curricular, considerando também a execução de projetos de extensão, momentos de estágio para desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades, e ainda ênfases curriculares, que complementam os conteúdos curriculares e desenvolvem competências específicas. Dessa forma, o curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real possibilitará o desenvolvimento de uma série de aptidões ao egresso, que frente aos desafios da sociedade, será capaz de integrar de forma harmônica os conhecimentos, habilidades e atitudes para a transferência das informações, com clareza, utilizando uma linguagem adequada nos diferentes ambientes de atuação. Neste contexto, também

será desenvolvida no acadêmico a empatia, ampliando a capacidade de ouvir, olhar, analisar, sem julgar ou dividir sua atenção com atividades paralelas, permitindo o fortalecimento das relações saudáveis e afetivas, criando laços de cumplicidade no ambiente de trabalho.

2.6 Estrutura Curricular do Curso de Psicologia

A estrutura curricular adotada na IES para o curso de Psicologia está de acordo com as DCNs e fundamenta-se em uma visão transversal e interdisciplinar da educação e dos conteúdos necessários à formação acadêmica, dispostos a partir de competências e habilidades exigidas para a formação pretendida para os discentes. É uma organização que dinamiza o ensino e traz significado à aprendizagem, pois reconhece a importância de todos os componentes curriculares, integra conhecimentos e atribui uma visão prática à formação profissional dos alunos.

Nesse contexto, o acadêmico terá seu percurso formativo organizado em três núcleos de formação:

a) Ciclo Básico: Composto por matérias fundamentais distribuídas nos três primeiros períodos, garantindo o suporte teórico necessário para a evolução acadêmica do estudante.

b) Formação Profissionalizante: Focado na identidade do futuro profissional, este núcleo integra as competências e responsabilidades éticas e técnicas da carreira.

c) Ênfases Específicas: Oferece disciplinas que personalizam a formação do psicólogo, permitindo o aperfeiçoamento em demandas locais e diferenciando o projeto pedagógico da instituição.

Os núcleos visam à formação do profissional como cidadão, garantindo a interdisciplinaridade, a formação humanística, reflexiva e crítica, em que os alunos sejam capazes de adaptar-se às transformações do mercado, atuando com ética, profissionalismo, responsabilidade socioambiental, respeito à diversidade cultural, étnico-racial e de gênero, sempre em favor da defesa e da preservação dos direitos humanos, além de elevada capacidade de análise, interpretação e solução das diversas situações-problema. Os núcleos são pilares agregadores de um conjunto de disciplinas, que direcionam o planejamento acadêmico e a definição dos objetivos de aprendizagem.

Com esse arranjo, a interdisciplinaridade e a avaliação da aprendizagem são inseridas de forma gradual e significativa no currículo ao longo de todo o processo formativo do aluno. Ressalte-se ainda que o curso promove ações interdisciplinares e de incorporação dos temas transversais contemporâneos relacionados à diversidade étnico-racial, ao multiculturalismo, aos direitos humanos e ao meio ambiente em várias disciplinas que compõem o currículo, sob a perspectiva de se desenvolver a autonomia moral e intelectual do aluno.

A acessibilidade plena é garantida por meio da identificação das demandas de inclusão de candidatos e alunos com deficiências físicas, múltiplas e sensoriais, além do espectro autista, da deficiência intelectual e do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). A partir das demandas identificadas, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) realiza as intervenções necessárias, oferecendo as condições para que os candidatos realizem a prova de vestibular e que estudem na IES com todas as suas necessidades atendidas.

Além de inovações tecnológicas, o Curso de Psicologia cumpre os termos do Decreto Federal n. 5.626/2005 ao oferecer a disciplina de Libras, em caráter optativo. Ainda, as abordagens das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, além da educação ambiental são tratadas como tema transversais, contínuo e permanente nas disciplinas do curso, sendo também abordados em atividades extracurriculares e projetos de extensão promovidos pela da IES, iniciação científica, atividades complementares e projetos sociais.

Somam-se à essas iniciativas, a ampliação do acervo bibliográfico, com a disponibilização da Biblioteca Digital, que poderá ser acessada de forma irrestrita pelo acadêmico. Os recursos físicos da Instituição acompanham as novas práticas pedagógicas e foram ampliados, a citar a implementação da Sala Smart, novo e moderno espaço para acesso a ambientes virtuais de estudo.

Alinhada às últimas resoluções CNE/CES a IES assegura a curricularização da extensão mediante a alocação de, no mínimo, 10% da carga horária do curso. O processo fundamenta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo um diálogo transformador com a sociedade através de abordagens transdisciplinares e interprofissionais.

Os programas, os projetos e as atividades de extensão têm sua ação orientada para áreas de grande importância social, sendo as atividades realizadas

dentro ou fora do espaço institucional.

Já a iniciação científica na IES busca conduzir à formação científica do estudante que se reflete no desempenho de um profissional capacitado a enfrentar os novos desafios em um mundo globalizado e competitivo. A iniciação científica é uma atividade de natureza extracurricular de inserção do aluno de graduação em atividades de pesquisa, visando à construção de interações com o ambiente científico, desenvolvendo a mentalidade e a criatividade científica por meio do desenvolvimento de projeto de pesquisa.

As atividades complementares são obrigatórias para o curso, sendo registradas no histórico escolar como complementação de estudos. Essas atividades objetivam estimular a prática de estudos independentes, transversais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. Dessa forma, podem ser desenvolvidas atividades de monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas específicas oferecidas por outros cursos da própria instituição, entre outras atividades, caracterizando-se as atividades complementares como componentes que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno.

2.6.1 Matriz Curricular

A matriz curricular está em anexo junto do ementário

2.6.2 Estrutura Curricular integrada e articulada

A estrutura curricular do Curso de Psicologia do Centro Universitário campo Real considera a escola em movimento, sendo um espaço de exercício permanente da cidadania, contribuindo para que homens e mulheres possam se descobrir como sujeitos de todo o processo histórico. A matriz curricular é constituída de acordo com os objetivos dos cursos e da Instituição, atendendo ao perfil do egresso desejado, após as discussões dos integrantes do NDE e aprovação dos colegiados de curso,

CONSEPE e CONSU.

Os conteúdos trabalhados possibilitam uma aprendizagem consistente e significativa, estando os conhecimentos técnicos integrados à formação geral e humanística. Os eixos norteadores, destacados, são desenvolvidos durante toda a trajetória dos cursos:

- Meio ambiente;
- Ética e cidadania;
- Relações Étnico-Raciais
- A construção de valores de solidariedade, cooperação e respeito às diferenças culturais;
- Raça; gênero, acessibilidade e Direitos Humanos;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A estrutura curricular baseia-se na concepção de que a teoria e a prática são indissociáveis, e que a formação teórica dos conhecimentos gerais e profissionais deve estar integrada ao cotidiano, às atividades práticas e concretas e, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, levando em consideração os conhecimentos técnicos, a cultura, as experiências de vida, fundamentadas nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade.

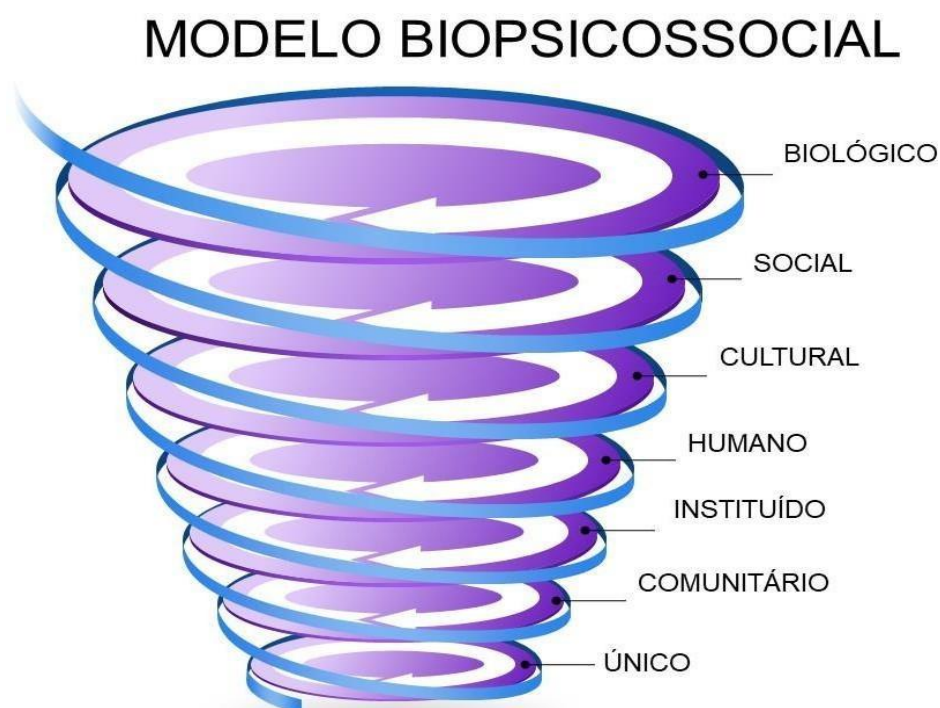
Os conhecimentos são trabalhados de maneira integrada, propiciando uma prática interdisciplinar e, conseqüentemente, a formação integral do ser humano. O principal desafio desta metodologia é a superação do ensino compartimentalizado, pautado em disciplinas estanques e descontextualizadas.

Nas atividades acadêmicas em geral, a educação ambiental permeia as práticas docentes, nas quais os conteúdos são inseridos de forma transversal, mediante temas relacionados ao meio econômico, ambiental, social e à sustentabilidade. Da mesma forma, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal e interdisciplinar, integra a concepção e práticas pedagógicas. Ainda, existem disciplinas que tratam especificamente dos temas, além de existirem grupos de estudos que problematizam questões relativas aos direitos humanos e socializam seus resultados com a comunidade acadêmica. A Instituição é signatária do pacto universitário pela Educação em Direitos Humanos.

2.6.3 Conteúdos curriculares do Curso de Psicologia

Para atender à legislação vigente e à expectativa do público-alvo, a proposta curricular foi organizada para funcionamento no período noturno, distribuída em dez semestres letivos, podendo haver a complementação em Licenciatura em Psicologia. A sequência e os conteúdos foram articulados a partir do conhecimento das áreas biológicas, sociais e humanas em suas interfaces com o conhecimento psicológico. Esse delineamento pode ser ilustrado como círculos concêntricos na busca da compreensão do ser humano em suas diferentes manifestações comportamentais e ao longo de seu desenvolvimento. Porém o encadeamento do processo se assemelha a uma espiral, tendo em vista os pré-requisitos que se fazem necessários à compreensão do fenômeno humano no que diz respeito ao conceito de acolhimento em Psicologia.

Modelo Biopsicossocial



Busca-se uma formação que desenvolva um forte compromisso com a perspectiva científica e com o exercício da cidadania, que assegure rigorosa postura ética, garanta uma visão abrangente e integrada dos processos psicológicos,

permitindo a ampliação dos impactos sociais dos serviços prestados à sociedade e de um profissional detentor de atitude proativa em relação ao seu processo de formação e capacitação continuada. Esse conjunto de valores se afigura indispensável face à velocidade com que os conhecimentos científicos se ampliam e os procedimentos profissionais se diferenciam, atingindo particularmente as áreas de atuação do Psicólogo. Estes princípios são fundamentais também para coibir a banalização, a superficialidade e o anti-cientificismo, que frequentemente caracterizam a abordagem aos processos psicológicos em importantes espaços públicos, com claros reflexos no espaço acadêmico.

Para isso, as disciplinas do Núcleo Comum e as da Formação Específica, foram distribuídas de modo a desenvolver as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional, tendo em vista o perfil de egresso que se pretende alcançar.

É interessante ressaltar que a Matriz Curricular contempla, a cada semestre, a integração dos conteúdos estudados, obedecendo aos eixos estruturantes do Curso de Psicologia e associando-os a outros temas emergentes.

A proposta do curso apoia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia. Todos os conteúdos são descritos no Projeto do Curso com sua respectiva carga horária. O NDE tem a incumbência de acompanhar, implementar, consolidar e atualizar continuamente o projeto pedagógico do curso juntamente com o coordenador. Os acadêmicos do curso têm a possibilidade de uma formação generalista e, ao mesmo tempo, focada nas principais necessidades da sociedade local e regional.

A formação também contribui para que o aluno possa desenvolver autonomia para atuar de acordo com outras necessidades em contextos diferentes, utilizando e aplicando o conhecimento na área e transformando esse saber em capacidade de atuação.

A abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena são trabalhados nos conteúdos curriculares de forma transversal, em

diversas disciplinas, nos projetos de extensão e na iniciação científica e em algumas disciplinas específicas.

A educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-

brasileira e indígena são contempladas, principalmente: em conteúdo das disciplinas de Socioantropologia e Psicologia Social, e além de ser abordado, de forma transversal, em outras disciplinas, em atividades complementares, especialmente as promovidas pelo Núcleo das Diversidades; na iniciação científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES.

A Educação Ambiental será abordada nas disciplinas de Neuropsicologia e Psicofarmacologia, Saúde Pública e nas Psicopatologias, e em atividades extracurriculares e projetos de extensão promovidos pela da IES, na iniciação científica, em atividades complementares e projetos sociais. Assim, o projeto pedagógico do Curso apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com a formação humanista e cidadã, integrado à realidade social da comunidade e do profissional da região, proporcionando formação integral, de forma ética e profissional.

A matriz curricular está disposta de forma a garantir a efetividade dos objetivos do curso, e da missão institucional, em busca da excelência do ensino, da iniciação à pesquisa e da extensão, assim como concretizar o perfil do egresso, enquanto profissional de postura reflexiva e de visão crítica, habilitado para um exercício ético, crítico e humanista pautado nos ensinamentos teóricos e práticos da Psicologia, fundamentados na responsabilidade social e comprometimento com a realidade local e regional.

Os conteúdos curriculares são construídos, debatidos e organizados nos espaços de colegiado e especialmente levados ao NDE com a finalidade de integrar seus conteúdos, carga horária, ementários e bibliografia com os objetivos do curso, capacitando-os a compreender e enfrentar as exigências teóricas e práticas e conhecimentos dos fatos sociais, culturais e políticos das relações humanas, sociais e da saúde. Consta na estrutura da matriz a carga de 167 horas relógio, o que corresponde a 200 horas aula, de atividades complementares que, junto com as disciplinas optativas, auxiliam na flexibilização curricular exigida pelas diretrizes curriculares nacionais, as quais permitem a distribuição entre atividades de iniciação à pesquisa, extensão, assistência de defesa de trabalhos de curso, dissertações e teses, seminários, congressos, mesas redondas, dentre outras atividades gerais.

As disciplinas optativas ofertadas pelo curso têm o objetivo de acrescentar e diferenciar o currículo do aluno egresso perante as necessidades atuais da região. As

atividades extraclasse são fortalecidas e estimuladas como momento de reconstrução do ensino de sala aula, o acadêmico tem função participativa de destaque pois auxilia na construção das didáticas e práticas com maior acuidade. Tais atividades são contempladas nas atividades complementares e sociais, nos eventos do curso, na extensão e nos grupos de estudos e de iniciação à pesquisa e em palestras, debates, mostras, workshops, feiras e outros que propiciem a difusão, a proteção, o aprofundamento dos conhecimentos, o estímulo e a divulgação de todas as formas de arte e cultura.

A acessibilidade metodológica é uma preocupação institucional, e significa uma especial atenção à forma como os docentes lidam com a diversificação de suas práticas didático-metodológicas, com a flexibilização do tempo e com a utilização de recursos que viabilizem a aprendizagem de todos os alunos, inclusive os portadores de deficiência. Assim, o uso de textos impressos e ampliados, o acompanhamento de leitores e intérpretes de LIBRAS, a disponibilidade em calendário para a reposição de atividades em segunda oportunidade e o uso de softwares específicos são instrumentos curriculares auxiliares para a remoção de barreiras pedagógicas.

O objetivo global é formar profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho e capacitados a responder rapidamente às demandas e aos desafios crescentes de sua área de atuação e, portanto, os conteúdos curriculares devem possibilitar aos estudantes com necessidades educacionais especiais uma adequação entre o perfil desejado para inserção no mercado de trabalho e as características dadas pela especificidade da necessidade especial.

A IES tem desenvolvido processos de formação continuada acerca da educação inclusiva para que os docentes possam qualificar suas reflexões e práticas pedagógicas, procedendo às diversificações curriculares necessárias. Deve-se proporcionar-lhe condições de que adquira o conhecimento a partir de uma participação ativa de construção cognitiva e social, e para isso são realizadas avaliações diferenciadas em casos comprovados de déficit cognitivo, orientados pela coordenação pedagógica, para podermos avaliar de uma forma mais justa atendendo às necessidades especiais de alguns alunos, constituindo uma prática exitosa constante no curso da IES. A IES assume o compromisso formal de proporcionar, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações, este é o objetivo constante do

curso, e para isso os docentes também são orientados e preparados nos programas de formação permanente, para poder transmitir, acompanhar e avaliar estes alunos da melhor forma possível.

Está incluído no PDI e PPC do curso, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência físicas, restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, reconhece e garante os direitos das pessoas Autistas.

A matriz curricular do curso apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com as áreas voltadas as relações humanas, sociais e da saúde. A disposição e formação do currículo buscam o desenvolvimento de condutas e atitudes dos egressos com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, aptos a compreenderem e traduzirem as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação. Terem conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial.

A matriz curricular, devidamente aprovada pelo Colegiado de Curso e registrada em atas do NDE e do próprio Colegiado, integraliza uma carga horária total de 4.000 horas-relógio (equivalentes a 4.800 horas-aula de 50 minutos).

O curso de graduação em Psicologia tem como objetivo central, conforme legislação pertinente, a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- I. Fomento ao Conhecimento Científico: Promoção da construção e do desenvolvimento contínuo do saber científico no campo da Psicologia;
- II. Compreensão Multidimensional: Apreensão dos diversos referenciais teóricos que buscam explicar a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces biológicas e sociais;
- III. Reconhecimento da Diversidade e Interlocação: Valorização das múltiplas perspectivas sobre o ser humano e incentivo ao diálogo com outros campos do saber, visando a compreensão da complexidade e da multideterminação dos processos psicológicos;
- IV. Consciência Sociopolítica e Cidadania: Análise crítica dos fenômenos

sociais, econômicos, culturais e políticos do país, elementos fundamentais para o exercício ético da profissão e da cidadania;

V. Atuação Contextualizada e Direitos Humanos: Intervenção em diferentes cenários, priorizando as necessidades sociais e a defesa dos direitos humanos, com foco na promoção da qualidade de vida de indivíduos, grupos e comunidades;

VI. Ética Profissional e Científica: Pauta nas normas éticas no relacionamento com usuários, colegas e público em geral, bem como rigor e integridade na produção e divulgação de pesquisas e informações na área;

VII. Educação Permanente: Compromisso com o aprimoramento técnico-científico e a capacitação profissional contínua.

2.6.4 Núcleo de formação comum

As disciplinas do Núcleo de Formação Comum estão organizadas em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) Fundamentos Epistemológicos e Históricos;
- b) Fundamentos Teórico-Methodológicos;
- c) Fenômenos e Processos Psicológicos;
- d) Procedimentos para a Investigação Científica e a Prática Profissional,
- e) Interfaces com Campos Afins do Conhecimento;
- f) Políticas Públicas;
- g) Prática profissional.

Estes eixos contemplam um conjunto diversificado de disciplinas que se propõem a desenvolver aquelas habilidades e competências definidas como básicas na formação e ilustram a preocupação do curso em oportunizar ao aluno o conhecimento, a reflexão e o uso das teorias que fundamentam a ciência psicológica, dos instrumentais básicos na prática da profissão do psicólogo e dos saberes que fazem interface com a psicologia.

COMPETÊNCIAS	DISCIPLINAS	C/H	PERÍODO
--------------	-------------	-----	---------

<p>I - Fundamentos epistemológicos e históricos, que permitam ao estudante o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia.</p>	<p>Interdisciplinaridade em Psicologia; Psicologia e Ciências; Psicologia e Profissão; Filosofia; Psicanálise e Psicologia Analítica; Existencialismo, Fenomenologia e Humanismo; Psicologia Comportamental e Teorias Cognitivas Comportamentais.</p>	<p>80h ou 40h</p>	<p>De 1º ao 8º</p>
<p>II - Fundamentos teórico-metodológicos, que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.</p>	<p>Análise Experimental; Comunicação e Metodologia; Psicodiagnóstico; Avaliação e Diagnóstico I; Avaliação e Diagnóstico II; Projeto de Pesquisa em Psicologia; Estágio Ênfase VI - Iniciação Científica (TC); Estágio Ênfase VIII - Iniciação Científica (TC).</p>	<p>80h ou 40h</p>	<p>De 1º ao 10º</p>
<p>III - Fenômenos e processos psicológicos, que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e dos modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente.</p>	<p>Processos Psicológicos Básicos; Socioantropologia; Neuroanatomia e Neurofisiologia Humana; Psicologia da Infância e da Adolescência; Neuropsicologia; Psicologia da Adulthood e do Envelhecimento; Psicopatologia Geral; Psicopatologia Contemporânea; Psicologia Social Comunitária.</p>	<p>80h ou 40h</p>	<p>De 1º ao 10º</p>
<p>IV - Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.</p>	<p>Técnicas de Observação e Entrevista Psicológica; Estágio Básico I; Estágio Básico II; Estágio Básico III; Psicologia Clínica I; Psicologia Clínica II; Estágio Ênfase III; Estágio Ênfase IV; Estágio Ênfase VII.</p>	<p>80h ou 40h</p>	<p>De 1º ao 10º</p>

V - Interfaces com campos afins do conhecimento , para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e para a articulação com outros núcleos de saberes, com vistas ao desenvolvimento de ações multi e interprofissionais.	Anatomia e Fisiologia Humana; Psicologia e Linguagem; Genética; Psicofarmacologia; Psicologia da Educação; Psicologia Escolar; Psicologia Jurídica; Psicologia do Trabalho e das Organizações; Saúde da Família; Psicologia Hospitalar.	80h ou 40h	De 1º ao 10º
VI - Políticas Públicas , contemplando seus fundamentos, sua gestão e sua prática, reconhecendo a pluralidade da Psicologia e garantindo, nos currículos, conhecimentos nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Segurança Pública, Proteção e Defesa Civil, entre outras.	Ética em Psicologia; Psicologia, Política e Subjetividade; Política em Saúde Mental e Institucional; Estágio Ênfase I; Práticas Profissionais I; Práticas Profissionais II.	80h ou 40h	De 3º ao 10º
VII - Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de saberes que permitam a atuação profissional e a inserção do egresso em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de outras áreas.	Processos Grupais; Optativa I - Psicologia do Esporte; Psicologia Institucional; Temas Emergentes; Estágio Ênfase II; Projeto de Extensão Institucional.	80h ou 40h	De 3º ao 10º

2.6.5 Núcleo de Formação Ênfase

No que diz respeito ao núcleo de formação ênfase, este curso de graduação segue rigorosamente as determinações da DCN vigente no país no que diz respeito a oferta de ênfases curriculares que ofertem competências e habilidades que integrem o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com as demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e as condições da instituição.

Desta forma, este projeto prevê duas ênfases consolidando assim o domínio de atuação do futuro profissional:

a. *Psicologia e Práticas Institucionais:*

Abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para a análise e a intervenção em instituições.

b. *Psicologia e Promoção da Saúde:*

Envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos.

2.6.6 Habilidades e Competências Profissionais específicas da Ênfase Psicologia e Práticas Institucionais:

- I. Atuação Interprofissional e Gestão: Trabalhar em equipes multiprofissionais, engajando-se na gestão e implementação de políticas públicas voltadas às necessidades de indivíduos e grupos;
- II. Diagnóstico Institucional: Realizar intervenções em instituições e organizações para compreender suas lógicas de funcionamento, estruturas administrativas, relações interpessoais e desafios frente à sociedade;
- III. Análise Sistêmica e Comunitária: Identificar as relações entre instituições, comunidades e políticas vigentes, reconhecendo os diferentes atores e as dinâmicas sistêmicas apresentadas pelos grupos;
- IV. Pesquisa Participante: Desenvolver pesquisas de caráter participante nas instituições para compreender, detalhadamente, hábitos, costumes e modos singulares de organização;
- V. Contextualização Socioeconômica: Analisar o contexto sociocultural e econômico institucional, inserindo a organização em sua rede de relações regionais, nacionais e globais;
- VI. Articulação Contemporânea: Elaborar a contextualização dos modos de funcionamento da instituição frente aos desafios e características da sociedade contemporânea;
- VII. Planejamento de Intervenção: Produzir projetos de observação e intervenção que explicitem claramente as demandas identificadas no campo

de atuação;

VIII. Prática Etnográfica e Reflexiva: Atuar no trabalho etnográfico mediante observação e construção de diários de campo, problematizando o papel do analista institucional e o cotidiano da instituição;

IX. Acompanhamento Técnico: Monitorar e participar de atividades coletivas, como reuniões de equipe, grupos e visitas domiciliares, realizadas por diferentes profissionais e comunidades;

X. Investigação Científica Aplicada: Realizar pesquisas científicas diversificadas com o objetivo de aprimorar os processos e práticas institucionais.

2.6.7 Habilidades e Competências Profissionais Específicas da Ênfase Psicologia e Processos Clínicos:

I. Atuação Multidimensional: Intervir na interface entre Psicologia e Saúde, considerando suas múltiplas dimensões e contextos;

II. Diagnóstico e Acolhimento: Levantar necessidades, acolher demandas e realizar diagnósticos fundamentados em teorias e técnicas psicoterápicas, tanto em âmbitos individuais quanto grupais;

III. Intervenção Estratégica: Planejar, executar e avaliar intervenções psicológicas tecnicamente embasadas, visando a superação de dificuldades que comprometem o bem-estar e a promoção da qualidade de vida;

IV. Aconselhamento e Psicoterapia: Realizar processos de orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia sob a perspectiva da Saúde Coletiva e de seus princípios norteadores;

V. Gestão e Trabalho Interprofissional: Atuar em equipes multiprofissionais, participando ativamente da gestão e implementação de políticas públicas que consolidem novos modelos de atenção à saúde;

VI. Educação e Prevenção: Propor ações de educação em saúde, estratégias de prevenção e programas de qualificação voltados ao aperfeiçoamento dos profissionais atuantes na rede pública e privada;

VII. Saúde do Trabalhador: Intervir, por meio de diferentes abordagens psicoterápicas, na prevenção de riscos e na promoção das múltiplas

dimensões da saúde no ambiente de trabalho.

2.6.8 Integração curricular e interdisciplinaridade

Com relação às disciplinas que possuem aulas práticas serão realizadas dividindo-se a turma para melhor aprendizado do acadêmico. Com o contexto de integrar a interdisciplinaridade no curso, os docentes realizarão visitas técnicas com os acadêmicos, para mostrar a importância do conhecimento em várias áreas do curso.

Ainda, na IES a extensão atende à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária total do curso para atividades extensionistas, articulando-se às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Psicologia (Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de janeiro de 2023). Dessa forma, afirma-se como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade e do compromisso social, sendo indispensável na formação do aluno para o desenvolvimento de competências voltadas ao intercâmbio com a sociedade. Esse modelo de formação implica o estabelecimento de relações multidisciplinares, interdisciplinares, transdisciplinares e interprofissionais, essenciais para a atuação do psicólogo em contextos de políticas públicas e redes de atenção.

Os programas, os projetos e as atividades de extensão têm sua ação orientada para áreas de grande importância social, sendo as atividades realizadas dentro ou fora do espaço institucional. Nos projetos de extensão são desenvolvidas atividades que visam a aproximação dos acadêmicos à realidade local e regional tangendo pelo desenvolvimento sustentável via práticas extensionistas efetivas e transformadoras.

A avaliação do desempenho acadêmico será realizada por intermédio de acompanhamento contínuo das suas atividades no que tange ao projeto de extensão. Além disso, o relatório também incidirá sobre a frequência e aproveitamento do acadêmico. Da mesma forma, no que tange ao aproveitamento e frequência, o aluno deverá comparecer sempre que convocado à Instituição pelo professor para orientações e debates sobre o desenvolvimento do Projeto de Extensão, demonstrando compromisso com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Para a socialização dos resultados, será realizado um evento científico, o qual terá como objetivo enaltecer a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Ademais, promove a interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos. Valoriza a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos.

2.6.9 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestam a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho. A possibilidade de extraordinário está prevista no Regimento Interno da Campo Real. Caso o aluno necessite de maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais.

2.6.10 Curricularização da extensão no curso de Psicologia da Campo Real

A curricularização da extensão no curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, em conformidade com a resolução CNE/CES nº 7/2018, é uma etapa fundamental para promover uma formação acadêmica comprometida com a responsabilidade social, a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Desde 2019, a instituição institucionalizou a prática de integrar atividades extensionistas ao currículo, garantindo que todos os estudantes possam vivenciar experiências que conectem o conhecimento científico às demandas sociais, culturais, ambientais e de saúde da comunidade. Para isso, o curso oferece atividades de extensão em diferentes níveis, incluindo projetos específicos semestrais direcionados aos alunos dos últimos semestres, bem como, atividades de participação contínua em ações de impacto regional e social.

Essas atividades extensionistas são planejadas e avaliadas por uma equipe multidisciplinar, seguindo as diretrizes estabelecidas na resolução, e envolvem

aspectos como interdisciplinaridade, enfrentamento de problemas sociais, sustentabilidade e inclusão social. Além disso, o curso promove uma disciplina introdutória à extensão (PEX), que prepara os estudantes para compreenderem a importância da extensão na formação do profissional, desenvolvendo competências como diálogo social, responsabilidade ética e autonomia.

A extensão é desenvolvida através de programas que envolvem ações de prestação de serviços à comunidade, organização de eventos, campanhas educativas, capacitações, além de ações culturais e de direitos humanos, sempre buscando o benefício mútuo entre a sociedade e a formação acadêmica. Para assegurar a efetividade do processo, a instituição realiza a avaliação sistemática das atividades extensionistas por meio de uma comissão própria, considerando critérios de impacto social, aprendizagem do estudante, inovação e sustentabilidade. Essa avaliação, aliada ao relatório semestral de atividades, permite ajustes e melhorias contínuas, fortalecendo o papel social do curso de Psicologia.

Assim, a curricularização da extensão no Centro Universitário Campo Real não apenas cumpre as exigências legais, mas também reforça seu compromisso de formar profissionais críticos, éticos, atuantes e capazes de promover transformações sociais significativas, garantindo uma formação integral que integra ensino, pesquisa e serviço à comunidade.

A extensão curricular no curso de Psicologia deve ser realizada de forma integrada ao processo formativo, conforme estabelece a diretriz da extensão na educação superior, que determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a destinação mínima de 10% da carga horária total do curso para atividades extensionistas. Essas ações devem promover a interação transformadora entre a instituição de ensino superior e a sociedade, articulando o conhecimento acadêmico às demandas sociais e contribuindo para a formação crítica, ética e comprometida do estudante. No curso de Psicologia, a extensão estará vinculada aos componentes curriculares e organizada em programas, projetos ou ações contínuas que possibilitem a aplicação prática dos conhecimentos psicológicos em contextos reais.

No curso de Psicologia da Campo Real as ações extensionistas envolverão projetos comunitários de promoção da saúde mental, ações de orientação psicológica em escolas, atividades de prevenção ao uso de drogas, grupos psicoeducativos em

unidades de saúde e projetos de atendimento e acolhimento em parceria com serviços públicos e organizações sociais. Também poderão ser desenvolvidas atividades de formação e oficinas voltadas à comunidade, campanhas educativas e ações interdisciplinares em territórios vulneráveis. Essas experiências permitirão ao estudante vivenciar a realidade social, desenvolver competências profissionais e contribuir para a ampliação do acesso da população a conhecimentos e práticas da Psicologia.

2.7 Metodologia

A metodologia de ensino do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, como todos os demais cursos da Instituição, segue as orientações previstas no PDI e nas diretrizes curriculares nacionais para o curso. O currículo integra teoria e prática desde os primeiros semestres, utilizando, inclusive, metodologias ativas como forma de aprendizagem, estudos de caso, simulações e projetos de extensão.

Dentro da proposta pedagógica da IES as estratégias de aprendizagem ampliam-se para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- Aulas regulares (aulas Teóricas);
- Práticas investigativas em ambiente social e escolar
- Práticas de laboratório;
- Estímulo à iniciação à pesquisa acadêmica;
- Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- Estágio supervisionado;
- Visitas Técnicas;
- Elaboração de Trabalhos de Curso/monografias com defesa pública;
- Confecção de artigos científicos;
- Oficinas e Seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- Ações específicas visando a Responsabilidade Social, meio ambiente e cultural;
- Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais

e sociais.

A fim de alcançar o desenvolvimento integral do ser humano em harmonia com o meio ambiente produtivo e não degradado, esta Instituição parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida.

Assim, de maneira interdisciplinar, propõe-se o desenvolvimento das habilidades e utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, procurando estabelecer relações formais e causais entre fenômenos; interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais ou sociais, e demonstrar compreensão do todo educacional, de modo integrado, sistêmico e estratégico, com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Sempre que possível, os docentes atuarão em conjunto, propondo trabalhos e projetos práticos, interdisciplinares e de cunho científico aos acadêmicos, para que sejam realizados de forma integradora e que enriqueçam sua formação.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas e estratégias de aprendizagem sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. Esta relação ocorre por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico, as quais possibilitam a formação integral e a autonomia discente.

As Estratégias de Aprendizagem incluem:

- I. Aulas expositivas dialogadas, com ênfase na participação direta dos alunos;
- II. Incentivo a iniciação científica e à produção de artigos de base científica que despertam o interesse à criação e à pesquisa e permitem ao acadêmico apresentar na Semana de Iniciação Científica da IES e também em outros eventos de cunho científico além da publicação em revistas científicas;
- III. Atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca e de consultas à Internet nos laboratórios de informática, incluindo estudos de casos, simulação de situações do dia a dia, desenvolvimento de projetos inseridos na comunidade;

- IV. Flexibilização curricular com inserção de disciplinas optativas fazendo com que o acadêmico tenha a oportunidade de ampliar seu conhecimento interdisciplinar necessário para sua formação;
- V. Aulas práticas, na maioria das disciplinas, em laboratórios;
- VI. Viagens de estudos e visitas técnicas que auxiliem no aprendizado e fixação das teorias apresentadas em sala de aula;
- VII. Participação em eventos (Congressos, Simpósios, Oficinas) em que os alunos são motivados a expor suas produções;
- VIII. O acadêmico contará também com um Supervisor de Estágio, responsável pela orientação na Unidade Concedente de Estágio, indicado por esta e com formação de ensino superior na área da Psicologia;
- IX. Realização de estágio não obrigatório na própria IES ou em outros locais;
- X. Idealização, planejamento e organização de cursos de extensão;
- XI. Realização de cursos de nivelamento organizados pela IES;
- XII. Promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;
- XIII. Utilização de tecnologia de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, o curso deverá adotar uma abordagem centrada no aluno, que visa promover a aprendizagem ativa e significativa, incorporando, inclusive, as seguintes medidas:

- Deixar os objetivos e competências bem definidos: definir competências avaliação, intervenção, pesquisa, ética, comunicação, trabalho interprofissional por níveis formativos.
- Currículo baseado em evidências e integrado: articulação horizontal (disciplinas simultâneas) e vertical (teoria para prática clínica e pesquisa ao longo do curso).
- Aprendizagem ativa: uso de metodologias como aprendizagem baseada em problemas (PBL), estudos de caso, debates, oficinas e projetos aplicados.

- Treino prático supervisionado: laboratórios de habilidades, role-play, simulações, estágios progressivos em serviços (com supervisão individual e grupal) e atendimento real sob supervisão ética.
- Enfoque em ética e diversidade: disciplinas e atividades transversais sobre ética profissional, confidencialidade, diversidade cultural, gênero, inclusão e equidade.
- Avaliação formativa e somativa: avaliações contínuas (feedback, portfólios, auto- e heteroavaliação), provas objetivas e práticas, avaliação por critérios de competência e projetos finais/monografia.
- Supervisão e mentoria: supervisão clínica regular, tutoria acadêmica, apoio à saúde mental estudantil e orientação de carreira.
- Interprofissionalidade: atividades e estágios conjuntos com áreas afins para desenvolver trabalho em equipe.
- Desenvolvimento docente e qualidade: capacitação contínua de professores em metodologias ativas, avaliação docente e incentivo à produção científica.
- Infraestrutura e recursos: bibliotecas atualizadas, sistemas de simulação, plataformas digitais, ambientes comunitários para estágios.
- Avaliação e melhoria contínua do curso: indicadores de qualidade (empregabilidade, satisfação, desempenho em estágios), análise periódica do currículo e participação da comunidade acadêmica.
- Implementação prática: combinar aulas expositivas curtas para conceitos essenciais com oficinas práticas, seminários de articulação teórico-clínica, ciclos de estágio progressivo (iniciação — intermediário — avançado) e avaliação por portfólio e provas objetivas de habilidades. Isso garante formação crítica, ética e competente para atuação clínica, comunitária e investigativa.

O corpo docente, qualificado e experiente, deverá atuar como facilitador do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas. A infraestrutura do curso, moderna e completa, deverá oferecer aos alunos as condições ideais para o desenvolvimento de suas habilidades clínicas e laboratoriais, preparando-os para o exercício da profissão com ética, competência e responsabilidade social.

O mundo contemporâneo passa por rápidas e profundas modificações que obrigam refletir sobre os processos de ensino-aprendizagem adotados na formação de profissionais da saúde. As verdades construídas no saber-fazer científico ao longo dos tempos vão se tornando fugazes frente a velocidade das transformações nas sociedades contemporâneas nas quais a produção do conhecimento acontece velozmente. O profissional de saúde colocado neste mundo novo enfrenta uma reconfiguração de valores antes sólidos e inalteráveis, o que exige reflexões sobre o papel das profissões de saúde neste contexto.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito são inerentes ao ato de ensinar, notadamente numa abordagem que leva em consideração o indivíduo como um ser que constrói a sua própria história (COSTA, 2004). Tal situação é possível a partir de uma relação dialética de reconhecimento mútuo — docente e discente — de modo a não haver professor sem aluno, uma vez que docência e discência se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto um do outro.

A problematização tem sido a principal estratégia de ensino-aprendizagem nas metodologias ativas, no interesse de alcançar e motivar o discente. Confrontado com o problema o aluno se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. A fim de solucionar um problema e assim encontrar maneiras de se desenvolver a si mesmo, o sujeito entra em contato com as informações e a produção do conhecimento. O exercício da liberdade e da autonomia têm, assim, seu momento de expressão, uma vez que essa nova forma de aprender é o instrumento necessário e importante para consolidar o indivíduo como cidadão pleno e participativo, além de ser capaz de escolhas e decisões.

Na realidade tecnológica que vivenciamos é preciso lembrar que novas tecnologias por si só não oferecem garantias de ruptura dos velhos paradigmas. Para ressignificar conceitos do processo ensino-aprendizagem em uma perspectiva emancipadora da educação se faz necessário transformar tais conceitos (FREIRE, 1999;2006). Ao mesmo tempo em que se procura adotar novos instrumentos metodológicos, deve-se elaborar um currículo que trate de forma integrada e integral temas e conteúdos, valorizando a interdisciplinaridade e interrompendo o ciclo de fragmentação e reducionismo que caracteriza o ensino

tradicional (OLIVEIRA e KOIFMAN, 2004; FEURWERKER, 2002; CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

Assim, se por um lado o aluno deve ser reconhecido como um indivíduo capaz de construir, modificar e integrar ideias desde que se lhe oportunize interagir com outros atores, com objetos e situações que exijam o seu envolvimento, por outro lado é importante que o docente seja mediador e interventor no processo, compartilhando sua experiência com outros professores. O diálogo é uma alternativa segura para eliminar as fronteiras entre os diferentes atores do processo-ensino aprendizagem de vez que busca a negociação de conflitos e permite o trabalho coletivo (FREIRE, 2006).

A metodologia didática adotada é centrada no estudante, utilizando-se de estratégias de ensino que estimulem o protagonismo discente, a resolução de problemas e o aprendizado colaborativo. São utilizadas metodologias ativas, como estudos de caso, projetos integradores, oficinas, simulações e aulas práticas, que favorecem a participação ativa dos alunos e a construção do conhecimento a partir de experiências concretas. Essa abordagem estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de tomada de decisão e a inovação.

A construção e execução do PPC precisam ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático do NDE - núcleo responsável pela condução e implantação do PPC. Para isso é realizado constantemente uma avaliação de forma continuada do projeto do curso, de acordo com as determinações institucionais e as normas educacionais vigentes.

2.7.1 Flexibilidade dos componentes curriculares

Propõem-se para o Curso de Psicologia, além dos conteúdos curriculares descritos na matriz, atividades que a complementam, com o propósito de flexibilizar o currículo e aprimorar a formação acadêmica. A Flexibilização dos Componentes Curriculares tem o objetivo de atender às necessidades diferenciadas dos alunos e às peculiaridades da região. Assim, a articulação teoria prática, o ensino aprendizagem centrado na produtividade dos acadêmicos, a formação integrada à realidade cultural, econômica e social, a indissociabilidade

do ensino - iniciação à pesquisa - extensão, a interdisciplinaridade aberta e a educação continuada são os fundamentos da organização dos currículos dos cursos da IES.

2.7.2 Aulas teóricas

As aulas teóricas serão realizadas em sala de aula, de forma expositiva, participativa e dialogada, as quais possibilitam a acessibilidade metodológica, com o auxílio de recursos áudio visual e materiais didáticos pertinentes ao tema proposto, além do possível uso de tela interativa e ambientes virtuais (Google Class, Moodle, Forms Kahoot, Socrative, descritos no PPC).

Durante as aulas teóricas são fornecidas informações pertinentes ao tema proposto forma clara e ordenada. Também são realizadas execuções de trabalhos individuais ou em grupos para a fixação do conteúdo, discussões orientadas, seminários, estudos dirigidos e outras técnicas pedagógicas para a transmissão do conhecimento. Os docentes são orientados a criarem momentos de discussão baseados em estudos de caso, que auxiliam a fixação dos conteúdos e instigam o aluno a compreender o desenvolvimento de soluções para problemas reais da profissão. São propostas também momentos de discussão sobre os setores da saúde e de serviços, podendo as discussões acontecer nas aulas teóricas, práticas ou ainda em ambientes virtuais via grupos de Whats app. Redes sociais como TikTok, Instagram e Youtube também podem ser utilizadas para compartilhamento de informações, como por exemplo, a divulgação de pesquisas e inovações tecnológicas.

Através de formação pedagógica continuada a IES estimula os docentes a elaborarem atividades metodológicas ativas e inovadoras, principalmente aquelas que fazem utilização tecnológica. A sala de aula invertida é uma alternativa metodológica, onde o aluno possui acesso prévio ao material da aula (via ambiente virtual, biblioteca física ou virtual, ou até mesmo material didático disponibilizado para reprografia).

Dessa forma, o aluno se prepara antecipadamente para discussão do tema proposto, tornando a sala de aula em um espaço dinâmico e interativo, com debates e livre exposição de ideias, sendo o aluno confrontado com diferentes

pontos de vista. Outra alternativa metodológica é a utilização da Plataforma Smart, a qual envolve inovação e utilização de recursos tecnológicos.

2.7.3 Aulas práticas

Quanto às aulas práticas, o PPC do curso privilegia a construção prática do conhecimento, através de atividades práticas laboratoriais e visitas técnicas. Aulas práticas laboratoriais são realizadas em todas as disciplinas que necessitam deste recurso, sempre acompanhadas pelos professores das disciplinas.

São realizadas aulas práticas em laboratório de todas as disciplinas que necessitam deste recurso, sempre acompanhado por professores, monitores e estagiários de laboratórios.

Dentro da concepção metodológica, tem-se o estabelecimento de um vínculo permanente entre a teoria e a prática, e o desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares, que propiciem a formação do egresso desejado.

As implementações das políticas Institucionais no Curso seguem as propostas apresentadas e fundamentadas no PDI e no PPI. E a IES contribui para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz também, através do apoio pedagógico ao docente, das formações docentes permanentes que vêm sendo constantemente embasado em novas práticas de ensino, como as metodologias ativas, já utilizadas por diversas disciplinas, inclusive como forma de avaliação. A estrutura curricular baseia-se na concepção de que a teoria e a prática são indissociáveis, e que a formação teórica dos conhecimentos gerais e profissionais deve estar integrada ao cotidiano, às atividades práticas e concretas e, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, levando em consideração a cultura, as experiências de vida fundamentadas nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade. Entende-se que os conhecimentos técnicos não podem estar separados da formação geral e humanística.

Os eixos norteadores são considerados prioritários e são desenvolvidos durante toda a trajetória do curso, quais sejam, meio ambiente, ética e cidadania, relações étnico-raciais, a construção de valores de solidariedade, cooperação e respeito às diferenças culturais, raça e gênero, propiciar acessibilidade

pedagógica e atitudinal a todos que necessitem.

2.7.4 Aulas de prática de campo

Os acadêmicos terão oportunidade de, com a presença de professores, realizar experimentações da prática profissional diretamente a campo, articulando e integrando o conhecimento das disciplinas já cursadas.

Sob este aspecto, os objetivos principais das aulas práticas são:

- I. Fazer com que o acadêmico vivencie no campo a teoria vista em sala, colocando em prática tais conhecimentos;
- II. Estimular a multidisciplinaridade, colaborando com a comunidade científica com a realização de trabalhos científicos;
- III. Aproximar a realidade do campo ao acadêmico, fazendo com que ele tenha uma visão das carências e demandas regionais, estaduais e nacionais.

Estas atividades didáticas propiciam aos alunos formação ampla e geral para a profissão do Psicólogo. Quanto às práticas metodológicas para o desenvolvimento profissional da percepção, diálogo, debate, atualização de conhecimento, informação sobre resultados de pesquisa contemporâneos e tendências de aplicabilidade do conhecimento e que favorecem a autonomia discente, o curso realiza momentos de aproximação com profissionais formados e reconhecidos.

Em suma, a abordagem metodológica dos conteúdos, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, buscará favorecer o aprimoramento da capacidade crítica dos alunos, do pensar e do agir com autonomia e estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo conexão reflexiva, em específico com os temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Metodologias de inclusão e acessibilidade também são adotadas àqueles que apresentarem diferenças e/ou dificuldades. O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPP) realiza ações de verificação das necessidades educacionais relacionadas à acessibilidade pedagógica, arquitetônica e atitudinal.

Na acessibilidade pedagógica são observadas práticas na metodologia que possam conduzir o aprendizado no mesmo nível aos demais acadêmicos, promovendo diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem. A acessibilidade arquitetônica dá-se através da eliminação das barreiras ambientais físicas, e a acessibilidade atitudinal envolve todos os agentes presentes na IES na percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, bem como a atuação comissiva na solução das dificuldades e/ou entraves encontrados no processo ensino-aprendizagem.

As metodologias de ensino utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares estão descritas nos planos de ensino de cada unidade curricular, as quais são apresentadas aos discentes no início da execução da disciplina. Através de avaliação institucional semestral, os discentes têm a oportunidade de avaliar os docentes quanto à apresentação do plano de ensino, proposta de atividades diferenciadas e inovadoras, e êxito na execução das atividades propostas.

2.7.5 Exemplos de metodologias ativas e instrumento didáticos empregados na prática de ensino do Curso

PRÁTICAS DE ENSINO – Metodologias Ativas	
Modalidade	Detalhes descritivos
Padlet	Plataforma que funciona como um mural virtual colaborativo, no qual os estudantes podem publicar textos, imagens, vídeos e links. É muito utilizada em atividades de trabalho em grupo, brainstorming, produção coletiva de conhecimento e compartilhamento de materiais.
Simulado	Anualmente a IES realiza um teste simulado com a participação de todos os períodos de todos os cursos da instituição em seus respectivos turnos. O evento assumiu o nome de Simulado Preparatório de Carreiras e, a partir dos resultados obtidos, é possível aferir o desempenho de cada um dos períodos em que o aluno se encontra. O Simulado tornou-se importante ferramenta na gestão da qualidade do ensino uma vez que, aos moldes do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), permite descobrir potencialidades e vulnerabilidades em cada um dos cursos analisados, possibilitando assim a cada um dos coordenadores estabelecer estratégias e atitudes capazes de reorganizar a rotina didático-pedagógica no interesse de aumentar a eficácia do processo.
Mentimeter	O Mentimeter é um software de apresentação fácil de usar, usado por mais de 8 milhões de pessoas. Com Mentimeter se pode criar apresentações divertidas e interativas. Ajuda a tornar eventos, apresentações, palestras e workshops inovadores e memoráveis.
Kahoot!	É um aplicativo baseado em gamificação, que permite criar quizzes e desafios interativos para os estudantes responderem em tempo real pelo celular ou computador. Ele estimula participação, competição saudável e feedback imediato sobre o conteúdo trabalhado em aula.
Sala com Tela Interativa	A tela/lousa interativa instalada em sala própria trabalha em conjunto com um projetor e um computador, e com o uso dos dedos ou de qualquer objeto se obtém várias funções. O Software incorporado ao equipamento foi projetado especificamente para satisfazer as necessidades dos professores, incentivando e motivando-os a cumprir seu infinito potencial.
Quizizz	Aplicativo que permite criar questionários interativos e gamificados , nos quais os estudantes respondem às perguntas individualmente ou em grupo, acompanhando seu desempenho em tempo real. É bastante utilizado para revisão de conteúdos e avaliação formativa em aulas com metodologias ativas.
Classroom	O Google Sala de aula é um serviço da web gratuito desenvolvido pelo Google para escolas parceiras que visa simplificar a criação, a distribuição e a classificação de tarefas de maneira sem papel. O principal objetivo do Google Sala de aula é simplificar o processo de compartilhamento de arquivos entre professores e alunos.
Utilização do pacote google - Google Forms, planilhas, aps	Com o Formulários Google, se pode criar e analisar atividades sem precisar de software especial. Os resultados são obtidos instantaneamente à medida que eles chegam e se pode ver uma síntese dos resultados da pesquisa como gráficos.

2.7.6 Acessibilidade Metodológica

A acessibilidade metodológica se traduz em adaptar e diversificar as abordagens de ensino para atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Isso envolve a adoção de práticas pedagógicas inclusivas que promovam o engajamento, a participação e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Uma das formas de promover a acessibilidade metodológica é diversificar os formatos de apresentação do conteúdo. Além das tradicionais aulas expositivas, podem ser utilizados recursos como vídeos, podcasts, infográficos, simulações e estudos de caso. Essa variedade permite que os alunos acessem o conteúdo de diferentes maneiras, de acordo com suas preferências e necessidades.

Neste PPC, no descritivo da metodologia de ensino e oferta do curso são demonstrados os recursos metodológicos utilizados pelos docentes para facilitar e propiciar acessibilidade metodológica aos discentes do curso. Outra estratégia importante é oferecer diferentes tipos de atividades de aprendizagem. Além das provas e trabalhos tradicionais, são utilizados métodos como projetos em grupo, apresentações orais, debates, participação em simulados, desafios integradores, seminários, atividades de iniciação científica, atividades de extensão e disciplinas em EAD. Essa variedade permite que os alunos desenvolvam diferentes habilidades e competências, e que demonstrem seu aprendizado de diferentes formas.

Os professores do curso estão abertos a adaptar suas metodologias de ensino de acordo com as necessidades dos alunos, bem como, recebem, constantemente, formações docentes que visam capacitá-los para as necessidades que surgem no curso. Isso envolve a oferta de materiais complementares, o uso de mídias e tecnologias, o fornecimento de feedback individualizado, a criação de grupos de estudo, entre outros.

A acessibilidade metodológica também passa pela utilização de tecnologias assistivas. Alunos com deficiência visual, por exemplo, são assistidos com leitores de tela. Alunos com deficiência auditiva podem receber legendas em vídeos ou intérpretes de Libras em sala de aula, a depender da solicitação individual de cada acadêmico, conforme previsto no plano de acessibilidade da Instituição e no PDI.

A acessibilidade metodológica é um processo contínuo que exige reflexão,

planejamento e adaptação por parte de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, o curso de Odontologia contribui para a formação de profissionais mais completos, preparados para atender às necessidades de todos os pacientes e para promover a saúde bucal de toda a população.

2.8 Estágio Curricular Supervisionado

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES define que, independentemente da modalidade, o estágio deve ser parte integrante da formação acadêmico-profissional dos estudantes, articulando-se a ela como elemento do processo de ensino-aprendizagem, das experiências que aproximam teoria e prática e, ainda, como forma de interação entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão da IES e as organizações que recebem os alunos como estagiários.

São previstas duas modalidades de estágio para os alunos das IES: estágio curricular supervisionado obrigatório e o estágio extracurricular (não obrigatório). De maneira geral, diferenciam-se entre si pela característica de, no primeiro, haver uma carga horária estabelecida na matriz curricular do curso, com atividades previstas no PPC, ao passo que, no segundo, não há carga horária fixa e obrigatória estabelecida.

O estágio curricular supervisionado obrigatório é componente curricular com carga horária específica, oferecido a partir do terceiro período, com supervisão e orientação de professores da área de formação do curso. É destinado a promover a devida articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a aplicação de competências técnicas e socioemocionais desenvolvidas durante o curso em situações concretas do exercício da profissão.

Todo esse conjunto de tarefas diversificadas e específicas, além de lhes proporcionar a experiência necessária para o preparo profissional, possibilita-lhes uma visão concreta sobre o mercado de trabalho e sobre as condições que esse oferece. Para além disso, o estágio promove o enriquecimento das experiências de convívio, de troca e de aperfeiçoamento de saberes e, sobretudo, de contato com situações reais de resolução de problemas e de conflitos, nos quais entram em jogo as aprendizagens relacionadas às questões éticas do exercício profissional.

No curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real o estágio curricular supervisionado constituir-se-á em importante atividade acadêmica

articulada à formação do profissional pretendido.

As diretrizes gerais de estágio da Campo Real estão embasadas na Lei nº 11.788/08 (Lei do Estágio) e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Psicologia (Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de janeiro de 2023), que estabelecem as competências e a organização dos estágios básicos e específicos, garantindo que as práticas de estágio ocorram em conformidade com o Código de Ética Profissional e demais legislações pertinentes.

É o componente curricular que visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação da relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados. Tem como objetivos, dentre outros, facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional com o desenvolvimento e/ou acompanhamento de atividades que promovam a: interdisciplinaridade, experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, facilitando assim a futura inserção do estudante no mercado de trabalho e promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico.

Para que estes objetivos sejam alcançados, torna-se fundamental imprimir um caráter dinâmico ao estágio, propiciando uma forte interação com a realidade comunitária e regional, com o ambiente da iniciação à pesquisa, e com possíveis campos de trabalho, contribuindo, inclusive, para um intercâmbio com a sociedade dos conhecimentos gerados. O Estágio possuirá coordenação própria e será realizado em Instituições previamente conveniadas à IES para o fornecimento do campo de Estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório é previsto na matriz curricular do Curso, a partir do 3º período, com carga horária de 760 horas (633 aulas).

A proposta do estágio curricular supervisionado obrigatório será apreciada e aprovada pelo Orientador de Estágio e Coordenação de Estágio. O estágio curricular será avaliado pela IES em conjunto com Orientador de Estágio e Psicólogo (habilitado para exercer a função) da Empresa ou profissional cedente de estágio. O estagiário somente validará a atividade de estágio mediante a apresentação de todos os documentos, respeitando os prazos pré-estabelecidos, mediante a obtenção do conceito mínimo sete (7), mediante 100% de frequência nas atividades de intervenção

e 75% nas orientações.

A seleção, credenciamento e distribuição dos campos de estágio entre os professores orientadores de estágio será atribuição da Coordenação de Estágio, que direciona todos os estágios aos docentes da área objeto da realização dele. Já a identificação dos campos de estágio será atribuição do acadêmico, que poderá ser auxiliado pela Coordenação de Estágio, destaca-se que a IES buscará celebrar convênios com as entidades concedentes de estágio antecipadamente, colocando o rol de conveniados a disposição da Coordenação de Estágios para que essa promova o direcionamento dos estagiários. Os estagiários poderão receber bolsa de auxílio permanência, concedida pela Empresa ou profissional liberal que oferece campo de estágios aos acadêmicos da IES, com período e valor fixados nos respectivos termos de convênio, aditivo e compromisso, com o consentimento de ambas as partes. A eventual concessão da bolsa não gerará vínculo empregatício entre a concedente de estágio e o estagiário.

Para a organização e o funcionamento do estágio, há um Coordenador de Estágios da Psicologia, o qual é professor do curso e possui uma carga horária fixa semanal (que vai variar conforme o número de acadêmicos matriculados na disciplina) e para auxiliar o funcionamento das disciplinas poderá haver professores auxiliares, caso haja necessidade.

O estágio curricular tem por objetivo facilitar a futura inserção do estudante no mercado de trabalho, promovendo a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho, facilitando a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional. O Estágio Curricular Supervisionado é norteado pelo regimento de estágio, aprovado pelo Colegiado de Curso, após deliberação do NDE, e institucionalizado por resolução específica. É assim que, na IES, o estágio curricular supervisionado conseguirá cumprir seu papel formativo de integrar disciplinas e informações coletadas ao longo do curso, organizando-as de forma criteriosa, propiciando aos estudantes aprofundar seus conhecimentos em uma área específica selecionada por eles a partir de suas inclinações e habilidades.

Trata-se de componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado. Permite a integração das disciplinas que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e o

grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e prepara os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e o aprimoramento de habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

Quanto à realização dos Estágios Extracurriculares (não obrigatório), este deve ser de conhecimento da IES, supervisionado por profissional da área externa, intermediada e acompanhada pela Coordenação de Orientação de Estágio.

A comprovação da execução do estágio ocorre por meio de relatório das atividades junto a uma declaração do supervisor de estágio (declarando o período de estágio e as horas cumpridas) assinado pelo profissional supervisor das atividades de estágio.

Todos os ambientes profissionais (empresas públicas ou privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais) destinados a integrarem os processos formativos como a realização de atividades presenciais ou estágios supervisionados, onde são realizados os estágios pelos acadêmicos do Curso de Psicologia devem ser conveniadas com a IES, para lhe conceder, entre outros, o direito a seguro contra acidentes pessoais.

No curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, o estágio curricular supervisionado se constitui em uma importante atividade acadêmica articulada à formação do profissional pretendido. O estágio é o componente curricular que visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação da relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados.

No curso de Psicologia o estágio curricular supervisionado terá a carga horária mínima de 760 horas (633 aulas). Esta carga horária será distribuída de forma a contemplar as principais áreas de conhecimento e os seus diferentes níveis de atuação.

O Estágio Curricular Supervisionado é norteado pelo Regimento de estágio do curso, apresentado a seguir:

2.8.1 Informações sobre o regimento de estágio do curso de Psicologia

O **REGIMENTO** terá o objetivo de auxiliar nas atividades de planejamento, execução e avaliação, aos acadêmicos matriculados no Curso de Psicologia e em fase do

cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, através das disciplinas de Estágio Básico I, II e III e Estágios Ênfases I, II, III, IV, V, VI, VII.

Nele constam as Normas e os Procedimentos que permitem adequar as atividades aos padrões de qualidade e às exigências do Ministério da Educação em relação a estas disciplinas.

Considera-se de suma importância oferecer uma ferramenta de apoio que facilite o desenvolvimento pessoal, instrucional e profissional dos alunos e que permita aos supervisores e orientadores trabalhar em equipe, com linguagem unificada num clima de cordialidade e coparticipação capaz de consolidar a formação profissional dos alunos do Curso de Psicologia.

REGIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Disposições Preliminares

Art. 1º - O Estágio Supervisionado, compreendido nos Estágios Básicos e Estágios Ênfases, tem por objetivo consolidar a formação prática acadêmica integrando-se ao conteúdo sequenciado da Formação de Psicólogo.

Art. 2º – O Estágio Supervisionado será orientado na sede do Centro Universitário Campo Real - e nos campos de estágios e realizado em distintos equipamentos de Saúde Mental, Dispositivos de Saúde Coletiva, Instituições de Assistência Social e Educação, Organizações diversas e no Serviço Escola. Tais estágios compreendem as mais variáveis formas de acolhimento, propiciando a atuação em casos concretos aplicáveis à realidade do exercício da psicologia e também na realização de atividades específicas.

Capítulo I

Do Estágio Supervisionado

Art. 3º - O Estágio Curricular Supervisionado tem a carga horária mínima de 760 horas e 633 aulas, incluindo o Estágio Básico I; Estágio Básico II, Estágio Básico III, e os Estágios Específicos (Ênfases) I, II, III, IV, V, VI, VII, desenvolvidos em diferentes modalidades: Observação Psicológica, Processos Grupais, Psicodiagnóstico, Psicologia e Práticas Institucionais, Psicologia e Promoção em Saúde e Iniciação

Científica.

Art. 4º – Os Estágios Supervisionados Básicos I, II e III possuem carga horária de 50 (cinquenta) horas cada.

Art. 5º – Os Estágios Supervisionados de Ênfase apresentam as seguintes cargas horárias:

- Estágios Ênfase I e II: 120 (cento e vinte) horas cada;
- Estágio Ênfase III: 100 (cem) horas;
- Estágios Ênfase IV e VII: 180 (cento e oitenta) horas cada;
- Estágios Ênfase V e VI (Iniciação Científica - TC): 75 (setenta e cinco) horas cada.

Parágrafo único – As horas do *caput* deste artigo serão integralizadas, consoante as disposições desse Regimento do Estágio Supervisionado.

Capítulo II Das Ênfases

Art. 6º - A proposta dos Estágios Básicos e Específicos apoia-se na Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de janeiro de 2023., que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia. O curso de Psicologia desta IES estrutura-se em um núcleo comum com duas ênfases e que se organizam a partir das demandas da região.

Art. 7º - Descrição da Ênfase I - Psicologia e Práticas Institucionais: concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para a observação, diagnóstico, planejamento e uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para a análise crítica e aprimoramento dos processos institucionais.

Locais de Realização: Escolas, Empresas, ONGs, CAPS, CRAS, CREAS, Associações, Fórum, Comunidades, Instituições Públicas e Privadas, Delegacias, Instituições Prisionais, Ministério Público e Conselho Tutelar, Secretarias de Estado, etc.

Art. 8º - Descrição da Ênfase II - Psicologia e Promoção de Saúde: prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, a fim de promover a saúde e a qualidade de vida, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de

aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas pelos pacientes/usuários/grupos nos mais distintos contextos.

Locais: Hospitais, UBS, Ambulatórios, ONGs, CAPS, CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais Unidades de Acolhimento Transitórias, Comunidades terapêuticas, Serviços Escola, Escolas, etc

Art. 9º - O aluno deverá realizar as duas ênfases, conforme áreas de oferta para seu aprofundamento teórico/prático. O processo de formação inclui atividades acadêmicas que aproximam de forma sistemática e gradual o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Parágrafo único – Paralelo ao estágio será proposto aos estagiários seminários integradores objetivando uma maior articulação das atividades desenvolvidas. Os seminários serão organizados conforme cronograma anual.

Capítulo III

Dos Princípios que Fundamentam o Funcionamento do Estágio Curricular Supervisionado

Art. 10 - A duração de cada uma das modalidades de Estágio será de 01 (um) semestre letivo, não incluindo férias ou pré-estágio.

Art. 11 - O início e término da prática de estágio deverá acompanhar o calendário acadêmico da IES.

Art. 12 - O tempo gasto em deslocamento até o campo de estágio não será contabilizado como hora de estágio.

Art. 13 - Não serão aceitos exercícios domiciliares como justificativa para as faltas, os estágios só poderão ser realizados presencialmente.

Art. 14 - Para obter aprovação, a frequência do acadêmico, no campo de estágio deverá ser de 100% (cem por cento) e o seu comparecimento aos encontros de orientação não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 15 - Caso exista falta decorrente de motivos de força maior, deverá o acadêmico apresentar justificativa, que será encaminhada obrigatoriamente ao Professor Orientador Titular e preferencialmente com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 16 - Serão considerados motivos de força maior aqueles que digam respeito a exigências de trabalho, saúde, luto ou intimação judicial, desde que documentados com atestado devidamente assinado pela autoridade competente. Toda justificativa, bem como a documentação que a comprove, será analisada pela coordenação de Estágio, Professores Orientadores e, em última instância, esta decisão caberá ao Colegiado do Curso de Psicologia. Haverá possibilidade de as justificativas serem consideradas procedentes ou não e conseqüentemente serem aprovadas ou indeferidas. Em caso de indeferimento não será concedido o benefício do recurso.

Art. 17 - As faltas relacionadas ao estágio deverão ser repostas integralmente, devendo o estagiário se ajustar à disponibilidade e normas da concedente, bem como à disponibilidade do Professor Orientador Titular ou Auxiliar.

Art. 18 - Toda atividade realizada durante a realização das atividades de Estágio Curricular Obrigatório, seja na modalidade básica ou específica (Ênfases), deverá atender aos princípios que norteiam o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Falhas éticas cometidas pelo acadêmico não serão toleradas e configurarão motivos justificados para que o aluno seja retido na disciplina de estágio. A avaliação da conduta ética do acadêmico caberá ao professor orientador acadêmico titular e ao supervisor local.

Parágrafo único:

No que diz respeito aos Estágios Ênfases IV e VII, não poderão iniciar tais atividades os alunos que tiverem dependências em disciplinas de estágios compreendidas entre o primeiro e o oitavo período do Curso de Psicologia, por tratar-se de Estágios do Núcleo de Formação do Psicólogo.

Capítulo IV

Do Acompanhamento das Atividades do Estágio Básico e Ênfases

Art. 19 - As atividades desenvolvidas no estágio serão orientadas pelo professor supervisor do curso de psicologia e acompanhadas pelo supervisor local.

Art. 20 - Quanto às Atribuições do Professor Supervisor:

- I. Observar as normas do estatuto e regimento geral deste manual, assumindo responsabilidades e cumprindo as obrigações a estes pertinentes.
- II. Balizar sua prática a partir deste regimento e do projeto de estágio desta IES,

submetendo-se a tais normativas e enquanto perdurar o estágio.

- III. Agir sempre à luz dos valores éticos e na defesa dos direitos humanos.
- IV. Orientar o estagiário quanto à observação e à prática da ética profissional; comparecer às reuniões de supervisores de estágio.
- V. Estudar e propor, junto aos supervisores dos campos e concedentes de estágio, os procedimentos na execução de tarefas pelo acadêmico-estagiário, verificando sua adequada execução.
- VI. Guiar o estagiário a uma reflexão e a uma prática pautadas em princípios éticos, bem como transmitir conhecimentos teóricos e indicar referências bibliográficas ao mesmo.
- VII. Orientar os estagiários nas atividades específicas do psicólogo (diagnóstico psicológico, como no uso de métodos e técnicas psicológicas, orientação profissional, seleção profissional, orientação psicopedagógica e outros).
- VIII. Orientar a elaboração de relatórios e registros de dados, estabelecendo datas para entrega dos mesmos, observando os prazos requeridos pela IES.
- IX. Realizar, periodicamente, contato com o responsável pelo campo de estágio, averiguando se a atuação dos estagiários está em conformidade com as necessidades deste, bem como com o plano de ação aprovado previamente.
- X. Realizar, sistematicamente com o estagiário, avaliação de seu desempenho, aproveitamento e crescimento profissional de acordo com as normas pré-estabelecidas.
- XI. Esclarecer ao estagiário, situações em que dificuldades de ordem pessoal estejam interferindo no seu desempenho acadêmico/profissional e controlar a frequência e a carga horária do estagiário, de acordo com o plano de estágio em andamento.

Parágrafo Único - Quanto às Atribuições do Supervisor Local: este deve garantir condições físicas adequadas para o bom desenvolvimento das atividades; acompanhar a frequência do estagiário; notificar ao professor supervisor qualquer irregularidade que esteja sendo cometida e participar de reuniões com os supervisores acadêmicos.

Capítulo IV

Das Atribuições do Estagiário

Art. 21 - São direitos fundamentais dos estagiários:

- I. Receber orientação formativa do supervisor referente às áreas do estágio em que esteja matriculado.
- II. Receber orientação por parte da coordenação do Curso de Psicologia, às suas solicitações legais e regulamentares, desde que viáveis e compatíveis com as finalidades do estágio.
- III. Ser assegurado pela Instituição de Ensino Superior conforme apólice de seguros.

Art. 22 - É dever do estagiário:

- I. Agir sempre à luz dos valores ético-profissionais.
- II. Observar as normas deste regimento e do projeto de estágio, assumindo responsabilidade e participando de seus programas e serviços.
- III. Comparecer à reunião geral com os supervisores responsáveis do Curso de Psicologia, para receber orientações gerais a respeito da sistemática do estágio visando à preparação oficial das atividades.
- IV. Conhecer a estrutura organizacional e observar as normas e rotinas das instituições nas quais desenvolvem seus estágios.
- V. Comparecer assídua e pontualmente a todas as atividades previstas pelo programa de estágio.
- VI. Desenvolver as pesquisas bibliográficas e leituras complementares que se fizerem necessárias à prática do estágio, bem como elaborar os planos de estágio e preencher os formulários de registro de campo.
- VII. Comparecer às reuniões para troca de experiências.
- VIII. Entregar o relatório de estágio ao supervisor acadêmico e ao supervisor local e entregar ficha comprobatória de horas ao supervisor de estágio.
- IX. Cumprir a carga horária de estágio semanalmente, no decorrer do semestre.

Parágrafo Único: Fundamentalmente, as atividades desenvolvidas durante o período de estágio supervisionado envolvem relacionamentos diversos com pacientes, usuários, clientes, instituições, comunidades, supervisores, colegas, colaboradores, entre outros, sendo assim, o estagiário deverá atuar de forma ética e a partir do instrumental da Psicologia enquanto Ciência e Profissão. A credibilidade e o respeito ao trabalho desenvolvido, bem como a própria eficácia dos serviços, dependem, em

grande parte, da postura do estagiário.

Capítulo V

Da Carga Horária do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado

Seção I

Estágios Básico I, II e III

Art. 23 - O estágio atua como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Psicologia.

Art. 24 - Cada modalidade terá um total de 50 horas a serem cumpridas dentro da instituição concedente.

Art. 25 - A Carga horária semanal a ser cumprida na instituição concedente será de 02 (duas) horas.

Art. 26 - A orientação de estágio será semanal, terá 02 (duas) horas de duração e será estabelecida em comum acordo com o professor orientador titular.

Seção II

Estágio Ênfase Supervisionado I, II, e III

Art. 27 - O estágio atua como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Psicologia.

Art. 28 – As modalidades I e II terão carga-horária de 120 (cento e vinte) horas e a modalidade III, um total de 100 (cem) horas.

Art. 29 - A Carga horária semanal a ser cumprida na instituição concedente será de 04 (quatro) horas.

Art. 30 - A orientação de estágio será semanal, terá 04 (duas) horas de duração e será estabelecida em comum acordo com o professor orientador titular.

Seção III

Estágio Ênfase Supervisionado VI e VI

Art. 31 - O estágio atua como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação

em Psicologia.

Art. 32 - Cada modalidade terá um total de 180 (cento e oitenta) horas.

Art. 33 - A Carga horária semanal a ser cumprida na instituição concedente será de 04 (quatro) horas.

Art. 34 - A orientação de estágio será semanal, terá 04 (duas) horas de duração e será estabelecida em comum acordo com o professor orientador titular.

Seção IV

Estágio Ênfase Supervisionado V e VII

Art. 35 - O estágio atua como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Psicologia.

Art. 36 - Cada modalidade terá um total de 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 37 - A carga horária dedicada à produção científica e à sistematização teórico-metodológica será de, no mínimo, 12 (doze) horas mensais. Desse período, deverão ser destinadas, obrigatoriamente, ao menos 02 (duas) horas para atividades de orientação individual com o docente supervisor, tempo que poderá ser organizado em 30 minutos semanais.

Capítulo VI

Da Avaliação do Estágio

Seção I

Formalização da Avaliação

Art. 38 - A formalização da avaliação e definição de notas deve ser feita considerando-se o tripé: aluno, professor orientador e supervisor do local/equipe do campo de estágio. A avaliação deverá ser contínua e processual, devendo-se atentar pelo cumprimento das atividades teóricas e práticas, sendo considerados os seguintes aspectos:

I. Postura e comportamento profissional, assiduidade, pontualidade, ética, grau de envolvimento e compromisso no desenvolvimento das atividades práticas e nas supervisões.

- II. Capacidade de desenvolver ações e tomar decisões nas diversas circunstâncias de intervenção da Psicologia.
- III. Interação com os profissionais e com a população alvo.
- IV. Iniciativa e criatividade – disponibilidade para ação, propor estratégias de intervenção coerentes com as demandas do campo de estágio.
- V. Relação teoria/prática - capacidade de articular aspectos teóricos aprendidos com a prática, buscar e gerar novos conhecimentos; realizar compreensão crítica do contexto de estágio.
- VI. Entrega das descrições de sessão e de campo individual e do relatório final.

Seção II

Aprovação no Estágio

Art. 39 - Será considerado aprovado o estagiário que:

- I. Obter frequência igual ou superior a 75% das supervisões agendadas;
- II. Tiver cumprido a carga horária total (100%) de atividades no campo de estágio;
- III. Obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) no semestre acadêmico, não cabendo a realização de prova final.

Parágrafo Único: No caso de reprovação, não há possibilidade de dependência nas Disciplinas de Estágio (Básico e Específico), devendo o aluno matricular-se novamente e cumprir a carga horária integral.

Capítulo VII

Do Estabelecimento de Parcerias

Seção I

Cooperação entre Parceiros

Art. 40 - A Central de Estágio do Centro Universitário Campo Real buscará e firmará termo de cooperação com estabelecimentos institucionais e empresariais competentes e de relevância conceitual, objetivando proporcionar ao aluno-estagiário a oportunidade de exercer a prática profissional de forma concreta e reflexiva.

Art. 41 - Tais parcerias levarão em conta os dados demográficos da cidade e região

e as necessidades emergentes da comunidade.

Art. 42 - A Coordenação de Estágios do curso de Psicologia da Campo Real irá estabelecer parcerias com diversas instituições públicas e privadas, equipamentos de Saúde Mental, Consórcios de Saúde, Dispositivos de Assistência Social e estabelecimentos de Educação, além dos laboratórios do curso de Psicologia e do Serviço Escola da Campo real.

Art. 43 - O Serviço Escola do Centro Universitário Campo Real, irá instituir um novo movimento na matriz de Acolhimento e Saúde Mental da cidade, isso se dará na criação e desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa que visam oferecer um serviço de psicologia especializado e de elevada qualidade.

Seção II

Princípios que Norteiam o Estabelecimento e Termo de Cooperação

Art. 44 - A empresa ou instituição que se propuser a ser concedente de campo de estágio ao Centro Universitário Campo Real deverá:

I. Conceder autorização e espaço adequado ao desenvolvimento das atividades do aluno-estagiário.

II. Disponibilizar profissional, preferencialmente com formação de nível superior, para acompanhar o desenvolvimento das atividades do aluno-estagiário junto à concedente, realizar o controle de frequência, prestar informações que o auxiliem na execução das tarefas do projeto de estágio e participar do processo de avaliação do acadêmico, entre outros.

III. Em se tratando de atividade de Estágio em Psicologia Clínica, permitir que o psicólogo da instituição acompanhe e supervisione o desenvolvimento das atividades do aluno-estagiário.

IV. Em se tratando de Estágio Específico, o supervisor local deverá analisar e estudar a aplicabilidade do projeto de estágio, elaborado pelo aluno-estagiário sob a orientação do seu professor orientador.

Parágrafo Único: A atividade de estágio não gerará vínculo empregatício, pois é regulamentada por legislação própria, sendo isenta de encargos sociais.

Capítulo VIII

Do Seguro Contra Acidentes Pessoais

Art. 45 – O Centro Universitário Campo Real - proporcionará ao aluno-estagiário sua inclusão numa apólice de seguro contra acidentes pessoais coletivos e/ou individuais.

Capítulo IX

Do Tratamento a Faltas Éticas e Disciplinares

Art. 46 - São aplicáveis aos estagiários as seguintes sanções disciplinares:

- I – Advertência;
- II – Desligamento do Estágio de Psicologia.

Art. 47 - Caberá advertência por escrito nos seguintes casos:

- I - Negligência no cumprimento de tarefas relacionadas aos usuários e às atividades de Estágio de Psicologia.
- II - Descumprimento das normas e regulamentos estabelecidos pelo Curso de Psicologia, das instruções e determinações da coordenação, supervisão docente e pessoal técnico administrativo, no âmbito de suas atribuições.
- III – Apresentação pessoal inadequada e falta de conduta profissional no Campo de Estágio de Psicologia.
- IV – Casos omissos, não previstos neste documento, mas que sejam pertinentes à sanção disciplinar de advertência.

Art. 48 - Caberá desligamento nos seguintes casos:

- I - Reincidência específica em falta punida com advertência.
- II - Falta de ética ou descumprimento dos direitos e deveres, considerados de maior gravidade.
- III - Obtenção de vantagem indevida ou apropriação não autorizada de material da concedente de estágio.
- IV - Danos morais ou físicos aos membros e/ou usuários vinculados ao Estágio de Psicologia.
- V - Danos físicos intencionais e/ou decorrentes de negligência à estrutura do estágio de psicologia.

VI – Casos omissos, não previstos aqui, mas que sejam pertinentes à sanção disciplinar de desligamento.

Parágrafo Único: Casos de desligamento deverão ser julgados pelo colegiado do Curso de Psicologia, sendo encaminhados pelo professor supervisor para pronunciamento, sendo que esse levará ao Conselho de Ensino e Pesquisa da IES, para deliberação, assegurando ao aluno o conhecimento do processo e ampla defesa.

2.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Curso (TCC), na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares deve ser entendido como um momento de síntese e de expressão da totalidade da formação profissional. É um trabalho acadêmico caracterizado como relatório das atividades desenvolvidas no estágio, acompanhado de atividade científica na forma de revisão de literatura e descrição de estudo de caso, no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo realizado durante o período de estágio final do curso.

O TC é elemento obrigatório à formação dos acadêmicos regularmente matriculados nos últimos semestres do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

O objetivo geral do TC é a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso; o aperfeiçoamento e a complementação da aprendizagem; o desenvolvimento do acadêmico em âmbito social, profissional e cultural nas áreas de abrangência do curso, proporcionando aos alunos a oportunidade de observar, pesquisar, analisar, sistematizar e interpretar os conhecimentos adquiridos, possibilitando-lhes o domínio das bases norteadoras da profissão e da realidade social. Sua construção é uma etapa fundamental na formação científica do discente, pois demonstra se ele desenvolveu competências acadêmicas mínimas para a sua atuação profissional após a graduação, além de possibilitar progressiva autonomia intelectual para a educação continuada e permanente.

Em nome da aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao Psicólogo, o aluno matriculado no décimo período do curso deve cumprir obrigatoriamente as exigências previstas no Regimento de Trabalho de Curso, que prevê a apresentação de um projeto de TC, o acompanhamento de um supervisor de

estágio, o acompanhamento de orientação por docente da IES, a elaboração de um trabalho escrito contendo relatório de atividades, revisão bibliográfica e relato de caso; a defesa do trabalho perante banca examinadora (apresentação oral e pública), e a divulgação dos resultados do trabalho em meio de comunicação pública.

As normas e critérios que regem o desenvolvimento da unidade curricular do TC, bem como a apresentação do trabalho final à banca, são estabelecidos pelo Regimento de Trabalho de Curso aprovado pelo Colegiado de Curso, após deliberação do NDE, e institucionalizado por resolução específica. Também são seguidos os critérios estabelecidos pelo manual de estágios do curso de Psicologia da IES, já que o TC, neste curso, corresponde à realização do Estágio Curricular Obrigatório, mais especificamente aos estágios Ênfases V e VII.

Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Coordenação de Estágios em conjunto com a Coordenação do Curso de Psicologia e, se necessário, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da IES.

Por se tratar de trabalho acadêmico/científico, deve ser elaborado com rigor metodológico adequado ao campo de conhecimento no qual está inserido. A elaboração e a apresentação do Trabalho de Curso (TC) deverá ser individual e atender as normas da ABNT e as normas para apresentação estipulados pela IES.

Para direcionar a elaboração do TC, o acadêmico contará com um Professor Orientador, com experiência profissional na área de concentração do Trabalho, integrante do corpo docente do Curso de Psicologia desta IES, e escolhido dentre aqueles que se disponibilizarem para a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso. O TC deverá ser realizado na área previamente acordada entre o acadêmico e o seu Professor Orientador, segundo as linhas de pesquisa divulgadas pela Coordenação do Curso.

Ciente da complexidade de uma orientação de TC, o NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso de Psicologia tem como responsabilidade avaliar a relação entre número de trabalhos e números de orientadores, para indicar o número limite de temas (títulos) por orientador.

A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ocorrer ao final do último período (10 período), e somente poderá apresentar a pesquisa o acadêmico que tiver cumprido (ou em fase de finalização, mais de 95% realizado) da carga horária total prevista para o Estágio Curricular Obrigatório (760 horas/ 633 aulas) e não ser vetado

pelo Orientador de Estágio.

A apresentação do TCC deverá observar as normas gerais fixadas por esta IES, bem como, pelas regras definidas pelo Regimento de TC. A apresentação do TC será pública e oral a uma banca examinadora, composta por três participantes, sendo um deles, obrigatoriamente, o professor orientador, na qualidade de Presidente da Banca.

O sistema de avaliação do TCC abrangerá os itens: cumprimento da carga horária total de estágio, avaliação externa pelo supervisor de estágio e pelo orientador de trabalho de curso, e avaliação interna das atividades de estágio. A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Obrigatório é um dos requisitos para a aprovação do acadêmico, sendo que o acadêmico deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio. A avaliação externa é definida como a avaliação das atividades desenvolvidas durante o período de estágio, sendo realizada pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente e pelo orientador de trabalho de curso, conforme critérios contidos em ficha própria encaminhada pela Coordenação de Estágio.

Para ser aprovado na unidade curricular de TC, o aluno deverá ter média igual ou superior a 7,0 (sete). Para a unidade curricular de TC não haverá exame final. Ao acadêmico que não alcançar êxito após apresentação às bancas (de qualificação e de defesa) resultando em nota igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete), os membros da banca, a coordenação do curso e a coordenação de estágio podem ofertar o prazo de até 30 dias para correções/ajustes e entrega de nova versão para apreciação final. Caso o aluno alcance nota inferior a 5,0 (cinco), estará reprovado devendo cursar a unidade curricular no próximo semestre ou quando ofertado.

O acadêmico reprovado em Trabalho de Curso deverá realizar integralmente um novo trabalho no semestre em que a disciplina for ofertada. A qualquer momento antes da Colação de Grau, caso seja colocada em dúvida a autoria do TC apresentado pelo acadêmico, o Centro Universitário Campo Real - promoverá a instauração de sindicância e caso seja comprovada a fraude, o acadêmico será considerado reprovado na disciplina de Trabalho de Curso, sem direito de pedir revisão ou recurso, independentemente dos resultados das avaliações parciais.

Após formalmente finalizados os processos avaliativos do TC, os trabalhos com notas acima de 9,0, serão disponibilizados em repositório eletrônico, de acesso

público por meio da biblioteca da IES.

O Trabalho de Curso representa uma importante etapa de formação do psicólogo e se caracteriza pelo estudo de um conjunto de fundamentos teórico/práticos nos quais o estudante se desenvolve e que atravessam situações reais da intervenção psicológica.

Os acadêmicos se inserem no cenário da pesquisa científica e tem a oportunidade de atuar de forma interdisciplinar, à serviço da Psicologia como ciência e profissão e suas atividades são supervisionadas por um professor orientador. Todas essas ações são acompanhadas sistematicamente pela coordenação do Curso de Psicologia.

O processo de construção do TC se configura, portanto, a partir daquilo que o alunado fez conhecer, de suas condições acadêmicas e do exercício da atividade profissional em situação real e de supervisão.

A supervisão integra, portanto, o trabalho. É o momento em que o discente, reflete sobre a experiência vivida, analisa teoricamente as questões que a prática suscita, integra conhecimentos, repassa as implicações pessoais da situação vivida e define rumos para o andamento da pesquisa.

O conceito de supervisão merece uma consideração especial, uma vez que, além da atividade didática, inclui ainda outras responsabilidades e tarefas, sem as quais a própria realização do trabalho ficaria comprometida. Dessa forma, entende-se por supervisão: a orientação direta ao aluno, o planejamento das atividades, o contato com a instituição envolvida, o acompanhamento do atendimento à demanda, a avaliação do fluxo e da qualidade das atividades de pesquisa, o trabalho em equipe juntamente com outros supervisores e a associação do aluno ao campo de observação/intervenção.

O TC, portanto, está inserido na matriz curricular na forma de disciplina, o que implica na obrigatoriedade da matrícula e pagamento, por parte do aluno, que receberá, em contrapartida, por parte desta IES, supervisão individual ou em pequenos grupos, organização das atividades por projetos e infraestrutura necessária à execução desses projetos, intramuros ou em instituições extramuros.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TC) tem seu marco inicial no 8º período, etapa em que o acadêmico deve consolidar a construção de seu pré-projeto. Durante o 9º e o 10º períodos, o aluno executará o projeto delineado, com carga horária

devidamente organizada e integrada aos Estágios de Ênfase V e VII. Esse processo, fundamentado no enlaçamento entre teoria e prática, visa o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica quanto ao exercício profissional e ao contexto social da pesquisa.

Ao término do 9º período, o acadêmico submeterá o trabalho a uma banca de qualificação, composta por dois professores que emitirão parecer técnico por escrito. Uma vez obtida a aprovação nesta etapa de qualificação, o discente estará apto a concluir seu processo investigativo, culminando na Defesa Pública do TC durante o 10º período.

Como descrito neste texto, o TC do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real está dividido de acordo com os ciclos do Curso – núcleo comum e ênfases profissionais – e será oferecido por meio de projetos vinculados com os estágios, e de acordo com o nivelamento.

2.9.1 Orientação dos Projetos de Pesquisa

Para a orientação e avaliação dos projetos de TC, os supervisores e a banca examinadora devem seguir os seguintes critérios:

- Compatibilidade entre o projeto de TC e o perfil de psicólogo previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- Adequação do projeto de estágio ao momento do Curso para o qual está sendo proposto, relação adequada entre exigências do PPC, disciplinas já cursadas e do período em que este se encontra;
- Os projetos devem estar atentos às necessidades e demandas sociais atuais e/ou potenciais nas perspectivas preventiva e terapêutica das comunidades;
- O projeto deve contemplar a diversidade teórica própria à Psicologia e os diversos campos de atuação do psicólogo;
- Os projetos devem oferecer subsídios para os estágios do nível profissionalizante do Curso, em suas duas ênfases (Psicologia e Práticas Institucionais e Psicologia e Processos Clínicos)

O Curso de Psicologia exige como Trabalho de Curso (TC):

- A Produção de um artigo científico;
- Onde a construção de tal pesquisa seja individual;
- Com apresentação em Banca de Qualificação – 9º Período;
- Com apresentação em Banca de Defesa no 10º período, se aprovado na Banca de Qualificação no 9º período.
- Submissão em Periódico Científico, se aprovado na Banca de Defesa.

Este processo representa um grande avanço para o aprimoramento da formação acadêmica e profissional do aluno. Além das exigências que lhe são inerentes, e que por si só contribuem para essa formação como a competência textual, a delimitação de campo e objeto de investigação, entre outras, o artigo possibilita a formação que se pretende, promovendo, nos alunos, a capacidade de articular teoria e prática e de transformar essa articulação em uma produção científica.

Pode-se então dizer que, nessa direção, o aluno, ao realizar a construção de um artigo, deverá ter construído competência para:

- Delimitar precisa e adequadamente, objeto e campo de investigação, bem como o marco teórico que sustentará a discussão e análise;
- Balizar teoria e prática de modo crítico e coerente;
- Utilizar métodos quantitativos e qualitativos de investigação científica e;
- Produzir textos científicos.
- Operacionalização da Avaliação

O trabalho em formato artigo se desdobra em dois modelos: nas disciplinas de Pesquisa (Núcleo Comum do Curso) e na disciplina de Orientação de TC ofertadas entre o 8º e o décimo 10º períodos;

O Projeto do trabalho, realizado a partir das disciplinas de Pesquisa do Núcleo Comum do Curso e das disciplinas ofertadas entre 8º e 10º períodos, será avaliado pelo professor orientador e dois professores leitores indicados pelo orientador, em consonância com o orientando. Este Projeto será avaliado na banca de qualificação;

Caberá aos professores leitores indicados para compor as bancas, no 8º e 10º períodos, avaliar o trabalho do aluno em no mínimo 70% de aproveitamento e

assertividade para a aprovação;

Caberá aos professores leitores indicados para compor as bancas, no 8º e 10º períodos 40% da nota total (40 pontos). O restante da pontuação (60 pontos) será de responsabilidade do orientador;

Tanto o projeto de TC, quanto o trabalho de curso, seguirão os princípios do trabalho científico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme Padrão Normalização para projetos e trabalhos;

Os projetos deverão responder às Ênfases deste curso de graduação.

Linhas de Pesquisa para a construção do Trabalho de Curso - Conforme as Ênfases desta graduação.

- Psicologia e Práticas Institucionais;
- Psicologia e Promoção em Saúde.

Ênfase em Psicologia e Práticas Institucionais: concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para a observação, diagnóstico, planejamento e uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para a análise crítica e aprimoramento dos processos institucionais.

Psicologia e Promoção em Saúde: prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, a fim de promover a saúde e a qualidade de vida, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas pelos pacientes/usuários/grupos nos mais distintos contextos.

2.9.2 MODELO PARA O TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

MODELO DE TÍTULO

(2 linhas com espaçamento simples ou uma em espaçamento duplo)

Nome do primeiro autor*

Nome do segundo autor**

(2 linhas com espaçamento simples ou uma em espaçamento duplo)

M. F.; ABRAHÃO, M. H. V. (org.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. Crenças sobre aprendizagem de línguas, *Linguística Aplicada e ensino de línguas*. *Revista Linguagem & Ensino*. v. 7. n.1. Pelotas/RS: 2004, p. 123-156.

2.9.3 REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) – PSICOLOGIA

Capítulo I

Da Natureza E Definição

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TC) é componente curricular obrigatório, entendido como momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 2º – O TC caracteriza-se como um trabalho acadêmico-científico individual, consubstanciado na forma de Artigo Científico, que articula o relatório de atividades de estágio, a revisão de literatura e o relato de caso ou estudo investigativo.

Art. 3º – O TC é indissociável do Estágio Curricular Obrigatório, correspondendo à sistematização do conhecimento resultante do processo investigativo realizado nas ênfases profissionais.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 4º – O objetivo geral é a aplicação e integração dos conhecimentos adquiridos, proporcionando ao acadêmico a oportunidade de pesquisar, analisar e interpretar a realidade social sob a ótica da Psicologia.

Art. 5º – São objetivos específicos:

- Desenvolver a autonomia intelectual e o rigor metodológico;
- Promover a capacidade de articulação entre teoria e prática profissional;
- Garantir o domínio de instrumentos de avaliação e intervenção psicológica;
- Fomentar a produção e divulgação científica de qualidade.

Capítulo III

Da Estrutura Curricular e Fluxo

Art. 6º – A construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TC) é um processo sistematizado que se desenvolve em etapas progressivas ao longo dos últimos períodos da graduação.

Art. 7º – O processo tem seu marco inicial no 8º período, ciclo em que o acadêmico deve consolidar a construção de seu pré-projeto de pesquisa.

Art. 8º – Durante o 9º e o 10º períodos, o discente executará o projeto delineado, com carga horária devidamente organizada e integrada às atividades dos Estágios de Ênfase V e VII.

Art. 9º – Esse percurso fundamenta-se no enlaçamento contínuo entre teoria e prática, visando o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica frente ao exercício profissional e ao contexto social da investigação.

Art. 10º – Ao término do 9º período, o acadêmico deverá submeter o trabalho a uma banca examinadora de qualificação, composta por dois professores que emitirão parecer técnico formal por escrito.

Art. 11º – Uma vez obtida a aprovação na etapa de qualificação, o discente estará apto a concluir seu processo investigativo e sistematização final, culminando na Defesa Pública do TC durante o 10º período.

Capítulo IV

Das Linhas De Pesquisa E Ênfases

Art. 12º – O TC deverá obrigatoriamente vincular-se a uma das duas ênfases do curso:

- Psicologia e Práticas Institucionais: Focada em diagnóstico, planejamento e análise crítica de processos institucionais e comunitários.
- Psicologia e Processos em Saúde: Focada em prevenção, promoção de saúde, psicodiagnóstico e estratégias clínicas em diversos contextos.

Capítulo V

Da Orientação e Supervisão

Art. 13º – Cada acadêmico terá um Professor Orientador, integrante do corpo docente do Centro Universitário Campo Real, com experiência na área de concentração escolhida.

Art. 14º – A orientação do TC (9º e 10º períodos) inclui um período de 30 minutos semanais de orientação individual para cada aluno.

Art. 15º – Compete ao orientador:

- Planejar as atividades e acompanhar o contato com as instituições concedentes;
- Avaliar o fluxo, a ética e a qualidade técnico-científica da pesquisa;
- Indicar dois professores leitores para compor as bancas de qualificação e defesa.

Capítulo VI

Dos Aspectos Éticos

Art. 16º – Todas as pesquisas envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, devem ser aprovadas pelo Comitê de Ética.

Art. 17º – O aluno deve garantir o sigilo profissional, o consentimento livre e esclarecido e o respeito à dignidade dos sujeitos, conforme o Código de Ética do Psicólogo.

Capítulo VII

Da Avaliação e Defesa

Art. 18º – O sistema de avaliação é composto por:

- Banca de Qualificação (8º Período): Avaliação do projeto de pesquisa;
- Banca de Defesa (10º Período): Apresentação oral e pública do artigo final.

Art. 19º – A nota final será composta por:

- 60% (60 pontos): Atribuição do Professor Orientador, baseada no processo e relatórios.
- 40% (40 pontos): Atribuição dos Professores Leitores da Banca.

Art. 20º – Para aprovação, o aluno deve obter média igual ou superior a 7,0 (sete) e

cumprir 100% da carga horária de estágio vinculada.

Parágrafo Único: Alunos com nota entre 5,0 e 6,9 poderão realizar ajustes em até 30 dias para nova apreciação. Notas inferiores a 5,0 resultam em reprovação imediata.

Capítulo VIII

Da Divulgação e Disposições Finais

Art. 21º – Após a aprovação na Defesa, o aluno deverá obrigatoriamente submeter o artigo a um periódico científico.

Art. 22º – Os trabalhos serão arquivados em repositório eletrônico da biblioteca. Trabalhos com nota superior a 9,0 exigem entrega de exemplar em capa dura com ficha catalográfica.

Art. 23º – A comprovação de plágio ou fraude em qualquer etapa resultará em reprovação automática e instauração de sindicância administrativa.

2.10 Atividades Complementares

As atividades complementares integram os currículos dos cursos conforme determinação das DCNs, complementam a formação dos estudantes de maneira geral e específica. Têm por objetivo enriquecer seus conhecimentos por meio da flexibilização e do prolongamento temático e interdisciplinar, facultando ao aluno traçar uma trajetória pessoal e autônoma. Elas proporcionam indissociabilidade entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Abrem espaços para se exercitar a aprendizagem em outros lugares e tempos diferenciados do das salas de aulas e laboratórios.

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia prevê obrigatoriedade do cumprimento de 140 horas de atividades complementares e sociais, conforme disposto no artigo 4º da Resolução CONSEPE nº 01/2010. As atividades complementares e sociais são coordenadas por coordenação própria, devidamente institucionalizada por atos oficiais. Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo previsto para o curso em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva, a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias aos profissionais, tendo a enriquecer a formação do corpo discente de

acordo com a particularidade de seus objetivos, aptidões, habilidades, competências, preferências e carências.

As atividades complementares aproximam a IES ao seu papel social através da implementação da inclusão social por intermédio de elaboração e desenvolvimento de projetos sociais, de pesquisa científica, ensino e extensão. Também permite aprimorar a interligação entre a acadêmica e a prática profissional. A proposta permite, além da flexibilidade curricular, que o discente participe ativamente na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento sem a conseqüente sobrecarga no tempo de conclusão do Curso, na medida em que os conteúdos a serem estudados e pesquisados, por meio do cumprimento de tais atividades. Dada a importância de preparar um profissional com capacidade crítica e reflexiva que encontre soluções para um mundo em processo constante de mudanças as atividades complementares têm um papel importante na formação crítica, reflexiva e construtiva que se quer oportunizar no Curso.

As atividades complementares são estruturadas conforme as seguintes modalidades:

- Eventos diversos;
- Disciplinas cursadas em outros cursos;
- Programas de pesquisa;
- Programas de extensão;
- Representação discente ou estudantil;
- Monitorias;
- Ouvinte em defesas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses; Estágio voluntário;
- Cursos de Língua Estrangeira e de tecnologia da informação, participação em projetos sociais, viagens acadêmicas, palestras e colóquios.
- Os eventos diversos compreendem participações em Congressos, Seminários, Simpósios, Semanas Acadêmicas, e eventos afins.

Os cursos promovem constantemente palestras e mesas redondas com profissionais renomados da área fazendo com que os discentes tenham exemplos concretos do sucesso da profissão. Além de manter nossos acadêmicos sempre informados trazendo as agendas mensais de cursos, seminários e eventos. Para os

acadêmicos também são ofertadas disciplinas de outros cursos da Instituição, os quais o cumprimento delas é considerado uma atividade complementar além de promover interdisciplinaridade.

Programas de pesquisas são estimuladas pela IES, que promove anualmente a semana de Iniciação Científica e grupos de estudos. A extensão é entendida como uma prática acadêmica que interliga a IES com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional cidadão. A IES solicita que cada turma tenha dois representantes de classe, os quais representam os discentes junto aos órgãos da Instituição em reuniões de representante de Turma, CONSEPE e CONSU. Estes representantes adquirem horas complementares por exercerem este cargo e a escolha é feita por eleição dos pretendentes ao cargo dentro da sua turma.

O programa de monitoria tem por objetivo proporcionar ao acadêmico um contato mais próximo a realidade acadêmica e profissional, dando a oportunidade de participar mais diretamente da rotina pedagógica do curso, além de estabelecer uma relação maior de colaboração entre o corpo discente e docente. A participação dos acadêmicos como ouvintes em defesas de monografias, TCC, dissertação e teses fornece o acadêmico à familiarização do sistema “banca de avaliação”, já que o acadêmico deverá defender em um momento oportuno o seu TC, a participação favorece novos conhecimentos.

A IES disponibiliza aos seus alunos cursos de idiomas (Inglês, Espanhol e Português) para complementar e incrementar o currículo do acadêmico. Cursos de línguas realizados fora da IES também são considerados, desde que o acadêmico o faça durante o período em que está matriculado no Curso. Os cursos de informática em todos os níveis também podem ser inseridos nesta categoria. Os acadêmicos são estimulados pelos professores a realizar estes tipos de cursos com a introdução de artigos em língua estrangeira e questões em avaliações em língua Inglesa.

Ademais por meio da coordenação do curso são promovidas viagens e visitas técnicas a vários lugares para que os acadêmicos tenham uma prática mais enriquecedora do conhecimento técnico-científico, os quais os acadêmicos visualizando outras localidades e participando de feiras, dia de campo, agregam conhecimento e vivência ao seu currículo acadêmico e profissional. Alguns de nossos acadêmicos participam da organização de eventos, Semana Acadêmica e outras atividades. Ainda como atividades sociais temos a campanha do agasalho, Blitz Real,

Biblioteca Livre, Páscoa Solidária, entre outras.

O controle da realização das Atividades Complementares é feito pela Centrau de Atendimento Unificado, orientado pela Coordenação Atividades Complementares e Sociais e pelos orientadores específicos de atividades complementares. O aluno envia à Coordenação, apresenta seus certificados e/ou documentos, comprovando a realização de Atividades Complementares e Sociais, esta analisa os documentos e, após validá-los, repassa as horas à Secretaria Acadêmica que realizará o registro das horas no sistema acadêmico. Os documentos comprobatórios são anexados a uma pasta individual. Em relação às atividades desenvolvidas e promovidas pela IES, existe o controle de presença e participação, sendo que as horas são registradas automaticamente para integralizar o currículo.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Campo Real prevê obrigatoriedade do cumprimento atividades complementares, para integralização do curso. As atividades complementares estão distribuídas em 2 (dois) níveis:

- Horas Complementares
- Horas Sociais, conforme tabelas abaixo.

TIPO DE ATIVIDADE	MODALIDADE DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM PSICOLOGIA	LIMITE MÁXIMO 140 HORAS
1. Estudos contemporâneos	Curso de Estudos Contemporâneos (filosofia, ética, história, sociologia, economia, política e outras áreas afins da psicologia), realizado em diferentes campos e instituições.	Tal Carga Horária poderá ser diluída entre as atividades citadas.
2. Participação em Eventos	Participação em palestras, simpósios, seminários, workshop, congressos, conferências, ciclo de debates, oficinas, mesas redondas, jornadas, fóruns, ciclo de palestras, semanas acadêmicas, simpósios de curso, etc. promovidos pela própria instituição ou entidades externas.	
3. Pesquisa	Participação em Programas/Projetos/Grupos de Pesquisa internos ou externos. Publicação de pesquisas.	

4. Enriquecimento acadêmico-pedagógico	Disciplinas cursadas em outros cursos de graduação ou pós-graduação da IES ou de outras IES, concomitantemente.	
5. Participação no Programa de IC	Programas de iniciação científica, incluindo pesquisas de campo e estudos de caso, referentes a área de saúde mental.	

Horas Sociais – 60 horas

TIPO DE ATIVIDADE	MODALIDADE DE ATIVIDADES SOCIAIS	LIMITE MÁXIMO 60 HORAS
1. Divulgação de Atividades	Divulgação de Atividades do Curso de Psicologia	Tal Carga Horária poderá ser diluída entre as atividades citadas.
	Participação em eventos diversos com o objetivo de divulgar as atividades realizadas pela IES.	
	Divulgação de Bens e Serviços em Saúde.	
	Divulgação de Campanhas vinculadas às ênfases do Curso de Psicologia	
2. Participação em projetos de extensão	Desenvolvimento de atividades relacionadas ao acolhimento em saúde mental nas mais variadas frentes e campos de intervenção.	
3. Atividades de Cidadania	Doação e sangue, quando campanha realizada pela instituição ou aprovado pela Coordenação do Curso; Doações (livros, roupas, brinquedos, mantas, material de higiene, alimentos, ração, etc.) quando campanha realizada pela instituição; Ações extracurriculares não contemplado como Estágio Supervisionado (prática real) em empresas conveniadas, públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos.	

De acordo com o Regulamento das atividades complementares e sociais, ao aluno compete:

- Inscrever-se nos programas, participar efetivamente deles e concluir a

carga horária;

- Providenciar a documentação que comprove a sua participação;
- Apresentar à secretaria da IES, nos prazos estabelecidos, cópia da documentação comprobatória das atividades realizadas;
- Acumular carga horária de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento.
- Guardar consigo, em portfólio próprio, até a data de colação de grau, a documentação comprobatória original das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitado.

Ainda:

Art. . O aluno poderá se inscrever em uma ou mais atividades, desde que não haja conflito de horários.

Art. O aluno poderá sugerir, junto à Coordenação do Curso, a oferta de Atividades Complementares.

Art. O aluno poderá solicitar à secretaria da IES, em qualquer tempo, um breve histórico das atividades complementares já realizadas por ele.

Art. As Atividades Complementares não computadas em um determinado período letivo podem ser computadas no período letivo seguinte.

Art. As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para a concessão de dispensa de unidades curriculares integrantes da grade curricular de vinculação do aluno.

Art. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso.

O aproveitamento de cada uma das modalidades de atividades se dará pela análise da Coordenação das Atividades Complementares e Sociais, observando que 30% da carga horária total deve ser integralizada com Projetos Sociais e cada uma das demais atividades não poderá exceder 40% da carga horária total destinada às atividades complementares.

2.11 APOIO AO DISCENTE

Para o cumprimento da política de ensino de graduação da IES, o curso de Psicologia está inserido nas diversas ações acadêmico-administrativas de

políticas institucionais, dentre elas, a política de apoio ao discente, que está pautada na missão institucional de Excelência no Ensino, Iniciação à pesquisa e extensão.

As ações de atendimento ao aluno, ao egresso e à comunidade acadêmica na IES são um diferencial do Centro Universitário na prestação dos serviços que se propõem. A política contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos, intercâmbios nacionais e internacionais, além de ações inovadoras.

Os acadêmicos recebem orientação administrativa, pedagógica e profissional em procedimentos institucionalizados e em programas de acompanhamento, apoio e estímulo. São oferecidos: NAPP, programa de orientação acadêmica, programa de nivelamento, participação dos alunos nos órgãos colegiados, programa de monitoria acadêmica, programa de incentivo à qualificação discente, programa de iniciação científica, programa de acompanhamento de egressos e programa de formação continuada. Os atendimentos podem ser presenciais ou virtualizados, a depender da escolha do aluno.

A Instituição estimula a formação e manutenção de Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos para os quais a Instituição, inclusive, possui espaço físico específico e recursos materiais (CIA – Central de Integração Acadêmica). Propicia a elaboração e participação em Exame Simulado Preparatório de Carreiras, oferta de grupo de estudos, de iniciação científica e a oferta de programa de monitoria. Além disso, os alunos têm a eleição democrática de representantes de turma que participam de forma ativa da CPA da instituição, nos órgãos colegiados do curso de da IES, além do amplo acesso à Reitoria, Pró-Reitoria e coordenação de curso. Todos os setores possuem contatos online e atendimento virtual ou presencial.

A IES mantém em sua estrutura um órgão destinado à intermediação e ao acompanhamento da realização de Estágios obrigatórios e não obrigatórios. A CET é responsável pela intermediação entre a escola e o campo de estágio, fechamento de convênio, confecção dos contratos e termos de estágio,

designação de responsável para o acompanhamento na área específica do estágio, acompanhamento junto de campo de estágio e coleta de insumos para reanálise das práticas realizadas pelos cursos.

Além disso, a IES promove diversas atividades de integração acadêmica, entre elas: confraternizações, jogos, feiras, concursos, entre outros. A seguir são demonstradas as ações a apoio ao discente disponibilizadas pela instituição:

2.11.1 Apoio para participação em eventos

Focando o ideal estabelecido nas diretrizes institucionais do Centro Universitário Campo Real e atendendo as expectativas de aprendizagem para a formação do egresso do curso, mantém-se em atualização constante o processo de atenção aos discentes. Para tanto, a instituição possui uma política de apoio ao discente na participação de eventos e de estímulo à difusão de produções acadêmicas.

É fornecido suporte ao corpo discente na aquisição e promoção do saber, além dos processos educacionais desenvolvidos em salas de aula, através de apoio financeiro (subsidiando transporte para eventos correlatos, patrocinando materiais de divulgação de eventos, entre outras) e apresentação de trabalhos de iniciação científica. A Instituição disponibiliza transporte e assegura o acompanhamento dos alunos a congressos, visitas técnicas, seminários, simpósios, bem como os incentiva a participarem de programas de iniciação científica.

Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- I. Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- II. Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos;
- III. Apresentação de TCCs a bancas examinadoras;
- IV. Realização do Encontro de Iniciação Científica, anualmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;
- V. Projeto Semana da Cultura, com calendário anual de eventos

culturais e artísticos;

VI. Manutenção das Revistas Institucionais (físicas e online);

VII. Apoio a grupos de estudo que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;

VIII. Apoio aos docentes e discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;

IX. Promoção de eventos próprios para divulgação dos trabalhos realizados pelos docentes e discentes

X. Realização de Jornadas Acadêmicas Integradas, anualmente, com a participação de docentes e discentes;

XI. Realização do projeto Cidadania Real, que leva a comunidade minicursos, palestras e seminários sobre temas diversos; e

XII. Inserção no Plano de Carreira docente da produção acadêmica como quesito de avaliação para promoção na carreira.

Desta feita, a Instituição possui devidamente implantada uma política de apoio à realização de eventos internos e externos e da difusão das produções acadêmicas, discente e docente. Dentre as ações voltadas ao apoio encontram-se:

1) apoio para a organização de eventos dos cursos da IES (com fornecimento de local, logística do evento, material de divulgação, sistema informatizado para organização, inscrição e certificação do evento), 2) apoio para a participação de eventos internos – com a possibilidade de participação na organização do evento, isenção de inscrição, abono de faltas e possibilidade de apresentação de trabalhos correlacionados ao evento e 3) apoio para a participação de eventos externos.

No que é pertinente à participação em eventos externos e à produção acadêmica, além da institucionalização da monitoria, iniciação científica e dos grupos de estudos, que são os instrumentos institucionais destinados ao fomento da produção acadêmica (conforme regulamentação específica) a IES também possibilita apoio através da concessão de meio de transporte, reembolso de despesas com inscrição, acompanhamento docente para grupos e orientação dos

trabalhos acadêmicos. Além disso, a Instituição possui em plena atividade 4 revistas, destinadas à disseminação dos resultados das produções acadêmicas de discentes e docentes e a revista da iniciação científica.

A Resolução nº 67/2014 institui e regulamenta os critérios para concessão de apoio financeiro para acadêmicos e professores na difusão da produção acadêmica.

2.11.2 Programa de Orientação Acadêmica

O Programa de Orientação Acadêmica destina-se a prestar apoio ao acadêmico, desde o momento de seu ingresso no curso até a sua formatura. Tem como objetivo principal integrar plenamente o estudante na comunidade e na vida institucional, valorizando-o, apoiando-o e estimulando-o em sua caminhada acadêmica, de forma que ela seja a mais consciente, harmoniosa e produtiva possível. No intuito de atingir seus objetivos, a instituição desenvolve, entre outras, as seguintes ações:

- Publicação do Manual do Aluno;
- Disponibilização do Catálogo da Instituição, segundo legislação vigente;
- Disponibilização do Regimento Interno da Instituição;
- Divulgação de dados e informações relativos a notas e frequência, avisos e editais, com prontidão e de acordo com o calendário acadêmico, se for o caso;
- Manutenção de sistema atualizado de informações na Internet;
- Realização de Semana de Recepção ao Calouro, com atividades orientadas, visando a fornecer informações e orientações, e a promover a interação social;
- Acompanhamento do aluno em todo o seu percurso acadêmico, com discussões e reflexões sobre o seu desempenho, suas possibilidades e potencialidades, e eventuais dificuldades;
- Orientação ao aluno em situação de risco (absenteísmo, baixo rendimento, iminência de jubramento e outras), com os encaminhamentos que se fizerem necessários ou oportunos;
- Orientações diversas sobre as atividades acadêmicas complementares, especialmente em relação a cumprimento de créditos e

à divulgação de ofertas de eventos dentro e fora da Instituição;

- Orientações diversas para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Orientação na implantação de órgãos de representação estudantil: Diretório Central de Estudantes, Centros Acadêmicos e Atléticas;
- Apoio ao funcionamento dos órgãos de representação discente, com a cessão de instalações físicas, móveis e equipamentos;
- Promoção de programas cívicos, culturais, artísticos e desportivos e apoio aos órgãos de representação discente para promover eventos no gênero;
- Serviço de intermediação de oportunidades de estágios.

O Programa de Orientação Acadêmica está a cargo dos seguintes órgãos:

- Conselho Superior, que deve estabelecer as diretrizes e acompanhar a sua efetivação;
- Núcleo de Atendimento Psicológico e Pedagógico - NAPP, que deve articular a efetivação e avaliação do Programa;
- Pró-Reitoria acadêmica, Pró-Reitoria de extensão e pós-graduação;
- Colegiado de Curso, que orienta seu desenvolvimento no curso;
- Coordenação de Curso, que deve atender e orientar os alunos de acordo com as diretrizes do Programa, coordenando todas as suas ações no curso.
- CAU, que deve fornecer informações e orientações sobre registros acadêmicos, publicar avisos e editais de interesse dos alunos e fornecer documentação solicitada, com eficiência e pontualidade.
- Central do Aluno que tem como objetivo dar suporte para que o acadêmico tenha sempre respostas rápidas e seguras, dentro do contexto acadêmico, sem despachar assuntos acadêmicos.
- Os professores desempenham importante papel no acompanhamento dos alunos, tanto em questões pedagógicas propriamente ditas, como em outras questões que, embora não se liguem diretamente às relações de ensino-aprendizagem; possam interferir na vida acadêmica, requerendo orientações, sugestões ou encaminhamentos à Coordenação. Uma boa orientação acadêmica exige um trabalho conjunto e integrado, envolvendo principalmente professores e coordenadores de curso, supervisores e

coordenadores de estágios.

2.11.3 Atendimento ao aluno pela Coordenação do Curso

A coordenação de curso atende os acadêmicos em horários específicos (vespertino e noturno), garantindo seu acesso em momentos distintos de aula. Além dos atendimentos presenciais há atendimentos virtuais, feitos por meio do uso de redes sociais e sistemas institucionais. O atendimento pela Coordenação do Curso procura dar suporte e solucionar dificuldades que os acadêmicos estejam enfrentando, que possam, de alguma forma, interferir em sua aprendizagem, e tem por objetivo:

- mediar problemas que surjam entre alunos e professores;
- instruir os alunos quanto a possíveis dúvidas que surjam em relação à carreira profissional que este escolheu.
- Instrui alunos durante a graduação em relação à disciplinas, atividades, TCC ou outras dúvidas;

Nos casos em que há problemas de ordem pedagógica ou mesmo de relacionamento, os acadêmicos marcam um horário para atendimento após encaminhamento feito pela central do aluno, professor ou pró-Reitoria acadêmica. Feito isso, as partes são ouvidas e tomadas as providências apropriadas para resolução do problema apontado. Cabe sinalizar que os atendimentos e orientações prestados aos acadêmicos não implicam, necessariamente, em soluções diretas e imediatas para os problemas apresentados, podendo gerar encaminhamentos a profissionais competentes para os casos específicos, ou encaminhamento para o NAPP.

Por fim, ordinária e extraordinariamente, são realizadas reuniões com os representantes discentes. O objetivo destas reuniões é ouvir as considerações e expectativas dos estudantes em relação a IES e assim, a partir das informações coletadas, subsidiar as Coordenações de Curso, e as instâncias de gestão da IES, de informações seguras que lhes permitam tomar as medidas necessárias e apropriadas para melhor atender a comunidade acadêmica. A coordenação ainda mantém contato direto com os alunos por meio de participação nos grupos de WhatsApp, página do curso no instagram, twitter e email institucional.

2.11.4 Apoio pedagógico

Os processos de apoio pedagógico aos discentes iniciam-se em sala de aula. A percepção do professor, aliado ao trabalho dos coordenadores, é base para o apoio pedagógico do acadêmico. Por meio desta identificação e interação, os discentes que apresentarem algum tipo de problema relacionado à aprendizagem, comunicação, conduta ou sociabilização serão encaminhados, em um primeiro momento, para a coordenação do curso. De posse das informações pertinentes, os coordenadores avaliam os fatos e discutem com a coordenação pedagógica os procedimentos a serem adotados.

O Núcleo de apoio psicopedagógico - NAPP constitui-se num programa que oferece assessoria Psicopedagógica as diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos do Centro Universitário Campo Real, no sentido de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando uma formação profissional de nível superior de maior qualidade, a democratização do saber e a participação cidadã.

O NAPP estrutura-se a partir de três áreas de atuação:

- Orientação pedagógico-institucional;
- Orientação Psicopedagógica
- Orientação acadêmico-profissional.

O Núcleo é constituído por profissionais com formação superior em Pedagogia e Psicologia, indicados pela Direção Geral e contratados pela Mantenedora. Dentro de suas atividades, são atribuições específicas a Orientação Acadêmica Profissional, além daquelas gerais a todos os profissionais atuantes no NAPP:

- I. intermediar contatos com a comunidade e instituições públicas e privadas, no sentido de ampliar os espaços para a realização de projetos interdisciplinares de responsabilidade social.
- II. oferecer orientação Psicopedagógica à Coordenação de Curso e aos professores na elaboração e implementação de projetos de responsabilidade social.

III. promover atividades coletivas de orientação acerca do mundo do trabalho e relativas à postura e perfil profissional.

São atribuições do NAPP com relação ao apoio acadêmico:

I. elaborar, anualmente, plano de ação condizente às prioridades e necessidades do trabalho pedagógico da Instituição.

II. propor ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização das relações institucionais e para a socialização do conhecimento científico–filosófico.

III. participar de grupos de estudos, comissões e/ou projetos que envolvam diretamente o trabalho pedagógico, quando solicitado pela Direção Geral.

IV. elaborar/coordenar projetos de cursos, seminários, congressos e outros eventos pertinentes à área de atuação dos corpos docente e discente, e que contribuam para o aprimoramento do trabalho pedagógico da Instituição.

V. desenvolver, em auxílio às Coordenações de Curso, atividades de Nivelamento de Ingressantes, como Oficinas Instrumentais, Seminários, Semanas pedagógicas, permitindo melhor aproveitamento didático das disciplinas da matriz curricular.

VI. exercer outras funções correlatas às funções pedagógicas

O NAPP se utiliza dos procedimentos e aplica os princípios institucionais de acessibilidade física, atitudinal e pedagógica, previstos no PDI. Há ainda a Central do Aluno, local destinado ao atendimento dos alunos em geral, que presta apoio operacional ao NAPP, à Reitoria Acadêmica e a todas as Coordenações de Curso.

2.11.5 Mecanismos de Nivelamento

Ao discutirmos a emblemática da educação em nosso país, evidenciam-se diversos pontos que contribuem para uma formação desigual no contexto educacional. É preciso reconhecer essa variabilidade entre os ingressantes no ensino superior para que ocorra uma organização no desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com esses alunos, e obviamente aos objetivos

acadêmicos esperados. Nessa perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da Instituição estão estruturados de modo a contemplarem as diversidades cognitivas dos discentes e, por sua deixo, o processo de nivelamento consiste em subsidiar os alunos com conceitos elementares de diversas disciplinas, de maneira que o acadêmico possa obter uma boa base para o restante do curso. São oferecidos cursos de nivelamento em matemática, química, biologia e leitura e produção com o objetivo de aparar discrepâncias oriundas do ensino médio. Os cursos de nivelamento são oferecidos sempre que novas turmas sejam formadas para os semestres letivos. Adicionalmente, as coordenações de curso, com o apoio da direção da IES, oferecem cursos de extensão com base nas avaliações realizadas nas reuniões de colegiado ou a partir das necessidades expressadas pelos acadêmicos junto à coordenação ou ao corpo docente.

2.11.6 Programa Institucional de bolsas e incentivos

A IES oferece algumas bolsas aos discentes. Além disso, realiza um programa de incentivo através de realização de estágios em vários setores da IES, cuja seleção contempla a condição socioeconômica, a necessidade de manutenção do estudante no ensino superior e o desempenho acadêmico. Com isso a Campo Real proporciona aos acadêmicos a oportunidade de realizar estágio (não-curricular), na respectiva área de conhecimento, e contribui para a formação profissional, para a manutenção e complementação educacional, mediante oferta de vaga de estágio.

O programa institucional de bolsas de estudo prepara o acadêmico para o ingresso no mercado de trabalho com mais experiência em sua área de atuação. Esse programa é ofertado ao acadêmico que celebra com a IES um acordo de cooperação e termo de compromisso de estágio, que é desenvolvido de acordo com o regulamento e um plano de estágio, sempre sob a supervisão de um orientador comprovadamente qualificado e capacitado na área de conhecimento afim.

Além do programa de estágio, a IES concede bolsas de estudo para conveniados, grupo familiar, funcionários e professores da Instituição e seus

familiares, acadêmicos que apresentem novos alunos (Programa Amigo Real), portadores de diploma no ensino superior (Obtenção de Novo Título) e atletas. Ademais, possui um programa de Financiamento próprio, denominado MENSALIDADE FLEX, que prevê o pagamento do curso depois que o aluno estiver formado, respeitando o valor percentual concedido e o valor atual da mensalidade.

Dentre os incentivos institucionais, os principais são:

- **DESCONTO FAMILIAR:** concede bolsa parcial de 10% para cada membro da família no caso em que dois ou mais membros do mesmo grupo familiar estiverem devidamente matriculados.
- **DESCONTO FUNCIONÁRIO:** Para técnico-administrativos, professores e respectivos familiares é concedida bolsa parcial.
- **CONVÊNIOS:** com órgãos públicos e empresas, cujo objetivo é a capacitação no ensino superior para funcionários da conveniada, concedendo descontos nas mensalidades, que não se aplicam apenas no valor das matrículas e rematrículas.
- **PROGRAMA FLEX:** Financiamento Interno Campo Real - Prevê o aumento do prazo de pagamento do curso, diminuindo-se os valores das parcelas em até 100%, sendo a diferença ressarcida à IES depois que o aluno estiver formado, respeitando o valor percentual concedido e o valor atual da mensalidade.
- **PROGRAMA AMIGO REAL:** oportuniza descontos cumulativos àqueles que apresentarem amigos que tenham matrícula efetivada; o benefício persiste enquanto o aluno indicado permanecer matriculado.
- **OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO:** Para portador de diploma de curso superior, diplomado bacharel ou licenciado, é concedida bolsa de 30%.
- **PROUNI:** A IES está vinculada ao Programa Universidade para Todos, do Governo Federal, que concede bolsas parciais e integrais.
- **FIES:** Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal. Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, oportunizando inclusão e permanência no meio acadêmico.
- **BOLSA ESTÁGIO:** A IES oferece algumas bolsas de trabalho aos discentes. O programa se intitula Bolsa Estágio e atende uma considerável parcela dos estudantes que as recebem mediante realização de estágios em

vários setores da IES. A concessão de Bolsas-estágio se dá por processo de seleção que contempla a condição socioeconômica, a necessidade de manutenção do estudante no ensino superior e o desempenho acadêmico. A instituição proporciona aos acadêmicos a oportunidade de realizar estágio não-obrigatório na respectiva área de conhecimento.

- PROGRAMA DE INCENTIVO ACADÊMICO A POPULAÇÕES QUILOMBOLAS, POVOS ORIGINÁRIOS E POPULAÇÃO ASSENTADA DA REFORMA AGRÁRIA: VALORIZANDO A DIVERSIDADE - reforça seu compromisso com a diversidade ao lançar um programa pioneiro na região de Laranejrias, oferecendo desconto de 30% nas mensalidades. Adicionalmente, beneficiários podem usufruir de um desconto padrão de pontualidade de 10%, totalizando assim um desconto de 40% nas mensalidades. visando compreender as características da região de Laranejeiras do Sul, a IES instituiu um desconto específico para integrantes de assentamentos, quilombos e povos originários.
- PROJETO A VOZ DELAS: COMPROMISSO COM A EQUIDADE DE GÊNERO - projeto institucional que oferece 6 bolsas de estudos semestrais para pessoas vítimas de violência de gênero. Essas bolsas, sendo 2 integrais e 4 parciais, são destinadas a indivíduos encaminhados pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e Secretaria Municipal de Assistência Social.
- PROGRAMA PRÓXIMO PASSO: DESCONTO PARA CURSOS TÉCNICOS - Em parceria com escolas técnicas, a Campo Real oferece até 15% de desconto para alunos de cursos técnicos, por meio do Programa Próximo Passo, incentivando a formação integral dos estudantes.
- BOLSA MONITORIA: Bolsa de estudos parcial ou integral concedido a acadêmicos selecionados para a realização e participação do programa de monitoria da Instituição.

Além disso, a IES propicia aos acadêmicos diversos tipos de atendimentos, tais como:

- ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO: A IES conta com a Pró-Reitoria Acadêmica que está diretamente vinculada o NAPP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, criado com a finalidade assessorar alunos com problemas relacionados à aprendizagem, comunicação ou socialização. Para tanto, o NAPP se utiliza dos procedimentos e aplica os princípios institucionais de acessibilidade

física, atitudinal e pedagógica, previstos no PDI.

- **CENTRAL DO ALUNO:** setor criado na Instituição especialmente para acompanhar o acadêmico em todas as suas necessidades internas e externas. O acadêmico pode procurar a Central do aluno para solicitar auxílio sobre qualquer questão que tenha interferência com seu curso ou sua manutenção na Instituição, desde dúvidas acadêmicas, administrativas até questões financeiras. A Central do aluno procede com os encaminhamentos e auxílios necessários ao aluno.
- **ATIVIDADES CIENTÍFICAS:** A IES também incentiva a produção intelectual dos discentes disponibilizando uma revista científica, organizada a partir dos artigos apresentados na Semana de Iniciação Científica. Também incentiva a participação em eventos fornecendo uma ajuda de custo para viagens, estadias e confecção de material. Os incentivos são descritos e regidos por regulamento próprio.
- **ATIVIDADES CULTURAIS:** A IES promove diversas atividades de integração acadêmica, entre elas: confraternizações, jogos, feiras, concursos, entre outros.
- **ATENDIMENTO AO EGRESSO:** A IES possui institucionalizada a Política de acompanhamento disponibiliza no site um link possibilitando ao egresso o acesso a informações de eventos promovidos pela IES, seminários, congressos, etc., a nível regional e nacional, relacionados à sua área de formação. Através deste link ele pode, também, cadastrar seu currículo num banco de dados da IES, além de informar sua atuação profissional atual. Uma prática institucional é o intercâmbio de experiências entre egressos e acadêmicos através da participação destes nas atividades das Semanas Acadêmicas dos Cursos onde proferem palestras e/ou cursos de extensão, e ainda, a incorporação de egressos como funcionários ou professores da Instituição.

Os programas institucionais de incentivo estão devidamente regulamentados pelas Resoluções nº 04/2014, 07/2015, 09/2015.

2.11.7 Programa de Iniciação Científica

Toda Instituição de Ensino Superior deve estimular e promover a pesquisa nos domínios dos conhecimentos nela ministrados, assim como proporcionar

oportunidades para que os profissionais atualizem constantemente suas competências dentro do seu campo de atuação.

Neste sentido, cabe a Instituição a divulgação na comunidade dos progressos relativos às suas áreas de ensino. Instalar um projeto que fomente e desperte o interesse para a investigação científica é, portanto, importante para o próprio desenvolvimento da região.

Para o estabelecimento de um programa de iniciação científica, é necessário definir linhas orientadoras das atividades científicas, coerentes com os objetivos da Instituição, assim como mecanismos de seleção e de avaliação sistemáticas, com a finalidade de assegurar a execução, qualidade e pertinência dos projetos.

O desenvolvimento dos projetos de iniciação científica e estágios buscam:

a) Adquirir suporte científico para realização do diagnóstico, compreensão e análise dos processos de transformação da sociedade, visando um desenvolvimento sustentável que considere as dimensões socioculturais, econômicas, ambientais, políticas e éticas;

b) Gerar, a partir dos projetos de iniciação científica propostos, o desenvolvimento de uma nova mentalidade produtiva voltada à sustentabilidade e à autossuficiência da atividade econômica local e regional;

c) Propiciar a produção de conhecimentos científicos que permitam otimizar a utilização dos recursos naturais com o mínimo impacto ambiental e promoção do desenvolvimento econômico e social.

A iniciação científica pode realizar-se com a execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa; ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do acadêmico se integre a um projeto mais amplo desenvolvido por professores.

Segundo a resolução normativa nº 006/96 CNPQ/PIBIC, os programas de iniciação científica visam:

a) incentivar a participação dos estudantes de graduação em projetos de pesquisa, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica com a orientação de pesquisadores qualificados;

b) estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação

no processo acadêmico, utilizando a capacidade de orientação à pesquisa;

c) qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;

d) contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores.

O Programa de Iniciação Científica poderá contribuir significativamente para o aumento da qualificação docente da própria Instituição em que se insere.

As atividades complementares na modalidade de programas ou projetos de iniciação científica e prática de investigação são regulamentadas por Resolução institucional específica, juntamente com os demais cursos da IES. As atividades de iniciação científica do curso de Odontologia acontecem no decorrer do período acadêmico por iniciativa dos professores e dos acadêmicos. Há que se ressaltar

ainda que a realização de Iniciação Científica possui incentivos próprios e ainda, divulgação dos resumos acadêmicos nos repositórios oficiais.

2.11.8 Incentivos à Iniciação Científica

O curso de Psicologia, juntamente com a IES, incentivará periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos. Além disso, a IES edita 4 revistas de cunho científico, sendo uma física e três virtuais.

A IES insere atenção especial em:

a) identificar linhas prioritárias, baseadas no perfil dos cursos da Instituição e da necessidade de desenvolvimento econômico e social;

b) interagir com a sociedade, permitindo que as contribuições relacionadas a cada pesquisa possam ser percebidas, utilizadas e aplicadas no meio social;

c) fomentar a criação de grupos de pesquisa apoiados às linhas de pesquisa prioritárias da Instituição;

d) criar canais de divulgação dos resultados das pesquisas, notadamente a criação e a manutenção de uma revista de divulgação científica;

e) estabelecer convênios, associações e contratos com

instituições de pesquisa, órgãos de fomento e quaisquer outros organismos institucionais que possam gerar recursos (financeiros ou não) que facilitem a conclusão de pesquisas e/ou que fortaleçam grupos de pesquisa da Instituição;

f) prover condições de infraestrutura física para que os grupos de pesquisa sejam consolidados.

Ademais, a IES mantém programa de monitoria remunerada e voluntária, destinado a realização de projetos de iniciação científica que, assim como o evento de iniciação científica e o programa de IC são regulamentados por resoluções específicas institucionais.

2.11.9 Programas de Extensão

A extensão no Centro Universitário Campo Real é realizada de três formas conectadas: Programas de Extensão Institucional que envolve atividades curriculares e extracurriculares na Instituição, Extensão em atividades curriculares da matriz do curso e Introdução à Extensão que é realizada através do cumprimento de uma disciplina, curricular, preparatória para as atividades de extensão curriculares. Desta forma, os acadêmicos possuem oportunidade de participar de várias atividades de extensão, desde cursos específicos oferecidos pelo Curso de Psicologia e afins, até atividades que contam com a participação da IES. Estas atividades são apresentadas no relatório semestral elaborado pela coordenação do curso.

A Extensão é entendida como prática acadêmica que interliga uma instituição de Ensino Superior nas suas atividades de ensino e de Iniciação à pesquisa, com as demandas da maioria da população. A ideia que perpassa e que motiva a Extensão é a constante relação dialógica entre o conhecimento que se produz dentro da academia e sua utilidade à formação de uma comunidade mais humana, sempre guiada pela ideia de que o conhecimento que não extrapola os muros da ciência e começa a impactar de forma direta no social, acaba não tendo significado suficiente para sua manutenção.

O ensino e a iniciação à pesquisa se tornam vivas para as pessoas através da extensão. A extensão acaba humanizando relações de duas formas

que se complementam: primeiro para o aluno que recebe uma formação profissional cidadã e que o coloca em consonância com a realidade social, política e econômica; segundo para as pessoas que são impactadas pelos programas e projetos desenvolvidos, tendo suas vidas alteradas e também a vida dos microcosmos que formam seu espaço de convívio.

A ação extensionista no Centro Universitário vai além da prestação de serviços, da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Está voltada aos problemas sociais, e procura encontrar soluções que também realimentam o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Assim, o Centro Universitário Campo Real possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

As atividades de extensão têm seus eixos temáticos definidos de acordo com as finalidades e áreas de atuação de cada Curso, definidas em regulamento próprio. Contudo, são prioridades da atividade extensionista desenvolvida pelo Centro Universitário Campo Real, além da base que forma o objetivo geral:

- Realização de eventos e prestação de serviços para enfrentamento dos problemas micro e macro sociais da região, sejam eles preexistentes na constituição do contexto local, sejam problemas novos que surgem por conta da velocidade social que torna cada dia mais instável;
- o enfrentamento de problemas sociais e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade;
- interdisciplinaridade;
- democratização do conhecimento;
- criação de propostas que popularizem, instruem e capacitem pessoas para o tratamento adequado de pessoas com deficiência;
- difusão da cultura e artes, especialmente da cultura negra e indígena, formadoras da identidade e base sociocultural brasileira, priorizando o impacto em populações menos assistidas;

- capacitação e conscientização da população sobre a existência e emergência de equilíbrio e modo correto de tratamento em situações que envolvam distúrbios de aprendizagem, inclusão social e a redução das desigualdades;
- o trato correto e sustentável com o Meio Ambiente, assumindo que a “casa comum” em que as pessoas se inserem precisa ser trabalhado de forma racional para a manutenção da qualidade de vida entre os pares;
- a alteridade das relações, para que haja uma empatia entre os diferentes membros que compõe os extratos sociais;
- observância de Tratados Internacionais e consequente fomento de políticas públicas e sociais embasadas em Direitos Humanos e Fundamentais mínimos, garantidores de uma vida mais digna.

A extensão deverá ser avaliada juntamente com as outras atividades da Instituição através das ações da Comissão Própria de avaliação, servindo, os resultados, como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição.

A consolidação da extensão no Centro Universitário Campo Real exige ações e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade acadêmica com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática deste processo indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade. Para tanto, além do atingimento dos objetivos e metas institucionais previstos no presente PDI, os programas de Extensão da Instituição serão regulamentados por instrumentos institucionais próprios, aprovados pelos conselhos superiores, após a propositura dos projetos pelos responsáveis.

No que diz respeito especificamente ao Curso de Psicologia, cabe-nos destacar que a integração teórico/prática também ocorre durante a oferta da parte prática (aulas práticas) do conteúdo acadêmico e durante a realização do estágio supervisionado de Odontologia. O exercício prático realizado pelo acadêmico tem um grau de dificuldade crescente, mesmo no estágio supervisionado. Adicionalmente, durante atividades extraordinárias (projetos de extensão à comunidade e realização de atividades complementares e sociais), que contam com a participação da IES, os acadêmicos têm a oportunidade de, com a presença de professores, realizar experimentações da prática profissional. Os acadêmicos poderão, também, participar de atividades extracurriculares, projetos sociais e

projetos de extensão promovidos pelo Núcleo de Políticas Ambientais da IES e os resultados obtidos nessas atividades servirão para a elaboração de artigos para a apresentação na iniciação científica.

Sob este aspecto, os objetivos principais são:

- a) estabelecer perfis de oferta de cursos de extensão na Instituição, valorizando os perfis de seus grupos de pesquisa;
- b) estimular a multidisciplinaridade, colaborando, inclusive com a aliança com outras instituições;
- c) aproximar a sociedade regional, através de programas rápidos de capacitação a um custo permissível;
- d) humanizar o tratamento do discente, através de programas de apoio pedagógico, médico, odontológico, psicológico e quaisquer outros programas que facilitem a vida acadêmica;
- e) propor programas que despertem o senso crítico comunitário, tais como: programas de conscientização ambiental; programas de conscientização social, programas de conscientização política, programas de conscientização econômica e/ou quaisquer outros que permitam que a Instituição cumpra seu papel social de apoio à sociedade.

2.11.10 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

O Centro Universitário Campo Real possui uma política institucional de internacionalização que se configura como um processo pedagógico e formativo, que ocorre por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados com instituições de ensino superior, de pesquisa e outras instituições relacionadas à área de interesse. Esses processos envolvem atividades de intercâmbio de professores, estudantes, pesquisas, publicações, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras.

A Instituição mantém convênios com Instituições de ensino nacionais e internacionais para realização de intercâmbios acadêmicos. São realizados, constantemente, projetos de intercâmbio com seus alunos. Além disso, é possível que o aluno estabeleça contato com Instituição de interesse e solicite a realização

de convênios à Pró-Reitoria, que, após análise, contatos e aprovação pelo Consu, poderá proceder com a efetivação de novo convênio. Além dos convênios nacionais, atualmente estão em vigência 7 convênios internacionais, firmados com as seguintes instituições, Instituto de Salut Carlos III –Espanha, Universidad Rey Juan Carlos – Espanha, Universidad de León – Espanha, Universidad Pablo de Olavide – Espanha, Politécnico de Leiria – Portugal, Universidad de Montevideo – Uruguai, Universidad Mayor – Chile.

2.11.11 Ações Inovadoras no apoio ao discente

A Instituição, muito antes da edição pelo Conselho Nacional de Justiça da Resolução nº 225/2016, que estabelece o uso de práticas restaurativas para abordagem de conflitos relacionais individuais, comunitários, institucionais e sociais, tem investido em práticas restaurativas. As práticas restaurativas podem ser efetivadas em diversos âmbitos e setores, há inclusive sala específica destinada para a realização das práticas restaurativas e profissionais devidamente habilitados, com formação específica, para tal.

Na Campo Real elas têm sido aplicadas não apenas na gestão e no âmbito jurídico, mas, principalmente, no atendimento ao aluno e na resolução dos conflitos eventualmente vivenciados por ele, que possam interferir em sua formação acadêmica. A IES possui um Centro de Práticas Restaurativas que realiza atendimentos discentes nos mais diversos aspectos. Através do uso de técnicas circulares, os alunos são convidados a integrarem as práticas restaurativas realizadas entre as turmas, entre grupos de amigos, entre professores, funcionários, gestores e membros da comunidade externa.

A Instituição entende que, na atual conjuntura social, não há possibilidade de se fornecer apoio ao indivíduo de forma desconectada do ambiente que se vive. Assim, os alunos integram e participam constantemente da realização dos círculos (presenciais ou virtuais) para o fortalecimento de vínculos, resolução de conflitos, construção de paz, ou simplesmente, de reforço dos compromissos acadêmicos. Para tanto, capacita professores e alunos para facilitação dos círculos restaurativos ou de construção de paz, nos termos estabelecidos pelo CNJ na resolução 225, e, atualmente já conta com 8 professores facilitadores e

diversos acadêmicos, todos com o curso de formação.

A IES têm realizado constantemente cursos de formação de gestão e líderes para os representantes de turma, com vistas a capacitar os mesmos para atuação junto aos acadêmicos para intermediação e suporte necessários até o apoio institucional.

Outra **ação inovadora** de apoio ao discente é o fornecimento de ambiente próprio e específico para uso das atléticas, ligas acadêmicas e centros acadêmicos – CIA – Centro de Integração Acadêmica. Os alunos da Instituição possuem a sua disponibilidade, espaço anexo à Instituição que conta com salas de atendimento, sala de reuniões, banheiro e cozinha para uso exclusivo das reuniões e atividades discentes. O espaço é gerido pelos próprios acadêmicos e os equipamentos e suprimentos fornecidos pela Instituição. Há espaço para realização de confraternizações, reuniões e guarda de materiais. O ambiente é monitorado, acessível e dispõe de rede wifi.

2.11.12 Acompanhamento do Egresso

O Centro Universitário Campo Real considera de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos concluintes de seus cursos. Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa um meio de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, trazendo enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto importante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos tanto por depoimentos, como pela sua inserção profissional, desempenho em concursos, testes seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros.

Tendo essa visão, a Instituição mantém **em regulamento próprio e específico** a política de acompanhamento do egresso e empenha esforços no sentido de manter os vínculos com todos os egressos de seus cursos, utilizando-

se inclusive dos meios eletrônicos, que facilitam o diálogo a distância. Todos são estimulados, por diversas maneiras, a continuar fazendo parte da comunidade acadêmica. Todas as suas contribuições são valorizadas, inclusive com medidas de incentivos e apoio, como permissão de uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos, e outras vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Ressalte-se a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação nesse processo, principalmente da Internet, como elementos facilitadores da manutenção do vínculo com os alunos egressos. A Instituição pretende criar ambientes virtuais de aprendizagem e de intercâmbio de informações e de conhecimentos, como *chats*, listas de discussão e *sites* interativos.

A IES acredita que o acompanhamento do egresso é a forma mais coerente de manter o contato com aqueles que dela saem titulados, não somente realizando pesquisas quantitativas e localizando onde se encontram, mas mantendo-se de portas abertas (biblioteca, laboratórios, etc), absorvendo grande parte dos egressos em seu quadro de colaboradores, recebendo e encaminhando currículos para empresas da região, promovendo cursos que auxiliem no ingresso de carreiras públicas.

Dentro das políticas específicas ao egresso tem-se:

- **Pós-graduação lato sensu**, destinada para o público de Guarapuava e Região, mas que tem enfoque especial à partir da opinião de seus acadêmicos concluintes – portanto futuros egressos – para implantação de novos cursos. Semestralmente a Agência Experimental BZZ (vinculada ao curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda), em parceria com a Coordenação de Pós-Graduação, realiza pesquisa de opinião nos períodos conclusos dos cursos da IES. A metodologia da pesquisa segue parâmetro quantitativo, sendo objetivo levantar o interesse dos acadêmicos no ingresso em curso de especialização, bem como a área de maior interesse. No mesmo instrumento é avaliada a necessidade de curso de extensão, seja para aperfeiçoamento ou para atualização, visto que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais volátil e mutante. Outra pesquisa semelhante

fica disponível em tempo integral nos meios de comunicação da entidade com a comunidade, especificamente com os egressos. Além da opinião ser relevante, a Instituição prevê incentivo financeiro a seus egressos, concedendo desconto especial para quem se enquadrar nessa condição, independentemente do tempo de conclusão da graduação. O incentivo além de permanente é inesgotável, ou seja, àquele que já realizou uma especialização com incentivo, poderá ingressar em outras com os mesmos descontos e benefícios.

- **Extensão** - Por meio de pesquisas de opinião, pesquisas de mercado e comunicação interativa com a sociedade, a Instituição oferece cursos que possibilitem o aprimoramento tanto da prática profissional, como da teoria e da pesquisa, formando um profissional mais completo, ampliando o conhecimento dos egressos e mantendo os profissionais capacitados, para que respondam de forma qualificada às mudanças do ambiente de trabalho.
- **Obtenção de Novo Título:** a IES oferece a oportunidade para aquele que está sempre buscando mais qualificação e conhecimento através de uma segunda graduação, que ingresse na Faculdade sem a necessidade de prestar Vestibular e com desconto de 30% no valor das mensalidades. Em contrapartida, o egresso precisará se envolver e participar nas atividades sociais da Instituição.
- **Biblioteca Livre:** o egresso da Faculdade fica com seu Registro Acadêmico (RA) ativo por um ano após a conclusão do curso. Essa ativação é mantida para que goze de benefícios que a estrutura física da IES proporciona, em especial o empréstimo de livros.
- **Laboratório Livre:** O egresso do Centro Universitário Campo Real que comprovar documentalmente que está realizando pesquisa vinculado à algum programa legalmente reconhecido de ensino, pesquisa ou extensão de outra instituição, mas que precise/pre tenda desenvolver em partes ou na totalidade suas proposições, poderá protocolar pedido formal, encaminhando ao responsável pelos laboratórios, à coordenação acadêmica e à direção.
- **Encaminhamento de Currículos:** duas modalidades de

encaminhamento de currículos, uma externa, para instituições que estejam cadastradas nos bancos de dados da IES e solicitem o encaminhamento, e outra interna, com o aproveitamento do egresso dentro de seu quadro de colaboradores.

- **Encontro de Egressos:** a Faculdade promove anualmente encontro de egressos. Os encontros são específicos para cada curso, buscando promover a integração entre formados, mapear e levantar os principais temas relativos à área de atuação, bem como formar uma rede de auxílio mútuo, onde faculdade, egresso e colegas participem ativamente.
- **Acompanhamento do egresso:** além de todas as políticas integrativas esboçadas retro, a Faculdade conduz, durante o ano inteiro, pesquisa de cunho quantitativo sobre seus egressos através de questionário fechado que busca obter informações que vão desde satisfação com a formação obtida até interesse em estudo continuado.
- **Opinião do mercado em relação ao egresso** - grande parte dos egressos são absorvidos pelo mercado local ou regional. Por isso, a Faculdade está em contato constante com as empresas, comércio e órgãos públicos de Guarapuava e região, para que apontem sua visão sobre o egresso, bem como, acompanhar sua trajetória no mercado de trabalho. Por ser imprescindível essa troca de informações, a IES desenvolve durante o ano todo pesquisas com todos os setores onde estão inseridos os egressos.
- **contratação interna de egressos** - a IES realiza periodicamente seleção e contratação de pessoal, seja para funções administrativas ou docentes, dando **prioridade** dentre os candidatos, àqueles que são egressos dos seus cursos de graduação. Essa tem se mostrado uma política muito exitosa, uma vez que grande parte do corpo docente é egresso dos cursos da Instituição, bem como, muitos funcionários dos setores administrativos.

Apesar de existir um setor responsável pelo Egresso, qual seja a Comissão Própria de Avaliação (CPA), para otimizar os trabalhos e principalmente ampliar a qualidade na prestação de serviço, foi optado pela setorização do

acompanhamento do egresso. Isso significa que houve adoção do modelo sistêmico-hierárquico.

Todos os setores são colaboradores na política e se reportam à CPA. Por isso, a maior parte das políticas é específica e personalizada. Cada coordenador de curso mantém uma vasta gama de meios para o contato mais direto possível com o egresso, diminuindo assim a distância que os separa. Do mesmo processo participa a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por estar diretamente ligado às diversas políticas desenvolvidas nessa finalidade específica. Laboratórios, Secretaria Acadêmica, Marketing, BZZ, Empresa Jr, Escritório de Prática Jurídica, RealClin, enfim, todos são parte fundamental no todo orgânico da Política do Egresso. Para algumas políticas a característica egresso é eterna, porém para fins de acompanhamento há um necessário recorte temporal. Sem esse recorte ficaria impossível sustentar a parte operacional.

Dessa forma é considerado egresso para fins de acompanhamento aquele que encontra-se entre 01 ano e 01 busca dos dados do egresso, entrado em contato e solicitada a sua participação. Os contatos serão os mais versáteis possíveis, buscando multimeios para obter o maior índice de sucesso possível. São realizados contatos telefônicos, contatos via e-mail, publicação e chamadas no site da Faculdade e publicação ostensiva nas redes sociais. Os resultados obtidos são analisados pela CPA, que dá ciência aos setores interessados dos resultados tabulados e tratados. Dentro do questionário tem campo específico para o egresso indicar o local onde está trabalhando ou onde permanece inserido. Essa informação serve para dar início a uma segunda política de egresso, qual seja, Opinião do mercado em relação ao egresso.

2.12 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A autoavaliação dos cursos compreende a verificação da realização das suas especificidades inerentes. Ou seja: é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do Curso, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do

Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras.

Além das ações realizadas pela CPA, utilizadas amplamente pelos cursos da Instituição, a avaliação se dá através de vários meios de comunicação com o acadêmico. De maneira complementar ao processo de autoavaliação feito pela CPA, o curso se utiliza de reuniões periódicas com os representantes discentes, visando realizar o levantamento das colocações feitas pelos alunos de cada período. Ainda, é disponibilizada pela IES a ouvidoria institucional que realiza relatórios periódicos à Reitoria e a Coordenação dos Cursos.

O conjunto de avaliações, incluindo-se o ENADE e os simulados, compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos do respectivo curso. O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Censo da Educação Superior, os relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, os documentos de credenciamento e reconhecimentos desta Instituição e reconhecimento e renovação de reconhecimento, também compõem o complexo de informações destinadas à compreensão do conjunto de atividades tendentes à realização da missão institucional do Centro Universitário Campo Real e otimização dos resultados do Curso.

Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos no Exame Nacional dos Estudantes, Simulados Institucionais, e também, nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práticas pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC.

Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central do Aluno, o NAPP e a Pró-Reitoria Acadêmica, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor. Além das avaliações diagnósticas, os cursos da Instituição também realizam avaliações formativas. Continuamente são realizados simulados, com a finalidade de obtenção de feedback do processo de ensino aprendizagem, os quais o curso de Odontologia participa regularmente.

O exame simulado compreende a preparação dos acadêmicos, por meio de simulação de uma situação concreta, similar às quais os acadêmicos e/ou egressos poderão se deparar na vida acadêmica, ou em possíveis situações avaliativas para inserção no mercado de trabalho. Prevê a aplicação de questões, que exigem amplas habilidades de concentração e raciocínio, sendo os dados de desempenho dos cursos, turmas e individuais, importantes fontes de diagnóstico e planejamento para os Colegiados dos Cursos, e para a Instituição, como um todo. Todos os acadêmicos regularmente matriculados na instituição estão automaticamente inscritos neste simulado.

O Simulado do Curso é organizado pelo colegiado do Curso, sob a orientação da Pró-Reitoria Acadêmica do Centro Universitário. No Simulado Preparatório de Carreiras, a produção das questões é realizada pelos professores dos Colegiados, respeitando-se a Matriz de prova desenvolvida com base nas Portarias do Ministério da Educação, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso, cobrando as competências e habilidades dos acadêmicos em cada questão da prova. Essas avaliações têm como finalidade o fornecimento de dados estatísticos para a IES, para o Curso, docentes e discentes, a fim de se aprimorar o processo de ensino aprendizagem.

Além das avaliações realizadas no âmbito do Curso, durante o percurso acadêmico, os egressos do Curso serão submetidos constantemente a avaliações somativas, realizadas após a finalização do processo de ensino aprendizagem. A realização de ENADE é exemplo de avaliação somativa que será considerada pelo colegiado para avaliação das práticas realizadas e orientação do processo de ensino-aprendizagem, a partir dos resultados obtidos nesta avaliação.

2.12.1 Autoavaliação realizada pela CPA

A CPA, no processo de avaliação institucional, e do curso, ocupa papel fundamental. O processo foi implantado em 2004 e passou por reformulações de acordo com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Neste processo, a Comissão Própria de Avaliação é a responsável pela avaliação permanente de todas as atividades desenvolvidas pela IES e em seus cursos, sejam estas realizadas pelos docentes, discentes ou técnico-

administrativos, emergindo como uma atividade de corresponsabilidade.

A avaliação é realizada semestralmente e além do desempenho do corpo docente, atuação da coordenação do curso, avalia as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC. O conjunto de informações da autoavaliação é suplementado por avaliações de docentes e alunos em reuniões de colegiado e de representantes de turmas. As informações obtidas na autoavaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação da coordenação do curso e docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem. Além disso, a instituição realiza uma pesquisa de opinião externa sobre a percepção do impacto da IES na região que está inserida, o que dá uma visão de como somos vistos pela comunidade externa.

O resultado dessas avaliações é uma ação pedagógica integrada, que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir e consolidar potencialidades. A avaliação institucional proposta baseia-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da IES, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

2.12.2 Procedimento da autoavaliação institucional

Em cumprimento do disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na Campo Real no ano de 2004 e está organizada de forma a contemplar todos os eixos e as dimensões estabelecidas pelo SINAES. A CPA é regida por regulamento próprio de funcionamento, devidamente institucionalizado, e um programa específico de atuação retroalimentado a partir dos resultados produzidos.

A comissão, composta por representantes da comunidade acadêmica, corpo técnico-administrativo e da sociedade civil, foi designada com fins a planejar, organizar e conduzir o processo de avaliação (através de ato administrativo de nomeação). Conta com o apoio e suporte das Coordenações da Instituição na disponibilização de espaço próprio para reuniões, na oferta de materiais de sensibilização/engajamento e demais necessidades estruturais assim como acesso pleno a informações e dados necessários para operacionalização das ações.

A CPA é a responsável pela avaliação permanente, realizada semestralmente, que avalia, além do desempenho do corpo docente, a atuação das coordenações, as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC. A CPA, ao longo de todo o processo, busca a interpretação dos dados coletados, a consulta de documentos pertinentes que subsidiam as análises, e a elaboração de novos documentos/relatórios que forneçam informações complementares às análises, interpretações e deliberações.

Em linhas gerais, as análises e considerações apresentadas pelos processos de avaliação institucional são importante objeto de gestão, de suporte para o relato institucional, e para cumprimento dos objetivos e metas previstos no PDI. Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se, na maioria das vezes, operacionais e de infraestrutura, enquanto as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica, como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento da IES.

Ao finalizar cada ciclo de avaliações, são mapeadas as potencialidades e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica, bem como, pelos resultados das avaliações externas, e discutidas ações a serem implantadas/fortalecidas para a melhoria institucional. Ações acadêmico-administrativas de processos de gestão, em razão dos resultados demonstram a evolução da IES como um todo

2.12.3 Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

A IES utiliza o processo de avaliação institucional, de abordagem qualitativa/quantitativa, para diagnósticos das atividades desenvolvidas e para tomada de decisões que promovam melhorias, aplicado em formato de questionários formais via sistema próprio. A partir da análise crítica dos tópicos indicados no roteiro - núcleos comuns e núcleos optativos - com o objetivo de identificar aqueles mais apropriados para a avaliação por questionário, foram elaboradas questões para docentes, questões para discentes e questões para corpo técnico-administrativo.

As perguntas são do tipo múltipla escolha, algumas com valores de 5 a 10, associados ao grau de satisfação referente ao tópico abordado na questão. No final do questionário, é disponibilizada área para comentários abertos, de livre expressão do respondente. O processo de validação dos questionários consiste na aplicação do instrumento, e nessa fase conta-se com o apoio do NTI da IES. Esse Núcleo conta com sistema informatizado para resposta aos questionários via Web utilizando os recursos existentes no portal da instituição, conhecidos internamente como Aluno on-line, Professor on-line e Colaboradores on-line. O acesso a esses recursos é feito por meio de login com senha individual, resultando em maior confiabilidade dos resultados.

O sistema registra o acesso do aluno, docente ou outro colaborador e impede duplicidade de avaliações, mas não associa o avaliador à avaliação, garantindo anonimato. Esse sistema mantém em arquivo eletrônico os resultados obtidos para que possam ser recuperados com o objetivo de possibilitar a análise comparativa nas avaliações institucionais subsequentes. Para esse fim, a instituição desenvolveu sistema próprio, o que facilita o acesso aos dados e às alterações necessárias. Desde a implantação do uso dos questionários on-line, a IES optou por realizar a avaliação por meio da livre participação de toda a comunidade acadêmica, considerando toda a população.

Encerrado o período de avaliação por questionários on-line, o sistema compila as respostas e fornece relatório - arquivo em formato PDF, que são analisados, comparados e os resultados resumidos em gráficos. Posteriormente,

os dados são analisados segundo as dimensões definidas pelo SINAES e confrontados com os dados compilados dos documentos pertinentes.

A autoavaliação institucional é aplicada também aos alunos da pós-graduação. No entanto, neste segmento o instrumento é realizado via google forms que se mostrou via mais eficiente para adesão dos alunos. O fluxo de trabalho contempla o arquivamento de todas as versões de cada documento produzido para consultas posteriores, de suporte às análises, e em caso de eventuais divergências. O planejamento da CPA prevê o preparo e a postagem no Sistema e-MEC do relatório de autoavaliação institucional, seguindo as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065.

O corpo docente, discente, currículo, infraestrutura, gestão administrativa, programas de Iniciação à pesquisa, práticas extensionistas, interrelação com a comunidade, inserção local, e regional, estão sendo propostos como indicadores globais do processo contínuo de autoavaliação e verificação de desempenho institucional.

2.12.4 Participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa

A participação da comunidade acadêmica se inicia no ato administrativo de composição da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional. A composição da comissão cumpre as normativas ministeriais de integração por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Suas atribuições estão estabelecidas na Lei nº 10.861/04 e a sua constituição e composição, estão na Portaria MEC nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º. Sobre a composição da CPA da Instituição tem-se os atos administrativos. A composição e a participação efetiva dos membros da CPA retratam o comprometimento dos seus integrantes, e da IES, com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia, que se espera de toda a comunidade acadêmica.

Verifica-se, então, que a composição dessa comissão segue com compromisso a sugestão dos segmentos propostos pelo SINAES, e a participação

de todos esses segmentos (corpo docente, corpo discente, pessoal do técnico-administrativo e comunidade externa) tem sido uma constante, dando testemunho da importância da representatividade sugerida. Vale observar que a participação voluntária da sociedade civil e do corpo discente, que seriam, em tese, os maiores desafios para participação comprometida e responsável, tem tido regular e importante contribuição, verificadas nos documentos que registram a história dessa comissão.

Nos procedimentos de autoavaliação institucional e na participação da comunidade acadêmica, registra-se, ainda, a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com etapas definidas. Na etapa de aplicação de questionários, via sistema, aos alunos e docentes, tem-se novo e importante instrumento formal para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias. Nessa etapa, de aplicação de questionários formais via sistema, é oportuno observar que a credibilidade no processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos. Os índices apresentam significativo percentual de participação discente no processo, e isso retrata importante característica de que a cultura avaliativa está devidamente implantada.

Sobre a participação do corpo técnico-administrativo e docente no processo formal também se dá via sistema institucional próprio, desenvolvido, exclusivamente para fins de avaliação institucional. Essa participação tem sido relevante e importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno. Atividades do Programa de Formação Permanente para Docentes da Instituição derivam também da participação dos professores no processo de discussão das necessidades, muitas delas identificadas pelos mecanismos de autoavaliação.

No que é pertinente à participação acadêmica ressalta-se que a autoavaliação institucional buscou não se voltar somente para a produção de conhecimento, ou, para busca de dados em um levantamento apenas quantitativo, mas se configurar como um dispositivo pelo qual a comunidade interfere ativa e organizadamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de

decisão e de implementação de mudanças institucionais. Nesse sentido, tem destaque relevante também a participação da comunidade acadêmica nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional, realizados por curso, no início de cada novo semestre letivo.

O evento é importante espaço de divulgação e discussão dos resultados obtidos pela Instituição a cada semestre, novo momento de ampla devolutiva em relação às deliberações decorrentes e de construção coletiva de novas proposições para o planejamento institucional. Ademais, avaliação institucional é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados.

As reuniões da CPA com representantes discentes nos colegiados dos cursos e representantes de turma são uma prática regular para a promoção da participação na identificação das fragilidades e pontos que requerem melhorias, momento especialmente oportuno também para o registro imediato de soluções propostas pelos alunos, ampliando a coparticipação e a corresponsabilidade na construção de melhorias. O informativo dos resultados da autoavaliação institucional mostra-se também meio de efetiva participação da comunidade acadêmica, pois é elaborado com sugestões dos alunos representantes de turma, com imagens representativas (fotos) de alunos de todos os cursos, textos com depoimentos dos alunos, dos egressos, dos professores, sobre o processo, sobre as deliberações, sobre a instituição como um todo.

A integração dos processos avaliativos está compreendida no contexto da dinâmica avaliativa da IES, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e do técnico-administrativo, observando-se que é importante componente político ligado à autonomia da IES. Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua e participativa sobre suas ações, de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição nesse diálogo entre a comunidade acadêmica e os órgãos oficiais, especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

2.12.5 Divulgação dos resultados

O processo de autoavaliação institucional é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, indicando os pontos fortes e as fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica e que orientará as novas diretrizes e o planejamento da gestão administrativa. A coordenação geral do processo de autoavaliação está a cargo da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo. Faz-se um balanço crítico junto da comunidade acadêmica, do processo de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados. O relatório de autoavaliação é postado no sistema e-mec até o dia 31 de março do ano seguinte ao ano de referência do ciclo avaliativo.

Os resultados obtidos com a realização da autoavaliação são difundidos à comunidade acadêmica e comunidade externa através de diversos instrumentos desenvolvidos pela CPA. O principal deles é a realização de Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional com cada um dos atores envolvidos no processo de autoavaliação e das avaliações externas. A comunicação interna entre a instituição, os docentes, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente ocorre, principalmente, através de reuniões, e-mails, circulares, quadros de aviso, seminários de avaliação institucional e nas semanas pedagógicas.

Os resultados pertinentes a cada curso são repassados às coordenações, multiplicando-os aos docentes que integram os colegiados de Graduação e Pós-Graduação, às equipes técnico-administrativas, bem como aos demais interessados. Tanto na autoavaliação quanto na avaliação externa, inicialmente, são divulgados os resultados aos gestores da instituição, em reunião dos conselhos respectivos, para análise e deliberação sobre os indicadores. Posteriormente aos membros do corpo-docente, do técnico administrativo, do corpo discente e, finalmente, à comunidade externa.

Os Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional são realizados semestralmente com os membros da comunidade acadêmica, em ambiente coletivo, com a divulgação dos dados coletados no processo de avaliação (interno e externo) e a indicação das decisões e do planejamento desenvolvidos pela IES

a partir destes resultados. Quando do resultado da autoavaliação, os Seminários aos discentes são realizados por curso ou por área do conhecimento, a depender da quantidade de alunos e/ou indicadores levantados naquele curso/área.

Acerca divulgação dos docentes, a CPA cumpre as seguintes etapas: impressão e organização de todos os relatórios disponíveis via sistema; análise dos resultados pela Reitoria e pelas pró-reitorias; entrega às Coordenação de Curso do resultado de individual de seus respectivos colegiados; análise dos resultados por colegiado; análise e proposição/sugestão, pelos coordenadores de curso, do corpo docente para o próximo semestre letivo, tendo como importantes critérios os resultados de desempenho por disciplinas, turmas e áreas de maior afinidade/desempenho, e a proposição individual dos professores, formalizada por meio de documento próprio para esse fim, de carga horária e disciplinas pretendidas; entrega individual aos professores dos relatórios/resultados, acompanhada de análise coparticipativa, tendo a devolutiva desses resultados caráter formativo, importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno.

Baseada nos indicadores levantados pela autoavaliação, a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas. As informações obtidas, após trabalho de organização, análise e interpretação, permitem compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los, o que é discutido junto da gestão administrativa para a formulação do planejamento e a gestão das políticas institucionais.

Além da divulgação em seminários há a divulgação impressa dos resultados em espaços privilegiados da Instituição: editais internos, situados em locais de maior trânsito da comunidade acadêmica e externa, têm amostras de informações (por meio de textos e imagens) derivadas das deliberações a partir dos resultados e das proposições de melhorias, sejam elas decorrentes do processo de autoavaliação ou de avaliação externa.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto, também são elaborados materiais institucionais impressos, disponibilizados à comunidade em geral, como, os informativos ENADE, os informativos de avaliação institucional e os relatórios anuais de autoavaliação institucional. Há também a disponibilização dos

resultados através do site da instituição onde são inseridos todos os materiais desenvolvidos para a divulgação nos seminários e para a divulgação impressa. Os Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional realizados por curso e promovidos pela CPA, as reuniões com representantes discentes nos colegiados de curso e representantes de turma e as reuniões com pessoal técnico-administrativo de cada um dos setores da instituição, têm sido de relevante importância para o alcance dos propósitos de ampla divulgação dos resultados e das deliberações já alcançadas a partir desses resultados.

De toda forma, tem destaque a busca coletiva por novas soluções a partir dessa divulgação das informações. É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atende a princípios como criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

A ampla divulgação dos resultados obtidos pelos processos de avaliação, interno e externo, acompanhada de respectivos esclarecimentos à comunidade acadêmica e à comunidade externa interessada, vem contribuindo para com a compreensão sobre os critérios de avaliação e regulação do Ministério da Educação, e de maneira importante, para com o crescimento institucional e o desenvolvimento regional.

2.12.6 A autoavaliação do curso

A autoavaliação do curso compreende a verificação da realização das suas especificidades inerentes. Ou seja: é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do Curso de Odontologia, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras.

O conjunto de avaliações, incluindo-se o ENADE e os simulados, compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos do respectivo curso. O Exame Nacional de Avaliação de

Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Censo da Educação Superior, os relatórios do ENADE, os documentos de credenciamento e reconhecimentos desta Instituição e reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso, também compõem o complexo de informações destinadas à compreensão do conjunto de atividades tendentes à realização da missão institucional da Campo Real e otimização dos resultados do Curso de Odontologia.

Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos no Exame Nacional dos Estudantes, Simulados Institucionais, e também, nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práticas pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC.

Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central do Aluno, o NAPP e a Coordenação Acadêmica, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor. Os relatórios emitidos pelas comissões ministeriais que avaliaram as condições para a autorização/reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos também são estudados pela IES para as adequações julgadas pertinentes.

2.12.7 avaliação por comissão externa para fins de autorização do curso

De acordo com as normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, as avaliações externas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) constituem um dos principais mecanismos de verificação da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior. Essas avaliações subsidiam decisões regulatórias do Ministério da Educação, como autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Sendo assim, os resultados dessas avaliações não podem ser compreendidos apenas como mecanismos de controle externo, mas também como instrumentos estratégicos de gestão acadêmica e institucional, capazes de orientar processos de melhoria contínua.

Após a visita in loco, o INEP produz um relatório detalhado, estruturado a partir dos indicadores presentes nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação, que analisam principalmente três dimensões: Organização didático-pedagógica, Corpo docente e tutorial e Infraestrutura. Esses relatórios permitem ao curso identificar fragilidades e potencialidades em cada dimensão avaliada. Assim, a gestão do curso pode utilizar esses dados como base para um diagnóstico institucional, identificando, por exemplo: lacunas na coerência entre o PPC e a prática acadêmica; necessidades de qualificação ou ampliação do corpo docente; insuficiências de infraestrutura acadêmica, laboratórios ou bibliotecas; problemas na organização da gestão acadêmica ou nos processos de ensino-aprendizagem.

Esse diagnóstico é fundamental para orientar o planejamento estratégico do curso. As diretrizes do SINAES indicam que a gestão dos cursos deve articular resultados das avaliações externas com os processos de autoavaliação institucional, conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Essa integração pode ocorrer por meio de:

- análise comparativa entre os relatórios da visita in loco e os relatórios da CPA;
- identificação de convergências entre as críticas dos avaliadores externos e os dados coletados internamente;
- incorporação das recomendações da avaliação externa nos planos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o PPC.

Dessa forma, a avaliação externa passa a funcionar como validação e aprofundamento do processo de autoavaliação. A partir da análise dos relatórios, a coordenação do curso e a gestão institucional podem elaborar planos de ação para fortalecer a qualidade acadêmica. Entre as medidas possíveis estão:

- revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso;
- definição de políticas de capacitação docente e estímulo à titulação;
- reorganização da matriz curricular e das metodologias de ensino;
- ampliação e modernização da infraestrutura acadêmica;
- fortalecimento de atividades de iniciação à pesquisa, extensão e integração com a comunidade.

Essas ações contribuem para consolidar um processo de gestão baseado em evidências, orientado por indicadores objetivos de qualidade. Outra forma de aproveitar as avaliações do INEP é instituir um processo permanente de

monitoramento dos indicadores avaliativos, incorporando-os à rotina de gestão do curso, que pode envolver a criação de comissões internas de acompanhamento da avaliação; análise periódica dos indicadores utilizados pelo INEP; elaboração de relatórios anuais de acompanhamento da qualidade do curso; preparação contínua para processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento. Como resultado, o curso desenvolve uma cultura de avaliação e melhoria contínua, alinhada às políticas nacionais de educação superior.

Por fim, os resultados da avaliação externa também podem ser utilizados para promover maior transparência e participação na gestão do curso, por meio de divulgação dos resultados para docentes, estudantes e gestores, discussão dos relatórios em colegiados de curso e conselhos acadêmicos e incorporação das recomendações em planos institucionais de médio e longo prazo. Essa prática contribui para uma governança acadêmica mais participativa e orientada pela qualidade.

Assim, considerando as normas do MEC e do SINAES, as avaliações externas do INEP serão utilizadas pelo curso de psicologia da Campo Real como instrumentos de diagnóstico, planejamento e melhoria contínua, permitindo intensificar potencialidades, corrigir fragilidades e aprimorar a gestão acadêmica e institucional.

2.12.8 Formas de utilização dos resultados das avaliações

Ao finalizar cada ciclo de avaliações, são mapeadas as potencialidades e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica, bem como, pelos resultados das avaliações externas, e discutidas ações a serem implantadas/fortalecidas para a melhoria institucional. Na Campo Real, os procedimentos de autoavaliação institucional e a participação da comunidade acadêmica têm caráter, em primeira instância, de política de gestão e abrangem todos os segmentos da comunidade acadêmica, docentes, discentes, técnico administrativo e comunidade externa. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

As avaliações serão encaradas como instrumentos de gestão da qualidade da IES, de seus cursos, e de geração de indicadores gerenciais.

Através dos resultados obtidos, o Curso de Psicologia terá uma ideia razoavelmente precisa dos níveis de satisfação e/ou insatisfação de seus professores e alunos, principalmente e prioritariamente, acerca da sua qualidade de ensino e do efetivo cumprimento de suas metas educacionais. A partir dos resultados das avaliações a instituição tem meios para iniciar um processo amplo de reflexão sobre si mesma e efetividade de sua inserção no desenvolvimento social e econômico da região central paranaense.

A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da IES, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca; a exemplo: planejamento e execução do programa de formação permanente para docente e corpo técnico-administrativo, elaboração e divulgação do perfil do ingresso, incentivo e condições para o aumento das práticas de interdisciplinaridade e do uso de ambiente virtual de ensino, institucionalização do Programa de Iniciação Científica, existência de um órgão que coordena as atividades de extensão e oferta dessas atividades em consonância com as sugestões de docentes e discentes, diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição.

2.12.9 Plano de ação da coordenação e do NDE

Toda a articulação da gestão do curso é realizada por meio da Coordenação, em conjunto com o NDE e o colegiado de curso. As ações realizadas pelo grupo, de maneira conjunta, são pautadas por plano de ação documentado, compartilhado e disponibilizado publicamente. O plano de ação da coordenação também é um dos instrumentos institucionais de gestão e avaliação do curso, uma vez que, por meio dos indicadores de desempenho da coordenação e o planejamento da administração do corpo docente são programadas as ações do curso e revisadas aquelas que indicam necessidade de melhoria.

O plano de ação é um instrumento de planejamento e gestão que organiza, de forma sistemática, as ações necessárias para alcançar determinados

objetivos institucionais. No contexto do ensino superior, ele estabelece metas, prazos, responsáveis e recursos necessários para implementar melhorias ou consolidar práticas acadêmicas. Esse documento geralmente é elaborado a partir de diagnósticos institucionais, como processos de autoavaliação, resultados de avaliações externas do INEP e análises internas realizadas pela coordenação e pelos colegiados do curso.

Na gestão do curso de psicologia, o plano de ação será fundamental porque orientará a tomada de decisões e permitirá acompanhar a execução das estratégias definidas para o desenvolvimento acadêmico. Por meio dele, será possível transformar recomendações e necessidades identificadas em medidas concretas, promovendo a melhoria da qualidade do ensino, da infraestrutura, da formação docente e da organização didático-pedagógica. Dessa forma, o plano de ação contribuirá para uma gestão mais eficiente, baseada em planejamento, monitoramento contínuo e compromisso com a qualidade da formação oferecida.

2.13 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem no ensino superior tem se consolidado como um importante instrumento de inovação pedagógica e de ampliação das possibilidades educacionais. Essas tecnologias compreendem um conjunto de recursos digitais, como ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas educacionais, aplicativos, ferramentas de videoconferência, bancos de dados acadêmicos e redes digitais, que possibilitam novas formas de acesso, produção e compartilhamento do conhecimento.

No contexto universitário, as TIC contribuem para tornar o processo educativo mais dinâmico, interativo e colaborativo, favorecendo a participação ativa dos estudantes e ampliando as estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes. A instituição reconhece a relevância dessas ferramentas para impulsionar a produção científica, aprimorar os processos de ensino e aprendizagem e promover a conexão da psicologia nacional ao cenário internacional.

A incorporação dessas tecnologias permite diversificar as práticas pedagógicas, estimulando metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem

baseada em problemas, a sala de aula invertida e o trabalho colaborativo mediado por plataformas digitais. Além disso, as TIC ampliam o acesso a conteúdos científicos e materiais didáticos atualizados, favorecendo o desenvolvimento da autonomia discente e a construção de uma aprendizagem mais significativa. Nesse sentido, o uso adequado dessas ferramentas exige planejamento pedagógico e formação continuada dos docentes, de modo que a tecnologia não seja apenas um recurso instrumental, mas um elemento integrado às estratégias de ensino, capaz de contribuir para a qualidade da formação acadêmica e para o desenvolvimento das competências necessárias à atuação profissional e cidadã.

Para promover essa integração, a instituição dispõe de uma infraestrutura tecnológica avançada e uma série de recursos específicos. Entre eles, destaca-se o portal RM-TOTVS, que disponibiliza materiais didáticos, como resumos, listas de exercícios, artigos e recursos para debates, acessíveis mediante login e senha individuais. Este sistema permite aos professores agendar o uso de recursos audiovisuais, laboratórios de saúde e de informática, facilitando a preparação e a realização de atividades alinhadas ao currículo. O acesso ao portal do professor e do aluno será feito através de login e senhas individuais. O aluno também terá acesso a informações acadêmicas e financeiras através desse portal.

Além disso, a instituição garante acesso integral à internet, fundamental para a participação e comunicação digital durante as aulas. A ferramenta Classroom, que faz parte da plataforma G Suite for Education, possibilita a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, com interação contínua entre professores e alunos, além de permitir o envio e a correção de trabalhos, a organização de materiais didáticos e o lançamento de comunicados.

A gestão eficiente dos recursos tecnológicos é garantida pelo Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI), que é dotado de plano de contingência e plano de manutenção e renovação de equipamentos, responsável pela aquisição, manutenção, atualização e renovação dos equipamentos e softwares. O NTI também administra o estoque de materiais técnicos, além de assegurar a segurança do ambiente digital, regulando o acesso às informações e bloqueando atividades potencialmente prejudiciais à infraestrutura.

Os laboratórios de informática, sob supervisão de professores, funcionam durante todo o período letivo, oferecendo suporte para o desenvolvimento de

atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão. São espaços equipados com softwares atualizados, que atendem às necessidades de aprendizagem, desenvolvimento técnico e suporte às atividades científicas e clínicas. Normas de uso e segurança, inclusive o controle de entrada e saída, garantem a preservação dos equipamentos e colaboram para um ambiente de trabalho eficiente e seguro para toda a comunidade acadêmica.

Além disso, recursos multimídia, como projetores de alta tecnologia e recursos audiovisuais, estão disponíveis para auxiliar nas aulas, facilitando a compreensão de conteúdos complexos. Os professores podem solicitar agendamento desses recursos para enriquecer as apresentações e promover maior envolvimento dos estudantes. O portal do aluno, acessível via site institucional, centraliza informações acadêmicas, financeiras, horários, registros de atividades e resultados, facilitando a gestão e o acompanhamento da trajetória acadêmica de forma eficiente e integrada.

A instituição também conta com uma Biblioteca Online, que possibilita a reserva, busca e renovação de títulos acadêmicos, promovendo o acesso às fontes de conhecimento necessárias para uma formação atualizada e fundamentada. Todo esse conjunto de recursos tecnológicos, administrados de forma planejada e sistemática, demonstra o compromisso da instituição em oferecer uma formação odontológica de excelência, alinhada às inovações tecnológicas necessárias para atender às demandas atuais e futuras da profissão.

Os **laboratórios de informática** estão destinados ao desenvolvimento pleno da aprendizagem, em todas suas vertentes, visando a inclusão, a integração e relação com os processos de ensino, pesquisa e extensão, focalizando os seguintes objetivos:

- a) Prover a formação de pessoas habilitadas ao exercício profissional; ao ensino, a pesquisa e extensão em informática com a supervisão de um professor;
- b) Promover o desenvolvimento da pesquisa aplicada à área de informática demais áreas afins;
- c) Integrar-se com a comunidade universitária nas atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes;
- d) Propiciar condições de plena integração dos benefícios da informática e das potencialidades das modernas redes de comunicação de dados ao processo de ensino da Instituição;

- e) Dar apoio à formação avançada ao que tange à aprendizagem;
- f) Disponibilizar ao Corpo Discente da IES equipamentos de informática que possam auxiliar na realização de trabalhos acadêmicos;
- g) Fornecer meios informatizados para o ensino de disciplinas usando os recursos da informática;
- h) Auxiliar nas atividades de pesquisa, oferecendo o acesso à rede internacional de computadores;
- i) Beneficiar as atividades de extensão com os recursos da computação.

O Coordenador do NTI, atendendo pedidos formalizados pela Direção Geral e coordenações de cursos, ou ainda por iniciativa própria, nos limites de sua autonomia, pode determinar exclusividade de um laboratório de informática a determinado curso mediante a necessidade de algum software ou equipamento específico da utilização do curso em questão, ou das necessidades especiais apresentadas por algum discente. Os laboratórios de informática funcionam no decorrer das aulas do período matutino e noturno, sempre com acompanhamento e supervisão do professor, podendo ser utilizado no período vespertino, desde que ocorra o agendamento para tal fim.

Os dirigentes do NTI se reservam o direito de bloquear o acesso a arquivos e páginas que exponham a rede em riscos de segurança, bem como comprometam o desempenho dos equipamentos de informática, ou infrinjam os direitos legais previstos em nas normatizações presentes no Marco Civil da Internet, Lei N° 12.965/14.

Os **laboratórios de consulta** são destinados para o desenvolvimento pleno e eficaz do aprendizado, oferecendo aos usuários possibilidades de utilização dos recursos básicos, diferentes do que se apresenta no laboratório de informática, pois a utilização está focada em atividades rápidas e de fácil demanda.

Os laboratórios e computadores destinados à consulta estar sempre à disposição dos alunos e funcionarão durante o período de funcionamento da Instituição, com os softwares básicos de edição de texto, imagem e busca na Internet devidamente instalados e com registros e licenças em dia, conforme previsto na legislação em vigor.

Os demais espaços do NTI são considerados os locais de estoque e reserva

de materiais, contendo uma sala em cada um dos prédios da Instituição, servindo como local de orientação, suporte e atendimento a docentes, discentes, técnicos-administrativos e demais pessoas interessadas nos recursos geridos pelo NTI. As normas gerais para utilização dos laboratórios de informática e de consulta são:

- a) É proibido comer, beber e fumar dentro das salas dos laboratórios de informática e de consulta;
- b) É vedada aos professores e acadêmicos a instalação de qualquer software nos computadores das salas dos laboratórios de informática sem a devida autorização do NTIs;
- c) Só é permitido o acesso às salas dos laboratórios de informática aos discentes regularmente matriculados;
- d) Quaisquer atividades extras que envolvam diretamente os laboratórios de informática devem ser agendados previamente, exceto os laboratórios e computadores destinados à consulta;
- e) Todo o aluno, devidamente matriculado, tem o direito a utilização da Internet mediante o horário em que o laboratório estiver livre ou durante a aula quando o professor assim permitir;
- f) É permitido a utilização dos laboratórios de consulta por parte da comunidade externa desde que solicitada ao NTI e acompanhada de um de seus membros;
- g) Os laboratórios terão um controle de entrada e saída dos alunos, sendo que no horário marcado, o usuário será responsabilizado por quaisquer danos aos recursos tecnológicos.

Os computadores destinados aos acadêmicos possuem um dispositivo que ao ser reiniciado, retorna toda à configuração original, desta forma, todos os programas instalados, documentos, arquivos salvos, vírus e demais programas maliciosos serão removidos automaticamente. Para isto foi criado uma unidade destinada ao armazenamento de arquivos que não sofrem esta limpeza automática.

Os **Recursos Multimeios** são responsáveis por auxiliar e facilitar a condução das aulas, por meio da socialização mais clara dos conteúdos preparados pelos professores, bem como a apresentação de trabalhos das mais diversas instâncias, categorias e abrangências, objetivando favorecer o aprendizado através do uso de recursos audiovisuais.

Os Recursos Multimeios fazem parte da estrutura do Núcleo da Tecnologia da Informação que é responsável pelos recursos tecnológicos. Os Recursos Multimeios poderão ser solicitados pelos professores, coordenadores de curso e funcionários em geral, mediante agendamento em programa específico para tal fim.

Os responsáveis por disponibilizar os recursos Multimeios solicitados, são os funcionários ou estagiários do Núcleo de Tecnologia e Informação nomeados pelos responsáveis no intervalo estabelecido. O objetivo do **Portal do Aluno** é informar e interagir com as atividades acadêmicas desenvolvidas pela instituição e professores. Sendo que seu menu principal disponibiliza as seguintes opções:

- a) Quadro de aviso;
- b) Dados pessoais;
- c) Cursos da Instituição;
- d) Histórico;
- e) Movimentação acadêmica;
- f) Notas de avaliações;
- g) Faltas;
- h) Entrega de trabalhos;
- i) Frequência diária;
- j) Quadro de horários;
- k) Período de matrícula;
- l) Matrícula online
- m) Ocorrências
- n) Solicitações
- o) Matriz Curricular
- p) Plano de aula
- q) Documentos obrigatórios.

O acesso é feito através da página institucional em SERVIÇOS ON-LINE, através do link identificado como PORTAL DO ALUNO – GRADUAÇÃO. Por padrão, é utilizado o número do R.A. (Registro Acadêmico) como login, seguido da senha de primeiro acesso. No primeiro acesso ao portal do aluno, é solicitada a alteração da senha para uma nova senha de escolha do acadêmico. O portal do aluno de pós-graduação contém informações referentes às atividades acadêmicas de Pós-Graduação, conforme o seguinte menu:

- a) Dados acadêmicos;
- b) Dados pessoais;
- c) Financeiro;
- d) Conteúdo dos professores;
- e) Opção para troca de senha.

A **Biblioteca Online** permite ao acadêmico e ao professor acessar o sistema de gestão da biblioteca. Através deste sistema pode-se efetuar reserva de livros, renovações de empréstimos, busca de títulos, entre outros, desde que em conformidade com o Regulamento Interno da Biblioteca e a Lei nº 9.610, de 1998 regula os direitos autorais. Compete ao NTI manter o processo de aquisição, atualização e manutenção dos recursos tecnológicos a partir das necessidades a serem apresentadas e comprovadas pelos setores e órgãos competentes.

O processo de manutenção dos recursos tecnológicos deverá ser permanente, efetivo e preditivo sempre que possível. O procedimento, a periodicidade, forma e responsabilidade de manutenção dos equipamentos e locais destinados para uso dos recursos tecnológicos está disposto no plano de manutenção do setor. Toda a aquisição de equipamento computacional e informacional deve incluir a aquisição da licença do software básico apropriado para o seu uso, salvo softwares livres. As licenças permanentes de software adquiridas deverão ser obrigatoriamente registradas como rege a letra da lei em vigor. As instalações de softwares nos equipamentos computacionais da Instituição somente serão autorizadas mediante registro e arquivamento da licença de uso no sistema centralizado do NTI. O mesmo procedimento precisa acontecer com os softwares livres.

2.14 Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Para elaborar um sistema de avaliação eficaz do processo de ensino e aprendizagem no curso de Psicologia no ensino superior, é fundamental considerar tanto as exigências legais vigentes, como LDB e diretrizes curriculares, como os aspectos pedagógicos que garantem uma formação de qualidade. No entanto, é muito importante definir os objetivos educacionais do curso, garantindo que os métodos de avaliação estejam alinhados com essas metas e com o perfil do egresso desejado.

Isso inclui competências técnicas, habilidades clínicas, ética profissional e capacidade de atuação interdisciplinar. Desta forma, para cumprimento dos objetivos do curso é necessário a implementação de avaliações formativas e somativas, através da implementação equilibrada entre avaliações formativas, que têm como objetivo principal o feedback contínuo e o aprimoramento do estudante durante o processo de aprendizagem, e as avaliações somativas, que medem o desempenho final dos alunos em determinadas competências e conteúdos.

Para tanto, o curso se utiliza não apenas de uma forma de avaliação mas de diversos métodos. Utilizar uma variedade de métodos de avaliação, como provas escritas, avaliações práticas e clínicas, apresentações, seminários, projetos interdisciplinares, autoavaliações e avaliações por pares, propicia uma compreensão mais ampla do desenvolvimento do aluno e garante uma abordagem mais holística. O feedback contínuo e construtivo, auxilia os alunos a identificar suas áreas de melhoria e reforçar seus pontos fortes. A prática de devolutivas detalhadas ajuda a manter os estudantes engajados e promovem seu amadurecimento acadêmico e profissional.

Os critérios de avaliação são transparentes e claramente comunicados aos estudantes desde o início de cada semestre, sempre constante em plano de ensino divulgado por em sala de aula e por meio do sistema acadêmico. As rubricas e os critérios utilizados para a correção de cada atividade são objetivos e justificáveis. Além disso, é fundamental incluir avaliações práticas em ambiente clínico-simulado, verificando a proficiência técnica e o processo de tomada de decisão dos estudantes em situações que espelham a prática profissional real. Ademais, o processo de avaliação é revisado regularmente para garantir que atenda às necessidades do mercado de trabalho e às atualizações na prática odontológica e bases científicas.

O sistema de avaliação contribui significativamente para a formação de profissionais competentes, éticos e preparados para enfrentar os desafios da profissão. Entende-se avaliação como um processo de diagnóstico contínuo e sistemático. Dessa forma, como decisão institucional, o ponto de partida é entender que todo momento de avaliação não deverá ocorrer isoladamente, mas de maneira gradativa.

Ao acadêmico, a avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem. Deve permitir-lhe, não só demonstrar a aquisição dos conteúdos trabalhados através de estratégias variadas, como também oferecer

subsídios para que possa refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem. Por isso, necessariamente, ocorrerá em vários momentos e privilegia os aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do aluno) sobre os quantitativos e favorece a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem.

Dessa forma, é imprescindível que o aluno conheça:

- a) no que está sendo avaliado;
- b) que parâmetros estão sendo avaliados;
- c) que valores ele está recebendo pela sua avaliação e o mais importante,
- d) o porquê da nota que lhe foi atribuída.

Há, a cada bimestre, mais de um instrumento de avaliação, obedecendo ao plano de ensino das disciplinas. Ao final de cada bimestre é aferida uma média do desempenho do graduando, resultante do conjunto das atividades realizadas. O sistema e os critérios de avaliação obedecem, primariamente, às determinações estabelecidas pelo Regimento Geral da IES e fundamentalmente, à coerência que deve caracterizar qualquer processo avaliativo e permitir a detecção do ensino adequado do conteúdo estabelecido pelo currículo do curso.

A avaliação deverá, ainda, oferecer subsídios para o professor. Será compreendida como processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades dos alunos para atingirem os objetivos propostos. A IES por meio da coordenação do curso orienta para que a avaliação ocorra no sentido de, além de diagnosticar a realidade, determinar os fatores de insucesso e orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem do aluno. Em reuniões de colegiado e de coordenação acadêmica, os professores são motivados a diversificar os critérios de avaliação, com vistas a reorientar o processo de ensino quando necessário. Discute-se a forma de administração dos conteúdos aos acadêmicos, a forma de organização e construção das avaliações e atribuição de notas. Esse procedimento permite que os procedimentos de ensino não se distanciem dos pressupostos do projeto pedagógico do curso.

Na avaliação da aprendizagem os professores têm utilizado instrumentos formais, tais como testes e provas, no final de um período determinado de tempo. Porém isso se constitui em um momento de culminância de todo um processo de avaliação e não no único momento avaliado. Reconhece-se a importância de

instrumentos formais de avaliação, porém não se focaliza a avaliação apenas no desempenho cognitivo do aluno.

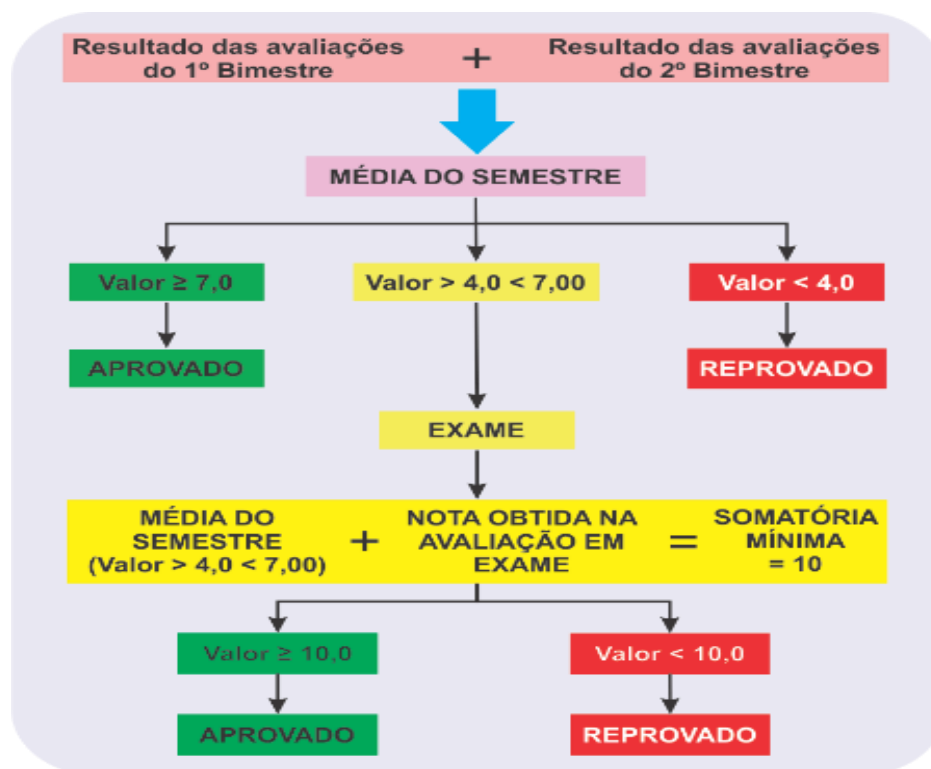
A avaliação do desempenho escolar é realizada por intermédio de acompanhamento contínuo do acadêmico, é feita por disciplina, incidindo sobre frequência e aproveitamento. Dá-se por meio de provas (discursivas e de múltipla escolha), seminários, estudos de caso, trabalhos (individuais e em grupo), exercícios dirigidos, participação em projetos, compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação. O aproveitamento é expresso em notas, demonstradas em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0). Por recomendação da IES os professores realizam pelo menos duas avaliações a cada bimestre, uma em data determinada pelo professor (normalmente ao fim do primeiro mês do bimestre) e outra realizada em data pré-determinada em calendário escolar durante uma semana de provas.

O acadêmico do curso tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos através das experiências do estágio de vivência, estágio supervisionado, participação em congressos, eventos especiais e palestras, desenvolvendo atividades complementares e cursos de extensão. A IES conta com convênios com hospitais, secretarias de saúde, associações diversas, clubes, instituições de ensino e empresas, buscando, continuamente, estabelecer parcerias que permitam o desenvolvimento da pesquisa e projetos de extensão que envolvam a comunidade em suas diferentes classes. Essas ações também são avaliadas

Além de ser um instrumento de diagnóstico, necessário ao professor e ao aluno, a avaliação tem uma função muito importante à instituição como um todo. A análise dos resultados da avaliação da aprendizagem permite refletir, comparar ou rever, se necessário, os princípios filosóficos e metodológicos propostos pelas suas diretrizes pedagógicas ou pelo próprio projeto pedagógico do curso. Visa planejar estratégias de intervenção pedagógica que objetivem a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Para que isso ocorra, é preciso que a avaliação seja um processo contínuo e não pontual, que possibilite o uso de diferentes estratégias e instrumentos.

Além disso, a Instituição estabelece outras formas de avaliação complementar, como a realização de simulados acadêmicos e profissionais. Assim, além das avaliações diagnósticas, também são realizadas avaliações formativas.

Continuamente são realizados simulados, com a finalidade de obtenção de feedback do processo de ensino aprendizagem. A seguir, pode-se observar esquematicamente a valoração das avaliações bimestrais para aprovação em período subsequente, conforme disposto no regimento interno da Instituição:



2.14.1 Simulado Preparatório de Carreiras

O exame simulado compreende a preparação dos acadêmicos, por meio de simulação de uma situação concreta, similar às quais os acadêmicos e/ou egressos poderão se deparar na vida acadêmica ou em possíveis situações avaliativas para inserção no mercado de trabalho. Prevê a aplicação de questões, que exigem amplas habilidades de concentração e raciocínio, sendo os dados de desempenho dos cursos, turmas e individuais, importantes fontes de diagnóstico e planejamento para os colegiados dos cursos, para a Instituição, como um todo. Todos os acadêmicos regularmente matriculados na instituição estão automaticamente inscritos no simulado.

O Simulado Institucional é uma prática instituída pelas coligadas da UB, mantenedora da IES, e organizado pelo Núcleo de Ensino da IES. A produção das questões é realizada pelos professores dos Colegiados das Instituições coligadas,

respeitando a matriz de prova desenvolvida com base nas portarias do Ministério da Educação, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso, cobrando as competências e habilidades dos acadêmicos em cada questão da prova. Esta avaliação tem como finalidade o fornecimento de dados estatísticos para a IES e para o Curso, a fim de se aprimorar o processo de ensino aprendizagem. Além das avaliações realizadas no âmbito do Curso, durante o percurso acadêmico, os egressos do Curso serão submetidos constantemente a avaliações somativas, realizadas após a finalização do processo de ensino aprendizagem. ENADE é um exemplo de avaliação somativa que é considerada pelo colegiado para avaliação das práticas realizadas e orientação do processo de ensino-aprendizagem. Além dos simulados, há o Desafio Integrador, que é parte integrante das avaliações discentes, e possibilita o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicam informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes.

2.14.2 Desafio Integrador

O desafio integrador é uma avaliação contínua, que ocorre semestralmente, no primeiro dia da semana das avaliações bimestrais do segundo bimestre, de forma cumulativa ao longo do curso, representando 30% da nota bimestral, e serve como uma ferramenta de diagnóstico dos processos de ensino e aprendizagem a serem promovidos pelo curso. Ao acadêmico, essa avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem, permitindo-lhe melhorar suas habilidades e competências ao longo do curso, mas também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu desempenho, dando condições para melhorá-lo.

Outro aspecto que deve nortear este processo avaliativo é o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico, visto que seus resultados serão tratados de forma a promoverem melhorias nos cursos, identificando possíveis deficiências curriculares, corrigindo-as, e potencializando os aspectos positivos de cada curso, contribuindo para a formação do perfil do nosso egresso.

Na elaboração do Desafio Integrador, o professor deve, não apenas dominar as suas técnicas de construção, mas também considerar que é de suma importância que o educando perceba a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e crescimento próprio e não meramente classificatório. Por isso, tal avaliação privilegia

tanto os aspectos qualitativos, como quantitativos, trabalhando com questões objetivas, dissertativas, estudos de caso, casos de sucessos profissionais, análises críticas, participação em projetos, ou seja, gerando compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Desse modo, a consideração conjunta do processo e do resultado permite ao coordenador do curso estabelecer interpretações adequadas sobre o seu desempenho, dos alunos e do próprio curso, permitindo-lhe identificar e sanar as deficiências curriculares, eventualmente com uma mudança na matriz curricular ou com a adaptação no ementário das disciplinas.

Por fim, destaca-se que ao privilegiar o caráter predominante da avaliação diagnóstica e formativa, tem-se como decorrência uma avaliação processual. De um lado, a avaliação diagnóstica ocorre conforme a necessidade de obtenção de informações acerca do educando e do curso, segundo a percepção do educador, de outro, os benefícios trazidos ao educando pelo acompanhamento gradativo do seu conhecimento adquirido.

Desta forma, as avaliações realizadas possibilitam informações sistematizadas que são disponibilizadas aos estudantes, como mecanismos que garantam a sua natureza formativa. Dos resultados são originadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas, sejam por decisões coletivas do Conselho Superior, do Conselho de Pesquisa, do Colegiado de Curso, do NDE, ou ainda, da própria CPA, que acompanha todas as ações institucionais.

O Desafio Integrador foi instituído e regulamentado pela Resolução nº 01/2021 da Instituição.

3 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

O presente documento estabelece o conjunto de diretrizes e estratégias pedagógicas que norteiam o curso de Formação de Professores em Psicologia do Centro Universitário Campo Real, campus Laranjeiras. Este texto define o perfil de formação do docente de Psicologia, estruturado de forma complementar à graduação, com duração mínima de dois semestres, visando a integração entre os saberes específicos da ciência psicológica e as competências pedagógicas exigidas para a educação básica e profissional.

Este documento constitui-se como o instrumento de balizamento das práticas educacionais do curso, fundamentando-se nos princípios do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e, primordialmente, nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Psicologia (Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de janeiro de 2023). A proposta observa ainda os termos da Resolução CNS nº 597/2018, que ratifica a Psicologia como profissão da área da saúde, e as normativas vigentes do Conselho Nacional de Educação que regulamentam a formação inicial de professores, garantindo a indissociabilidade entre o bacharelado e a licenciatura no desenvolvimento de competências para o ensino.

A comunidade acadêmica Campo Real (gestão, educadores, estudantes e demais colaboradores), compreende que o seu protagonismo na cidade de Laranjeiras e região e solicita a imersão em práticas que visem o aprimoramento da educação superior de qualidade, fazendo face às novas demandas e aos novos desafios advindos da sociedade.

Deste modo, este Projeto Pedagógico contempla discussões e debates da classe, com vistas ao desenvolvimento regional e à atualização de seus princípios e estratégias na formação de psicólogos e do trabalho com a educação.

Em conformidade com as DCN, bem como com as políticas Institucionais, o presente documento foi constituído pelo Colegiado, tendo como objetivo central a proposição da formação de um profissional que atenda as demandas sócio-políticas da Educação em todas as instâncias de ensino.

A complementação em Licenciatura objetiva a formação de profissionais aptos para atuar nos mais distintos equipamentos educacionais, buscando fortalecer a Psicologia enquanto ciência e profissão e habilitando o formando no desenvolvimento

de habilidades e competências necessárias para ser professor.

As metodologias de ensino serão diversificadas, articulando as aulas teóricas com práticas inovadoras, tais como a utilização dos laboratórios de Observação Psicológica, o uso de Metodologias Ativas, os estudos dirigidos, visitas a instituições educativas, entrevistas a profissionais da área de atuação, pesquisas científicas, atividades na mídia, estágios curriculares, entre outras, reforçando e reformulando a prática do magistério.

Durante o estágio de formação de professores, o licenciando poderá, entre outras atividades, ensinar Psicologia em escolas do Ensino Básico, Técnico e Superior. Essa atividade possibilitará a discussão de temas como direitos humanos, preconceitos, relações sociais e outras temáticas que contribuirão para sua formação. O regulamento de estágio supervisionado é parte integrante deste documento, exposto no corpo deste trabalho. Além disso, poderá atuar na formação continuada de professores, gestores e outras agentes da escola possibilitando reflexões sobre as questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente, relacionando-as às políticas públicas vigentes.

Os alunos interessados em tal complementação serão educados em um modelo ético e reflexivo, envolvidos na realidade na qual a educação brasileira está inserida e das mais distintas formas de fazer educação.

O presente documento apresenta informações gerais do Curso, o contexto do curso, o perfil do egresso, os objetivos, a matriz curricular, ementário e referências, bem como o procedimento de estágios na área de Licenciatura. Além do mais, este Projeto é balizado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Psicologia. Assim, os demais processos e determinações poderão ser consultados nele.

3.1 Justificativa

A formação supõe a aprendizagem sistemática e intencional de processos investigativos, tendo por compreensão uma Educação fundamentalmente ativa e crítica frente ao patrimônio cultural. Paulo Freire (1987) ensinou-nos que a suposição de que o estudante deve ser o agente passivo da transmissão de conteúdo é parte constitutiva dos processos de opressão na Educação. Assim, educar se faz na concepção de saberes de todos aqueles envolvidos no processo de ensino e

aprendizagem e dos territórios que estes ocupam.

É importante destacar que o exercício profissional do psicólogo não é mera aplicação de técnicas e instrumentos aprendidos durante a formação. A postura investigadora e científica é constitutiva da profissão, seja na atitude pluridimensional da ciência ou das experiências dos sujeitos com quem a psicologia trabalha.

A licenciatura em Psicologia do Centro Universitário Campo Real - foi assinalada a partir das reuniões de NDE acerca do curso. A formulação do Projeto de Graduação esteve vinculada às discussões nacionais sobre a reforma curricular, iniciadas pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos Conselhos Regionais (2017). Tais pautas estiveram presentes durante as reuniões institucionais e indicaram a possibilidade do Curso de Licenciatura como um avanço importante para a formação dos Psicólogos da região.

O curso em questão apresenta a possibilidade de uma formação epistemológica e técnica, por meio de uma perspectiva reflexiva e emancipatória, concebendo o papel do professor como transformador da realidade, questionador frente ao sistema educacional e criador de práticas inovadoras.

Esta proposta se justifica na realidade social de Laranjeiras e região e de suas demandas, no que tange a relação Instituição de Ensino Superior e Comunidade, em uma formação pedagógica voltada para a cidadania, a partir de preceitos plurais multifacetados e em respeito pelos direitos humanos. O Curso de Licenciatura em Psicologia busca, em sua organização didático-pedagógica, cumprir a concepção de educação superior com o princípio da indissociabilidade entre ensino, atividades investigativas e extensão, disposto no artigo 207 da Constituição Brasileira, de 1988, e tem como parâmetro as Diretrizes Nacionais nos termos da Resolução Nº 8, DE 7 DE MAIO DE 2004 (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia) e legislações pertinentes, dentre as quais, citamos:

- Projeto Político Institucional;
- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;
- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Libras);
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de

graduação, bacharelados, na modalidade presencial.);

- Parecer nº 338/2009, que aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011 (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia).
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (Políticas de Educação Ambiental);
- Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos);
- Resolução CONAES Nº 1 de 17 de junho de 2010 (NDE)
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e, mais especificamente, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, homologada em 15 de março de 2011 e pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 5).
- Resolução 597, de 13 de setembro de 2018, sobre as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação Bacharelado em Psicologia e Formação de Professores em Psicologia.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de janeiro de 2023.

Tendo por objetivos:

I. Complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;

II. Possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos

com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;

III. Formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

O curso de graduação deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

I - Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;

II - Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;

III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

IV - Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;

V - Atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

VI - Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VII - Aprimoramento e capacitação contínuos.

O aluno optante pela Licenciatura em Psicologia acrescentará a seu perfil competências e habilidades para:

I. Estar comprometido com valores de solidariedade e cidadania, sendo capaz de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamento e ação;

II. Estar comprometido com a solidariedade, com a ética e a possibilidade de transformação político-social, a partir de diálogos interdisciplinares e inter setoriais;

III. Promover o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referente à educação no Brasil, assim como a análise das questões

educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;

IV. Refletir sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

V. Refletir sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;

VI. Ser capaz de considerar as características de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, bem como o contexto socioeconômico e cultural para a promoção de conhecimento e de inclusão social.

VII. Estar ciente do papel social do educador e da capacidade de reflexão sobre sua prática, além de articular os saberes específicos da Psicologia com conhecimentos didáticos e metodológicos na promoção do conhecimento.

3.2 Informações Gerais do Curso de Licenciatura em Psicologia

O Curso de Graduação em Psicologia é presencial e funciona no sistema semestral, no período noturno, com as seguintes determinações:

Modalidade: Presencial

Regime de Funcionamento: Semestral – Bacharelado 10 semestres, mais a Complementação para Formação de Docentes de Psicologia 2 semestres, totalizando 12 semestres de curso.

Carga horária teórica: 560 horas

Carga horária de estágios (prática): 320 horas

Carga horária total da Complementação de Formação de Docentes em Psicologia: 880 horas.

3.3 EIXOS ESTRUTURANTES

As Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir da Resolução nº 5, de 15 de março de 2011, para os cursos de Graduação em Psicologia estabelecem as normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Docentes de Psicologia. O presente Projeto leva em consideração, num primeiro momento o Art.

12, da Resolução nº 5, a qual trata sobre os domínios mais consolidados de atuação do profissional psicólogo no país, constituindo, assim, o ponto de partida para a definição da ênfase curricular, favorecendo um recorte inovador das competências que constituirão as atividades e procedimentos da complementação para a formação de Docentes, com enfoque no parágrafo 1, alínea b, que trata da Psicologia e dos processos educativos, que assim é transcrita:

b) Psicologia e processos educativos, que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas.

Ainda tendo como base a Resolução nº 5, atentamos para o Art. 13, o qual prevê que a Formação de Docentes de Psicologia seja estruturada e elaborada em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). No parágrafo segundo, do Art. 13, há a proposição de que o a Formação Complementar seja articulada com base em conhecimentos, competências e habilidades, complementando a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para que atuem na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, bem como na educação continuada e em todos os contextos educacionais, formais ou não, centros, abrigos e instituições socioeducativas e comunitárias.

Assim, o presente projeto busca possibilitar a formação de docentes de Psicologia comprometidos com as transformações políticas e sociais, sempre com a adequação às práticas pedagógicas atuais e funcionais. Isso constituirá valores e processos éticos e morais que serão a base para que o Docente de Psicologia provoque transformações sociais reais em busca da solidariedade e da cidadania das pessoas abrangidas pelo seu conhecimento.

A proposta complementar para a Formação de Professores de Psicologia busca assegurar que seus Eixos articulem conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes temas:

a) **Psicologia e Políticas Públicas Educacionais:** que prepara o formando

para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;

b) **Psicologia e Instituições Educacionais:** que prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político-pedagógicos autônomos e emancipatórios;

c) **Filosofia, Psicologia e Educação:** que proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

d) **Interdisciplinaridade em Processos Educacionais:** que possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

3.4 PERFIL DO EGRESSO

Na matriz curricular e no desenvolvimento do curso são considerados os conteúdos curriculares previstos e que possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia, além de possibilitar a interdisciplinaridade, flexibilidade e articulação da teoria com a prática, com vistas a alcançar a formação do perfil aqui delineado.

3.5 OBJETIVO GERAL

Estabelecer uma interface entre as Ciências Psicológicas e a Educação, formal ou não, possibilitando ao profissional psicólogo atuar na área de Educação como Docente de Psicologia, ou no campo educacional, com o efetivo compromisso de desenvolver o conhecimento científico, a ética e o exercício da cidadania, levando em consideração as demandas sociais e a diversidade humana.

3.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Complementar a formação dos psicólogos, articulando saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos;

II. Desenvolver competências e habilidades para a atuação na construção e efetivação de políticas públicas de educação, na educação básica, cursos profissionalizantes, na educação continuada, bem como em contextos de educação informal;

III. Fortalecer a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva e formativa;

IV. Constituir o compromisso com os valores da solidariedade e da cidadania, calcado na capacidade de reflexão e construção de senso crítico e criativo de novos contextos do conhecimento;

V. Integrar o professor de Psicologia ao mundo da Educação, principalmente no desenvolvimento de sujeitos ativos em sociedade e que visem a transformação social por meio da educação de qualidade.

3.7 FORMAÇÃO DO DOCENTE DE PSICOLOGIA E OS CONTEÚDOS

Para a Formação do Docente de Psicologia, entende-se, de fato, que deve haver o aprimoramento da formação e da prática docente por meio de referências educacionais, culturais e sociais trazidas pelos alunos. Assim, na construção dos referenciais de ensino é importante que o professor leve em consideração os preceitos estabelecidos pelo Art. 13, do Parecer do CNE/CES, nº 338/2009, parágrafo terceiro que propõe os seguintes conteúdos significativos para a formação do professor Psicólogo:

I. Que destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;

II. Que articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel

de professor;

III. Que considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;

IV. Que promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;

V. Que estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

3.8 FORMAÇÃO, PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO CURRICULAR

A formação do professor de Psicologia deve acontecer num ambiente dinâmico em que as práticas educativas possam ser caracterizadas como sendo constituídas de realidades da vida escolar, garantindo o aprofundamento dos objetivos formativos do profissional de Psicologia.

O estágio visa à formação para a docência em Psicologia através de atividades supervisionadas no ensino de Psicologia e de práticas pedagógicas sendo realizado em escolas ou em outras instituições que desenvolvem atividades educativas que promovam o ensino de Psicologia.

Trata-se de uma atividade de natureza teórico-prática a ser exercida pelo estudante para fins de integralização curricular, sendo o mesmo acompanhado por um professor de estágio e da coordenação do curso de Psicologia.

A proposta de estágio curricular supervisionado do curso de formação de docentes de Psicologia tem como práticas importantes:

I. A compreensão dos novos parâmetros educativos e culturais relacionadas à atividade humana como prática de produção criação;

II. A concretização do trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola de educação básica, observando o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens;

III. A identificação dos processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social e no âmbito das instituições de ensino, dinamizando-os;

IV. Articulações que garantam a unidade entre teoria e prática no trabalho pedagógico, levando em consideração parâmetros claros que orientem a tomada de decisão em relação às escolas-campo de estágio;

V. O trabalho coletivo, integrado e pluridisciplinar como práticas do trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa para garantir a formação pedagógica do professor de Psicologia num contexto inovador e transformador.

Desse modo, as atividades de estágio supervisionado, juntamente com as práticas de ensino devem proporcionar ao professor de Psicologia a possibilidade de desenvolver as seguintes competências e seu estágio profissional:

I. Entender o fazer pedagógico como exercício de pesquisa, para despertar o espírito investigativo e aplicação consciente dos conhecimentos adquiridos;

II. Desenvolver a capacidade de observação no contexto das instituições de ensino, fortalecendo a visão crítica dos processos que ocorrem na sala de aula e no ambiente escolar;

III. Ser um profissional capaz de observar e de registrar a própria prática educativa por meio do processo de proficiência da escrita;

IV. Desenvolver a capacidade para o trabalho interdisciplinar, revelando a sua visão global dos processos educativos, para integrá-los de maneira dinâmica;

V. Distinguir os conhecimentos significativos necessários ao aprofundamento teórico-prático de sua profissão, valorizando aqueles que são necessários para serem destacados junto aos seus alunos;

VI. Planejar, de maneira consciente, ações pedagógicas que fazem parte do cotidiano de seu trabalho;

VII. Realizar intervenções pedagógicas que garantam o aprendizado qualitativo dos alunos;

VIII. Desenvolver atividades e intervenções pedagógicas junto aos alunos com necessidades especiais, garantindo o processo de inclusão pedagógica, social e cultural deles;

IX. Aprimorar os processos avaliativos os tornando dinâmicos ao ambiente escolar, com a realização de avaliações processuais e diagnósticas;

X. Fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e a formação constante nas mais diversificadas áreas do conhecimento, tendo como base a formação de Psicólogo.

A garantia do desenvolvimento da prática profissional do professor na perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, leva em consideração essas competências. Com isso, as atividades a serem desenvolvidas devem sempre serem planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho coletivo, o enfrentamento de problemas concretos do processo de ensino-aprendizagem, observando-se a própria dinâmica do espaço escolar, dos projetos pedagógicos institucionais e das ações políticas-pedagógicas, em cumprimento ao Parecer CNE/CNS nº 338/2009, Art. 13, parágrafo terceiro.

3.9 MATRIZ CURRICULAR

A Matriz Curricular da Licenciatura em Psicologia do Centro Universitário Campo Real foi planejada levando em consideração o processo de complementação do curso de Bacharelado, trazendo para discussão todas as aprendizagens e contextos do profissional Psicólogo. Portanto, a Matriz assim ficou constituída:

1. Décimo Primeiro Período

11º PERÍODO	
Filosofia da Educação	40
Sociologia da Educação	40
Psicologia da Educação	80
Métodos de Pesquisa em Educação	40
Didática e Metodologias de Ensino I	80
Estágio Supervisionado em Prática de Ensino de Psicologia I	160
Total de Carga Horária Teórica	280
Total de Carga Horária Prática	160
Total	420 h/a

2. Décimo Segundo Período

12º PERÍODO	
--------------------	--

Tecnologia e Educação	40
Educação Inclusiva	40
Psicologia Institucional e Gestão Escolar	80
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)	40
Didática e Metodologias de Ensino II	80
Estágio Supervisionado em Prática de Ensino de Psicologia II	160
Total de Carga Horária Teórica	280
Total de Carga Horária Prática	160
Total	420 h/a

Total de Carga Horária Teórica: 560
Total de Carga Horária Prática: 320
Total de Carga Horária do Curso: 880

A Matriz totaliza 880 (oitocentas e quarenta) horas, tendo como pré-requisito a necessidade de os estudantes terem cursado e concluído os dez primeiros semestres do curso de Bacharelado, não sendo previsto alunos ouvintes ou especiais.

EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DÉCIMO PRIMEIRO PERÍODO

Disciplina:	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções da educação. A comunidade humana e suas relações com o mundo. A articulação das reflexões filosóficas com os avanços científicos nas áreas que são objeto de estudo do curso. A explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e apreender em relação às situações de transformação cultural da sociedade. A busca de sentido da educação como tarefa da filosofia. Matrizes da educação contemporânea: poder, disciplina e autoridade. As tendências educacionais e suas influências no contexto brasileiro. Problemas atuais da Filosofia da Educação Brasileira. Análise filosófica do cotidiano pedagógico brasileiro. Problemas, impasses e perspectivas de uma filosofia da educação brasileira para o século XXI.	
Bibliografia básica:	
LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2008. MORIN, E.; MATOS, D. Introdução ao pensamento complexo. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Filosofia e história da educação. 15.ed. São Paulo: Ática, 2002.	
Bibliografia complementar:	
ARANHA, Lúcia. Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial. São Cristovão, SE: UFS, 1999	

FOUCAULT, Michel; MUCHAIL, Salma Tannus. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 PERISSÉ, Gabriel. Introdução à Filosofia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Disciplina:	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Os conceitos e objetos da sociologia e da educação. O fato social. As teorias sociológicas e tendências ideológicas na educação. A educação na sociedade globalizada inserida no modelo neoliberal. A relação dialética entre Escola, Estado e Sociedade. O papel dos intelectuais na educação e o processo de proletarização do magistério. As decisões políticas do estado capitalista e a educação como política social. O Estado e as relações saber x poder. A educação popular na escola pública. O desenvolvimento sustentável como novo paradigma de políticas públicas.	
Bibliografia básica:	
PILETTI, Nelson. Sociologia da Educação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2002. VIANA, Nildo. Introdução a Sociologia. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à Sociologia da Educação.3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.	
Bibliografia complementar:	
BOTTOMORE, Thomas Burton. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2013. FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. A escola do trabalho e o trabalho da escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991. MORRISH, Ivor; Tradução de Álvaro Cabral; Revisão técnica de Jether Pereira Ramalho. Sociologia da educação: uma introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.	

Disciplina:	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Conceitos básicos dos principais paradigmas da Psicologia e suas repercussões nas concepções de sujeito, sociedade, educação e cultura. Relações entre Psicologia e os processos educativos. Desenvolvimento e interação social - a construção do conhecimento e a produção da subjetividade. Concepções de Aprendizagem. A ação do professor no desenvolvimento do indivíduo. Infância, Adolescência e Contemporaneidade. O compromisso social da Psicologia e da Educação. Temas Transversais em Psicologia e Educação.'	
Bibliografia básica:	
FONSECA, Vitor da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1995. LIMA, Lauro de Oliveira. A construção do homem segundo piaget: uma teoria da educação. 2. ed. São Paulo: Summus, 1984 PILETTI, Nelson. Psicologia educacional. 16. ed. São Paulo: Ática, 1999.	
Bibliografia complementar:	
GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.	

Disciplina:	MÉTODOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Princípios da ciência e do método científico. Abordagem alternativas de pesquisa para o campo da Educação. Técnicas de levantamento e análise de dados em contextos educacionais. Delineamento do Projeto de Pesquisa e do Relatório de Pesquisa.	
Bibliografia básica:	
GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
Bibliografia complementar:	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales; SILVA, Aída Maria Monteiro da; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. 4.ed. [s.l.]: Papyrus, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.	

Disciplina:	DIDÁTICA E METODOLOGIAS DE ENSINO I
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Didática: significado e pressupostos. O processo de ensino e aprendizagem e suas implicações para a processo educativo. Os elementos essenciais da prática docente: planejamento, relação professor-aluno, análise de práticas educativas.	
Bibliografia básica:	
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez, 2007. VEIGA, Ilma Passos A. Didática: o ensino e suas relações. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.	
Bibliografia complementar:	
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 24. ed. São Paulo: Papyrus, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.	

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA DE ENSINO DE PSICOLOGIA I
Carga horária:	160 aulas
Ementa:	
Fundamentos, conteúdos e objetivos do ensino de Psicologia em diversos contextos. O professor e a sua representatividade social. Análises sobre a realidade escolar. Propostas para o enfrentamento do fracasso escolar. Realidade social versus realidade escolar. Prática versus teoria.	
Bibliografia básica:	
GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 5.ed. Cortez, 2002.	

GOERGEN, Pedro; SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: a experiência internacional sob o olhar brasileiro. 2.ed. Campinas -SP: Autores Associados, 2000.
Bibliografia complementar:
ABRAMOVICH, Fanny. Quem educa quem?. São Paulo: Summus, 1985.
BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
BURIOLOLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DÉCIMO SEGUNDO PERÍODO

Disciplina:	TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Utilização das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Enfoque teórico-prático sobre o uso do computador e da tecnologia digital na educação, bem como as implicações pedagógicas e sociais desse uso. Elaboração de material audiovisual.	
Bibliografia básica:	
BRITO, Eduardo. Psicologia, Educação e Novas Tecnologias. São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016.	
VELOSO, Renato. Tecnologia da informação e comunicação. São Paulo: Saraiva, 2011.	
GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos. Tecnologias emergentes: organizações e educação. São Paulo : Cengage Learning, 2008.	
Bibliografia complementar:	
CAMPOS, Flavio Rodrigues. Inovações radicais na educação brasileira. Porto Alegre: Penso, 2019.	
SANTOS, Edméa. Mídias e tecnologias na educação presencial e a distância. Rio de Janeiro: LTC, 2016.	
SANTOS, Pricila Kohls dos. Educação e tecnologias. Porto Alegre: SAGAH, 2017.	

Disciplina:	EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Contextualização histórica da educação inclusiva. Integração e adaptação curricular. Fundamentos da educação especial na articulação da educação inclusiva. Bases epistemológicas, teóricas e metodológicas das práticas inclusivas no ambiente escolar. Sociedade, educação e inclusão. Psicologia e processo de educação inclusiva.	
Bibliografia básica:	
CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.	
MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.	
Bibliografia complementar:	
LOPES, Maura Corcini. inclusão & Educação. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.	
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. Moderna, 2006.	
RODRIGUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.	

Disciplina:	PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E GESTÃO ESCOLAR
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	

Dimensiona o movimento institucionalista, sua história, seu processo de constituição, correntes teóricas e pressupostos, bem como suas ferramentas de intervenção. A gestão democrática da Educação. Os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão: a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas: a gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.

Bibliografia básica:

MACHADO, Loudes Marcelino. Políticas e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROSA, Clóvis. Gestão estratégica escolar. Petrópolis: Vozes, 2004.

VALERIEN, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar:

SANT`ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo : Érica, 2014.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. A gestão educacional e escolar para a modernidade. São Paulo : Cengage Learning, 2008.

VIEIRA, Alexandre Thomas. Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2005.

Disciplina:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (ARTIGO)
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Estudos quantitativos e qualitativos em educação. Educação, Psicologia e produção acadêmica. Análise do espaço escolar: a visão do psicólogo. Produção de artigos acadêmico-científico: publique ou pereça. Relatório de estágio como ponto de partida para análise e reflexão	
Bibliografia básica:	
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.	
SOUZA, Adilson Veiga; ILKIU, Giovana Simas de Melo (Orgs.). Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos. União da Vitória: Kayganguê, 2017.	
Bibliografia complementar:	
DEMO, Pedro. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.	
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 24. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.	

Disciplina:	DIDÁTICA E METODOLOGIAS DE ENSINO II
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Didática: significado e pressupostos. O processo de ensino e aprendizagem e suas implicações para a processo educativo. Os elementos essenciais da prática docente: planejamento, relação professor-aluno, análise de práticas educativas. Interdisciplinaridade, transversalidade e projetos. A prática docente no século XXI e os desafios da sala de aula. Metodologias ativas como prática docente	
Bibliografia básica:	
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.	

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 24. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.
 SANTOS, Ana Maria Rodrigues dos. Planejamento, avaliação e didática. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

Bibliografia complementar:

BARRETO, Flavio Chame. Educação Escolar: Evolução Histórica, Teorias, Práticas Docentes e Reflexões. São Paulo: Érica, 2014.
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
 LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

Disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA DE ENSINO DE PSICOLOGIA II
Carga horária:	160 aulas
Ementa:	
Fundamentos, conteúdos e objetivos do ensino de Psicologia em diversos contextos. O professor e a sua representatividade social. Análises sobre a realidade escolar. Propostas para o enfrentamento do fracasso escolar. Realidade social versus realidade escolar. Prática versus teoria.	
Bibliografia básica:	
<p>ELIAS, Roberto João. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 1994. MAGRI, Carina. Estrutura e funcionamento do ensino. São Paulo, SP : Cengage, 2016. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 5.ed. Cortez, 2002.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>ABRAMOVICH, Fanny. Quem educa quem?. São Paulo: Summus, 1985. BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000. BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>	

4 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A qualidade do corpo docente é um dos fatores centrais para o desenvolvimento e a consolidação de um curso de ensino superior, pois os professores são responsáveis pela mediação do processo de ensino-aprendizagem, pela produção e difusão do conhecimento e pela formação crítica e profissional dos estudantes. Um corpo docente qualificado contribui diretamente para a qualidade acadêmica do curso, favorecendo a construção de práticas pedagógicas consistentes, o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e a atualização permanente dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Dessa forma, a atuação dos docentes influencia tanto o desempenho discente quanto a credibilidade e o reconhecimento institucional do curso.

Para que cumpra adequadamente esse papel, o corpo docente deve apresentar algumas características fundamentais, como sólida formação acadêmica, preferencialmente com titulação em nível de mestrado e doutorado, experiência profissional e domínio da área de conhecimento em que atua. Além disso, é importante que os professores possuam competência didático-pedagógica, capacidade de utilizar metodologias de ensino inovadoras, participação em atividades de pesquisa e extensão e compromisso com a formação ética, científica e social dos estudantes. Essas características contribuem para garantir um processo formativo de qualidade e alinhado às exigências acadêmicas e profissionais contemporâneas.

Os docentes do Curso do curso de Psicologia possuem excelência técnica e didática, demonstrada perante processo seletivo que envolve pontuação por critérios acadêmicos, prova de títulos e prova didática perante banca examinadora, conforme plano de carreira, cargos e salários da IES. O docente deve demonstrar excelente capacidade de comunicação escrita, oral e gráfica, além de humildade e integridade. O papel do professor é contribuir para a formação técnica dos alunos, mas sobretudo, propiciar condições para a formação de um ser integral através de exemplos positivos de caráter e conduta.

A estrutura organizacional do Centro Universitário Campo Real é composta por órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, em dois níveis hierárquicos: administração superior e administração básica. São órgãos da administração superior deliberativos o CONSU e o CONSEPE. São órgãos executivos, reitoria, pró-reitorias,

direção geral dos campi, coordenação acadêmica, e procuradoria institucional. Os colegiados de curso, os NDEs e as coordenações dos cursos são órgãos da administração básica. Desta forma, os professores não são importantes apenas para a formação didático-pedagógica dos acadêmicos do curso, mas fazem parte da gestão e do funcionamento da estrutura da instituição.

O processo de ensino e de aprendizagem do Centro Universitário Campo Real tem início no planejamento reflexivo do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), que é organizado através da articulação e discussão realizadas entre NDE e Colegiado de Curso. Neste processo, visa-se contemplar as habilidades e competências necessárias à formação de um profissional capaz de intervir na realidade, e de consolidar os princípios e objetivos educacionais do Centro Universitário, expressos no PDI, e do perfil do egresso inserto no PPC do Curso. Desta forma, o regimento Interno da Instituição prevê como atribuição dos Colegiados de Curso, do NDE, da Coordenação e do corpo docente, sendo que todos devem atuar, conjuntamente, na concepção do Projeto Pedagógico que deve ir ao encontro da formação do educando em função do perfil e das competências que se pretende desenvolver.

O Curso de Psicologia contará com docentes contratados em regime integral, parcial e horista de acordo com os critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, evidenciados através do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação. O Curso é conduzido pelo Coordenador do Curso, auxiliado pelos professores que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

4.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão acadêmico consultivo e propositivo responsável por acompanhar, avaliar e aperfeiçoar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Psicologia. Sua atuação está relacionada ao planejamento acadêmico e à consolidação da identidade formativa do curso, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares, organização da matriz curricular, atualização dos conteúdos e integração entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão. O NDE é composto por docentes com elevada qualificação acadêmica e experiência na área do curso, que atuam de forma permanente no acompanhamento das atividades acadêmicas e pedagógicas.

A importância do NDE está no fato de que ele desempenha um papel estratégico na garantia da qualidade do curso, promovendo reflexões e decisões coletivas sobre o processo formativo e assegurando que o PPC esteja alinhado às diretrizes curriculares nacionais, às demandas sociais e às políticas institucionais. Além disso, o núcleo contribui para o monitoramento de indicadores acadêmicos, para a análise de resultados de avaliações internas e externas e para a proposição de melhorias no curso, fortalecendo a gestão acadêmica e o compromisso com a qualidade da formação oferecida.

O NDE do curso de Psicologia da Campo Real é formado por 5 professores do corpo docente, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Este núcleo atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica (relatório de adequação docente, relatório de adequação de vagas, relatório de adequação bibliográfica, autoavaliação institucional, relatório de análise das avaliações de aprendizagem, dentre outros), verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

Além disso, há no regulamento do NDE dispositivo que garante a manutenção de membros no NDE, minimamente, até o próximo ato regulatório. Esse dispositivo garante a estabilidade do órgão e a continuidade no acompanhamento e no desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A manutenção de um integrante ao longo do período entre avaliações externas possibilita preservar a memória institucional das decisões acadêmicas, das mudanças curriculares e das estratégias adotadas para a melhoria da qualidade do curso, evitando rupturas no processo de planejamento e gestão pedagógica.

Além disso, essa continuidade contribui para que haja coerência entre o planejamento, a implementação e a avaliação das ações acadêmicas, especialmente nos momentos de processos regulatórios, como reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso. Dessa forma, o docente que permanece no NDE atua como referência no acompanhamento das ações desenvolvidas, facilitando a articulação entre a gestão do curso, o corpo docente e as exigências estabelecidas pelos processos de avaliação do sistema de educação superior.e acompanhamento do

curso. Os NDEs da Instituição possuem regulamentação específica onde são definidas suas atribuições, composição e modalidades de renovação:

Professor	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
Ana Bela dos Santos	Psicologia	Mestre	Integral
Debora Rickli Fiuza	Psicologia	Doutora	Parcial
Laryssa Karas	Psicologia	Especialista	Integral
Guilherme Almeida de Lima	Psicologia	Mestre	Parcial
Sandro Mazurechen	Letras/Direito	Mestre	Integral

As atribuições do núcleo docente estruturante, de acordo com o regulamento institucional, são:

- a) Criar, implantar, atualizar e consolidar o Projeto Pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer e consolidar o perfil profissional do egresso do curso analisando a sua adequação, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;
- c) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- d) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- e) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- f) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- g) Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade; acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares do curso;
- h) Acompanhar as atividades do corpo docente;
- i) Acompanhar e supervisionar alunos em estágios curriculares não obrigatórios;
- j) acompanhar a aquisição de materiais específicos para o curso e da bibliografia indicada pelo corpo docente, elaborando relatório de adequação bibliográfica comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da

UC, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de assinatura de acesso por título disponível no acervo;

k) indicar e contribuir para a implementação de práticas pedagógicas, processos ou recursos que sejam comprovadamente inovadores ou eficazes.

De acordo com a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de Junho de 2010 – o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”. Segundo a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de Junho de 2010 – o NDE deve ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação stricto sensu. O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por 4 professores com pós-graduação stricto sensu (80%). Além disso, deve ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral. No curso, o corpo docente do NDE é formado por 60% dos membros com regime de trabalho integral (3 professores) e 40% em tempo parcial.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 vezes por semestre (uma vez no início do semestre e uma vez ao final do semestre) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares. As decisões do Núcleo são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

4.2 Coordenação do Curso de Psicologia

A coordenação do curso ficará a cargo da professora Ana Bela dos Santos, conforme ato de nomeação da instituição. A professora Ana Bela possui Graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG (2006), Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO (2013), Especialização em Psicolinguística, FAMMESP (2023), Especialização (em andamento) em Psicanálise pela Faculdade Futura, ICETEC e Mestrado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO (2016). É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. Atua como Pesquisadora em Educação, Psicolinguística, Psicanálise, Processos Grupais e Análise Institucional. Atualmente trabalha como

Psicóloga Clínica, na Orientação de Profissionais (áreas da saúde, educação e social) através de cursos de formação e assessorias, e como Docente no Ensino Superior.

Os Coordenadores dos cursos do Centro Universitário Campo Real são indicados pela Reitoria e atuam intensamente na gestão do curso, promovendo a integração entre coordenação, reitoria, pró-reitorias, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos. A coordenação incentiva a participação dos acadêmicos na sua gestão administrativo-pedagógica, promove e estimula a participação do corpo docente e discente em atividades acadêmicas e sociais, possibilitando a interlocução entre coordenação e acadêmicos, comunidade interna e comunidade externa.

O coordenador de curso também tem uma função representativa nos colegiados superiores da instituição, participando ativamente das decisões estratégicas que afetam o curso e a instituição como um todo. Nessas instâncias, o coordenador defende os interesses do curso de, levando em consideração as particularidades do currículo e as necessidades do corpo docente e discente. Sua participação ativa nos colegiados garante que o curso esteja em consonância com as políticas institucionais e contribua para a melhoria da qualidade acadêmica e administrativa.

O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de deliberação da Instituição é composto pela Reitoria, Pró-Reitorias, coordenadores, representantes da mantenedora; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; por um representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida a recondução e por representantes da comunidade, indicados pela mantenedora.

4.2.1 Atuação do Coordenador de Curso - Plano de ação compartilhado

A Coordenadoria do curso é integrada pelo Colegiado, para as funções deliberativas, pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas e pelo NDE, órgão consultivo responsável pelo acompanhamento e planejamento do Projeto Pedagógico do Curso. O colegiado do curso é constituído por todos seus professores e um representante do corpo discente. O colegiado é dirigido pelo

coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador Adjunto ou pelo professor decano, e se reúne ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário.

Uma atuação coordenada e bem planejada exige um **plano de ação documentado e compartilhado** com toda a equipe envolvida. Esse plano inclui os objetivos do curso, as metas a serem alcançadas, os prazos para cada atividade e as estratégias para resolução de problemas. Ao compartilhar esse plano com o NDE, colegiado, tutores e equipe técnica, o coordenador promove a transparência e o alinhamento de todas as partes, garantindo que todos os envolvidos saibam suas responsabilidades e possam colaborar de forma integrada. O plano de ação também é flexível o suficiente para permitir ajustes de acordo com as necessidades que surgem no decorrer do curso, sempre visando a melhoria contínua. Essa abordagem torna a gestão mais ágil e adaptável, facilitando a implementação de inovações e a resposta a desafios.

A Coordenação do Curso de Psicologia, subordinada hierarquicamente e de modo imediato à Pró-Reitoria acadêmica, no desenvolvimento de suas atribuições regimentais, dispõe do auxílio direto do apoio de curso e da central atendimento unificada setores estes que, compostos por equipes técnico-administrativas qualificadas, realizam função executiva, de apoio e formalização, às todas as ocorrências e procedimentos acadêmicos (atividades de iniciação à pesquisa e iniciação científica, extensão, visitas orientadas, atividades complementares, trabalho de curso...), afetos à sistemática de ensino e aprendizagem constante na legislação e diretrizes educacionais vigentes.

Como todo o corpo docente, está incluído no PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários, o qual conta com regime de trabalho próprio e individualizado, todas as atividades de caráter acadêmico (condução de pesquisa, orientação de iniciação científica, desenvolvimento do trabalho de curso, estágio supervisionado, prática jurídica, projeto de extensão, atividades complementares), encontram-se submetidas à administração e supervisão da Coordenação do Curso.

A atuação de um coordenador de curso superior de Psicologia é fundamental para garantir a qualidade do processo educacional, além de assegurar que todas as atividades estejam em consonância com o Projeto

Pedagógico do Curso (PPC). A responsabilidade do coordenador abrange diversas dimensões da gestão acadêmica, incluindo a relação com docentes, discentes, tutores e a equipe multidisciplinar.

Para que o curso atenda às demandas de qualidade e inovação, o coordenador deve agir de forma estratégica, com um plano de ação documentado e bem estruturado com indicadores de desempenho que possibilitem a melhoria contínua. A atuação do coordenador é pautada em um profundo conhecimento do PPC, que define as diretrizes pedagógicas, objetivos de aprendizagem, competências a serem desenvolvidas e as metodologias aplicadas no curso de Odontologia.

Ao garantir que todas as ações e decisões estejam em conformidade com o PPC, o coordenador assegura a coerência das práticas educacionais e o cumprimento das metas de formação previstas. Essa atuação também inclui a adaptação e o ajuste contínuo do curso às novas demandas do mercado da odontologia, de modo a preparar os estudantes para os desafios profissionais. A gestão do curso pelo coordenador envolve a administração de aspectos acadêmicos e administrativos, como o planejamento das disciplinas, a alocação de docentes e tutores, quando aplicável, e a organização das avaliações e cronogramas.

A relação com os docentes é um dos pilares dessa gestão, pois o coordenador deve ser capaz de administrar a potencialidade do corpo docente, reconhecendo suas competências individuais e incentivando a colaboração entre os professores. Ele atua como um facilitador, promovendo a integração entre diferentes áreas de conhecimento e buscando continuamente a melhoria das práticas pedagógicas. Ao promover o diálogo entre os docentes, o coordenador incentiva o desenvolvimento de novas metodologias e a adoção de práticas inovadoras que beneficiem a aprendizagem dos estudantes.

A proximidade com os discentes também é um aspecto essencial. O coordenador precisa estar acessível e disponível para ouvir as demandas e sugestões dos estudantes, resolvendo questões acadêmicas, acolhendo feedbacks e propondo soluções que favoreçam o sucesso acadêmico e a permanência no curso. A gestão eficiente dos tutores garante que o suporte pedagógico e tecnológico seja adequado, alinhado às necessidades dos

estudantes e às demandas do curso.

O coordenador desempenha um papel importante na articulação entre os profissionais envolvidos no ensino à distância, dadas as características dessa modalidade, garantindo que as ações desenvolvidas estejam alinhadas aos objetivos do curso. O trabalho colaborativo com a equipe multidisciplinar envolve a concepção de metodologias ativas, a criação de recursos educacionais e a integração de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. A mediação com os tutores, por sua vez, assegura que o suporte pedagógico seja contínuo e eficaz.

A atuação do coordenador é pautada no uso de indicadores de desempenho que são públicos e acessíveis, permitindo a análise contínua da qualidade do curso e do trabalho de coordenação. Esses indicadores, recolhidos a partir de ações do curso e da CPA, incluem taxas de evasão, desempenho acadêmico dos estudantes, feedbacks de satisfação dos discentes e docentes, e o nível de integração entre as disciplinas (coletados via avaliação institucional). Ao monitorar esses dados, o coordenador pode identificar áreas que necessitam de melhorias e implementar ações corretivas, garantindo o sucesso do curso. Além disso, esses indicadores são fundamentais para o planejamento de ações futuras, baseando decisões em dados concretos que refletem a realidade do curso. Essa análise constante dos resultados possibilita a criação de estratégias de intervenção pedagógica e administrativa que favoreçam o aprimoramento das práticas educacionais e o desenvolvimento contínuo do corpo docente.

O coordenador desempenha um papel central no relacionamento com a comunidade acadêmica, promovendo uma comunicação aberta e eficaz com docentes, discentes e a equipe técnica. Para isso, a coordenação de curso conta com os préstimos do NAPP – Núcleo de Apoio de Psicopedagógico, da Ouvidoria e da CPA – Comissão Própria de Avaliação, órgãos independentes, dotados de estrutura e atribuições específicas, e que, numa perspectiva totalizadora e integrativa, contribuem sobremaneira à condução pedagógico-didática das inúmeras atividades acadêmicas.

4.2.2 Regime de trabalho da Coordenação do Curso

A Coordenadora do Curso atuará em regime integral com 40 (quarenta) horas semanais na IES. Tem efetiva dedicação à administração e à condução do curso, atuando como coordenador e docente. Considerando as 80 vagas ofertadas anualmente, são 2 vagas para cada hora de coordenação. O regime de trabalho da coordenação possibilita o atendimento da demanda considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade nos colegiados superiores.

Para execução destas tarefas, a Coordenação de Curso está estrategicamente instalada nas dependências do prédio Instituição, dispendo de local próprio, dotado de salas com infraestrutura e equipamentos adequados, organização físico-espacial, integralmente voltada à facilitação e otimização do desenvolvimento das obrigações acadêmicas e atribuições administrativas diárias a cargo do coordenador. O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

No tocante ao peculiar modo de atuação acadêmico-administrativa da Coordenação do Curso, faz-se mister ressaltar que, na contínua e sempre incessante busca pela efetiva concretização dos objetivos gerais e específicos insertos neste Projeto Pedagógico, a execução diária do conjunto de obrigações e tarefas, didático-pedagógicas e de gestão, atribuídas regimentalmente à sua competência e responsabilidade, revela-se assentada no seguinte elenco de princípios e diretrizes educacionais:

- a) **contextualização:** realizada não somente por meio da apresentação historicamente situada dos conhecimentos e saberes específicos, mas também pelo constante exercício intelectual crítico-reflexivo que se busca desenvolver no educando, posturas metodológico-educacionais estas que, entre outras, além de se revelarem de extrema importância ao processo de aprendizagem e fiel cumprimento do presente Projeto Pedagógico, igualmente caracterizam o perfil comportamental do(a) Coordenador(a) do Curso, quando da realização de suas funções de administração e gestão acadêmica junto ao alunado e, ainda, em

especial, identificam e disciplinam sua maneira de, pessoal e habitualmente, atuar na integração, orientação e supervisão das atividades desenvolvidas pelo corpo docente;

b) **interdisciplinaridade**: evidenciada mediante constantes ações pedagógico-didáticas (v.g., orientação pedagógica continuada; frequentes diálogos; prestação de informações; comunicação e contato diário...), desenvolvidas diretamente pelo(a) Coordenador(a) junto ao corpo docente e discente, estratégia esta que, adotada com a finalidade precípua de promover a articulação e integração entre as diversas atividades acadêmicas que compõem a matriz curricular proposta, culmina por evitar a pulverização e fragmentação dos conteúdos prático-teoréticos;

c) **indissociabilidade**: assim como a contextualização, este princípio revela aspecto importante da metodologia de aprendizagem que ora se adota, eis que, através do estabelecimento de coerente liame entre ensino, pesquisa e extensão, e com a presença constantemente ativa do(a) Coordenador(a), objetiva promover e intensificar a adoção de condutas de caráter investigativo por parte de toda comunidade acadêmica, educadores e educandos, bem como concretizar a sua inserção e efetiva participação em projetos socioculturais voltados ao auxílio e desenvolvimento da coletividade local;

d) **rigoriedade**: faz-se presente no tratamento uniforme e equânime que o(a) Coordenador(a) objetiva dispensar a todos os educandos, quando do exercício de suas funções regimentalmente previstas de gerenciamento acadêmico-administrativo, ressaltando-se, portanto, a real importância, sentido e alcance, dos binômios direito-dever, prestação-contraprestação, liberdade-responsabilidade, não apenas sob prisma das formalidades exigidas por determinado processo educacional-pedagógico que, muitas vezes, tende a, numa progressão meramente quantitativa e mercadológica, “fabricar profissionais”, excluindo a fundamental contribuição que se deve dar à formação do indivíduo enquanto cidadão idôneo e consciente, membro participativo e que ativamente auxilia no crescimento e desenvolvimento da coletividade que integra,

características estas nitidamente identificadas (que se busca identificar) no perfil de nosso egresso;

e) **seriedade e comprometimento:** princípios observados mediante rigoroso trato teórico-prático dispensado, pela totalidade do corpo docente no exercício de suas atividades acadêmicas, sob orientação e supervisão imediatas do(a) Coordenador(a) do Curso, ao processo metodológico de elaboração, apresentação e socialização dos conhecimentos;

f) **dinamismo:** expresso através da celeridade com que o Coordenador(a) de Curso busca disponibilizar, sempre de conformidade com as disposições e exigências regimentais da IES, as respostas e promover o atendimento individualizado necessário à satisfação das inúmeras demandas da comunidade discente.

4.2.3 Participação efetiva da coordenação de curso e órgãos colegiados acadêmicos da IES

A Coordenação do Curso de Psicologia participa efetivamente dos órgãos colegiados acadêmicos da instituição. Esta participação se dá por meio de reuniões e discussões referentes ao andamento do curso em particular e da IES como um todo. O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de deliberação da IES é composto pelo Reitor seu presidente; pelos Pró-reitores, pelos coordenadores de curso; por representantes da Mantenedora; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; por um representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida a recondução.

O Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa, é constituído pela Pró-Reitoria Acadêmica, sua presidente, pelo Reitor e pelos demais Pró-Reitores; pelos coordenadores dos cursos; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitido a recondução; por representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação, com mandato de um ano, permitida a recondução.

A coordenadoria do curso é integrada pelo Colegiado, para as funções

deliberativas e pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas. O colegiado do curso é constituído pelos professores das disciplinas que ministram aulas no curso e um representante do corpo discente. O colegiado é dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo professor decano do curso. O colegiado do curso reúne-se ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário.

4.2.4 Experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

Sua trajetória foi consolidada na intersecção entre Educação, Psicologia e Geografia, com expressiva atuação em docência e gestão acadêmica no Ensino Superior. Graduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela UEPG (2006) e em Psicologia pela UNICENTRO (2013), sua formação acadêmica é complementada por um Mestrado em Desenvolvimento Comunitário (2016), especializações em Psicolinguística (2023) e Psicanálise (em andamento), além de ser doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na UNICENTRO.

No campo da gestão educacional, esteve na coordenação do curso de Psicologia no Centro Universitário Campo Real entre 2017 e 2018 e nas Faculdades do Centro do Paraná de 2022 a 2025. A experiência profissional inclui a atuação como educadora social no SESI-Ponta Grossa entre 2005 e 2006, e o exercício da docência na Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR) a partir de 2012, onde lecionou as disciplinas de Geografia, Filosofia e Sociologia.

Adicionalmente, atuou como Responsável Técnica do Serviço Escola Realclin, membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Comitê de Ética (CONEP) – Centro Universitário Campo Real. Sua experiência docente abrange uma vasta gama de disciplinas, desde processos grupais e psicopatologia até a orientação de estágios básico e ênfases, tal como trabalhos de conclusão de curso, aliando a prática de pesquisadora em Políticas Públicas Educacionais, à orientação de profissionais em cursos de formação e assessorias nas áreas da saúde e educação.

4.3 Do colegiado de curso

4.3.1 Institucionalização e atuação do colegiado de curso

O colegiado de curso é órgão técnico de decisão, coordenação e assessoramento das atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão dos cursos superiores do Centro Universitário Campo Real. É de sua competência: elaborar, anualmente, o plano ação juntamente com a coordenação de curso; aprovar o projeto pedagógico do curso; analisar os programas e projetos de iniciação científica, de extensão, e encaminhar para aprovação do conselho responsável; aprovar os regulamentos de estágio, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso; aprovar a normatização das atividades da monitoria discente, participando da seleção de monitores; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades dos cursos; opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos.

O Colegiado de Curso, juntamente com o NDE, é responsável pela concepção do perfil profissional do egresso, pela concepção pedagógica do curso, pela formação das diretrizes educacionais do Curso e pela análise das demandas referentes ao curso, oriundas da população discente, além das demandas atinentes ao curso de Odontologia, conforme previsto nos artigos 5º, 6º e 32 a 35 do Regimento Interno da IES:

Art. 5º O funcionamento dos órgãos colegiados deliberativos obedece às seguintes normas:

I - as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico anual são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;

II - os órgãos funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidem por maioria simples, salvo nos casos previstos neste Estatuto e Regimento;

III - nenhum membro do Conselho ou Colegiado pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular;

IV - as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número de membros;

V - é obrigatório, e tem preferência sobre qualquer outra atividade, o comparecimento dos membros às reuniões dos Conselhos ou Colegiados;

VI - das reuniões será lavrada ata, lida e assinada pelos membros presentes, na mesma sessão ou na seguinte.

§ 1º São adotadas as seguintes normas nas votações:

a) o presidente do Conselho ou do Colegiado participa da votação e, no caso de empate, terá o voto de qualidade;

b) os membros dos Conselhos que acumulem cargos ou funções têm direito a

tantos votos quantos forem os cargos acumulados;

- c) a votação é simbólica podendo, mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta do órgão, ser nominal ou secreta;
- d) decidem por maioria simples, salvo nos casos previstos neste Estatuto e Regimento;
- e) não é admitido voto por procuração.

§ 2º As decisões dos Conselhos podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, portarias ou instruções normativas a serem baixadas pelos Presidentes dos Conselhos.

Art. 6º O Presidente dos Conselhos pode pedir reexame das decisões, após a reunião em que tiverem sido tomadas, convocando o respectivo órgão para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

§ 1º A rejeição ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros componentes do respectivo órgão.

§ 2º Da rejeição ao pedido, em matéria de assunto econômico ou financeiro, há recurso *ex officio* para a Mantenedora, no prazo de dez dias, sendo a decisão considerada final.

Art. 32 Cada Colegiado de curso é constituído pela totalidade dos docentes do curso e 1 (um) representante do corpo discente.

Art. 33 O Colegiado de Curso é dirigido pelo Coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador Adjunto.

Parágrafo único - Na ausência ou inexistência de Coordenador Adjunto, o Coordenador será substituído pelo professor decano do respectivo curso.

Art. 34 O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação do Reitor ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 35 Compete ao Colegiado de Curso:

- I - aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso respectivo;
- II - elaborar os projetos de ensino, Iniciação a Pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo CONSEPE e/ou pelo Conselho Superior;
- III - acompanhar o andamento do curso nas disciplinas e atividades de ensino que o integram, propondo as alterações que julgar necessárias;
- IV - promover a integração dos planos de ensino das várias disciplinas, elaboradas pelos docentes, para a organização do programa didático do curso;
- V - propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências em matéria de sua competência.
- VI - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Estatuto e Regimento.

O Colegiado do Curso é composto por todos os docentes do curso e pela representação discente de um aluno do curso. O processo de escolha desse aluno é realizado através da escolha feita pelos próprios alunos representantes das turmas do curso, conforme dispõe o regulamento do colegiado de cursos da Instituição, resolução nº 23/2019. Reúne-se ordinariamente, duas vezes por semestre, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação da IES ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros. As reuniões são registradas em atas que poderão ser consultadas na Instituição ou virtualmente, uma vez que o colegiado se utilizará do sistema indicado pela IES para armazenamento virtual dos documentos do curso, inclusive atas de colegiado e NDE.

O fluxo de encaminhamento das decisões do colegiado, do NDE e da Instituição em geral respeita o disposto no Regimento Interno da IES e as competências individualizadas de cada um dos órgãos de gestão ou apoio à gestão. Após homologação final da decisão pelo órgão competente a decisão poderá tomar formato de ato de nomeação, resolução, portaria etc., a depender do conteúdo do ato normativo ou de sua natureza jurídica. O ato normativo é emitido pelo representante do órgão de instância final de análise.

A coordenação do curso é o dirigente do colegiado, sendo substituído pelo coordenador adjunto, e na sequência, pelo professor decano, em caso de falta ou impedimento. Suas decisões, a depender da natureza da causa, são encaminhadas aos demais órgãos da IES, segundo o disposto no Regimento Interno. Assim como todos os demais órgãos da Instituição, o colegiado está devidamente institucionalizado, regulamentado e constituído. Seu planejamento também é institucionalizado e amplamente discutido, possui representatividade de ambos os segmentos (discente e docente), suas decisões são registradas de forma física e virtual e respeitam o fluxo interno de encaminhamento das decisões, sendo que, atingindo a instância ordinária final, tomam forma de ato normativo próprio. O colegiado possui sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

É pertinente destacar que o colegiado de curso se utiliza de diversos instrumentos institucionais e de curso para avaliação periódica de seu desempenho, do desempenho acadêmico discente, das práticas pedagógicas de ensino, iniciação à pesquisa, iniciação científica e de extensão. A autoavaliação do curso, realizada em conjunto com a CPA da IES é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do curso, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras.

Além disso, o colegiado se utiliza de informações estratificadas que são obtidas através das diversas formas de contato com o acadêmico, tais como, central do aluno, NAPP, reuniões periódicas, representação discente de turmas,

atletica acadêmica, ouvidoria e e-mail institucional da coordenação. O conjunto de avaliações que é composto por ENADE, avaliações externas do Ministério da Educação, relatórios do censo da educação, simulado preparatório de carreiras, empregabilidade de egressos e índice de inserção de estagiários durante o curso compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos das práticas pedagógicas realizadas no curso. Esses resultados são analisados pelo colegiado e utilizados para a reavaliação das atividades didáticas e do próprio PPC.

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação. A formação dos profissionais do corpo docente do curso é sólida e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso em seu currículo. Essa característica do corpo docente fundamenta ainda mais o proposto pelos modernos conceitos de formação generalista adotada pela maioria dos cursos superiores, principalmente na área de saúde, permitindo uma riqueza de conhecimentos que beneficiará a comunidade, que contará com um profissional de ampla visão social e humanista

As reuniões de colegiados realizadas periodicamente são alinhavadas com as reuniões do Núcleo Docentes Estruturante e buscam analisar as bases curriculares proposta na matriz curricular presentes no PPC em conformidade ao perfil do egresso, ao dinamismo da atividade prática e do mercado de trabalho atual, buscando a fomentação crítica e reflexiva do corpo discente utilizando como ferramenta a base em literatura atualizada presentes na biblioteca da IES, além de plataformas de pesquisa. A interlocução entre a teoria e a prática em consonância com o perfil do egresso, buscará fortalecer principalmente na produção da iniciação científica, conforme ocorre nos demais cursos da instituição.

O curso, juntamente com a IES, incentiva periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde

os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos. Além disso, a IES edita Revistas destinadas à publicação de trabalhos oriundos da comunidade acadêmica.

A definição do colegiado de curso, bem como, a distribuição de aulas, regime de trabalho, definição de disciplinas e atividades no curso são realizadas pela coordenação do curso, com o apoio do NDE e a Reitoria, a partir do relatório de adequação docente, elaborado semestralmente pela coordenação e NDE.

4.3.2 Titulação e regime de trabalho do corpo docente

O corpo docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real será composto pelo quantitativo de 12 professores, dentre os quais, temos profissionais da psicologia, do direito, das letras e da pedagogia. O corpo docente é composto por profissionais altamente qualificados, refletindo o compromisso institucional com a excelência no ensino superior. Atualmente, 33% dos docentes possuem titulação de mestrado e 33% são doutores, evidenciando uma sólida formação acadêmica voltada à pesquisa e à prática docente. Complementando o quadro, 34% dos professores apresentam especialização na área, garantindo diversidade de experiências e aprofundamento técnico-científico.

	Professor	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
1	Ana Bela dos Santos	Psicologia	Mestre	Integral
2	Ana Claudia da Silva Abreu	Direito	Doutora	Integral
3	Debora Rickli Fiuza	Psicologia	Doutora	Parcial
4	Elis Gabriela Baroni	Psicologia Pedagogia	Especialista	Horista
5	Fernanda Bonini	Psicologia	Especialista	Horista
6	Gonzalo Ogliari Dal Forno	Biomedicina	Doutor	Integral
7	Guilherme Almeida de Lima	Psicologia	Mestre	Parcial
8	Laryssa Karas	Psicologia Pedagogia	Especialista	Integral
9	Luiz Eduardo Horst	História	Mestre	Integral

10	Moana Rodrigues França	Medicina Veterinária	Doutora	Integral
11	Rejane de Fátima Cury Marcondes Maron	Psicologia Direito	Especialista	Integral
12	Sandro Roberto Mazurechen	Letras Direito	Mestre	Integral

Em relação ao regime de trabalho, 67% atuarão em regime de tempo integral, 17% em tempo parcial e 16% como horistas, o que assegura a presença constante de professores nas atividades acadêmicas e favorece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

Quanto à formação de base, 6 docentes são formados (58%) em psicologia. Os demais possuem formação em áreas afins à psicologia, tais como direito, letras e pedagogia, integrando saberes distintos e favorecendo uma formação crítica, interdisciplinar e humanística dos futuros psicólogos. O corpo docente em sua grande maioria possui uma experiência de campo nas diferentes áreas de atuação do curso, e utiliza dessa vivência para exemplificar situações teóricas e práticas, reforçando o aprendizado do aluno. A utilização de conceitos teóricos repassados em sala e demonstrados em aulas práticas fortalece e demonstra a aplicabilidade de decisões as quais o profissional deve tomar para resolver determinada situação. A formação dos profissionais do corpo docente do curso é sólida e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso em seu currículo (que é fundamentado nas Diretrizes curriculares nacionais).

A correlação das disciplinas de períodos iniciais e sua aplicabilidade nos períodos mais avançados são fundamentais, por isso é estimulado que o discente participe das atividades propostas pelo curso, como de aulas interdisciplinares

(com turmas de períodos diferentes). É observado muitas vezes a contextualização pelos discentes de temas observados em prática com os docentes e que vem agregar mais conhecimento. É incentivado pela coordenação e IES a participação dos docentes em capacitações como Simpósios, Cursos de Aperfeiçoamento, Congressos para que possam compartilhar com os discentes experiências novas.

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação. A análise das competências previstas no PPC em consonância com o perfil do egresso é fundamental para que o docente possa elaborar e propor um plano de aula adequado, utilizando metodologias que facilite o aprendizado do acadêmico e que tenha uma abordagem científico-teórico-prático que instigue a busca incessante pelo conhecimento do discente.

4.3.3 Experiência profissional do corpo docente

	Professor	Experiência Profissional
1	Ana Bela dos Santos	114 meses
2	Ana Claudia da Silva Abreu	223 meses
3	Debora Rickli Fiuza	192 meses
4	Elis Gabriela Baroni	72 meses
5	Fernanda Bonini	329 meses
6	Gonzalo Ogliari Dal Forno	169 meses
7	Guilherme Almeida de Lima	83 meses
8	Laryssa Karas	79 meses
9	Luiz Eduardo Horst	217 meses
10	Moana Rodrigues França	97 meses
11	Rejane de Fátima Cury Marcondes Maron	253 meses
12	Sandro Roberto Mazurechen	208 meses

O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

O corpo docente possui uma grande experiência profissional, em sua grande experiência de campo nas diferentes áreas de atuação das ciências da saúde, e utiliza dessa vivência para exemplificar situações teórico x práticos reforçando o aprendizado do aluno. Com uma média de aproximadamente 169 meses anos de atuação na prática profissional (14 anos), os docentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real carregam uma trajetória consolidada no exercício clínico-profissional, seja em consultórios particulares, unidades de saúde pública ou ambientes hospitalares. Essa vivência contribui de forma determinante para a articulação entre teoria e prática, permitindo que os conteúdos ministrados estejam alinhados às demandas reais do mercado de trabalho e às necessidades da população.

A utilização de conceitos teóricos repassados em sala e demonstrados em aulas práticas fortalece e demonstra a aplicabilidade de decisões as quais o profissional deve tomar para resolver determinada situação. A correlação das disciplinas de períodos iniciais e sua aplicabilidade nos períodos mais avançados são fundamentais, por isso é estimulado que o discente participe das atividades propostas pelo curso, como de aulas interdisciplinares (com turmas de períodos diferentes). Os estágios curriculares e extracurriculares também são importantes para esta formação. É observado muitas vezes a contextualização pelos discentes de temas observados em prática com os docentes e que vem agregar mais conhecimento. É incentivado pela coordenação e IES a participação dos docentes em capacitações como Simpósios, Cursos de Aperfeiçoamento, Congressos para que possam compartilhar com os discentes as experiências novas, como utilização de novas drogas para o controle de uma determinada patologia, técnica cirúrgica diferenciada e inovações dentro da área. A análise das competências previstas no PPC em consonância com o perfil do egresso é

fundamental para que o docente possa elaborar e propor um plano de aula adequado, utilizando metodologias que facilite o aprendizado do acadêmico e que tenha uma abordagem científico-teórico-prático que instigue a busca incessante pelo conhecimento do discente.

Essa experiência prática é crucial para atualizar constantemente a interação entre conteúdo e prática, garantindo uma compreensão aprofundada da interdisciplinaridade no ambiente de trabalho. A utilização de conceitos teóricos, demonstrados tanto em sala de aula quanto em atividades práticas, reforça a capacidade dos alunos para tomarem decisões informadas em situações reais. A correlação entre disciplinas dos períodos iniciais e sua aplicabilidade em períodos mais avançados é vital para o aprendizado, sendo estimulada através de atividades interdisciplinares. Esta abordagem interdisciplinar é um dos pilares do curso, promovendo o envolvimento ativo dos discentes em atividades que cruzam diferentes períodos acadêmicos. A prática de contextualização com os discentes, conduzida pelos docentes, frequentemente resulta no enriquecimento do conhecimento dos alunos.

4.3.4 Experiência no exercício da docência superior

O corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

	Professor	Experiência Docente
1	Ana Bela dos Santos	114 meses
2	Ana Claudia da Silva Abreu	223 meses
3	Debora Rickli Fiuza	133 meses
4	Elis Gabriela Baroni	45 meses
5	Fernanda Bonini	202 meses

6	Gonzalo Ogliari Dal Forno	169 meses
7	Guilherme Almeida de Lima	61 meses
8	Laryssa Karas	18 meses
9	Luiz Eduardo Horst	157 meses
10	Moana Rodrigues França	97 meses
11	Rejane de Fátima Cury Marcondes Maron	12 meses
12	Sandro Roberto Mazurechen	208 meses

O corpo docente do curso de Psicologia apresenta significativa experiência no ensino superior, sendo que a média do corpo docente em experiência docente é de 119 meses, ou seja 9 anos. Aliás, 16% dos professores possuem mais de quatro anos (04 anos) de atuação docente, 66% acumulam mais de oito anos (08 anos) de experiência e 58% contam com mais de dez anos (10 anos) dedicados à docência.

Os Docentes possuem participação ativa em formações pedagógicas oferecidas pela IES, com palestras promovidas no intuito de apresentar aos docentes as dificuldades que podem ser observadas durante uma aula teórica e ou prática pelo discente. As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão também definidas no PDI e no PPI, bem como no Regimento Interno e em documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos).

Para dar continuidade às políticas conta-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação. A instituição tem parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da Instituição em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, uso da biblioteca, das salas de aula e do salão nobre.

A IES possui como forma de auxílio docente- discente o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) é um órgão de apoio educacional que presta acompanhamento didático e psicológico aos discentes e aos docentes e assessoria didático-pedagógica às diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação da Campo Real. Pretende, portanto, contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando a qualidade na formação profissional de nível superior, a democratização do saber e a participação cidadã.

São atribuições específicas da Orientação Pedagógica Institucional, além daquelas gerais que envolvem todos os profissionais atuantes no Núcleo: Fornecer subsídios didático-pedagógicos e participar das atividades de reflexão, estudo, discussão e aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos junto às coordenações; Participar, quando convidado pelos respectivos Coordenadores de Curso, das reuniões dos Colegiados de Cursos, acompanhando a análise e a reflexão do processo pedagógico, a fim de conhecer as necessidades de cada curso e elaborar propostas de intervenção; Prestar assessoria pedagógica individual às Coordenações dos Cursos quando solicitadas e agendadas antecipadamente, salvo em situações emergenciais; Realizar o acompanhamento pedagógico dos alunos que integram o Programa de Bolsas de Estudo da IES. Desta forma, o corpo docente consegue apresentar de forma clara e objetiva para que todos os membros da classe possam receber a informação e se apropriar do conhecimento, contextualizando exemplos com os componentes curriculares.

A flexibilização e a capacitação dos docentes por parte da IES de promover um aprendizado de qualidade e específico para discentes com dificuldades solidifica com os resultados obtidos por estes acadêmicos. Com a devolutiva das semanas pedagógicas, após capacitação, os docentes começam a observar as dificuldades e propõem mais formação a IES e também encaminham os discentes para o NAPP para realização de triagem específica e profissional. Desta forma compreende-se que a construção de uma rede para melhor identificação das especificidades de cada indivíduo além do suporte pedagógico oferecido pela IES é reconhecida como ponto fundamental para as práticas exitosas no contexto curricular e formativo do profissional.

4.3.5 Atuação do colegiado de curso

De acordo com o regimento interno da IES, constituem o colegiado do curso, todos os docentes do curso, 1 (um) representante do corpo discente e o Coordenador do Curso. Reúne-se periodicamente, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação da Reitoria ou Pró-Reitorias da Instituição, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros. As reuniões são registradas em atas, disponibilizadas de forma virtual para acompanhamento dos membros do colegiado no drive do Curso, e poderão ser consultadas na Instituição. Conforme dispõe o Regimento Interno da IES, há fluxo determinado para o encaminhamento das decisões e sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução dos processos e decisões do Colegiado. Cada colegiado de curso possui um drive específico, que se relaciona com as demais instâncias da instituição e com o NDE.

O fluxo de encaminhamento das decisões do colegiado, do NDE e da Instituição em geral respeita o disposto no Regimento Interno da IES e as competências individualizadas de cada um dos órgãos de gestão ou apoio a gestão. Após homologação final da decisão pelo órgão competente a decisão poderá tomar formato de ato de nomeação, resolução, portaria etc., a depender do conteúdo do ato normativo ou de sua natureza jurídica. O ato normativo será emitido pelo representante do órgão de instância final de análise.

O colegiado de curso, assim como todos os demais órgãos da Instituição está devidamente institucionalizado, regulamentado e constituído. Seu planejamento também é institucionalizado e amplamente discutido, possui representatividade de ambos os segmentos (discente e docente), as reuniões são realizadas com periodicidade determinada (duas vezes ao semestre, no mínimo, em datas designadas em calendário acadêmico), suas decisões são registradas de forma física e virtual e respeitam o fluxo interno de encaminhamento das decisões, sendo que, atingindo a instância ordinária final, tomam forma de ato normativo próprio.

São atribuições do colegiado de curso: a) Aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso; b) Elaborar os projetos de ensino, Iniciação à Pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho de Ensino e Iniciação à Pesquisa e/ou pelo Conselho Superior; c) apreciar o plano e o calendário anual de atividades da Instituição; d) exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no regimento interno da IES, e) discutir assuntos pertinentes ao curso em pautas elaboradas em datas específicas. O Coordenador é o dirigente do colegiado, sendo substituído pelo professor decano, em caso de falta ou impedimento. Suas decisões, a depender da natureza da causa, são encaminhadas aos demais órgãos da IES, segundo o disposto no Regimento Interno.

É pertinente destacar que o colegiado de curso se utiliza de diversos instrumentos institucionais e de curso para avaliação periódica de seu desempenho, do desempenho acadêmico discente, das práticas pedagógicas de ensino, iniciação à pesquisa, iniciação científica e de extensão. A autoavaliação do curso, realizada em conjunto com a CPA da IES é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do curso, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras.

Além disso, o colegiado se utiliza de informações estratificadas que são obtidas através das diversas formas de contato com o acadêmico, tais como, central do aluno, NAPP, reuniões periódicas, representação discente de turmas, atlética acadêmica, ouvidoria e e-mail institucional da coordenação. O conjunto de avaliações que é composto por ENADE, avaliações externas do Ministério da Educação, relatórios do censo da educação, simulado preparatório de carreiras, empregabilidade de egressos e índice de inserção de estagiários durante o curso compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos das práticas pedagógicas realizadas no curso. Esses resultados são analisados pelo colegiado e utilizados para a reavaliação das atividades didáticas e do próprio PPC.

4.3.6 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente

A produção científica, cultural, artística ou tecnológica do corpo docente é fundamental para a qualidade de um curso de ensino superior, pois demonstra o envolvimento dos professores com a geração, sistematização e disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação. Quando os docentes desenvolvem pesquisas, publicações, projetos tecnológicos ou produções culturais e artísticas, eles contribuem para a atualização constante dos conteúdos ensinados e fortalecem o caráter acadêmico e investigativo da formação universitária. Esse processo aproxima o ensino da produção de conhecimento, permitindo que os estudantes tenham contato com debates contemporâneos e com práticas acadêmicas relevantes para sua formação.

Além disso, a produção docente fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios fundamentais da educação superior. Professores que mantêm atividade científica e intelectual ativa tendem a envolver estudantes em projetos de pesquisa, iniciação científica e ações extensionistas, ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico. Dessa forma, a produção docente contribui para a consolidação da qualidade do curso, para o fortalecimento da instituição no meio acadêmico e para a formação de profissionais mais críticos, qualificados e preparados para responder às demandas sociais e profissionais.

A IES tem consciência da importância do incentivo à produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos;
- Realização do Encontro de Iniciação Científica, anualmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-

raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;

- Projeto Semana da Cultura, com calendário anual de eventos culturais e artísticos;
- Manutenção das Revistas Institucionais (físicas e online);
- Apoio a grupos de estudo que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;
- Apoio aos docentes e discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;
- Promoção de eventos próprios para divulgação dos trabalhos realizados pelos docentes e discentes
- Realização de Jornadas Acadêmicas Integradas, anualmente, com a participação de docentes e discentes;
- Inserção no Plano de Carreira docente da produção acadêmica como quesito de avaliação para promoção na carreira.

Desta feita, a Instituição possui devidamente implantada uma política de apoio à realização de eventos internos e externos e da difusão das produções acadêmicas, discentes e docentes. Dentre as ações voltadas ao apoio encontram-se: 1) apoio para a organização de eventos dos cursos da IES (com fornecimento de local, logística do evento, material de divulgação, sistema informatizado para organização, inscrição e certificação do evento), 2) apoio para a participação de eventos internos – com a possibilidade de participação na organização do evento, isenção de inscrição, abono de faltas e possibilidade de apresentação de trabalhos relacionados ao evento e 3) apoio para a participação de eventos externos.

No que é pertinente à participação em eventos externos e à produção acadêmica, além da institucionalização da monitoria, iniciação científica e dos grupos de estudos, que são os instrumentos institucionais destinados ao fomento da produção acadêmica (conforme regulamentação específica) a IES também possibilita apoio através da concessão de meio de transporte, reembolso de despesas com inscrição, acompanhamento docente para grupos e orientação dos

trabalhos acadêmicos. Além disso, a Instituição possui em plena atividade 4 revistas, destinadas à disseminação dos resultados das produções acadêmicas de discentes docentes e a revista da iniciação científica.

Assim, no colegiado do curso de Psicologia da Campo Real, 50% dos docentes possuem 9 produções nos últimos 3 anos.

4.3.7 Política de qualificação docente e técnico administrativo da Instituição

A política de qualificação docente do Centro Universitário Campo Real tem por objetivo garantir que cada professor esteja sintonizado com as políticas institucionais e com as determinações pedagógicas da Instituição e se estrutura no apoio à qualificação e titulação de docentes e educação permanente. O Docente e o tutor da área da educação devem passar por atividades de conscientização que garantam sua assimilação da filosofia, metodologia e expectativas do modelo ditado pelas políticas institucionais. Para isso, atividades de treinamento e discussões devem ser implementadas para que o corpo docente possa realmente agir conforme os termos definidos pela política pedagógica.

É fundamental que o corpo docente da Instituição pratique o exercício contínuo de reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem. O Centro Universitário Campo Real apóia a qualificação e titulação de docentes e tutores em nível de pós-graduação por meio de cursos de especialização, mestrado e doutorado (nas modalidades minter e dinter) desenvolvidos em parceria com Instituições que possuem programa de pós-graduação bem avaliados pela CAPES.

Para a implementação das propostas expressas neste documento é necessário construir uma agenda, de comum acordo entre as partes, de capacitação de docentes e técnicos administrativos. Os pontos básicos desta agenda perpassam prioritariamente a sensibilização sobre os processos de mudança e a discussão sobre metodologias ativas de aprendizagem, avaliação formativa, informatização dos processos de trabalho, inter-relação ensino/serviços/comunidade e integração ensino/pesquisa/extensão.

De forma a concretizar ações no campo da qualificação, serão criadas comissões com o objetivo de definir metas e estratégias para haver um fluxo

coerente de saída de pessoal técnico-administrativo e docente. A unidade participará dos programas de capacitação da universidade, que objetivam manter os servidores atualizados em temas contemporâneos, de acordo com as necessidades da unidade e da universidade. Além disso, a unidade pretende sedimentar projetos de capacitação permanente de todos os segmentos.

4.3.8 Política de contratação docente

A contratação de docentes e tutores pelo Centro Universitário Campo Real é solicitada pelos Coordenadores de Cursos, a partir da necessidade de contratação, em razão do aumento da demanda ou implantação de novos cursos de graduação. Na solicitação de contratação, o Coordenador define o perfil ideal para o preenchimento da vaga, utilizando os critérios de domínio técnico e profissional, em conformidade com as diretrizes de ensino do Centro Universitário e com a legislação vigente. Neste pedido ele deve indicar a titulação mínima que o candidato deve possuir, o regime de trabalho e, se for o caso, a experiência profissional do candidato, respeitadas as normas internas de manutenção de 20% de professores com regime de trabalho integral e de 33% dos professores com titulação *stricto sensu*.

Para ser contratado o docente deverá ter a titulação mínima especificada e disponibilidade para ministrar aulas. A diretriz para a composição do quadro docente assegura o equilíbrio entre professores com formação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) e aqueles com experiência profissional, privilegiando a experiência no magistério superior. O Centro Universitário Campo Real valoriza a experiência no magistério e na vida profissional não acadêmica e procura seguir o que determinam os parâmetros estabelecidos pelos manuais de avaliação do MEC. Ademais, considerando a política de acompanhamento do egresso, o IES tem por prática a incorporação de egressos em seu quadro docente.

Definidos os candidatos para a disciplina, a Pró-reitoria Acadêmica, juntamente com os coordenadores de Curso, designará a Banca Examinadora constituída por três membros sendo presidida pelo Coordenador do Curso. O candidato deverá apresentar ao presidente da banca a documentação para verificar a sua real qualificação em termos de titulação, produção científica e acadêmica.

A análise desta documentação é registrada pela banca em formulário próprio.

No processo de avaliação dos candidatos, são usados os seguintes instrumentos: - entrevista estruturada; - análise do currículo e desempenho na aula ministrada à Banca Examinadora sobre tema constante do ementário da disciplina.

5 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

A infraestrutura de uma instituição de ensino superior desempenha papel fundamental no desenvolvimento de um curso superior de qualidade. Uma infraestrutura adequada garante que os estudantes tenham acesso a ambientes de aprendizagem modernos, seguros e bem equipados, essenciais para a formação de profissionais competentes e preparados para os desafios da prática clínica e acadêmica. Salas de aula amplas, laboratórios específicos, ambientes didáticos e equipados com tecnologia, proporcionam condições ideais para o desenvolvimento técnico, científico e ético dos futuros profissionais.

Além disso, uma boa infraestrutura favorece a integração entre teoria e prática, promovendo um ensino mais efetivo, dinâmico e contextualizado. Espaços de pesquisa bem estruturados, acesso a recursos tecnológicos avançados, bibliotecas atualizadas e ambientes que estimulam a inovação integram-se ao cotidiano acadêmico, facilitando a pesquisa, o aprendizado e o desenvolvimento de competências essenciais. Uma infraestrutura sólida também reforça a credibilidade da instituição perante o mercado de trabalho, formando profissionais alinhados às novas tecnologias e às exigências da área da psicologia. Dessa forma, investir em uma infraestrutura de qualidade é investir na excelência do curso, na formação integral dos estudantes e na garantia de uma prática ética, segura e inovadora. A seguir se verificará a infraestrutura física e pedagógica disponibilizadas pela IES para o curso.

5.1 Política de infraestrutura da Instituição

O planejamento da estrutura física da Campo Real é realizado durante a vigência do PDI da Instituição que atualmente é de 2024 a 2029 e do PDI do Campus que é de 2023 a 2027. Dentro deste planejamento são previstos, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

Os equipamentos existentes na IES fazem parte de um **plano de expansão e atualização de espaços e equipamentos**, que é atualizado sempre que há

necessidade, evitando assim que os espaços se tornem obsoletos. O PDI define as diretrizes para a implantação e manutenção do plano de expansão, que, contudo, é institucionalizado e regulado por meio de ato normativo específico, dadas as características constantes de renovação e mudança da IES.

Atualmente, a Instituição tem nove edificações, sendo, seis na cidade de Guarapuava, duas na cidade de Irati e uma na cidade de Laranjeiras do Sul. Essas edificações abrigam salas de aulas, laboratórios, espaços de convivência, salas didáticas, auditórios, salas de reuniões e espaços administrativos.

A estrutura física e acadêmica de Laranjeiras do Sul conta com espaços administrativos, de convivência, apoio acadêmico e laboratórios destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre os ambientes institucionais destacam-se auditórios para eventos acadêmicos, setores administrativos como a Central de Atendimento Unificado, sala da CPA, sala de marketing, núcleo de tecnologia da informação, direção e sala dos professores, além de biblioteca, cantina, gabinetes de atendimento, laboratórios de informática e espaços de reunião. A instituição também dispõe de áreas de apoio operacional, como arquivo, depósito, copa e infraestrutura sanitária, bem como um espaço destinado à expansão futura das atividades acadêmicas.

Há ainda os laboratórios especializados, que atendem diferentes cursos, como Biomedicina, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária. Esses laboratórios são equipados para atividades práticas em áreas como análises químicas e biológicas, microscopia, tecnologia farmacêutica, práticas agrônômicas, anatomia humana e animal, habilidades clínicas, processos grupais e psicodiagnóstico. Além disso, incluem ambientes de observação e debriefing para acompanhamento acadêmico, bem como espaços técnicos de preparo, esterilização e apoio. Essa infraestrutura visa garantir suporte adequado às atividades práticas, ao desenvolvimento científico e à formação profissional dos estudantes.

Campus educacional de Laranjeiras do Sul



O mobiliário e os equipamentos estão apropriados às atividades e necessidades de cada setor, além de serem adaptados em relação às normas de acessibilidade. Em todas as instalações prediais existem banheiros para pessoas com necessidades especiais. As instalações são higienizadas, diariamente, por equipe de serviços gerais da própria IES. O acesso aos prédios é feito através de rampas e

escadas, além de elevadores e plataformas para pessoas com necessidades especiais.

A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc). Há ainda uma central de Tecnologia de Informação que gerencia sua rede de informática. A conexão com a rede mundial de computadores se dá por fibra óptica. Todos os espaços da IES possuem rede wireless. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc). A Campus possui, devidamente institucionalizado, aprovado pelos órgãos colegiados, **o plano de infraestrutura, manutenção e expansão, elaborado pela pró-reitoria de administração, planejamento e expansão, renovado periodicamente** com o plano de desenvolvimento institucional. No plano de manutenção estão previstos, a infraestrutura institucional existente, da sede, seus campi e polos educacionais, o plano de sustentabilidade, a forma de manutenção dos espaços e equipamentos, e a expansão prevista para os anos de 2024 a 2029 (e o PDI do Campus que é de 2023 a 2027).

Todas as entradas possuem recepções com atendimento de recepcionistas e da equipe de atendimento. Todas as recepções possuem vigilância por circuito interno de televisão, mobiliário adaptado e equipamento de atendimento informatizado. Todos os espaços da Instituição são dotados de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, com excelente iluminação e acústica, ventilação, limpeza e conservação. Todos os espaços acadêmicos destinados ao atendimento do aluno são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc).

5.2 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

A Instituição disponibiliza salas/estações de trabalho para cada um dos docentes em regime de trabalho integral, algumas individuais, outras de uso coletivo

pelos docentes. As salas são dispostas conforme as necessidades da IES e do Curso a que está vinculado o professor em período integral e possuem sofás, cadeiras, mesas, equipamentos de informática, rede wifi e armários para guarda de equipamentos pessoais com segurança. As mesas disponíveis são de uso coletivo ou individual, de modo que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem, cujo uso depende de agendamento prévio.

Todos os espaços de trabalhos destinados aos docentes integrais são dotados de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Os docentes têm disponível café com leite, água e lanche, além disso, a IES possui cantina e restaurante para atender às demandas de cada colaborador proporcionando o melhor conforto em seu ambiente de trabalho. As salas de professores possuem instalações sanitárias próprias docentes, anexas às salas de trabalho, de uso privativo por professores e colaboradores, atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Há ainda a disponibilização de mesa de jogos para descontração durante o período de intervalo. Em todos os banheiros há pelo menos uma instalação sanitária plenamente acessível de acordo com as normas técnicas de acessibilidade e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais, e um espaço para a colocação de vestimentas como jalecos e uniformes. Os ambientes de uso coletivo, entradas e saídas, são dotados de câmeras de segurança e vigilância.

5.3 Espaço de trabalho para o coordenador

As coordenações dos cursos da Instituição estão instaladas em salas individuais, com computador com acesso à internet e acesso a rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documentos e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Há também apoio técnico-administrativo aos coordenadores, com equipe composta de 2 profissionais.

Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral, dos cursos existentes na IES, atualmente, possuem sala específica, também com computadores com acesso à internet, ramal telefônico, acesso a rede sem fio e apoio técnico-administrativo. Há três salas de reuniões destinadas a atividades docentes, que podem ser usadas mediante agendamento. A IES possui sala de videoconferência e equipamentos necessários para sua operacionalização disponíveis para uso dos coordenadores, além de sala interativa e equipamentos multimídia que possibilitam distintas formas de trabalho.

5.4 Sala coletiva de professores

A Instituição possui ampla sala de professores equipada com computadores com acesso à internet, bancadas para uso de notebooks e rede sem fio. A sala dispõe de sofás, cadeiras, mesas, bancadas e mesas de jogos. As mesas disponíveis nas salas de professores são de uso coletivo ou individuais, para que o docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem, cujo uso depende de agendamento prévio. A sala possui banheiro amplos, arejado, limpos e de fácil acesso.

Durante o período letivo é disponibilizado aos professores café, leite, água e lanche. A IES possui cantina e restaurante para atender às demandas de cada colaborador proporcionando o melhor conforto em seu ambiente de trabalho. Uma equipe de apoio está disponível para atender as demandas como: entrega de atas de avaliações e de aulas, entrega de avaliações, entrega de equipamentos (data show, som, microfone), agendamento de salas, ensalamento, etc. Os professores têm disponível escaninho individual, identificado, para guarda de equipamentos e materiais.

As instalações sanitárias atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Em todos os banheiros há pelo menos uma instalação sanitária plenamente acessível de acordo com as normas técnicas de acessibilidade e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais.

5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES possui atualmente 25 computadores para o acesso dos alunos, todos com acesso à internet, distribuídos no laboratório de informática, biblioteca. Há, ainda, o acesso irrestrito de notebooks e smartphones na rede wireless da IES. Todos os dias o laboratório e os computadores da biblioteca ficam abertos das 8h às 22h30, com acesso livre aos alunos.

Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante, sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos. Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA.

Além do laboratório, a Instituição franqueia a utilização da internet wifi a todos os alunos que fazem uso de tablets e notebooks, sendo que a tecnologia empregada comporta amplamente a quantidade de usuários. Há softwares para baixa visão e cegos no laboratório, na biblioteca e na secretaria acadêmica. A acessibilidade física, e as condições ergonômicas dos equipamentos, propiciam a utilização por pessoas com necessidades de mobilidade e adaptação especiais.

Os ambientes dos laboratórios são acessíveis, têm sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria, de atendentes e seguro contra acidentes, bem como, dos equipamentos de segurança necessários. Ademais, disponibiliza ao público utilitário televisor, retroprojeto, data show.

Para as aulas práticas das disciplinas que preveem seu uso, são realizados agendamentos de acordo com a programação da disciplina realizada pelo docente. Há plano de contingência e atualização de equipamentos tecnológicos elaborado

pelo setor responsável para o atendimento das necessidades dos alunos e docentes, assim como prevista a revisão periódica para a atualização e manutenção, essa última também há a previsão de acordo com a demanda.

Nossos laboratórios de informática estão abertos diariamente das 7h45 às 22h30, garantindo acesso livre e contínuo aos alunos. Quando não estão em uso para aulas, esses espaços são disponibilizados integralmente aos estudantes. O acesso aos softwares instalados é facilitado, cabendo ao aluno solicitar a liberação de senha ao técnico responsável, assegurando o uso seguro e controlado dos recursos.

Os laboratórios são projetados para atender às necessidades institucionais e do curso em relação ao espaço e conforto. Eles são equipados com hardware e software atualizados, refletindo um compromisso com o investimento contínuo que inclui a melhoria da capacidade de envio de dados na rede, em resposta ao crescente número de alunos. A avaliação periódica da adequação, qualidade e pertinência dos laboratórios é realizada semestralmente pelos próprios alunos, como parte da Avaliação Institucional da IES conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A infraestrutura tecnológica da IES é ampla e planejada para maximizar o conforto e a eficiência no acesso às tecnologias pelos alunos. Dessa forma, asseguramos que as necessidades institucionais e do curso sejam não apenas atendidas, mas continuamente aprimoradas, garantindo um ambiente de aprendizagem propício e tecnologicamente avançado.

5.6 Biblioteca

A Biblioteca apresenta exemplares para consulta e atende em torno de 400 usuários e está sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado junto ao Conselho de Biblioteconomia, Eduardo Ramanauskas, CRB nº 1813. A Biblioteca, com mais 70 m² construídos, possui iluminação adequada, 3 mesas para estudos individuais e 4 para estudo coletivo, além de 3 terminais de computadores com acesso em banda larga à Internet. O acervo, encontra-se devidamente acomodado, sinalização visível, facilitando o acesso ao material. Há um monitoramento através do circuito fechado de câmeras.

A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos,

corpo técnico-administrativo e à comunidade. É uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar. Seu Horário de funcionamento é de 8h às 22h40, e seu acervo é formado por diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes, tais como, livros, multimeios, referência (enciclopédias, dicionários, bibliografias etc.), especial (monografias, dissertações, teses, entre outros) e periódicos (revistas, jornais etc.).

A preservação do acervo é feita com a manutenção preventiva, através do monitoramento contínuo. É toda informatizada permitindo a realização das operações de empréstimo, devolução, permuta, reserva, doações, pesquisa informatizada por nome do autor, título do livro ou assunto, listagem de exemplares geral e específica (por área de conhecimento), frequência e histórico dos empréstimos.

A manutenção do acervo ocorre através da definição das necessidades e critérios para aquisição do material bibliográfico e não-bibliográfico, assim como para o descarte, desbastamento e preservação do acervo sendo realizada de acordo com as necessidades detectadas junto à comunidade acadêmica. Além disso, quando da finalização de um semestre letivo, é feita a aquisição da bibliografia necessária para o semestre seguinte, conforme a previsão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em acordo com a Política de Aquisição de Bibliografia.

A biblioteca possui regimento próprio em consonância com o Regimento Interno da IES. O apoio da Biblioteca, para elaboração de trabalhos acadêmicos, dá-se através do treinamento de usuários envolvendo uso de recursos e serviços disponíveis na Biblioteca, normalização de trabalhos acadêmicos e a orientação quanto à aplicação das normas da ABNT. É toda informatizada permitindo a realização das operações de empréstimo, devolução, permuta, reserva, doações, pesquisa informatizada por nome do autor, título do livro ao assunto, listagem de exemplares geral e específica (por área de conhecimento), frequência e histórico dos empréstimos. Disponibiliza reserva on-line por meio da página institucional www.camporeal.edu.br.

Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios de informática, na biblioteca e na secretaria acadêmica. O sistema de gerenciamento é o software Sophia, da empresa Prima Informática, com suporte técnico 24 horas. O software

Sophia opera de acordo com as normas e padrões da biblioteconomia, tais como: AACR2, MARC, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Z39.50. Por meio dele efetuam-se empréstimos e devoluções através de código de barras e reservas de materiais feitas diretamente nos terminais locais e módulo web. Deste modo, a biblioteca do Centro Universitário Campo Real atende à demanda e a oferta ininterrupta de títulos adequados a unidade curricular e descrito no PPC do curso e de meios de ação rápida, pelo sistema de informatização, para atualizar exemplares e/ou assinaturas que venham a ser necessárias para a adequada formação acadêmica.

A biblioteca está integrada a outras bibliotecas brasileiras pelo sistema COMUT. Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios de informática, na biblioteca e na secretaria acadêmica. Os ambientes da biblioteca são acessíveis por meio de plataforma elevatória/elevador, sinalização em braille, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc).

Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos. A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos, corpo técnico-administrativo e à comunidade. A sua organização obedece aos objetivos dos cursos ministrados pela Instituição e é regida por Regulamento próprio. A Biblioteca é uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar.

5.6.1 Acervo

Seu acervo é formado por diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes, tais como, livros, multimeios (VHS, K7, CD's, DVD's, entre outros), referência (enciclopédias, dicionários, bibliografias etc.), especial (monografias, dissertações, teses, entre outros) e periódicos (revistas, jornais etc.). Todos os exemplares estão devidamente acomodados, com sinalização visível, facilitando o acesso ao material. Há monitoramento através de circuito fechado de câmeras. A preservação do acervo é feita com manutenção preventiva, através do monitoramento contínuo. É toda informatizada permitindo a realização das operações de empréstimo, devolução, permuta, reserva, doações, pesquisa informatizada por nome do autor, título do livro ao assunto, listagem de exemplares geral e específica (por área de conhecimento), frequência e histórico dos empréstimos. São disponibilizados os principais jornais da região, do estado e do país e também as principais revistas de informação e de publicação científica vinculada a área dos cursos oferecidos.

Além disso, a Biblioteca de Campo Real conta com acervo online disponibilizado aos professores, funcionários e acadêmicos, da graduação e pós-graduação (e egressos até 1 ano após formados) mediante uso de senha pessoal. O acervo virtual é composto de aproximadamente 12.000 títulos e é realizado através de contrato de prestação de serviços com a Minha Biblioteca.

A Instituição sabe que mesmo com a chegada de tecnologias e novas opções, o crescimento das mídias digitais e mecanismos de buscas e, em muitos casos, o declínio no número de visitantes, as bibliotecas continuam desempenhando um papel importante na disseminação do conhecimento e da informação. Porém, muitas bibliotecas estão se reinventando e atraindo antigos e novos visitantes, além de, em muitos casos, tornando-se centro de referência sociocultural. É dessa maneira que a Biblioteca física se mantém. O investimento continua. Sempre sendo levado em consideração o Plano de Reposição/Contingência de Acervo, bem como o Regulamento de uso da Biblioteca.

Além da Biblioteca física se manter como umas das principais fontes de

informação, alguns fatores que vieram à tona com a era digital reforçam ainda mais a importância das bibliotecas na atualidade. Por isso, há fatos que justificam a permanência da biblioteca física:

Os usuários continuam necessitando das bibliotecas: por mais que os preços dos livros tenham caído e as versões digitais tenham angariado parte do mercado, nem sempre os usuários conseguirão comprar todos os livros e conteúdos que necessitam, logo, continuarão precisando das bibliotecas da mesma forma.

A dificuldade dos usuários em utilizar a tecnologia: por mais corriqueiro que possa parecer, nem todos têm a facilidade em manusear os meios eletrônicos onde podem ser encontradas informações e as mais diversas publicações. Por isso, as bibliotecas continuarão sendo um dos principais locais de pesquisa, onde os usuários poderão encontrar a orientação precisa e segura dos bibliotecários.

As bibliotecas continuam atendendo as necessidades dos usuários: um dos pontos cruciais para que qualquer tipo de estabelecimento se mantenha aberto é atender as necessidades básicas dos usuários que os procuram. Nesse quesito, as bibliotecas continuam alcançando seu objetivo, visto que têm se esforçado para atendê-los de forma mais eficiente, disponibilizando ferramentas que possam facilitar e otimizar o tempo que os usuários dispõem para estar nestes locais, bem como oferecem tecnologias que necessitam de menor esforço para que o acervo seja consultado e as informações sejam localizadas de forma mais rápida. As publicações digitais são exemplo disso, pois facilitam e dão agilidade a todo o processo de pesquisa dos usuários.

Mesmo com esses fatos e com a reputação de que as bibliotecas irão continuar sendo vistas como centrais de conhecimento, já existem novos modelos que oferecem experiências únicas e inovadoras aos seus visitantes e usuários. A extensão do acervo digital, a criação de programas de identificação e a digitalização de acervos e plataformas de visualização de objetos e publicações, bem como a criação de um espaço colaborativo para pesquisadores devem tornar-se realidade no mundo da biblioteconomia atual.

Assim, a manutenção de uma biblioteca digital serve como expansão e processo de alcance para todos que necessitam de livros para suas atividades.

5.6.2 Política Institucional de atualização do acervo

A política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca do Centro Universitário Campo Real tem por finalidade definir critérios para o desenvolvimento e atualização do acervo.

Seus principais objetivos são:

- estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo nas áreas de atuação da instituição;
- direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- determinar critérios para duplicação de títulos;
- estabelecer prioridades de aquisição de material;
- estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- traçar diretrizes para o descarte do material;
- traçar diretrizes para a avaliação das coleções

Deverá ser constituído de acordo com seus recursos orçamentários contemplando os diversos tipos de materiais em seus variados suportes. Estes materiais deverão servir de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição, além de resguardar obras oriundas da própria instituição.

5.6.3 Critérios de Seleção

Quanto à formação do acervo, o material bibliográfico deve ser selecionado observando os seguintes critérios:

- adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- autoridade do autor e/ou editor;
- atualidade;

- qualidade técnica;
- quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- cobertura/tratamento do assunto;
- custo justificado;
- idioma;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes;

5.6.4 Seleção qualitativa

Para a garantia da qualidade do processo de seleção de materiais recomenda-se levar em consideração os seguintes aspectos:

que as bibliografias básicas dos programas das disciplinas dos cursos sejam atualizadas periodicamente pelos docentes, cabendo às unidades encaminhar as solicitações à biblioteca via correio biblioteca@camporeal.edu.br coleta de sugestões de materiais feitas pelo corpo discente, através do Sistema Sophia.

Observando ainda:

- cursos em implantação e/ou em fase de reconhecimento e reformulações curriculares;
- renovação de assinaturas de periódicos científicos que já façam parte da lista básica, conforme indicações dos docentes e que possuam uso estatisticamente relevante;
- cursos de pós-graduação em fase de reconhecimento, credenciamento ou recredenciamento.

5.6.5 Seleção quantitativa

a) Livros

Serão adquiridos todos os títulos das bibliografias básicas de cada disciplina na proporção indicada pelos coordenadores dos cursos. A solicitação de quantidade

maior deverá ser baseada no número de alunos matriculados na disciplina e deverá ser encaminhada à coordenação e direção da Biblioteca.

b) Periódicos

A cada ano a Biblioteca realiza uma avaliação nas estatísticas de uso dos periódicos correntes com o objetivo de colher subsídios para tomada de decisão nas renovações dos mesmos. A listagem dos títulos com seu respectivo uso será encaminhada às coordenações dos cursos com o intuito de realizar:

- cancelamento de títulos que já não atendem às suas necessidades;
- inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo pragmático e/ou atualização;
- manutenção dos títulos já adquiridos;

c) Referências

Será dada atenção especial à aquisição de material de referência. Os tipos de materiais incluídos serão enciclopédias, dicionários gerais e especializados, estatísticas, atlas, guias e catálogos de teses e dissertações. É de competência da Biblioteca a seleção desses materiais, consultando especialistas no assunto/área, quando necessário.

d) Multimeios

Serão adquiridos materiais não convencionais (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo etc.), quando comprovada a necessidade destes para o desenvolvimento do ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

5.6.6 Doações

Para as doações deverão ser aplicados os mesmos critérios de seleção descritos anteriormente. Não serão adicionados novos materiais ao acervo da biblioteca somente porque foram recebidos de forma espontânea. Após análise do material, a biblioteca poderá dispor o mesmo da seguinte maneira:

- incorporação ao acervo;
- doação para outras instituições;
- descarte e devolução ao doador.

5.6.7 Intercâmbio de publicações periódicas

Os títulos que forem recebidos, como ofertas de permuta, deverão ser também submetidos aos mesmos critérios de seleção já mencionados. Contudo considerar também:

- publicações de áreas de pesquisa, ensino e extensão, relevantes ao Centro Universitário e originárias de instituições reconhecidas na área em questão;
- disponibilidade de material da instituição para realização da permuta;
- troca de modalidade de aquisição junto à instituição publicadora.

5.6.8 Desbastamento

É o processo pelo qual se excluem do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, partes de coleções. É um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção; e deve ser feito de acordo com as necessidades da Biblioteca.

a) Descarte

É o processo pelo qual, após ser avaliado criteriosamente, o material é retirado ou não incluído na coleção ativa. O descarte de material deve levar em consideração:

- inadequação do conteúdo à instituição;
- obras em línguas inacessíveis;
- obras desatualizadas em que foram substituídas por edições mais recentes;
- obras em condições físicas irrecuperáveis;
- obras com excesso de duplicatas e
- obras não consultadas no período de 5 anos

5.6.9 Avaliação das Coleções

A Biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo sempre que for necessário, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos a fim de assegurar o alcance dos objetivos da mesma.

5.6.10 Revisão da política de desenvolvimento de Coleções

A cada 4 anos a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revisada e, se necessário, atualizada com a finalidade de garantir sua adequação à comunidade acadêmica, aos objetivos da biblioteca e aos da própria instituição; contudo, o processo é dinâmico e flexível e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequação.

5.6.11 Bibliografia básica e complementar por unidade curricular

Toda a bibliografia do curso é referendada por relatório de adequação bibliográfico, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre o número de vagas pretendidas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.

A bibliografia básica corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos. A bibliografia complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na IES, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo cinco títulos.

O Centro Universitário Campo Real conta com uma biblioteca que possui livros das mais diversas áreas, sendo os livros do curso atualizados e indicados pelos professores do colegiado do curso e aprovados pelo NDE para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Os livros abrangem as mais diversas áreas do conhecimento das ciências da saúde, permitindo ao aluno um maior embasamento teórico para sua associação com a prática. A Instituição possui assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, distribuídos entre as principais áreas de conhecimento do curso, disponibilizando o acesso aos acadêmicos.

Além da biblioteca física a Instituição possui e disponibiliza a todos os seus alunos, de graduação e pós-graduação, professores e colaboradores o acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca, que é uma plataforma digital de livros com vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por mais de 20 selos editoriais das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil, possui mais de 12.000 títulos online de acesso irrestrito, mediante o uso de login e senha, ininterrupto diariamente. A Minha biblioteca é disponibilizada por uma plataforma prática e inovadora que pode ser usada em computadores, tablets e smartphones.

5.6.12 Periódicos especializados

Além dos periódicos impressos, são disponibilizados os seguintes periódicos, na forma virtual:

1 - Estudos Interdisciplinares em Psicologia

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/index>

2 - Fractal: Revista de Psicologia

<https://periodicos.uff.br/fractal/issue/archive>

3 - Psicologia em Revista

<https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/index>

4 - Psicologia em Estudo

<https://www.scielo.br/j/pe/grid>

5 - Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/issue/archive>

6 - Psico

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/issue/archive>

7 - Psicologia: Ciência e Profissão

<https://www.scielo.br/j/pcp/grid>

8 - Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental

<https://www.scielo.br/j/rlpf/grid>

9 - Psicologia: Teoria e Pesquisa

<https://www.scielo.br/j/ptp/grid>

10 - Psicologia: Reflexão e Crítica

<https://www.scielo.br/j/prc/grid>

11 - Psicologia USP

<https://www.scielo.br/j/pusp/grid>

12 - Psicologia Escolar e Educacional

<https://www.scielo.br/j/pee/grid>

13 - Psicologia Clínica

<https://www.scielo.br/j/pc/grid>

14 - Psicologia & Sociedade

<https://www.scielo.br/j/psoc/grid>

15 - Psico-USF

<https://www.scielo.br/j/pusf/grid>

16 - Paidéia

<https://www.scielo.br/j/paideia/grid>

17 - Estudos de Psicologia (Natal)

<https://www.scielo.br/j/epsic/grid>

18 - Estudos de Psicologia

<https://www.scielo.br/j/estpsi/grid>

19 - Revista de Psicologia da IMED

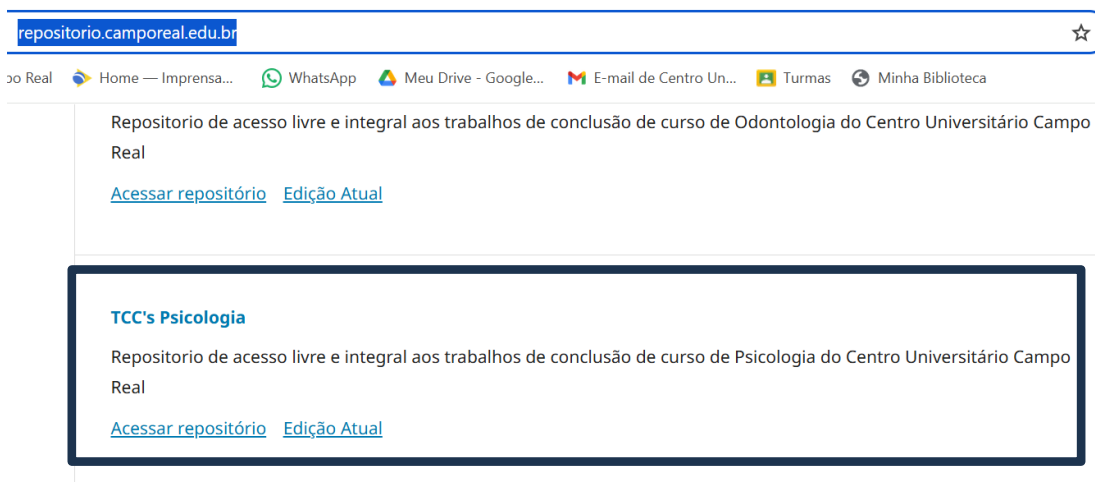
<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico>

20 - Arquivos Brasileiros de Psicologia

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1809-5267&lng=pt&nrm=isso

5.7 Repositório Oficial de Trabalhos de Conclusão de Curso

No Banco de Dados e repositório da Instituição estão armazenados os registros de todos os trabalhos apresentados por alunos de Graduação. Os trabalhos são disponibilizados publicamente no site da IES no repositório de TCCS, que está localizado no site <https://repositorio.camporeal.edu.br/>



5.8 Estrutura física para o curso de Psicologia

O Centro Universitário Campo Real dispõe de uma ampla e moderna infraestrutura física e de laboratórios, projetada para atender as necessidades práticas dos cursos de graduação e pós-graduação, oferecendo suporte essencial à consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Os espaços laboratoriais são planejados para estimular o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e éticas, proporcionando aos estudantes experiências que aproximam a prática acadêmica das demandas reais do mercado de trabalho.

A instituição disponibiliza aos acadêmicos ambientes equipados com recursos atualizados, que atendem às exigências de cada área de formação, permitindo a execução de atividades práticas com segurança e qualidade. Os laboratórios são utilizados de forma interdisciplinar, respeitando as especificidades de cada curso, e estão em conformidade com as normas de biossegurança, acessibilidade e vigilância sanitária.

A estrutura diversificada e completa reflete o compromisso institucional com a formação acadêmica qualificada, permitindo ao estudante o desenvolvimento pleno de suas habilidades, desde as atividades básicas até as mais avançadas, em ambientes que simulam a realidade profissional. A infraestrutura de laboratórios é um componente essencial para a formação de profissionais competentes e preparados para os desafios do mercado de trabalho.

Os laboratórios foram concebidos para oferecer um ambiente de aprendizado prático, seguro e tecnologicamente avançado, permitindo aos alunos desenvolver

habilidades técnicas e clínicas fundamentais. Equipados com unidades de atendimento que simulam o ambiente real de trabalho, materiais modernos e instrumentos de última geração, esses espaços garantem uma experiência de aprendizado integrada. Além disso, são projetados para acomodar diversas atividades acadêmicas, desde simulações até atividades de iniciação à pesquisa e extensão, promovendo uma educação abrangente e alinhada às exigências contemporâneas do campo da saúde.

A constante atualização e manutenção dos equipamentos também são prioridades, assegurando que os estudantes tenham acesso às mais recentes inovações tecnológicas durante todo o seu percurso educacional.

A infraestrutura utilizada pelo curso consiste em:

5.8.1 Salas de aula

As instalações gerais da IES têm 13 salas de aula que comportam aproximadamente 50 alunos cada. Todas as salas de aula são dotadas de quadro branco, tela retrátil para projeção de imagens, carteiras, edital para divulgação de atividades e eventos. As salas de aula recebem manutenção periódica, apresentam o conforto necessário para as atividades realizadas e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

Os equipamentos de tecnologia e informática são disponibilizados por agendamento embora todas as salas sejam equipadas com tela de retroprojeção e wifi. Há salas que possuem flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, tais como, mesas diferenciadas, tela interativa, sofás, mesas coletivas e possibilidade de ampliação do espaço por meio de paredes removíveis.

Os recursos utilizados nas salas de aula e nas salas pedagógicas são comprovadamente exitosos uma vez que são constantemente usados e fazem parte das atividades diárias dos cursos, além de serem amplamente bem avaliados na avaliação institucional feita pelos alunos. Além disso, a IES possui cantina, restaurante, laboratório de informática – com 25 computadores e 78 laboratórios para realização de aulas práticas.

Todas as instalações são higienizadas, diariamente, por equipe de serviços gerais da própria IES. O acesso aos prédios é feito através de rampas e escadas, além de elevadores e plataformas para pessoas com necessidades especiais. Há ainda uma central de Tecnologia de Informação que gerencia sua rede de informática. A conexão com a rede mundial de computadores se dá por fibra óptica. Todos os espaços da IES possuem rede wireless.

5.8.2 Auditórios

Os Auditórios possuem capacidade para 100 lugares cada, destinado à realização de eventos acadêmicos, palestras, congressos e demais atividades institucionais. O espaço está disponível para todos os cursos da instituição, bem como para reservas pela comunidade externa, mediante agendamento junto ao Apoio Acadêmico. Conta com tela de projeção e sistema de sonorização, oferecendo suporte adequado para atividades de natureza acadêmica e científica.

5.8.3 Sala Conecta Real

O CONECTA REAL é um espaço destinado a atendimentos institucionais e reuniões, disponível para todos os cursos da instituição. Tem como finalidade a realização de tratativas com convênios, reuniões de formatura, atendimento a parceiros e desenvolvimento de projetos acadêmicos e institucionais. O ambiente é composto por mesa de reuniões, ilha de trabalho, computador, tela de projeção e sanitários masculino e feminino. As reservas são realizadas por meio do Apoio Acadêmico.

5.8.4 CAU – Central de Atendimento Unificado

A CAU é o setor responsável pelo atendimento ao acadêmico desde o ato da matrícula, incluindo o recebimento de documentação e as tratativas financeiras ao longo da trajetória acadêmica. O espaço conta com duas cabines de atendimento, localizado próximo ao arquivo de documentação e à sala de atendimento da CPA, garantindo integração e agilidade nos processos. Possui arquivos de aço, bancadas

de apoio, computadores e impressora, oferecendo estrutura adequada para suporte administrativo eficiente.

5.8.5 Sala da CPA

A Sala da CPA é um espaço de uso exclusivo dos membros da Comissão Própria de Avaliação, destinado à realização de reuniões internas e atendimentos relacionados aos processos avaliativos institucionais. O ambiente conta com mesa de reuniões e armário com chave para guarda segura de documentos e materiais. Proporciona condições adequadas para discussões, análises e tratativas com os setores envolvidos nos processos de avaliação.

5.8.6 Sala de Marketing

A Sala de Marketing é destinada ao desenvolvimento e execução das ações de divulgação institucional, atendendo a todos os setores e cursos da instituição. O espaço é equipado com computador e utensílios específicos para criação e produção de materiais promocionais e informativos. Proporciona suporte estratégico às atividades de comunicação e fortalecimento da imagem institucional.

5.8.7 NTI – Núcleo de Tecnologia e Informação

O NTI é o setor responsável pelo suporte tecnológico da instituição, atendendo alunos, professores e colaboradores. O espaço é equipado com computadores e bancadas de apoio destinadas à abertura de chamados, diagnósticos e pequenas manutenções em equipamentos. A sala de atendimento oferece estrutura adequada para suporte técnico, garantindo o pleno funcionamento dos recursos tecnológicos institucionais.

5.8.8 Cantina

A Cantina é um espaço terceirizado dentro da instituição, voltado ao fornecimento de alimentação a alunos, professores, colaboradores e visitantes. O

ambiente dispõe de balcão de atendimento, utensílios necessários para preparo e serviço dos alimentos, além de mesas e cadeiras para consumo imediato no local. Proporciona um espaço confortável e funcional para refeições e momentos de convivência.

5.8.9 Sala da Direção

A sala da Direção é um espaço de uso exclusivo da Direção Geral, destinado à gestão administrativa e acadêmica da instituição. O ambiente possui acesso estratégico por duas portas, sendo uma voltada ao atendimento externo e outra interligada à sala de professores, facilitando a comunicação interna. Conta com sofá, mesa de trabalho, computador, impressora e armário para organização e guarda de documentos institucionais.

5.8.10 Sala de Reuniões e NDE

Localizada no segundo piso da instituição, a Sala de Reuniões e NDE conta com mesa de reuniões com capacidade para até 20 pessoas e armário com chave para guarda de documentos. O espaço é destinado à realização de reuniões de diferentes finalidades, incluindo encontros e tratativas relacionadas ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), garantindo organização, privacidade e suporte adequado às atividades acadêmicas e administrativas.

5.8.11 Último Piso

O último piso do prédio possui diversos metros destinado à expansão da instituição e à criação de novos ambientes acadêmicos. O espaço permite a distribuição de salas de aula, laboratórios e outros setores, oferecendo flexibilidade para atender ao crescimento das atividades educacionais e ao desenvolvimento de novos projetos institucionais.

5.9 LABORATÓRIOS

O Centro Universitário Campo Real conta com uma estrutura diferenciada e moderna, com equipamentos e tecnologias que colocam a comunidade acadêmica no patamar necessário para a adequada formação técnica, profissional, humanística e pessoal. Os laboratórios didáticos de formação básica são: Laboratórios de Anatomia e Fisiologia Humanas, Química e Bioquímica, Laboratórios de Informática, dentre outros, sendo que todos eles atendem contam com apoio técnico especializado para atendimento das necessidades dos alunos quanto ao conforto, número de equipamentos condizentes com o espaço físico, número de alunos.

Os laboratórios didáticos de formação específica para o curso se destinam ao desenvolvimento das atividades práticas das unidades curriculares relacionadas ao desenvolvimento das competências gerais e específicas. Todos os laboratórios específicos possuem apoio técnico especializado e atendem as necessidades dos alunos quanto ao conforto, número de equipamentos condizentes com o espaço físico e número de alunos. Os insumos e equipamentos de todos os laboratórios passam por manutenção semestral, principalmente equipamentos como microscópios, que têm um uso intensivo na grande maioria das aulas.

O escopo do seu sistema da qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a política, os objetivos e os procedimentos operacionais padrões – POP, elaborados de acordo com as BPLC, a fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercado de trabalho. Os alunos do primeiro período são informados pelo técnico quanto aos procedimentos operacionais padrão de cada laboratório já nos primeiros dias de aula, utilizando de forma segura todos os equipamentos e sempre acompanhados pelos professores, técnicos de laboratórios e estagiários, e em todos os laboratórios existe um impresso do POP a disposição de todos. Ao fim de cada semestre, os professores que utilizam os laboratórios preenchem uma requisição de insumos e materiais que serão utilizados para o semestre seguinte, conforme o número de alunos e aulas práticas que serão realizadas.

Semestralmente os laboratórios são avaliados pelos alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA, e estes resultados são utilizados para melhorar a infraestrutura e os serviços prestados em relação às demandas, aos

serviços prestados e à qualidade dos laboratórios.

5.9.1 Laboratório de Microscopia e Fitopatologia

O laboratório é equipado com 25 microscópios ópticos comuns dispostos em 4 bancadas, comportando 30 alunos. Materiais como lâminas, lamínulas, materiais de corte, laminários permanentes e vidrarias relacionadas as disciplinas de uso são armazenados nesse espaço. O laboratório atende alunos dos cursos de Biomedina, Farmácia, Medicina Veterinária e Psicologia.

5.9.2 Laboratório de análises químicas, bioquímicas e biológicas

O laboratório atende aos cursos de Biomedicina, Engenharia Agronomica, Farmácia, Medicina Veterinária, Fisioterapia e Psicologia. O espaço possui capacidade para até 28 alunos, distribuidos em duas bancadas. É equipado com capela de exaustão, estufa de secagem e esterilização, balança analítica, geladeira, bicos de Bunsen, centrífuga, agitador magnético, Bioplus, espectrofotômetro. O laboratório é equipado com vidrarias volumétricas, graduadas e de uso geral, utilizadas em procedimentos de preparo, análise, manipulação e armazenamento de amostras e soluções.

5.9.3 Laboratório de Tecnologia Farmacêutica

O laboratório atende ao curso de Farmácia, Biomedicina e Psicologia, oferecendo suporte às atividades práticas voltadas ao desenvolvimento, manipulação e controle de qualidade de formas farmacêuticas. O espaço possui capacidade para 28 alunos, distribuidos em duas bancadas. Dispõe de equipamentos como encapsuladoras manuais, banho-maria, balança analítica, estufa bacteriológica, bico de Bunsen, além de utensílios e vidrarias volumétricas e de uso geral, adequadas para preparo, medição, aquecimento e armazenamento de soluções e amostras.

5.9.4 Laboratório de Desenho Técnico

O espaço é composto por mesas individuais próprias para desenho técnico, acompanhadas de cadeiras. Dispõe mesa destinada ao professor para condução das atividades e orientação técnica, bem como quadro branco para apoio às explicações, demonstrações e correções coletivas. O laboratório atende aos cursos de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária, comportando 30 alunos.

5.9.5 Laboratório de Anatomia e Fisiologia Humana

Com capacidade para 28 alunos, o laboratório é destinado ao estudo morfológico e estrutural do corpo humano por meio de modelos anatômicos sintéticos. Atende aos cursos de Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia e Psicologia. O acervo didático é composto por peças sintéticas representativas dos diversos sistemas do corpo humano, incluindo modelos de crânio, encéfalo desmontável, secção do rim com néfron renal, corações anatômicos, torso completo, fígado, secção pulmonar, além de representações do sistema cardiorrespiratório, sistema vascular, sistema nervoso com inervações, mediastino e coração, e pelaca anatômica inferior do abdômen sagital feminino. As peças ficam dispostas no laboratório, em duas bancadas.

5.9.6 Laboratório de Habilidades

O laboratório oferece estrutura adequada para a prática de técnicas de avaliação, reabilitação e condicionamento funcional. O espaço é equipado com tatames, macas, maca tipo divã, espaldar, rampa de canto com escada e corrimão duplo. Dispõem de recursos terapêuticos e materiais auxiliares, como bolas suíças, bastões de madeira, halteres, faixas elásticas armazenadas em armário próprio, além de espelhos posicionados estrategicamente para correção postural e retorno visual durante as práticas. Conta também com equipamentos eletrotermofototerapêuticos, como Neurodyn Compact e Laserpulse Portable, utilizados para simulações de condutas terapêuticas supervisionadas. Possui capacidade para 20 alunos, atende principalmente o curso de Fisioterapia.

5.9.7 Apoio técnico, sala de preparo e esterilização

É dividida em três setores, o primeiro com armário com chave para armazenamento de documentos pertinentes aos laboratórios, como termos de empréstimo e doação e arquivamento de protocolos de aulas. O segundo, compõe-se por uma pia com armários com gaveta embaixo para armazenamento de materiais de uso geral dos laboratórios, e autoclave. O terceiro espaço é destinado ao armazenamento de reagentes e equipamentos.

5.9.8 Laboratório de Processos Grupais

O Laboratório de Processos Grupais é um espaço exclusivo do curso de Psicologia, destinado à realização de atividades e interações com grandes grupos. Conta com bancadas de apoio para anotações e um tatame central que possibilita dinâmicas práticas e exercícios coletivos. O ambiente é organizado para promover o aprendizado ativo, o desenvolvimento de habilidades de observação e a prática supervisionada em contexto grupal.

5.9.9 Laboratório de Psicodiagnóstico

O Laboratório de Psicodiagnóstico é um espaço destinado à aplicação de testes psicológicos e atividades de avaliação. Conta com armário com chave para armazenamento seguro dos testes, computador com acesso à internet, armário para mochilas e paredes interativas para anotações. Mesas de formatos variados permitem conversas e debates em grupo, favorecendo a aprendizagem ativa. Espaço exclusivo do curso de psicologia.

5.9.10 Laboratório de Observação Psicológica

O Laboratório de Observação Psicológica é destinado à criação de cenários para atividades de tratamento e avaliação infantil ou adulta. Destinado ao uso nas disciplinas do curso de psicologia o espaço conta com armário para armazenamento de materiais e brinquedos, mesa redonda, mesa infantil e tapete didático. Possui

sistema audiovisual com câmera e microfone estrategicamente instalados, permitindo a reprodução de imagem e som em sala espelhada de debriefing, garantindo acompanhamento detalhado das interações e procedimentos.

5.9.11 Debriefing 1

A sala de Debriefing 1 é organizada com carteiras dispostas para que os acadêmicos de psicologia acompanhados pelo professor, possam observar e acompanhar as atividades realizadas no Laboratório de Observação Psicológica. O acompanhamento é feito por meio de uma TV de 60 polegadas, permitindo visualização clara das dinâmicas propostas e favorecendo a reflexão e discussão sobre os procedimentos aplicados.

5.10 Condições de Acessibilidade

Guiado pela busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Campo Real entende que todo aquele que adquire conhecimento tem o compromisso de garantir que a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades sejam minimizadas. Pautada nos preceitos da Constituição Federal de 1988 e demais instrumentos que regem a acessibilidade no âmbito educacional, segundo os quais deve ser garantido o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma, ou diferencial cognitivo, a Instituição crê que a inclusão não pode ser entendida apenas como a inserção, em sala de aula, de pessoa com deficiência ou diferencial cognitivo. Deve-se, adicionalmente, proporcionar-lhe condições de que adquira o conhecimento a partir de uma participação ativa na construção cognitiva e social.

Para isso, faz-se mister prever e providenciar recursos físicos e serviços de apoio especializado a fim de que o discente tenha condições de interagir socialmente no sentido de, conforme suas possibilidades, ingressar no mercado do trabalho. Por esse motivo, a Instituição inclui em seu PDI e nos PPCs dos cursos que oferece, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência visual e auditiva, com restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, e

reconhece e garante os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, por meio de ações que permeiam todas as dimensões da instituição.

5.10.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

O Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Em vista do atos normativos que regem as questões de acessibilidade , e das referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da normalização técnica no Brasil, do Centro Universitário Campo Real desenvolve ações que proporcionam condições iguais de acesso aos espaços para que todos possam usufruir de seus direitos da forma mais abrangente e menos restritiva possível. Dessa maneira, tendo como pressuposto que, para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, a acessibilidade tem como princípio possibilitar e dar condições de alcance, percepção e acesso ao conhecimento, o Centro Universitário Campo Real visa proporcionar a todos seus discentes, docentes e colaboradores, bem como à comunidade em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, dos equipamentos e dos elementos disponíveis na instituição.

Pautando-se na percepção das diversidades, evidencia-se a necessidade de que os espaços edificados adequem-se de maneira que um leque cada vez maior de usuários seja atendido. Assim, é preciso pensar um ambiente livre de barreiras que beneficie todos os usuários e não apenas determinado segmento. Esse conceito de desenho universal, que busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando a integração social, é uma tendência mundial e permeia os fundamentos do atendimento e respeito às pessoas com deficiência permanentes ou temporárias.

Para atender a pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida

permanente ou temporária, o Centro Universitário Campo Real firma-se no disposto na Lei Nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050:

- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, V);
- ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);
- disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art.5);
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art.6);
- disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art.6);
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);
- os edifícios dispõem de banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);
- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050), sendo utilizada principalmente nos seguintes locais:
 - a) entradas;
 - b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
 - c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
 - d) sanitários
 - e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de

emergência;

f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e

g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Tendo em vista todos esses conceitos e os dispositivos legais levantados acima, o Centro Universitário Campo Real promove a acessibilidade arquitetônica em todos os quesitos, quais sejam:

- **DIMENSÕES REFERENCIAIS DE DESLOCAMENTO:** cumpridas por meio de comunicação (visual e tátil) e sinalização (permanente, direcional, de emergência, e temporária).
- **USO DOS SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ACESO:** tanto para pessoas com mobilidade reduzida como para pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.
- **SINALIZAÇÃO TÁTIL:** tanto do tipo alerta como direcional posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas, etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050). Além disso, uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).
- **ROTAS DE FUGA e SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:** sinalizadas com informações visuais.
- **RAMPAS:** seguem as orientações normativas e a acessibilidade é garantida nas rotas de maior fluxo de pessoas.
- **ELEVADORES:** conta com três elevadores para usos exclusivo de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **VAGAS PREFERENCIAIS:** Há vagas de estacionamento preferenciais para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiências.
- **BANHEIROS:** Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida permanente ou provisória.

- **ESPAÇOS PRIVATIVOS:** Os ambientes (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditórios e similares) contam com espaços reservados para com deficiência ou mobilidade reduzida.

- **SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

VISUAL/AUDITIVA: O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual/auditiva para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual, caso seja solicitado, poderá ser utilizado (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);

- **SINALIZAÇÃO SONORA:** Há possibilidade de uso de sinalização sonora, assim como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para que se alerte as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez), caso seja solicitado. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);

Além dessas iniciativas, são realizadas avaliações periódicas dos espaços para manutenção dos dispositivos já instalados e para eliminação de possíveis e futuras barreiras físicas que possam ocorrer. Com isso, o Centro Universitário Campo Real, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações.

Dessa forma, a acessibilidade física é respeitada, de maneira que todo membro do corpo discente, docente, colaboradores e comunidade em geral que apresente uma deficiência ou dificuldade permanente ou temporária, ou que necessite de quaisquer recursos suplementares para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais seja considerado. Todos os laboratórios, salas de aula, biblioteca, ambientes administrativos, auditórios, áreas de convivência possuem espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas ou com mobilidade reduzida além de mobiliário acessível e circulação acessível.

As rampas existentes estão todas adequadas e conforme a legislação vigente,

nos locais onde não é possível atender a declividade máxima de 8,33%, foi possível deixar com declividade inferior a 12%, o que é plenamente permitido pela lei em casos de adequações de ambientes e as entradas principais estão equipadas com painéis, com mapas táteis. Os corrimãos estão adequados de acordo com a norma e com a indicação de Engenheiro contratado e habilitado. As salas de estudo e mesas estão adaptadas aos alunos com deficiência assim como o balcão de atendimento e os terminais de consulta.

Entre as estantes de livros, o espaço é aquele preconizado pela NBR. Quanto à altura das estantes, são disponibilizados atendentes para auxiliar quaisquer pessoas que necessitem atingir a última prateleira de livros.

Salas de aula: A IES adquiriu kits de carteiras para cadeirantes e obesos e o acesso a todas as salas de aula está garantido por plataformas e elevadores e há identificação em Braille em todas as salas.

As dependências indispensáveis para o acesso do discente (secretaria, tesouraria, biblioteca, sala de estudos, salão nobre, cantina e área de convivência) comportam o trânsito de pessoas com deficiência através de rampas de acesso. Todos os prédios existentes também estão equipados com dependências sanitárias especiais. O mesmo ocorrerá com as instalações a construir.

5.10.2 Declaração e termo de compromisso

A UB – Campo Real Educacional S.A. declara que as instalações de sua unidade educacional, situada à rua Comendador Norberto, 1299, Guarapuava – PR., estão adaptadas para atender ao que determina a Portaria MEC nº 1679, de 02/12/99, em seu art. 2º, parágrafo único, alínea “a”, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras

a) para alunos com deficiência física:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira-de-rodas;

- adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira-de-rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira-de-rodas.

A UB Campo Real Educacional S.A. assume o compromisso formal de atender sempre a legislação vigente para garantir a acessibilidade plena nas dependências do Centro Universitário Campo Real.

Presidente da Mantenedora

5.10.3 Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações

Da mesma forma do que concerne à Acessibilidade Física, o Centro Universitário Campo Real apresenta plenas condições de garantia de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações envolve estratégias que permitam o acesso do discente com deficiência ao currículo, à sua interação social, ao enriquecimento curricular, à compactação curricular, e/ou à aceleração de conteúdo ou de estudos, quando necessário. A partir desse conceito, dentro das especificidades de cada disciplina, são determinados critérios para que os discentes com deficiência (desde deficiências ou dificuldades, até altas habilidades ou superdotação) sejam efetivamente incluídos no ambiente acadêmico.

No sentido de cumprir o disposto nos atos normativos concernentes à política de acessibilidade (ABNT, 2004; Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015) e tendo como finalidade garantir a adequação aos novos posicionamentos e métodos de ensino fundamentados em concepções e práticas pedagógicas inseridas a partir dos avanços conceituais postulados pelas teorias educacionais, o Centro Universitário Campo Real, tanto na Graduação quanto nos seus Programas de Pós-Graduação, tem garantido adequações pedagógicas atitudinais para que as demandas dos

discentes matriculados em seus cursos sejam supridas. Assim, na busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Campo Real promove a inserção da acessibilidade nas diferentes ações e setores da Instituição e destaca que o reconhecimento e a valorização da diferença humana, a partir da acessibilidade, constam de todas as demais políticas e programas da Instituição. Isso é evidente no planejamento e promoção de mudanças requeridas pelos atos normativos e no desenvolvimento de ações e programas garantam a transversalidade da educação especial.

Todas essas ações dão suporte para que se institua uma política de acessibilidade que compreenda a inclusão plena dos discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Com isso, contempla-se a acessibilidade: nos processos de seleção de alunos; no planejamento e execução orçamentária; nos projetos pedagógicos dos cursos; na composição do quadro de profissionais; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações on line; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização e recursos acessíveis.

Assim é que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), articulam-se com os gestores institucionais e professores, no sentido de considerar os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. O objetivo principal de todo esse conjunto de atitudes visa a garantir a formação de futuros profissionais conscientes de sua

responsabilidade social para que se construa uma sociedade democrática e tolerante com as diferenças.

Nessa perspectiva, compõem esse objetivo, ações referentes à:

- Reconhecimento da diversidade dos discentes que frequentam a Instituição;
- Inserção da educação inclusiva no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planejando e promovendo as mudanças demandadas pelos atos normativos;
- Garantia a superação de barreiras físicas referentes aos instrumentos, aos utensílios e às ferramentas de estudo;
- Estrutura curricular considere possibilidades de diversificação curricular demandadas pelas diferentes necessidades que exijam atenção especial;

- Cumprimento das diretrizes inclusivas na instituição como um todo;
- Garantia da superação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, na forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional;
- Organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados tanto nos processos seletivos quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Ampliação dos recursos de Tecnologia Assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, tanto no que se refere a deficiências quanto no que se refere a altas habilidades e superdotação;
- Atendimento a pessoas com deficiência;

Entre as múltiplas possibilidades de apoio, estão à disposição, de acordo com o que preceitua a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, caso sejam solicitados, desde o acesso até a conclusão do curso, os seguintes recursos:

Oportunidade de responder às questões oralmente nos transtornos de aprendizagem específico da leitura e da escrita (Dislexia, Dislalia e Discalculia)

Possibilidade de tempo adicional para a resolução de provas escritas (em geral 25% a mais), para os casos de distúrbios de aprendizagem (como Dislexia e Discalculia) e Transtorno do Déficit de Atenção.

5.10.4 Recursos para pessoas com deficiência de natureza física

A atitude inclusiva da Instituição estimula a remoção de barreiras, respeita as diferenças e diversidades, e reconhece e promove a igualdade de direitos, além de propiciar condições de acessibilidade. Ela implica a articulação dos princípios e valores que são inerentes à formulação das políticas e das práticas institucionais nas esferas pedagógica e da gestão, com medidas que compreendam um conjunto de dimensões múltiplas, que se apoiam na aceitação dos indivíduos sem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações.

Em conformidade com os dispositivos legais e políticos em que se assenta a

política de acessibilidade referente à inclusão total dos estudantes (Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015), o Centro Universitário Campo Real garante os recursos necessários à participação e aprendizagem de todos os discentes, não só os que apresentem quaisquer tipos de deficiências, mas também os demonstrem alguma dificuldade durante sua trajetória educacional.

Para que isso se realize, o Centro Universitário Campo Real dispõe de pessoal capacitado de diferentes áreas de formação no sentido de se contemplarem as mais variadas dimensões do conceito de acessibilidade. Portanto, os especialistas dos próprios corpos docente e técnico-administrativo sempre são consultados para que se efetivem as ações e adaptações necessárias.

5.10.5 Adaptabilidade para portadores de deficiência visual

Caso ocorra o ingresso de discentes com deficiência visual, o Centro Universitário Campo Real reitera seu dever de provimento de condições que possibilitem o acesso às atividades e aos meios pedagógico-educacionais, como adaptação de trechos de livros para dispositivo de software de leitura com sistema de síntese de voz, além de lupas e régua de leitura.

Para que as pessoas com cegueira ou baixa visão possam ter acesso efetivo ao conjunto de ações pedagógicas, o Centro Universitário Campo Real poderá considerar a disponibilização dos seguintes equipamentos e serviços, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assumindo o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
- gravador e fotocopadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e régua de leitura (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme

Resolução CNE/CBE n.04/2009);

- scanner acoplado a um computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- presença de profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

5.10.6 Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva

O Centro Universitário Campo Real, de acordo com o que prescrevem a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Formulação de materiais de informações aos professores no sentido de que a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- A adoção de formas de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, no que se refere à Libras, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo as peculiaridades linguísticas manifestadas no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);
- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso I), mormente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Reforço no aprendizado da Língua Portuguesa, mormente na modalidade escrita (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

- O uso do símbolo internacional de pessoa com surdez utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- Inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos da Instituição, como disciplina obrigatória ou optativa, a depender da Diretriz Curricular do Curso (Decreto Nº 5.626, Cap. II, Art 3º, Parágrafo 2º);
- Disponibilização de equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);
- Uso de tecnologias assistivas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (telecommunications device for the deaf -telefone de texto para surdos), entre outros. (Atendimento Educacional Especializado – AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009).

5.10.7 Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista

O Centro Universitário Campo Real respeita e protege os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, concede a esses indivíduos os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, compreendendo desde a reserva de vagas em cargos públicos e privados, até o direito à educação e ao atendimento preferencial em bancos e repartições públicas. Além disso, faz-se mais representativa no campo da inclusão, quando se atenta para o fato de que muito pouco se tem progredido na garantia dos direitos desse segmento.

Geralmente à margem da sociedade, as pessoas com autismo e seus familiares sentem nos próprios ombros a carga do ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da sociedade civil como um todo, mormente do setor público. Legalmente, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Assim, o Centro Universitário Campo Real acata as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, buscando promover:

- a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) ;
- o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e
- o estímulo à iniciação à pesquisa científica relativo ao transtorno do espectro autista;

Nesse sentido, a Instituição reconhece todos os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, com ênfase primordial a:

- 1) A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- 2) A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- 3) O acesso:
 - a. à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b. ao mercado de trabalho;

Em casos de confirmada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, terá direito a acompanhante especializado. Além disso, reforça-se o imperativo de que a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo de sua necessidade especial.

Anexos – Matriz Curricula, Ementário, Bibliografia Básica e Complementar do Curso

MATRIZ CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO

1º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Processos Psicológicos Básicos	67	80
Interdisciplinaridade em Psicologia	67	80
Anatomia e Fisiologia Humana	67	80
Psicologia e Ciência	67	80
Psicologia e Linguagem	67	80
TOTAL	335	400

2º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Socioantropologia	34	40
Ética em Psicologia	34	40
Psicologia e Profissão	67	80
Genética	67	80
Neuroanatomia e Neurofisiologia Humanas	67	80
Filosofia	67	80
TOTAL	336	400

3º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Psicologia da Infância e da Adolescência	67	80
Psicomotricidade e Aprendizagem	67	80
Técnicas de Observação e Entrevista Psicológica	34	40
Neuropsicologia	67	80
Psicofarmacologia	34	40
Psicologia, Política e Subjetividade	67	80
Estágio Básico I	42	50
TOTAL	378	450

4º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
------------	-----------------	---------

Psicanálise e Psicologia Analítica	67	80
Psicologia Experimental	67	80
Psicologia da Adulterez e do Envelhecimento	67	80
Processos Grupais	67	80
Comunicação e Metodologia	67	80
Estágio Básico II – Técnicas de Processos Grupais	42	50
TOTAL	377	450

5º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Existencialismo, Fenomenologia e Humanismo	67	80
Políticas Públicas e Saúde Mental	67	80
Psicodiagnóstico	67	80
Psicopatologia Geral	67	80
Psicologia do esporte	67	80
Estágio Básico III – Psicodiagnóstico	42	50
TOTAL	377	450

6º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Psicologia Comportamental e TCC	67	80
Avaliação e Diagnóstico I	67	80
Psicopatologia Contemporânea	67	80
Psicologia Social e Comunitária	34	40
Psicologia Institucional	34	40
Temas Emergentes	67	80
Estágio Ênfase I – Psicologia Social e Comunitária	84	100
TOTAL	420	500

7º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Psicologia Clínica I	67	80
Avaliação e Diagnóstico II	67	80
Psicologia da Educação	67	80
Psicologia Escolar	34	40
Psicologia Jurídica	34	40
Psicologia do Trabalho e das	67	80

Organizações		
Estágio Ênfase II – Psicologia Escolar e da Aprendizagem	84	100
TOTAL	420	500

8º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Psicologia Clínica II	67	80
Saúde da Família	67	80
Psicologia Hospitalar	67	80
Projeto de Pesquisa em Psicologia	67	80
Projeto de Extensão Institucional	67	80
Estágio Ênfase III – Psicologia da Saúde e Hospitalar	84	100
TOTAL	419	500

9º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Práticas Profissionais I	200	240
Estágio Ênfase IV	150	180
Estágio Ênfase V – Investigação Científica I (TC)	63	75
TOTAL	413	495

10º PERÍODO	CH (relógio)	CH (hr)
Práticas Profissionais II	200	240
Estágio Ênfase VI	150	180
Estágio Ênfase VII – Investigação Científica II (TC)	63	75
TOTAL	413	495

ATIVIDADES	CH (aula)	CH (relógio)	%
Aulas (Presenciais + APS)	3200	2666,67	66,67%
Estágio Supervisionado	960	800	20,00%
Atividades Complementares	160	133,33	3,33%
Extensão	480	400	10,00%
TOTAL	4800	4000	100%

ROL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina	CH (hora-relógio)	CH (hora-aula)
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	67	80
Sexualidade e Gênero	67	80
Psicoterapia Infantil	33	40
Psicologia Jurídica	33	40

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

PRIMEIRO PERÍODO

Disciplina:	Processos Psicológicos Básicos
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Estudo da constituição histórica do conceito de “psicológico” e da produção de subjetividades. Análise dos processos psicológicos básicos a partir da interação entre sujeito e ambiente, considerando a perspectiva biopsicossocial. Compreensão e aprofundamento dos seguintes processos: atenção, memória, linguagem, pensamento, emoção, consciência, sensação, percepção, psicomotricidade, personalidade e identidade.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007. MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992. VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2007. ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira, Alvarado Lamparelli; Revisão de Claudia Berliner. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 6.ed. São Paulo: Ícone, 1998.</p>	

Disciplina:	Interdisciplinaridade em Psicologia
Carga horária:	80 horas

Ementa:
Estudo das raízes epistemológicas da Psicologia e dos fundamentos históricos e filosóficos da ciência. Análise dos conceitos de disciplina, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, bem como suas implicações para a produção do conhecimento e a formação do psicólogo.
Bibliografia básica:
MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. PAVIANI, J. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008. SEVERINO, A. J. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico de interdisciplinar. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
Bibliografia complementar:
AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.). Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. TEIXEIRA, E. F. B. Emergência da inter e da transdisciplinaridade na universidade, 2007.

Disciplina:	Anatomia e Fisiologia Humana
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
	Introdução ao estudo da Anatomia e da Fisiologia Humana. Posição anatômica, planos corporais e princípios estruturais. Nomenclatura anatômica. Estudo do funcionamento dos órgãos e sistemas do corpo humano: circulatório, digestório, respiratório, muscular, esquelético, articular, tegumentar, reprodutor, urinário, endócrino e nervoso. Crescimento e desenvolvimento humano.
Bibliografia básica:	
	MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. Anatomia Humana. Porto Alegre. Artmed: Grupo A, 2009. ISBN 9788536320298. ROCHA, Marco A.; JÚNIOR, Marco Antônio R.; ROCHA, Cristiane F. Neuroanatomia. Rio de Janeiro: Thieme Brazil, 2015. ISBN 9788554651596. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
Bibliografia complementar:	

SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
 TANK, Patrick W.; GEST, Thomas R. Atlas de anatomia humana. Porto Alegre: Grupo A, 2009.
 SANTOS, Nívea Cristina M. Anatomia e Fisiologia Humana. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

Disciplina:	Psicologia e Ciências
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>O estudo das raízes da Psicologia, compreendida em seu processo histórico de constituição enquanto ciência, com especial atenção às contribuições da Psicologia latino-americana enquanto abordagem científica. Aborda a definição da Psicologia, seu objeto de estudo, métodos e principais escolas teóricas, bem como sua relação com outras ciências. Propõe a análise crítica das perspectivas atuais da Psicologia, discutindo o papel do psicólogo, sua atuação profissional e sua imagem social. A disciplina também problematiza os fundamentos éticos que orientam a prática psicológica, considerando os compromissos científicos, sociais e históricos da Psicologia no contexto contemporâneo.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>BOCK, A. M. B. FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed., reform. e ampl. São Paulo Saraiva, 2005. CONN, D. Introdução à Psicologia: uma jornada. 2. Ed. São Paulo: Thomson, 2006. SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. História da psicologia moderna. Tradução de Suely Sonoe Murai Cuccio. 8 ed. São Paulo: Thompson, 2011. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ACHCAR, R. (Coord.). Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia. 3. ed. São Paulo: Makroon Books, 2006. DANTAS, J.B. Formar psicólogos: por quê? para quê?. <i>Fractal, Rev. Psicol.</i> [online]. 2010, vol.22, n.3 FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R de. Psicologia: uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2006.</p>	

Disciplina:	Psicologia e Linguagem
Carga horária:	80 horas
Ementa:	

Estudo dos fundamentos teóricos e epistemológicos da relação entre Psicologia e Linguagem. Aquisição, desenvolvimento e funções da linguagem sob diferentes abordagens psicológicas (inatista, cognitivista, histórico-cultural, comportamental e interacionista). Linguagem, pensamento e cognição. Processos psicológicos envolvidos na comunicação humana. Linguagem e constituição do sujeito. Linguagem, cultura e processos de significação. Contribuições da psicolinguística e da neuropsicologia para a compreensão da linguagem. Alterações e transtornos da linguagem. Linguagem nos contextos clínico, educacional e social. Implicações éticas e profissionais para a atuação do psicólogo.

Bibliografia básica:

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. São Paulo: Martins Fontes.

SKINNER, B.F.. *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix.

Ferdinand de Saussure. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.

Bibliografia complementar:

Noam Chomsky. *Linguagem e mente*. São Paulo: Editora UNESP.

Mikhail Bakhtin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: MARTINS FONTES, 1999.

SEGUNDO PERÍODO

Disciplina:	Socioantropologia
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Fundamentos da Sociologia e da Antropologia aplicados à Psicologia. Cultura, identidade, diversidade, gênero, raça e classe social. Processos de socialização e construção das subjetividades. Perspectivas contemporâneas e decoloniais nas Ciências Humanas.	
Bibliografia básica:	
ARON, Raumont. <i>As etapas do pensamento sociológico</i> . São Paulo: Martins Fontes.	
COSTA, Cristina. <i>Sociologia: Introdução à ciência da Sociedade</i> . São Paulo: Moderna.	
LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 1986.	

Bibliografia complementar:

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 LAPLANTINE, F. Antropologia da doença. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
 DAMATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
 QUITANEIRO, Tania. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber / Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira. - 2. ed. revista e atualizada. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Disciplina:	Ética em Psicologia
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
<p>Estudo dos fundamentos filosóficos da ética e da moral. Desenvolvimento histórico da ética profissional em Psicologia no Brasil. Análise do Conselho Federal de Psicologia e do Sistema Conselhos. Estudo aprofundado do Código de Ética Profissional do Psicólogo, das Resoluções vigentes e das normativas relacionadas ao exercício profissional. Princípios fundamentais, direitos e deveres do(a) psicólogo(a). Responsabilidade técnica, sigilo profissional, documentos psicológicos, produção de laudos e pareceres conforme normas atuais. Ética na pesquisa com seres humanos segundo as diretrizes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Bioética e direitos humanos. Dilemas éticos contemporâneos nas diferentes áreas de atuação. Análise e discussão de casos práticos à luz da legislação e dos princípios éticos da profissão. Ética como campo de conhecimento e de relações sociais. A ética profissional nos diferentes contextos de atuação do(a) psicólogo(a). Discutir a interface entre ética e Direitos Humanos no campo da Psicologia.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>Conselho Federal de Psicologia. <i>Código de Ética Profissional do Psicólogo</i>. Brasília: CFP, 2005. Conselho Federal de Psicologia. <i>Resoluções, Notas Técnicas e Referências Técnicas para atuação profissional</i>. Brasília: CFP. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia</i>. São Paulo: Saraiva, edição atual.</p>	
Bibliografia complementar:	

BRASIL. *Resolução CNS nº 466/2012*. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna. Ed.

PASSOS, Elizete Silva. *Ética e Psicologia: reflexões sobre a prática profissional*. São Paulo: Cortez, edição atual

Disciplina:	Psicologia e Profissão
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Estudo da constituição histórica da Psicologia como profissão no Brasil e no mundo. Processos de regulamentação profissional e criação dos Conselhos de Psicologia, sobre o papel do Conselho Federal de Psicologia e do Sistema Conselhos. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia e formação do(a) psicólogo(a) no contexto brasileiro. Campos tradicionais e emergentes de atuação profissional (clínica, escolar/educacional, organizacional e do trabalho, social, hospitalar, jurídica, políticas públicas, entre outros). Identidade profissional, compromisso social, ética e responsabilidade técnica. O psicólogo nas políticas públicas e no Sistema Único de Saúde e Assistência Social. Empreendedorismo, mercado de trabalho, inovação e desafios contemporâneos da profissão. Reflexão crítica sobre o papel social da Psicologia na promoção de direitos humanos e cidadania.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>Conselho Federal de Psicologia. <i>Código de Ética Profissional do Psicólogo</i>. Brasília: CFP, 2005 (atualizações vigentes).</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia</i>. São Paulo: Saraiva, ed.</p> <p>YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (orgs.). <i>Psicologia e Políticas Públicas</i>. São Paulo: Cortez, ed.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. <i>Diretrizes para a formação em Psicologia no Brasil</i>. Brasília: ABEP, ed.</p> <p>FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. <i>A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação</i>. São Paulo: Escuta, ed.</p> <p>SPINK, Mary Jane Paris (org.). <i>A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção de sentidos</i>. São Paulo: Casa do Psicólogo, ed.</p>	
Disciplina:	Genética
Carga horária:	80 horas

Ementa:	
<p>Estudo dos fundamentos da Genética com ênfase na interface com a Psicologia. Bases da genética molecular: estrutura e função do DNA e do RNA, síntese proteica, mutações e principais técnicas de biologia molecular, como PCR e eletroforese. Princípios da genética mendeliana e padrões de herança: leis de Mendel, herança autossômica e ligada ao sexo, grupos sanguíneos e variabilidade genética. Genética humana e comportamental: bases genéticas de transtornos do neurodesenvolvimento e mentais, incluindo Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e esquizofrenia, além de fundamentos de epigenética e interações gene-ambiente. Aplicações da genética na prática psicológica: testes genéticos, aconselhamento genético, aspectos éticos, bioéticos e implicações interdisciplinares na atuação profissional.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>CAREY, Nessa. A epigenética revolucionária: Como o ambiente influencia nossos genes. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Fontanar, 2013. GRIFFITHS, A. J. F. et al. Introdução à Genética. 11a ed. Guanabara Koogan. RIDLEY, Matt. O que nos faz humanos: Os genes, a natureza e a experiência. Tradução de Laura Teixeira Motta. Porto Alegre: L&PM, 2006.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>JABLONKA, Eva; LAMB, Marion J. Evolução em quatro dimensões: DNA, comportamento e a história da vida. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. PLOMIN, Robert. Blueprint: How DNA makes us who we are. London: Allen Lane, 2018. GOTTESMAN, Irving I.; HANSON, Daniel R. Human development: Biological and genetic processes. Annual Review of Psychology, v. 56, p. 263-286, 2005. In: LERNER, Richard M. (Ed.). Handbook of child psychology. 6th ed. Hoboken: Wiley, 2006.</p>	

Disciplina:	Neuroanatomia e Neurofisiologia Humana
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Estudos da neuroanatomia e neurofisiologia, aspectos morfofisiológicos do sistema nervoso central e periférico, com ênfase nos processos neurobiológicos como o comportamento humano, os processos cognitivos e emocionais.</p>	
Bibliografia básica:	

BERNE, Robert M.; LEVY, Matthew N.; KOEPPE, Bruce M.; STANTON, Bruce A. Fisiologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
 GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
 SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

Bibliografia complementar:

AIRES, Margarida de Mello. Fisiologia, 5a edição, Grupo GEN, 2018.
 BARRETT, Kim E.; BOITANO, Scott; BROOKS, Heddwen L.; BARMAN, Susan M. Fisiologia médica de Ganong. 26. ed. Porto Alegre: AMGH, 2020.
 FUENTES, Daniel. Organizadores. Neuropsicologia: teoria e prática. 2ªEd, Porto Alegre: Artmed, 2014.

Disciplina:	Filosofia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>A mitologia como elemento estruturante do pensamento humano (Joseph Campbell). A função da mitologia. Mitologia Grega (Deuses Gregos). Linha do tempo da Filosofia. Etapas do conhecimento (Mítico, Religioso e Científico, de Augusto Comte). O que é Filosofia (Por que a Filosofia?). Como ler obras filosóficas. A articulação da Filosofia com a Psicologia. O nascimento da Filosofia. Filosofia clássica (Pré-socráticos: Sócrates, Platão e Aristóteles). Filosofia medieval (Idade média: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino). Filosofia moderna (Renascimento: Descartes; Thomas Hobbes; Jean-Jacques Rousseau). Filosofia contemporânea (Fenomenologia e Existencialismo: Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Simone de Beauvoir). Áreas da Filosofia: Ética; Política; Filosofia da história; Filosofia da ciência; Filosofia da linguagem; Filosofia da mente; Estética; Metafísica (ontologia/cosmologia/psicologia/teologia); Lógica; Epistemologia (Racionalismo cartesiano, empirismo de John Locke e transcendentalismo de Immanuel Kant). Paradigmas científicos (paradigma newtoniano-cartesiano > paradigma emergente, Boaventura de Sousa Santos). O apagamento das filósofas na história da humanidade.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2015. ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2015. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009</p>	
Bibliografia complementar:	

RICOEUR, Paul. O mal: um desafio à filosofia e à teologia. São Paulo: Papirus, 1988.
 DESCARTES, R. Discurso do método. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
 PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2012.
 FREIRE, I. R. Raízes da psicologia. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina:	Psicologia da Infância e da Adolescência
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Estudo dos processos de desenvolvimento humano na infância sob as perspectivas biológica, cognitiva, emocional e social. Principais teorias do desenvolvimento infantil. Contextos familiares, escolares e culturais. Estudo do desenvolvimento humano na adolescência, vida adulta e envelhecimento. Transformações biológicas, cognitivas e psicossociais. Identidade, sexualidade, trabalho, relações afetivas e processos de envelhecimento. A compreensão da infância e adolescência na contemporaneidade. O processo de vida e morte no ciclo vital.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>ABERASTURY, Arminda.; KNOBEL, M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981. ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. EIZIRIK, Cláudio L.; BASSOLS, Ana M. S. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>DIEHL, Alessandra.; VIEIRA, Denise L. Sexualidade: do prazer ao sofrer. 2. ed. Rio de Janeiro : Roca, 2017. HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner.; B.CAMPBELL, John. Teorias da personalidade. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed,2009. ROSSATO, Solange M.; ROSSATO, Geovanio. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Editora Contexto, 2014.</p>	

Disciplina:	Psicomotricidade e Aprendizagem
Carga horária:	80 horas
Ementa:	

Compreender as principais teorias da aprendizagem e suas implicações no desenvolvimento humano, analisando a influência dos aspectos psicomotores na aprendizagem e destacando a relação entre cognição, emoção e movimento nesse processo. Aplicar os conceitos da Psicologia da Aprendizagem e da Psicomotricidade em contextos pedagógicos e terapêuticos.

Bibliografia básica:

ALVES, Fátima. A infância e a psicomotricidade: a pedagogia do corpo em movimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.

MATOS, M. A. Análise de contingências no aprender e no ensinar. In: ALENCAR, E. S. (org.). Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cortez, 1992.

MIZUKAMI, M. da G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia complementar:

VYGOTSKY, Liev. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COLL, César, MARCHESI, Álvaro e PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar. Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PILETTI, Nelson. Psicologia Educacional. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

Disciplina:	Técnicas de Observação e Entrevista Psicológica
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Elementos básicos da teoria e da prática da entrevista psicológica. Diferentes tipos de entrevista psicológica nas diversas áreas da Psicologia. Relação entre entrevistador e entrevistado. Entrevista com crianças, adolescentes, adultos e grupos.	
Bibliografia Básica:	
BLEGER, José. <i>Temas de Psicologia: entrevista e grupos</i> . São Paulo: Martins Fontes, ed.	
CUNHA, Jurema Alcides (org.). <i>Psicodiagnóstico – V</i> . Porto Alegre: Artmed, ed Ocampo, María Luisa Siquier de; ARZENI, Dora; PICCOLO, Elsa García. <i>O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas</i> . São Paulo: Martins Fontes, Ed.	
Bibliografia complementar:	
ROGERS, Carl R. <i>Tornar-se pessoa</i> . São Paulo: Martins Fontes,	

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, ed. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 06/2019 – *Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela(o) psicóloga(o)*. Brasília: CFP, 2019.

Disciplina:	Neuropsicologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Fundamentos históricos e epistemológicos da Neuropsicologia. Bases neuroanatômicas e neurofuncionais do comportamento humano. Funções neuropsicológicas: atenção, memória, linguagem, funções executivas, praxias, gnosias, raciocínio e inteligência. Neurodesenvolvimento e transtornos neuropsicológicos. Avaliação neuropsicológica conforme normativas do CFP. Elaboração de hipóteses diagnósticas. Princípios de reabilitação neuropsicológica. Ética profissional na prática neuropsicológica.	
Bibliografia básica:	
CFP. Neuropsicologia ciência e profissão. CFP: Brasília, 2023. Daniel Fuentes; Leandro F. Malloy-Diniz et al. <i>Neuropsicologia</i> . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. SANTOS, Flávia H.; ANDRADE, Vivian M.; BUENO, Orlando F A. Neuropsicologia hoje. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015. <i>E-book</i> . p.[Inserir número da página]. ISBN 9788582712214.	
Bibliografia complementar:	
CRP-PR. Caderno Temático de Neuropsicologia. Curitiba: CRP-PR, 2018, 60p. LURIA, A. Fundamentos de Neuropsicologia. São Paulo: Editora da USP, 1981. LEZAK, M. Neuropsychological Assessment.	

Disciplina:	Psicofarmacologia
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Introdução à Psicofarmacologia e aos Transtornos Mentais. Conceitos fundamentais de farmacologia aplicados à Psicologia: droga, fármaco, medicamento, grau de ionização, lipossolubilidade, farmacocinética e farmacodinâmica. Interação fármaco–receptor. Introdução ao DSM-5-TR e aos critérios diagnósticos dos transtornos mentais. Transtornos de personalidade: definição, características gerais e classificação em clusters. Transtornos do humor: transtorno bipolar e transtorno depressivo maior. Transtornos de ansiedade.	

Transtornos psicóticos e esquizofrenia. Principais classes de psicofármacos: antidepressivos, estabilizadores de humor, antipsicóticos e ansiolíticos. Indicações clínicas, efeitos adversos e implicações para a prática psicológica. Interface entre psicoterapia e psicofarmacologia. Aspectos éticos, clínicos e multiprofissionais do cuidado em saúde mental.

Bibliografia básica:

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J.; HENDERSON, G. Farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. As bases farmacológicas da terapêutica. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019.

KATZUNG, B. G.; TREVOR, A. J. Farmacologia básica e clínica: revisão. Porto Alegre: AMGH, 2022.

Bibliografia complementar:

STAHL, S. M. Guia ilustrado de psicofarmacologia. Porto Alegre: Artmed, 2020.

SADDOCK, B. J.; SADDOCK, V. A.; RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BECK, J. S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2020.

Disciplina:	Psicologia, Política e Subjetividade
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Psicologia(s) como campo interdisciplinar de análise do mundo da política e do comportamento humano: a práxis política. Experiências sociopolíticas: participação social, formação da consciência política, mobilização e atuação em movimentos sociais, processos de exclusão social, repressão política e dominação socioeconômica, produção e circulação da memória pública, relações de poder, dialética exclusão/inclusão. Políticas públicas. Socialização política e educação política.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.</p> <p>CROCHÍK, J. L.. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. Psicologia USP, v. 9, n. 2, p. 69?85, 1998.</p> <p>HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte Editora Ayiné, 2018</p> <p>LACERDA, Fernando. O método em Psicologia Política. Rev. Psicol. polít., São Paulo. n. 28, v. 13, dez, 2013.</p>	

Bibliografia complementar:

ARISTÓTELES. A Política. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1965.
 ESTEVES, Paulo. Para Uma Genealogia do Estado Territorial Soberano. Revista de Sociologia e Política, v.27, p.15-32, 2006.
 FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. [19.ed.](#) São Paulo: Edições Loyola, 2009

Disciplina:

Estágio Básico I

Carga horária:

50 horas

Ementa:

Introdução às práticas fundamentais de investigação em Psicologia por meio da entrevista e da observação psicológica. Estudo dos fundamentos teóricos, técnicos e éticos que orientam a escuta qualificada e a observação sistemática em diferentes contextos de atuação do psicólogo. Desenvolvimento de habilidades básicas de comunicação, acolhimento, manejo da relação entrevistador-entrevistado e registro técnico-científico das informações obtidas. Tipos de entrevista (estruturada, semiestruturada, aberta) e modalidades de observação (participante e não participante). Planejamento, condução e análise de entrevistas e observações em contextos institucionais e comunitários. Elaboração de relatórios e registros conforme normativas profissionais. Reflexão crítica sobre postura ética, sigilo, limites de atuação do estudante e responsabilidade técnica no processo formativo, articulando teoria e prática supervisionada.

Bibliografia básica:

ANGROSINO, M. (2009). Etnografia e observação participante. Artmed
 ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: O Método nas Ciências Naturais e Sociais. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
 BRAGA, C. M. L. A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica. Ci.Cult., v. 40, n. 10, p. 957-66, out, 1988.

Bibliografia complementar:

GIL, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.
 LEININGER, M. Qualitative research methods in nursing. Orlando: Grune & Stratton, 1985.
 MINAYO, M. C. S. (2001). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.
 ROGERS, C. (1951). Client-Centered Therapy. Houghton Mifflin.

QUARTO PERÍODO

Disciplina:	Psicanálise e Psicologia Analítica
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Estudo do contexto histórico, cultural e clínico de emergência da Psicanálise e da Psicologia Analítica, com ênfase na compreensão das bases epistemológicas e dos fundamentos conceituais dessas abordagens. Análise da obra de Sigmund Freud e da constituição do modelo teórico freudiano, contemplando seus principais conceitos estruturantes, como inconsciente, estrutura da personalidade, dinâmica pulsional e mecanismos de defesa. Estudo da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, considerando seu contexto de desenvolvimento, seus pressupostos teóricos e conceitos fundamentais, como inconsciente coletivo, arquétipos e processo de individuação. Aprofundamento teórico e crítico das principais abordagens contemporâneas em Psicologia da Personalidade, promovendo a integração entre modelos clássicos e perspectivas atuais, com ênfase nos processos estruturais e dinâmicos que organizam as diferenças individuais e suas implicações para a compreensão do desenvolvimento humano e da prática profissional em Psicologia.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>FREUD, S. Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos. In: Obras incompletas de Sigmund Freud. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.</p> <p>JUNG, Carl Gustav. Psicologia do inconsciente. Petrópolis: Vozes, 2011. Obras Completas de C. G. Jung, v. 7/1.</p> <p>JUNG, Carl Gustav. Tipos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2011. Obras Completas de C. G. Jung, v. 6.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>FREUD, S. Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise [1916-1917]. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVI.</p> <p>JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Petrópolis: Vozes, 2011. Obras Completas de C. G. Jung, v. 9/1.</p> <p>Schultz, D. P. & Schultz, S. E. <i>Teorias da personalidade</i>. São Paulo: Cengage</p>	

Disciplina:	Análise Experimental
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Princípios fundamentais da Análise Experimental do Comportamento. Behaviorismo Metodológico e Radical. Conceitos de condicionamento respondente e operante. Técnicas de observação sistemática. Aplicação de metodologia científica e normas</p>	

da APA na Psicologia. Atividades laboratoriais com uso do software CyberRat e observações empíricas complementares.

Bibliografia básica:

SKINNER, Burrhus Frederic. Ciência e comportamento humano. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 489 p. (Coleção biblioteca universal).

BAUM, William M. Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

MOREIRA, Márcio B.; MEDEIROS, Carlos A de. Princípios básicos de análise do comportamento. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

Bibliografia complementar:

HÜBNER, Maria Martha C.; MOREIRA, Márcio B. Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

MILTENBERGER, Raymond G. Modificação do comportamento: teoria e prática – Tradução da 6ª edição norte-americana. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2019.

GOMIDE, Paula I. C. Análise experimental do comportamento: manual de laboratório: 6ª Ed, Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

Disciplina:	Psicologia da Aduldez e do Envelhecimento.
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Aspectos sociais, culturais e psicológicos da vida adulta na contemporaneidade. Dinâmica familiar, vida adulta e envelhecimento. Abordagens psicológicas do envelhecimento. Políticas públicas e a pessoa idosa no Brasil. Conjugalidade e sexualidade na vida adulta e no envelhecimento	
Bibliografia básica:	
MOREIRA, V.; NOGUEIRA, F. N. N.. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. Psicologia USP, v. 19, n. 1, p. 59?79, jan. 2008.	
PAIS, J. M.. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. Saúde e Sociedade, v. 18, n. 3, p.371?381, jul. 2009.	
PERRACINI, Monica R. Funcionalidade e Envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019	
Bibliografia complementar:	

ALMEIDA, Luis Claudio de Carvalho. A efetividade do direito à autonomia da pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência: uma nova proposta de atuação. CAO MG. Rio de Janeiro: MPRJ, 2022.

ARMSTRONG, Thomas. A Odisséia do Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2011.

NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica S. Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

Disciplina:	Processos Grupais
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Estudos dos processos grupais nas abordagens teóricas e metodológicas em Psicologia. Técnicas e estratégias de intervenção grupal na saúde coletiva. Contribuições teóricas para a compreensão dos mecanismos de ação grupal: grupoterapia, oficinas terapêuticas, grupos operativos, psicodrama, círculos restaurativos.	
Bibliografia básica:	
<p>PICHON-RIVIÈRE, E. (2000b). Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982). YALOM, I. D. Psicoterapia de Grupo - Teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>ZIMERMAN, D. E. (1999). Classificação geral dos grupos. In D. E. Zimerman, & L. C. Osório, Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artmed.</p> <p>ZIMERMAN, D. E. (2007). A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade. Vínculo, 4(4).</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>BLEGER, J. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. 2.ed. Porto Alegre,: Artes Médicas, 2011.</p> <p>GAYOTTO, M. L. Conceitos básicos que facilitam a compreensão do início de um grupo. Artigo referente ao curso de especialização em Coordenação de grupos operativos do Instituto Pichon-Rivière. [S.l.: s.n.], 1992.</p> <p>MORENO, J. L. (1975). Psicodrama. São Paulo: Cultrix</p>	

Disciplina:	Comunicação e Metodologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Língua, fala, norma, variações e sociedade. Noções básicas de linguagem, comunicação e expressão na prática acadêmica. Os diversos tipos de textos e suas	

características. Modalidades linguísticas falada e escrita; O português coloquial e a norma culta; Leitura e produção escrita; Estratégias de leitura: recuperação da informação; Compreensão e interpretação de textos; Reflexão sobre forma e conteúdo; O texto e sua funcionalidade; Textualidade: coesão e coerência, intenção comunicativa, habilidades de interpretação; Leitura e compreensão de textos acadêmico-científicos; A comunicação científica: aspectos lógicos e técnicos; Tipos de conhecimentos; A ciência e a pesquisa científica: natureza, objetivos e classificação da ciência; O método científico. Hipótese, leis teóricas; A pesquisa, conceito, tipos e etapas; Definição e estrutura de textos acadêmico-científicos; Etapas de elaboração; Formas básicas de apresentação de textos: resenha, relatório, resumo, comunicação científica, artigos; Produção acadêmico-científica escrita e oral.

Bibliografia básica:

ERNANI, T. Práticas de leitura e escrita. Editora Saraiva, 2019.
 MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. Editora Saraiva, 2017.
 MARCONI, Maria e LAKATOS, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica, 8a edição. Grupo GEN, 2017.

Bibliografia complementar:

GUIMARÃES, T. C. Comunicação e linguagem. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
 FARACO, C.; TEZZA, C. Prática de texto: para estudantes universitários. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
 FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5 ed. São
 MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002

Disciplina:	Estágio Básico II
Carga horária:	50 horas
Ementa:	
<p>Vivência e fundamentação teórico-prática dos processos grupais na formação do psicólogo. Estudo das principais abordagens teóricas sobre grupos, sua constituição, dinâmica, papéis, liderança, comunicação, coesão, conflitos e desenvolvimento grupal. Compreensão dos fenômenos intersubjetivos e institucionais presentes nos grupos, considerando contextos clínicos, educacionais, organizacionais, comunitários e de políticas públicas. Planejamento, condução e avaliação de atividades grupais sob supervisão, com ênfase na postura ética, manejo técnico, escuta qualificada e intervenção responsável. Elaboração de registros técnicos e relatórios conforme normativas profissionais. Integração entre teoria e prática na análise crítica da atuação do psicólogo em processos grupais, fortalecendo competências relacionais, reflexivas e ético-profissionais.</p>	

Bibliografia básica:
BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. <i>Psicologia: Teoria e Prática</i> , São Paulo, v. 12, n. 1, 2010. FAZENDA, I. C. A. (Org.). <i>Interdisciplinaridade: um projeto em parceria</i> . São Paulo: Loyola, 1999. FISCMANN, R. <i>Grupo operativo: uma abordagem terapêutica</i> . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
Bibliografia complementar:
CFP, 2005). <i>Código de Ética do Psicólogo (CEP)</i> . XIII Plenário do CFP. Brasília. Wilfred Bion. <i>Experiências com Grupos</i> . Rio de Janeiro: Imago, 1975, 2ª Ed. PICHON-RIVIÈRE, E. <i>Teoria do vínculo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUINTO PERÍODO

Disciplina:	Existencialismo, Fenomenologia e Humanismo
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
A Fenomenologia Existencial Humanista: histórico, principais influências/interfaces filosóficas (fenomenologia e existencialismo), principais abordagens teórico-práticas, tendo como foco o Humanismo Rogeriano.	
Bibliografia básica:	
AMATUZZI, M. <i>Rogers: ética humanista e psicoterapia</i> . Alinea, 2010. AMATUZZI, M. M. <i>Por uma psicologia humana</i> . Campinas: Alínea, 2010. ROGERS, C. <i>Um jeito de ser</i> . EPU, S.P.2014.	
Bibliografia complementar:	
GOTO, T.A.; HOLANDA, A.; COSTA, I.I. Fenomenologia transcendental e a psicologia fenomenológica de Edmund Husserl. <i>Rev. Nufen: Phenom. Interd.</i> Belém, 10(3) 2018. ROGERS, C. <i>A pessoa como centro</i> . São Paulo: EPU, 1977. ROGERS, C.R. <i>Psicoterapia e consulta psicológica</i> . 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997.	
Disciplina:	Política em Saúde Mental e Institucional
Carga horária:	80 horas

Ementa:
Evolução da assistência em saúde mental no Brasil, da institucionalização à Reforma Psiquiátrica e à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Políticas públicas de saúde mental no SUS, incluindo atenção básica, urgência e emergência. Articulação com outras políticas, como educação, assistência social e previdência. Saúde mental em populações vulneráveis: infância, idosos, população em situação de rua e LGBTQIA+. Impactos das novas tecnologias e do teleatendimento na saúde mental. O papel do psicólogo nas políticas públicas e desafios contemporâneos.
Bibliografia básica:
AMARANTE, Paulo (Org.). Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Fiocruz, 2003. BASAGLIA, Franco. A Instituição Negada. Escuta, 1985. FOUCAULT, Michel. História da Loucura. Perspectiva, 1972
Bibliografia complementar:
BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde Mental no Brasil: gênese, transformações e tendências. Fiocruz, 2019. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no SUS. Brasília: CFP. BRASIL. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080/1990 e dispõe sobre a organização do SUS.

Disciplina:	Psicodiagnóstico
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Estuda os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam as práticas de avaliação psicológica, assim como sua aplicação prática nas diferentes abordagens da Psicologia. Examina as técnicas e instrumentos contemporâneos de psicodiagnóstico, avaliando sua eficácia e aplicação em contextos clínicos e organizacionais. Avalia a integração das informações obtidas através de entrevistas, testes psicométricos e projetivos para a formulação de hipóteses diagnósticas.	
Bibliografia básica:	
HUTZ, Claudio Simon et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. CUNHA, J. A . Psicodiagnóstico-V. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000	

Bibliografia complementar:
ARZENO, M. E. G. Psicodiagnóstico clínico. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003. FEIST, Jess. Teorias da personalidade. 8a edição. Porto Alegre: AMGH. 2015. OCAMPO, M. L. S.; ARZENO, M. E. G.; PICCOLO E. G. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Disciplina:	Psicopatologia Geral
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Introdução à Psicopatologia. História da doença mental. Limites e critérios diferenciais entre os fenômenos patológicos e os normais. Fundamentos Gerais: definições, evolução conceitual, peculiaridades, interdisciplinaridade, diferenças. Modelos de diagnóstico e sistemas de classificação (DSM 5 e CID 11). Estudo das funções psíquicas elementares e de suas respectivas perturbações, principais quadros psicopatológicos e suas semiologia e etiologia.	
Bibliografia básica:	
DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre, 2000. Editora Artes Médicas do Sul. WHITBOURNE, Susan Krauss; HALGIN, Richard. Perspectivas Teóricas. Psicopatologia: Perspectivas Clínicas dos Transtornos Psicológicos ; Editora, AMGH; 7a edição, 2015. CASTELLANA, Gustavo B.; GUIMARÃES-FERNANDES, Flávio; ARATANGY, Eduardo W.; et al. Psicopatologia clínica e entrevista psiquiátrica. Barueri: Manole, 2023.	
Bibliografia complementar:	
Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005. American Psychiatric Association. <i>DSM-5-TR – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: Texto Revisado</i> . 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023. Karl Jaspers. <i>Psicopatologia geral</i> . São Paulo: Atheneu	

Disciplina:	Psicologia do Esporte
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Processos cognitivos, motivacionais, emocionais e sociais na relação direta com os	

diferentes campos de aplicação no exercício e no esporte. Instrumentos e testes psicológicos; programas de treinamento psicológico.

Bibliografia Básica:

SAMULSKI, D. Psicologia do esporte. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 380 p.
 RUBIO, K. Psicologia, esporte e valores olímpicos. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
 WEINBERG, R. S.; GOULD, D. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, M.R.F.; MACHADO, A. A. Coleção psicologia do esporte e do exercício: v1: teoria e aplicação. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
 GARRAT, Ted. Motivação esportiva: aumentando o desempenho nos esportes. São Paulo, Madras, [19--].
 MACHADO, Afonso Antonio. Psicologia do esporte: da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.
 RUBIO, Kátia. Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

Disciplina:	Estágio Básico III
Carga horária:	50 horas
Ementa:	
<p>Vivência teórico-prática do processo psicodiagnóstico, contemplando o planejamento, condução e integração de procedimentos de avaliação psicológica. Desenvolvimento da postura profissional no acolhimento e manejo da demanda, considerando aspectos éticos, técnicos e relacionais na abordagem ao cliente. Utilização de métodos idiográficos e nomotéticos na investigação psicológica, incluindo escalas, inventários e técnicas complementares reconhecidas pelo Sistema Conselhos. Integração de dados provenientes de entrevistas, observações e instrumentos psicológicos para formulação de hipóteses diagnósticas fundamentadas. Elaboração de documentos técnicos decorrentes da avaliação psicológica como laudos, pareceres e relatórios conforme as resoluções vigentes do Conselho Federal de Psicologia. Condução da entrevista devolutiva, considerando aspectos éticos, comunicacionais e clínicos. Reflexão crítica sobre limites, possibilidades e responsabilidade técnica do estudante no contexto da prática supervisionada.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018). Resolução CFP N.009/2018. Definição e regulamentação do uso, da elaboração e da comercialização de testes</p>	

psicológicos. Caderno Especial de Resoluções do CFP.
 _____ (CFP, 2019). Resolução CFP nº 006/2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
 HUTZ, C. S., BANDEIRA, D. R., TRENTINI, C. M., & Krug, J. S. (Orgs.). (2016). Psicodiagnóstico. Porto Alegre: ARTMED.

Bibliografia complementar:

PADILHA, S., Noronha, A. P. P., Franca, Z. F. (2007). Instrumentos de Avaliação Psicológica: Uso e parecer de Psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 69-76.
 TAVARES, M. (2012). Considerações Preliminares à Condução de uma Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*.
 NORONHA, Ana P. P; Fabián Javier Marín Rueda (orgs.). *Avaliação Psicológica: fundamentos, métodos e contextos*. Porto Alegre: Artmed.

SEXTO PERÍODO

Disciplina:	Psicologia Comportamental e Teorias Cognitivas Comportamentais
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Fundamentos epistemológicos e históricos da Psicologia Comportamental e da Terapia Cognitivo-Comportamental. Princípios do condicionamento clássico, operante e da aprendizagem social. Estrutura e fases da TCC. Identificação e modificação de pensamentos automáticos, crenças centrais e comportamentos disfuncionais. Estratégias e técnicas cognitivo-comportamentais. Aplicações em diferentes contextos e populações. Considerações éticas, culturais e científicas na prática clínica e institucional.	
Bibliografia básica:	
BECK, J. S. Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2021. SKINNER, B. F. Ciência e Comportamento Humano. São Paulo: Martins Fontes, 2015. KNAPP, P. (org.). Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia complementar:	
EYSENCK, M. W. Ansiedade e Cognição. Porto Alegre: Artmed, 2017.	

HAYES, S. C. et al. Terapia de Aceitação e Compromisso. Porto Alegre: Artmed, 2012.
 DOBSON, K. S. Manual de Terapia Cognitivo-Comportamental. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Disciplina:	Avaliação e Diagnóstico I
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Estudos de testes neuropsicológicos. Embasamento teórico, aplicação, interpretação e síntese dos resultados. Fechamento do diagnóstico e síntese dos dados coletados.	
Bibliografia básica:	
COHEN, Ronald J.; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. Testagem e avaliação psicológica. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M. Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade. (Avaliação psicológica). Porto Alegre: ArtMed, 2018. MALLOY-DINIZ, Leandro F. Avaliação neuropsicológica. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed.	
Bibliografia complementar:	
COHEN, Ronald, J. et al. Testagem e avaliação psicológica. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo A, 2014. NORONHA, Ana Paula Porto; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; SISTO, Fermino Fernandes (org.). Facetas do fazer em avaliação psicológica. São Paulo: Vetor, 2006. TRINCA, W. (Org.) Diagnóstico psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU, 1984.	

Disciplina:	Psicopatologia Contemporânea
Carga horária: 80 horas	
Ementa	
Transtornos, Distúrbios e Síndromes. Repercussões subjetivas da atualidade e diversidade de sofrimento psíquico. Estudos de casos clínicos. Ética e Psicopatologia.	
Bibliografia básica:	

JASPERS, K. Psicopatologia Geral – Psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia, vols 1 e 2. 8. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005. FADDEN. Maria Adelia Jorge Mac. Psicanálise e Psicossomática. Editora Alínea, 2000. GIANCARLO Trombini & FRANCO Baldoni. Distúrbios Psicossomáticos. Loyola, 2004. PESSOTI, I. 1994). A loucura e as épocas. Rio de Janeiro: Editora 34.

Bibliografia complementar:

SAURI, J.J (2001). O que é diagnosticar em Psiquiatria? São Paulo: Escuta.
 ROTELLI, F. (2001). Desinstitucionalização. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec
 NASIO, J.D. (2000). Os grandes casos de psicose. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
 PALAZZOLI, S. M. & cols. (1998). Os jogos psicóticos na família. São Paulo: Summus.

Disciplina:	Psicologia Social Comunitária
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
A Psicologia Social Comunitária, sua origem, desenvolvimento histórico e objetos de estudo no Brasil. As relações que o indivíduo tem com diferentes instituições a partir de categorias psicossociais. Dimensão ética, epistemológica e científica da pesquisa e do trabalho prático de psicólogos/as em uma perspectiva psicossocial. O conceito de comunidade e a atuação do psicólogo. A Psicologia e as Políticas Públicas. Questões sociais contemporâneas.	
Bibliografia básica:	
LANE, S. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: Sawaia, B. (org) Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes (2002). pp. 17-35. MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. Estud. psicol. (Natal) [online]. 1997, vol.2, n.1, pp. 7-27. FERREIRA, R.D.C. C. Psicologia Social e Comunitária - Fundamentos, Intervenções e Transformações.	
Bibliografia complementar:	
Bader Burihan Sawaia (org.). <i>As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social</i> . Petrópolis: Vozes. Maritza Montero. <i>Psicologia social comunitária: teoria, método e prática</i> . Petrópolis: Vozes. SARAIVA, Luiz Fernando de Oliveira. <i>Assistência social e psicologia: (des)encontros possíveis</i> . Editora Blucher, 2017.	

Disciplina:	Psicologia Institucional
--------------------	--------------------------

Carga horária:	40 horas
Ementa:	
<p>Estudo da análise institucional e da burocracia como fenômenos sociais e estruturantes das organizações e grupos sociais. Reflexões sobre poder, organização e papel do psicólogo clínico no contexto da higiene mental. Fundamentos da higiene, da psico-higiene e seus objetivos, com ênfase nos extremos da prática, na indagação e na ação voltadas à saúde pública. Âmbitos de atuação do psicólogo em educação sanitária e na promoção da saúde coletiva. A psicologia institucional: conceitos, objetivos e métodos de trabalho, técnicas de enquadramento e inserção do psicólogo nas instituições. O "grau de dinâmica" institucional, psicologia das instituições e análise dos grupos no espaço institucional, com destaque ao hospital e à empresa como campos de atuação. Estudo da equipe de psicólogos e suas dinâmicas profissionais. O psicólogo na comunidade: objetivos e níveis da higiene mental, abordagem multifatorial e estratégias de prevenção e tratamento. Pontos focais da prática comunitária, grupo familiar e psico-higiene, com vistas à integração entre saúde mental, comunidade e práticas institucionais.</p>	
Bibliografia Básica:	
<p>BLEGER, José. Psico-higiene e psicologia institucional. Tradução de Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artmed, 1984. 138 p. ISBN 978-85-7307-509-0. MOTTA, Fernando C P.; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Introdução à organização burocrática. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2003. E-book. p.Cover. ISBN 9788522128495. BISNETO, José A. Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. ISBN 978655553086.</p>	
Bibliografia Complementar:	
<p>COON, Dennis. Introdução à Psicologia: Uma Jornada – Tradução da 2a edição Norte-americana. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2005. FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.. ISBN 9788580554892. NOHARA, Irene P. Reforma Administrativa e Burocracia - 1a Edição 2012. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. ISBN 9786559773312.</p>	

Disciplina:	Temas Emergentes
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Aborda temas emergentes na área da Psicologia, promovendo discussões e reflexões sobre o cotidiano da profissão, suas nuances, condutas éticas e</p>	

intervenções. Busca contextualizar a Psicologia frente às demandas sociais e clínicas, como as Emergências e os Desastres, Crise Suicida, além de aspectos de Luto e Perdas. Analisa sob uma perspectiva crítica a relação entre Psicologia e Política. Propõe o estudo da Psicologia Decolonial, busca questionar, descolonizar e transformar os saberes e práticas psicológicas que muitas vezes reforçam modelos coloniais, opressores e excludentes.

Bibliografia básica:

DAMIANO, Rodolfo Furlan e Colaboradores. Compreendendo o Suicídio. Editora Manole Ltda; 1a edição, 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. (Coleção Cultura Negra e Identidades). São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

FRANCO, Maria Helena Pereira. A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática. Summus Editorial; 1a edição, 2015.

Bibliografia complementar:

TORRES, Raquel Rosas. Psicologia social: temas e teorias. Organizado por Ana Raquel Rosas Torres [et al]. – 3. ed São Paulo: Blucher, 2023.

NEIMEYER, R. A. (org.). Novas técnicas de terapia do luto: morte e outras perdas. Porto Alegre: Artmed, 2024.

SANT'ANNA FILHO, Olavo; LOPES, Daniela da Cunha (orgs.). O psicólogo na redução dos riscos de desastres: teoria e prática. São Paulo: Hogrefe – Cetepp, 2017. 255 p. ISBN 978- 85- 85439- 43- 9

Disciplina:	Estágio Ênfase I
Carga horária:	120 horas
Ementa:	
<p>Vivência prática em contextos sociais e comunitários, possibilitando a inserção do estudante em instituições e espaços coletivos. Envolve observação participante, diagnóstico institucional e comunitário, planejamento e execução de atividades voltadas à promoção da saúde, cidadania e fortalecimento de vínculos sociais. O estágio articula teoria e prática a partir das referências da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Comunitária, promovendo reflexão ética e compromisso com os direitos humanos.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>FERREIRA, R.D.C. C. Psicologia Social e Comunitária - Fundamentos, Intervenções e Transformações. MARTÍN-BARÓ, I. <i>Psicologia social da libertação</i>. Vozes. Conselho Federal de Psicologia. <i>Referências técnicas para atuação de</i></p>	

psicólogas(os) no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, edição mais recente.

Bibliografia complementar:

EYSENCK, M. W. **Ansiedade e Cognição**. Porto Alegre: Artmed, 2017.
 HAYES, S. C. et al. **Terapia de Aceitação e Compromisso**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
 DOBSON, K. S. **Manual de Terapia Cognitivo-Comportamental**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SÉTIMO PERÍODO

Disciplina: Disciplina:	Psicologia Clínica I.
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Prática da psicoterapia psicodinâmica de matriz psicanalítica. Apresentação dos conceitos fundamentais da psicanálise aplicados à prática clínica em suas diversas modalidades (clínica clássica, clínica expandida, clínica social). Identificação de estruturas clínicas e psicopatológicas com as respectivas estratégias de manejo.	
Bibliografia básica:	
<p>FINK, Bruce. Introdução clínica a Freud: técnicas para a prática psicanalítica. Trad. Cláudia Berliner. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: _____. Escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.</p> <p>ROUSSILLON, René. Manual de prática clínica e psicopatologia. Trad. Marco A. B. Lisboa. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>SILVA, A. P. da; RAMOS, D. G. A constituição do símbolo e o processo analítico para Winnicott. <i>Paidéia</i>, v. 21, n. 50, p. 393-401, 2011.</p> <p>DOR, Joël. Estruturas e clínica psicanalítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.</p> <p>FIORINI, Héctor Juan. Estruturas e abordagens em psicoterapias psicanalíticas. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986</p>	

Disciplina: Disciplina:	Avaliação e diagnóstico II
Carga horária:	80 horas

Ementa:
Fundamentos da avaliação psicológica: objetivos, etapas e competências. Exigências técnicas na escolha de instrumentos psicológicos. Integração de informações provenientes de diferentes fontes em um processo de avaliação psicológica. Aspectos éticos relacionados à Avaliação Psicológica. Estudo dos principais testes psicológicos e neuropsicológicos. Introdução a escalas de medida em Psicologia. Técnicas de devolução, atendimento e redação de laudos técnicos. Parte prática: aplicação, correção, interpretação de testes e elaboração de laudos.
Bibliografia básica:
ALCHIERI, J. C. (Org.) Avaliação psicológica: perspectivas e contextos. São Paulo: Vetor, 2007. [150.287 A945] ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR/[American Psychiatric Association ; tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa, Flavia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza – 5. ed., texto revisado. – Porto Alegre: Artmed, 2023 COHEN, Ronald, J. et al. Testagem e avaliação psicológica. Disponível em: Minha Biblioteca, 8ªEd. Grupo A, 2014.
Bibliografia complementar:
MIOTTO, CAMPANHOLO, Trevisan e Serrao. Manual de Avaliação Neuropsicológica - A prática da testagem cognitiva. VI 1 Memnon,(2018) PONSONI, TEIXEIRA E FONSECA. Neuropsicologia dos Transtornos Psiquiátricos. 1ª Ed. Ampla (2022) TRINCA, W. (Org.) Diagnóstico psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU, 1984. [616.89 D536]

Disciplina:Disciplina:	Psicologia da Educação
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
O psicólogo educacional como planejador do ambiente escolar. Papéis e funções. Diagnóstico e estratégias de intervenção nas relações aluno-aluno, aluno-professor e escola-família. Fracasso escolar: dimensões sociais, afetivas e cognitivas. Psicologia escolar e compromisso social.	
Bibliografia básica:	
BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva 2005.	

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990

Bibliografia complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Direito e democracia 2aed.[s.l.]. Max Limonad, 2000.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30aed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
TIBA, Içami. Ensinar aprendendo: Novos paradigmas na educação. 26aed. São Paulo. Integrare, 2006.
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 12aed. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

Disciplina:	Psicologia Escolar
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
<p>Estudo das práticas do psicólogo escolar no contexto educacional, abordando desenvolvimento humano, aprendizagem, inclusão e enfrentamento de desafios escolares. Análise de estratégias para promoção de um ambiente escolar saudável, considerando as relações interpessoais e a diversidade. Reflexão sobre o papel ético e técnico do psicólogo na mediação entre família, escola e comunidade.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>OLIVEIRA, Martha Khol deOLIVEIRA, Martha Khol de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 111 p. (Pensamento e ação no magistério). ISBN 85-262-1936-7 PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução à psicologia escolar. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 468 p. ISBN 85-85141-97-2. COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. ISBN 85-363-0227-5.. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 111 p. (Pensamento e ação no magistério). ISBN 85-262-1936-7</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p. (Coleção leitura). ISBN 85-219-0243-3.</p>	

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula: fascículo 8. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. v. 8 . 86 p. ISBN 85-326-2568-1
 COLETTA, Eliane D.; LIMA, Caroline C N.; CARVALHO, Carla T F.; et al. Psicologia da educação. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025059.

Disciplina:	Psicologia Escolar
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
<p>Estudo das práticas do psicólogo escolar no contexto educacional, abordando desenvolvimento humano, aprendizagem, inclusão e enfrentamento de desafios escolares. Análise de estratégias para promoção de um ambiente escolar saudável, considerando as relações interpessoais e a diversidade. Reflexão sobre o papel ético e técnico do psicólogo na mediação entre família, escola e comunidade.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>OLIVEIRA, Martha Khol de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 111 p. (Pensamento e ação no magistério). ISBN 85-262-1936-7 PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução à psicologia escolar. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 468 p. ISBN 85-85141-97-2. COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. ISBN 85-363-0227-5.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p. (Coleção leitura). ISBN 85-219-0243-3. ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula: fascículo 8. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. v. 8 . 86 p. ISBN 85-326-2568-1 COLETTA, Eliane D.; LIMA, Caroline C N.; CARVALHO, Carla T F.; et al. Psicologia da educação. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025059.</p>	

Disciplina:	Psicologia Jurídica
Carga horária:	40 horas
Ementa:	

Estudo das interfaces entre Psicologia e Direito, abordando fundamentos históricos, teóricos e técnicos da atuação do psicólogo no contexto jurídico. Análise das demandas do sistema de justiça nas áreas cível, criminal, família, infância e juventude, violência doméstica, medidas socioeducativas e sistema prisional. Avaliação psicológica no contexto jurídico: perícia, elaboração de laudos, pareceres e relatórios técnicos, escuta especializada e depoimento especial. Estudo das normativas do Conselho Federal de Psicologia e da legislação brasileira pertinente, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha. Discussão de temas como guarda, adoção, alienação parental, responsabilização penal, violência e direitos humanos. Reflexão ética sobre a prática profissional, limites de atuação, responsabilidade técnica e trabalho interdisciplinar no sistema de justiça.

Bibliografia básica:

HUTZ, Claudio Simon. Avaliação psicológica no contexto forense.
 THERENSE, Munique, et al. "Psicologia jurídica e direito de família: para além da perícia psicológica."
 SOUZA, Analicia Martins de; BOLOGNINI, Ariane Luise. Pedidos de Avaliação de Alienação Parental no Contexto das Disputas de Guarda de Filhos (2017):.

Bibliografia complementar:

.Conselho Federal de Psicologia.. Referências técnicas para atuação do psicóloga nas Varas de Família, 2010.
 Fiorelli, José O. Psicologia Jurídica.11ª Ed, São Paulo Atlas, 2021. ISBN 978-85-97-02797-6
 MOREIRA, Lisandra, et al. Psicologia social jurídica [livro eletrônico] : articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil /1. ed. -- Florianópolis, SC . ABRASO, 2022.

Disciplina: Disciplina:	Psicologia do Trabalho e das Organizações
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
<p>Histórico das modalidades de trabalho no mundo moderno e de transformações em seu sentido/significado. Psicologia social do trabalho. Desdobramentos sociológicos e psicológicos do trabalho: a sociedade do cansaço. Principais teorias organizacionais. Níveis do comportamento organizacional. Análise das condições atuais de trabalho. Organizações de trabalho. As novas tendências do RH. Cultura, clima e comportamento organizacional. Níveis do diagnóstico organizacional. Funções do psicólogo nas organizações: recrutamento, seleção, treinamento e avaliação. Análise de modelos de gestão e estudo sobre práticas de intervenção nos programas de atenção à qualidade de vida no contexto de trabalho. Discussão e reflexão sobre os problemas relacionados ao sofrimento no âmbito do trabalho. Estudo sobre estratégia de atuação organizacional. Histórico dos problemas de</p>	

saúde ligados à vida laboral. Principais transtornos ligados ao mundo do trabalho. Elaboração de diagnóstico organizacional. Coleta de dados. Análise de dados. Plano de Ação na Psicologia Organizacional e do Trabalho. Trabalho/Produtividade e sua relação com a saúde mental. Saúde mental ocupacional. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Psicopatologia do trabalho.

Bibliografia básica:

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez. 1992.

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E., JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho. São Paulo : Atlas, 1994.

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia complementar:

REGATO, Vilma Cardoso. Psicologia nas organizações. 4. ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2014.

HAN, BUYNG-CHUL. Sociedade do Cansaço. 2a edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2019.

SENNETT, RICHARD. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14a edição. Rio de Janeiro. Editora Record. 2009.

Disciplina: Disciplina:	Estágio Ênfase II
Carga horária:	120 horas
Ementa:	
Vivência prática supervisionada nos contextos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Aplicação de técnicas e estratégias para recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento humano, qualidade de vida no trabalho e gestão de conflitos. Desenvolvimento de habilidades éticas e profissionais no ambiente organizacional.	
Bibliografia básica:	
CHIAVENATO, Idalberto. <i>Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações</i> . 4. ed. Elsevier, 2020.	
MARRAS, Jean Pierre. <i>Administração de Recursos Humanos: Do Operacional ao Estratégico</i> . 14. ed. FGV, 2021.	
SPECTOR, Paul E. <i>Psicologia no Trabalho: Conceitos e Aplicações</i> . Artmed, 2022.	
Bibliografia complementar:	
BERGAMINI, Cecília Whitaker. <i>Psicologia Aplicada à Administração de Empresas</i> . Atlas, 2019.	

FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cultura e Clima Organizacional*. Atlas, 2021.
 Código de Ética Profissional do Psicólogo – Conselho Federal de Psicologia.
 ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt (Org.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 616 p. ISBN 978-85-8271-084-5

OITAVO PERÍODO

Disciplina:	Psicologia Clínica II
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Princípios da Análise do Comportamento com ênfase em aspectos metodológicos e técnicas de intervenção. Estudo aprofundado da literatura contemporânea clínica e pesquisa sobre aplicações práticas das psicologias comportamentais em ações de saúde: Teoria Cognitivo-Comportamental (TCC); Análise do Comportamento Aplicada (ABA); Teoria Comportamental Dialética (DBR) e Terapia da Aceitação e Compromisso (ACT).	
Bibliografia básica:	
BECK, Judith S. <i>Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática</i> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. CABALLO, Vicente E. <i>Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento</i> . 2. ed. São Paulo: Santos, 2003. DE-FARIAS, Ana Karina C. R.; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. <i>Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica</i> . Porto Alegre: Artmed, 2018.	
Bibliografia complementar:	
MAYER, Richard G.; SCHOENFELD, William N. <i>Princípios básicos de análise do comportamento</i> . São Paulo: EPU, 1973. ORGS. HAYDU, Leila; GOMIDE, Pedro Ivo; BANDEIRA, Denise R. <i>Sobre comportamento e cognição: aspectos clínicos e experimentais da análise do comportamento</i> . Vol. 4. Santo André: Esetec, 2000. HAYES, Steven C.; STROSAHL, Kirk D.; WILSON, Kelly G. <i>Introdução à terapia de aceitação e compromisso: um guia para terapeutas</i> . Porto Alegre: Artmed, 2012..	

Disciplina:	Saúde da Família
Carga horária:	80 horas
Ementa:	

Análise da atuação do psicólogo no cuidado ampliado à saúde, com ênfase na abordagem da família como unidade de cuidado e nas relações intergeracionais. Compreensão da família em sua diversidade, dinâmicas e ciclos de vida. Reflexão sobre os vínculos afetivos, redes de apoio, papéis sociais e conflitos intergeracionais no contexto da saúde coletiva. Estudo de práticas interdisciplinares e ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e intervenções psicossociais no território. Discussão sobre o acolhimento, vínculo, escuta qualificada, Projeto Terapêutico Singular (PTS), e práticas de cuidado centradas na família. Integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), abordando vulnerabilidades sociais e cuidado integral.

Bibliografia básica:

GOMES, Isabel C. Fundamentos de Psicologia – Família: Diagnóstico e Abordagens Terapêuticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. E-book. p.Capa 1. ISBN 978-85-277-1985-8.
 JOHNSON, Susan M. Teoria do Apego na Prática: Terapia Focada nas Emoções com Indivíduos, Casais e Famílias. Porto Alegre: ArtMed, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786558822189.
 TEODORO, Maycoln L M.; BAPTISTA, Makilim N. Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2020. E-book. p.i. ISBN 9788582716038.

Bibliografia complementar:

CORTELLA, Mario S. Família: urgências e turbulências. São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. p.14. ISBN 9788524925313.
 WAGNER, Adriana. Desafios psicossociais da família contemporânea. Porto Alegre: ArtMed, 2011. E-book. p.81. ISBN 9788536326559.
 WALSH, Froma. Processos normativos da família. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016. ISBN 9788582713105.

Disciplina:	Psicologia Hospitalar
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Atuação do Psicólogo no hospital: área clínica e de gestão. Intervenção junto a pacientes, familiares e equipes de saúde. Temas atuais da Psicologia Hospitalar.	
Bibliografia básica:	
CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 24, n. 3, p. 48-57, set. 2004. Caderno de psicologia hospitalar: considerações sobre assistência, ensino,	

pesquisa e gestão / Bruno Jardini Mäder (org.) – Curitiba : CRP-PR, 2016.
SIMONETTI, ALFREDO. Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Bibliografia complementar:

.BERTUOL, C.S. O paciente na UTI. In: Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: Interconsulta e Emergência. Botega, NJ. (org). Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
KOVÁCS, M. J. (Coord.). Morte e desenvolvimento humano. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. [155.937 M887m]
ROMANO, B. W. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Disciplina:	Projeto de Pesquisa em Psicologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Conhecer, planejar e construir um Projeto de Pesquisa Científica em Psicologia.	
Bibliografia básica:	
Lakatos, E. M.; Marconi, M. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo, Atlas: 2017. Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Shaughnessy, John J. Metodologia da Pesquisa em Psicologia, 9ª ed, Porto alegre, 2012. ISBN 978-85-8055-100-6	
Bibliografia complementar:	
Souza, A. V. Manual de normas técnicas para trabalhos acadêmicos. / Adilson Veiga e Souza; Giovana Simas de Melo Ilkiu. ? 2. ed. - União da Vitória (PR): Ugv - Centro Universitário, 2023. John W. Creswell. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. ISBN 978-85-363-2300-0. Uwe Flick. <i>Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes</i> . Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 978-85-65843-63-6.	

Disciplina:	Projeto de Extensão Institucional
Carga horária:	80 horas
Ementa:	

Soft Skills e Extensão. As novas competências exigidas pelo mercado de trabalho. Diferenças entre hard skills e soft skills. Autoconhecimento, inteligência emocional, empatia e relacionamentos interpessoais. Comunicação assertiva e oratória. Gestão do tempo, produtividade e tomada de decisão. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos de extensão universitária. Contribuições da extensão para o desenvolvimento comunitário. Direitos Humanos. Origens e evolução histórica dos direitos humanos. Formação cidadã, ética e cultura da paz. Preconceito, discriminação e relações étnico-raciais. Comunicação não violenta. Direitos humanos no contexto social contemporâneo. Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia Conceito de Saúde Única. Qualidade e valoração ambiental. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Ciência, tecnologia e sociedade. Políticas públicas e suas implicações para a sustentabilidade. Tecnologias para prevenção e mitigação de impactos ambientais. Economia e empreendedorismo Noções introdutórias de economia. Produção, custos e modelos de negócio. Empreendedorismo: tipos, perfil do empreendedor, liderança e motivação. Ferramentas de gestão: marketing, administração estratégica e plano de negócios.

Bibliografia básica:

CASTILHO, Ricardo. Educação e direitos humanos. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. ISBN 9788547209001.
 DORNELAS, José. Empreendedorismo - Transformando Ideias em Negócios. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559774531.
 SANGALETTI, Letícia; PAIL, Daisy B.; SILVA, Asafe Davi C.; et al. Comunicação e Expressão. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Bibliografia complementar:

HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. p.Cover. ISBN 9788536320496.
 LUZZI, Daniel. Educação e Meio Ambiente: uma Relação Intrínseca. Barueri: Manole, 2012. E-book. p.A. ISBN 9788520444573.
 SILVA, Flávia Piovesan. Silvio José Albuquerque E. Combate ao racismo. Rio de Janeiro: Expressa, 2021.

Disciplina:	Estágio Ênfase III
Carga horária:	100h
Ementa:	
<p>A disciplina visa proporcionar vivências práticas supervisionadas em contextos de saúde mental (unidades de saúde, empresas, residências terapêuticas e áreas correlatas), promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e éticas do psicólogo, com supervisão docente e produção teórica orientada. O estágio deve ser realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da instituição de ensino, incluindo a obrigatoriedade de cumprir integralmente a</p>	

carga horária em campo, orientação e produção técnica presencial.

Bibliografia básica:

CUNHA, Jurema A. Psicodiagnóstico V. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011. E-book. p.1.

DSM-5-TR. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Texto Revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

DURÃES, Ricardo Silva dos S.; PEDROSO, Janari da S. Psicologia em saúde: intervenções, protocolos e o cuidado na atuação. Barueri: Manole, 2025.

Bibliografia complementar:

HÜBNER, Maria Martha C.; MOREIRA, Márcio B. Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-277-2140-0.

HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

SOUZA, Isabel C. Weiss de; KOZASA, Elisa H. Saúde mental: desafios contemporâneos. Barueri: Manole, 2023.

NONO PERÍODO

Disciplina:	Práticas Profissionais I
Carga horária:	240 horas
Ementa:	
Fundamentos teórico-práticos da atuação da Psicologia em contextos comunitários e nas políticas públicas. A Psicologia como prática social comprometida com os direitos humanos, a cidadania e a transformação da realidade. Conceitos de território, vulnerabilidade social, redes de apoio, intersetorialidade e fortalecimento de vínculos. Inserção do(a) estudante em práticas extensionistas e comunitárias supervisionadas. Mapeamento de demandas psicossociais, diagnóstico situacional participativo e construção de intervenções coletivas. Trabalho interdisciplinar e articulação com equipamentos da rede socioassistencial e de saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ética profissional e compromisso social na atuação comunitária. Reflexão crítica sobre práticas emancipatórias e promoção de autonomia.	
Bibliografia básica:	
Moraes, Juliano Teixeira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. A formação de profissionais de saúde em instituições de ensino superior de Divinópolis, Minas Gerais. Trabalho, Educação e Saúde, V 7, 2009.	
Santos, Boaventura de Sousa. <i>A crítica da razão indolente: contra o desperdício da</i>	

experiência. São Paulo: Cortez, edição atual.
Spink, Mary Jane (org.). *A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção de sentidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, ed.

Bibliografia complementar:

BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA-SANTOS, Marcos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, 2014.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Góis, C.W. (2005). *Psicologia Comunitária: Atividade e Consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire.

Paulo Freire. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição atual.

Disciplina:	Estágio Ênfase IV
Carga horária:	180 horas

Ementa:

A disciplina visa proporcionar experiência prática supervisionada em atendimentos clínicos com base nas teorias psicanalíticas, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e éticas do psicólogo. O estágio deve ser realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da instituição de ensino, incluindo a obrigatoriedade de cumprir integralmente a carga horária em campo, orientação e produção técnica presencial.

Bibliografia básica:

BIRMAN, J. *As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DUNKER, C. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume, 2011.

QUINET, A. *As 4 + 1 condições da análise*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Bibliografia complementar:

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol. 1: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Disciplina:	Estágio Ênfase V - Iniciação Científica
--------------------	-----------------------------------------

	(TC)
Carga horária:	75 horas
Ementa:	
<p>Supervisão e desenvolvimento de atividades de Iniciação Científica em Psicologia, com foco na formulação, início e sistematização de um trabalho de conclusão de curso (TC) sob orientação docente. Abordagem dos fundamentos epistemológicos, metodológicos e éticos da pesquisa em Psicologia; definição de problema, objetivos, hipóteses, revisões bibliográficas e escolha de métodos (qualitativos, quantitativos ou mistos). Planejamento e operacionalização de procedimentos de coleta e análise de dados, elaboração de cronograma e relatório intermediário. Consolidação dos resultados, redação científica e apresentação oral e escrita do TC segundo normas acadêmicas. Discussões ético-científicas sobre pesquisa com sujeitos humanos conforme resoluções nacionais e princípios éticos da profissão. Incentivo à reflexão crítica, autoria e divulgação científica em eventos e periódicos.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 978-85-65843-63-6. MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. ISBN 978-85-239-0585-9. BRITO, T. R.; ALMEIDA, F. R. de; GUIMARÃES, D. P. (Orgs.). Ética na pesquisa com seres humanos: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.</p>	

DÉCIMO PERÍODO

Disciplina:	Práticas Profissionais II
Carga horária:	240 horas
Ementa:	
<p>Estudo e desenvolvimento de práticas profissionais com foco na atuação psicossocial junto a crianças em contextos comunitários, educacionais e de proteção social, articulando fundamentos teóricos, técnicas institucionais e ética profissional. Exploração dos determinantes socioemocionais do desenvolvimento infantil, dinâmica familiar, vulnerabilidades sociais e interfaces com serviços de</p>	

saúde, educação e assistência social. Planejamento, execução e avaliação de intervenções coletivas e individualizadas em contextos sociais, com ênfase em escuta qualificada, observação participante, grupos de convivência e fortalecimento de vínculos. Trabalho interdisciplinar com equipes e redes de apoio socioassistenciais, atenção básica à saúde e organizações não governamentais. Reflexão crítica sobre direitos da criança e do adolescente, políticas públicas e promoção de práticas inclusivas e protetivas.

Bibliografia básica:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Atualizado. Brasília: Senado Federal, 2020.

SPINK, M. J. P. (Org.). *A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção de sentidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

HABIGZANG, L. F.; GURGEL, M. C. (Orgs.). *Psicologia social e práticas coletivas: interfaces e processos*. São Paulo: Cortez, 2021.

Bibliografia complementar:

BAGOLIN, I. *Psicologia, infância e escolarização: reflexões e práticas*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

WOLK, S.; CAVALERI, M. A. M.; OLIVEIRA, C. A. *Infância e subjetividade: temas e desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Política Nacional de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente (orientações e diretrizes integradas). Brasília: Ministério da Cidadania, 2017.

Disciplina: Disciplina:	Estágio Ênfase VI
Carga horária:	180 horas
Ementa:	
<p>A disciplina visa proporcionar experiência prática supervisionada em atendimentos clínicos com base nas teorias comportamentais, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e éticas do psicólogo. O estágio deve ser realizado de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da instituição de ensino, incluindo a obrigatoriedade de cumprir integralmente a carga horária em campo, orientação e produção técnica presencial.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>DE-FARIAS, Ana K. C R.; FONSECA, Flávia N.; NERY, Lorena B. Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica. Porto Alegre: ArtMed, 2018.</p> <p>ÜBNER, Maria Martha C.; MOREIRA, Márcio B. Fundamentos de Psicologia - Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p>	

MILTENBERGER, Raymond G. Modificação do comportamento: teoria e prática – Tradução da 6ª edição norte-americana. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2019.

Bibliografia complementar:

MOREIRA, Márcio B.; MEDEIROS, Carlos A de. Princípios básicos de análise do comportamento. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

Skinner, B. F. Ciência e Comportamento Humano, 10ª Ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

Análise do Comportamento: Pesquisa, teoria e aplicação/organizado por Josele Abreu-Rodrigues e Michela Rodrigues Ribeiro - Porto Alegre: Artmed, 20225.

Disciplina: Disciplina:	Estágio Ênfase VII - Iniciação Científica (TC)
Carga horária:	75 horas
Ementa:	
<p>Desenvolvimento, execução e conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TC) como produto de iniciação científica em Psicologia. A disciplina articula atividades de orientação, sistematização teórico-metodológica, coleta e análise de dados, redação científica e defesa pública do TC e publicação de artigo acadêmico. Aborda aprofundamento em epistemologia, métodos qualitativos, quantitativos e mistos, seleção e operacionalização de instrumentos, organização de resultados e elaboração de relatórios conforme as normas acadêmicas vigentes. Ênfase na reflexão ética e responsabilidade técnico-científica, com foco nas diretrizes éticas para pesquisa com seres humanos e na contribuição social do conhecimento produzido. Integração com a comunidade acadêmica por meio de apresentações, seminários e eventuais publicações ou comunicações científicas.</p>	
Bibliografia básica:	
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p>	
Bibliografia complementar:	
<p>MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. ISBN 978-85-239-0585-9. VANJAÚ, J. P.; LIMA, M. A. de; COSTA, K. M. (Orgs.). Escrever e publicar artigos científicos na área da saúde. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. ISBN 978-85-941221-5-6.</p>	

BRITO, T. R.; ALMEIDA, F. R. de; GUIMARÃES, D. P. (Orgs.). Ética na pesquisa com seres humanos: desafios contemporâneos. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

REFERÊNCIAS

BALDANI, Márcia Helena; NARVAI, Paulo Capel; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Cárie dentária e condições sócio-econômicas no Estado do Paraná, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.755-763, maio/jun. 2002.

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e saber científico. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.14-27, 1998.

BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Anamaria D'andrea. **O Território e o Processo Saúde-Doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 31-86.

BRASIL. Ministério da Saúde. **3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal: Relatório Final**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 84 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Conceito de Epidemiologia**. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=56>>. Acesso em: 31 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 40 p. (Série A. Normas e Manuais técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Programas e Relatórios. **Saúde e Desenvolvimento Nacional: Diretrizes Estratégicas**. Disponível em:

<<http://www.saude.gov.br/bvs>>.

Acesso em: 12 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento De Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 16 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, 2006. 300 p. (Série I História da Saúde no Brasil).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-executiva. **Mais Saúde: Direito de todos 2008-2011**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 100 p. (Projetos, Programas e Relatórios).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad98/sau de/analise.shtm>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial [da União da República Federativa do Brasil]; 2004; Brasília, DF, Brasil.

CECCIM RB; FEUERWERKER LCM. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cad Saúde Pública**, 20(5):1400-1410, 2004

COSTA, CRBSF; SIQUEIRA-BATISTA, R. As teorias do desenvolvimento moral e o ensino médico: uma reflexão pedagógica centrada na autonomia do educando. **Rev. Bras. Edu. Méd.** 28(3):242-250, 2004.

DAIN, Sulamis. Os vários mundos do financiamento da saúde no Brasil: Uma tentativa de integração. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Suplemento , n. 12, p.1851-1864, 2007.

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis: Vozes; 2004.

FEURWERKER LCM; SENA RR. A contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** 6(10):37-50, 2002.

FREIRE P. **Educação como prática de liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

FREIRE P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra; 1999.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2006.

FRIAS, Antônio Carlos *et al.* Determinantes individuais e contextuais da prevalência de cárie dentária não tratada no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 22, n. 4, p.279-285, out. 2007.

GARRAFA, Volnei. Saúde bucal e cidadania. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 41, p.50-57, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,

2002.

GOMES, Doris; ROS, Marco Aurélio da. A etiologia da cárie no estilo de pensamento da ciência odontológica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.1081-1090, maio/jun. 2008.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PORTO, Marcelo Firpo. Promoção da saúde e intersetorialidade: A experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.121-130, 2003.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, 2003.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas Sociais: Efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. 27 p. (Texto para discussão nº 758).

MEDEIROS, M. **Princípios de justiça na alocação de recursos em saúde**. Texto para discussão nº 687. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dez. 1989.

MEHRY, Emerson Elias. O SUS e um dos seus dilemas: Mudar a gestão e a lógica do processo de trabalho em saúde (um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo). In: FLEURY, Sonia. **Saúde e democracia: A luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 125-141.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; CARVALHO, Ary Miranda de. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 174.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

MITRE, Sandra Minardi *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000900018>.

MOREIRA, Rafael da Silveira *et al.* A saúde bucal do idoso brasileiro: Revisão sistemática sobre o quadro epidemiológico e acesso aos serviços de saúde bucal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p.1665-1675, nov./dez. 2005.

NARVAI, Paulo Capel *et al.* Cárie dentária no Brasil: declínio, iniquidade e exclusão social. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, v. 6, n. 19, p.385-393, 2006.

NARVAI, Paulo Capel. Cárie dentária e flúor: Uma relação do século XX. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.381-392, 2000.

NARVAI, Paulo Capel. Saúde bucal coletiva: Caminhos da odontologia sanitária à bucalidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. Especial, p.141-147, ago. 2006

OLIVEIRA, GS; KOIFMAN L. **Integralidade do currículo de medicina: inovar/transformar, um desafio para o processo de formação.** In: Marins JJN, Rego S, Lampert JB, Araújo JGC, organizadores. **Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica; 2004. p. 143-164.

OMS/OPAS. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2008.

OPAS (Brasil). Organização Pan-americana da Saúde. **Carta de Otawa**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/coletiva/carta.cfm?idcarta=15>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

PIOLA, Francisco Sérgio; VIANNA, Solon Magalhães (Org.). **Economia da saúde**: Conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. 298 p.

PRATA, Pedro Reginaldo. Desenvolvimento Econômico, Desigualdade e Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.387-391, jul./set. 1994.

QUEIROZ, Marcos de Souza; CANESQUI, Ana Maria. Antropologia da medicina: Uma revisão teórica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 20, n. , p.152-164, 1986. RADIS. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 50, out. 2006. RADIS. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 65, jan. 2008.

RIBEIRO, Patrícia Tavares. Direito à saúde: integridade, diversidade e territorialidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p.1525-1532, dez. 2007.

SOUZA, Elza Maria de; GRUNDY, Emily. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.1354-1360, out. 2004.

SOUZA, Tatyana Maria Silva de; RONCALLI, Angelo Giuseppe. Saúde bucal no Proqramama Saúde da Família: uma avaliação do modelo assistencial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p.2727-2739, nov. 2007.

TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti *et al.*. Heterocontrole da fluoretação da água de abastecimento público de Lages, Santa Catarina, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.727-732, maio/jun. 2007.

VIANA, Ana Luiza D'ávila; ELIAS, Paulo Eduardo M.. Saúde e desenvolvimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Suplemento, n. 12, p.1765-1777, nov. 2007.

ZANOLLI M. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na área clínica**. In: Marins JJN, Rego S, Lampert JB, Araújo JGC, organizadores. Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica. p. 40-61, 2004.